**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

ALEX GOMES DA SILVA

**Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural
da revista *Atlântico* (1941-1945).**

Versão corrigida

**São Paulo
2011**

ALEX GOMES DA SILVA

Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista *Atlântico* (1941-1945).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

Área de Concentração: História Social.

Orientadora: prof^ª Dr^a Elizabeth Cancelli.

Versão corrigida

De acordo:

**São Paulo
2011**

Nome: SILVA, Alex Gomes da

Título: Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista *Atlântico* (1941-1945).

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: 31/08/2011

Banca Examinadora

Profª Drª Elizabeth Cancelli (Orientadora)

Instituição: USP

Julgamento:_____ **Assinatura:**_____

Prof. Dr.

Instituição:_____

Julgamento:_____ **Assinatura:**_____

Prof. Dr.

Instituição:_____

Julgamento:_____ **Assinatura:**_____

Para a minha petite fleur, Nice, com amor, pois...

Amo como ama o amor. Não conheço nenhuma outra razão para amar senão amar. Que queres que te diga, além de que te amo, se o que quero dizer-te é que te amo?

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa é, antes de tudo, um esforço intelectual que reclama a participação de diversos agentes. Para além da idéia inicial formulada pelo “artesão” responsável pela construção do que ganhará o formato de um texto científico, existe uma série infinda de elementos que imprimem, gradativamente, valor e sentido ao que, de início, apresentou-se apenas como expressão isolada de um exercício pessoal.

Nessa direção, esta pesquisa contou, como condição essencial para o seu desenvolvimento e aspecto final, com o apoio inalterável de pessoas e de instituições sem as quais seria possível reescrever o aforismo de Marston Bates – “Pesquisa é o processo de entrar em vielas para ver se elas são becos sem saída” – sob uma fórmula cujo pilar sustentaria a noção de pesquisa enquanto um processo de ingressarmos em veredas convictos de que “os becos sem saída” seriam os nossos únicos resultado após uma longa caminhada. São, portanto, aos meus sinceros guias, os quais contribuíram de maneiras diferentes e em etapas distintas desta pesquisa, a quem agradeço e dedico os méritos que este trabalho possa auferir.

Assim, no que diz respeito ao apoio financeiro, registro meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), da qual obtive o suporte material indispensável à elaboração da pesquisa. A essa agência, o meu muito obrigado.

Sou grato à Elizabeth Cancelli por transformar essa etapa em um percurso de diálogo sempre aberto, o que resultou na criação de um ambiente de constante aprendizagem, pelo qual broncas, apontamentos, conselhos e reflexões constituíram-se, em conjunto, em ensinamentos para a vida. Durante o período em que estive sob sua orientação, apreendi saberes que vão muito além do ambiente acadêmico, chegam mesmo a fincar bases no capital humano, em suas formas mais tenras de manifestação. De maneira sincera, paciente, precisa e

responsável, a sua presença se faz perceber neste trabalho. Beth, simplesmente, obrigado.

Às professoras Maria Helena Rolim Capelato e Virgínia Célia Camilotti, que compuseram tanto a banca examinadora do exame de qualificação como a comissão julgadora de defesa de Dissertação, os meus agradecimentos por contribuírem de forma decisiva para os rumos assumidos pela minha pesquisa. Os seus apontamentos, avaliações e sugestões foram de encontro às possibilidades de conferir fôlego à análise empreendida sobre a revista *Atlântico*.

À professora Tania Regina de Luca, do Departamento de História da UNESP/ Assis, devo mais do que apenas o incentivo. Posso dizer, seguramente, que o seu convite para pesquisar a *Revista do Brasil* encontra sentido, ainda hoje, pelo fato de os desdobramentos da pesquisa em torno dessa publicação terem levado ao primeiro contato com o a revista *Atlântico*, configurando-se, assim, nas raízes do estudo do periódico luso-brasileiro. Por essa razão, não poderia deixar de fixar os meus agradecimentos àquela que foi a minha primeira orientadora.

Aos colegas do mestrado, Ângela, Luciana, Renata, Olívia, Júlio, Wanderson, Aruã e Sérgio, com os quais partilhei a orientação da professora Elizabeth Cancelli, agradeço pelos momentos em que reuniões se transformaram em um ponto de encontro para conversas abertas e sempre regadas a muita descontração. As leituras e observações que esse grupo realizou sobre o meu texto permitiram, sob o amparo do ambiente acima descrito, reavaliar questões que contribuíram de diferentes formas para o resultado final deste trabalho. A todos, o meu muito obrigado.

À minha família, representada aqui pelos meus irmãos, Alcione e Alesson, pelo meu padrasto, Valmiro, e pela minha mãe, Ciça, serei sempre, porém nunca o bastante, imensamente grato por acolherem as minhas angústias e inquietações de forma paciente e afetuosa. Criaram em mim a certeza de que, sob quaisquer circunstâncias, jamais estarei

sozinho. Amo vocês.

Aos meus amigos de Graduação, Paulo Nascimento, Siberiano, Joice Gonçalves, Camila, Angélica, Elaine, Regiane, Eginio, Ricardo, Bussunda, João Artur, Derlei, Eduardo Garcia, João Santana, Danilo, André (Brown), Vitor, Luís, Ciro, Robson (*in memoriam*), Alessandra, William Mariano, Bruno, Thunder, Patrô, Gil, Samanta, Ulysses, Tatau, agradeço por iniciarem comigo um processo que, longe de encontrar um fim, recomeça a cada dia. Estarei sempre com vocês, na lembrança daqueles dias. Do curto período de graduação na UNESP/ Franca, cultivo, em especial, duas amizades. Destas, o estreitar de laços rendeu-me não mais dois amigos, mas, na verdade, dois irmãos. Tufão (que por onde passa varre não apenas os mares, mas tudo!), Marcelo (Marceleza,), pouco seria expor a minha admiração por vocês em palavras. Prefiro acreditar que a simples menção aos seus nomes se ocupará dessa tarefa. Para tanto, me ancore na percepção de que a verdadeira “amizade sente-se, não se diz”.

Aos meus inseparáveis e insubstituíveis amigos, Cirlene, Andreson, Leila e Everton, agradeço pelos momentos de descontração e de fuga proporcionados, os quais me permitiram fugir do cansaço e do desgaste desses tempos. Com vocês cresci, descortinei horizontes, aprendi o significado da verdadeira amizade e transformei pequenos instantes em lembranças inesquecíveis. Estaremos sempre juntos, pois fazemos parte um do outro. Por essas razões, gostaria que recebessem, meus caríssimos amigos, essas palavras como um abraço fraterno.

E, por fim, não poderia deixar jamais de registrar aqui, embora não encontre palavras suficientes para descrever o que sinto, o meu amor, carinho, paixão e prestígio inigualável por ela que me fez morrer de amor inúmeras vezes me mantendo prazerosamente sempre vivo. À Cleonice, minha eterna namorada, agradeço por partilhar comigo tantas desventuras, por caminhar sempre ao meu lado e por fazer com que eu carregue dentro de mim todos os sonhos do mundo. Despertar ao seu lado, a cada manhã, faz com que eu fique cada vez mais próximo de realizá-los. A você, Nice, simplesmente, todo amor. *Amor aeternus*.

Os homens hão de aprender que a política não é a moral e que se ocupa apenas do que é oportuno.

Henry David Thoreau

SILVA, Alex Gomes da. Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista *Atlântico* (1941-1945). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RESUMO

A revista *Atlântico* foi parte integrante de um projeto maior açambarcado por Portugal e Brasil no começo da década de 1940. Para sermos mais precisos, 1941 é o ano da assinatura do acordo cultural luso-brasileiro que resultou, dentre outros elementos, na idealização de um projeto cujo cerne assenta-se na criação de uma revista de “cultura” e “arte”. Desse processo, surge *Atlântico*, revista que deve seu nome ao intento de “encontrar uma palavra suficientemente elástica, ondulante, para sintetizar o vago e o concreto das nossas aspirações, o sonho e a realidade do nosso ideal”, segundo as palavras de um dos seus diretores, António Ferro. Fundada em 1942, a revista *Atlântico* tem como propugnadores o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) de Portugal, António Ferro, e o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Lourival Fontes. A presente pesquisa, que abrange o período de 1941 (ano da assinatura do Acordo Cultural luso-brasileiro) a 1945 (que marca tanto o fim da vigência do DIP quanto o término da primeira fase de *Atlântico*), pretende discutir a idéia defendida por seus articulistas de que a “natureza” da revista *Atlântico*, isto é, por ser um periódico de “cultura, de literatura e de arte”, “abstêm-se de tratar dos problemas sociais, políticos ou econômicos do mundo moderno, até quando dizem respeito à vida do Brasil ou de Portugal”. Ademais, pelo fato de congregar um feixe de intelectuais bastante diversificado, a análise sistemática da revista *Atlântico* objetiva avaliar e compreender a maneira pela qual autores e obras aparecem no corpo da publicação.

Palavras-chave: Salazarismo; varguismo; revista *Atlântico*; DIP; SPN/SNI; Acordo Cultural; Cultura.

SILVA, Alex Gomes da. Luso-Brazilian culture in perspective: Portugal, Brazil and the cultural project of the *Atlântico* magazine (1941-1945). Master's thesis – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ABSTRACT

The *Atlântico* magazine was part of a larger project encompassed by Portugal and Brazil in the early 1940's. More precisely, in 1941 is signed the Luso-Brazilian culture agreement that resulted, among other elements, in the idealization of a project based on creating a magazine of “culture” and “art”. From this process arises *Atlântico* magazine, which owes its name to the attempt of “finding a word sufficiently elastic, undulating to synthesize the vague and concrete of our aspirations, dreams and the reality of our vision”, in the words of one of its directors António Ferro. Founded in 1942, the *Atlântico* magazine has had as proponents, António Ferro, the director of “Secretariado da Propaganda Nacional” (SPN) (Director of the Bureau of Propaganda Nacional) of Portugal and the director of the brazilian “Departamento de Imprensa e Propaganda” (DIP) (Department of Press and Propaganda), Lourival Fontes. This article, which covers the period from 1941 (year of the signing of the Cultural Luso-Brazilian) to 1945 (which marks both the end of the term of the DIP and the end of the first phase of the *Atlântico*), aims to discuss the idea defended by its writers that the “nature” of the *Atlântico* magazine is to be a journal of “culture, literature and art”, “avoiding dealing with social problems, political or economic in the modern world, even when they concern to life in Brazil or Portugal”. Moreover, the fact of bringing a bundle of intellectual rather diverse, systematic analysis of the *Atlântico* magazine aims to evaluate and understand the way in which authors and works appearing in the body of the publication.

Keywords: Salazarismo; Vargasismo; *Atlântico* magazine; DIP; SPN/SNI; Cultural Agreement; Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – Os patronos da “nova ordem”: as instituições políticas do varguismo e do salazarismo	25
1.1. “Orgulhosamente sós”: a revista <i>Atlântico</i> e os rearranjos dos regimes varguista e salazarista.....	39
1.2. Nacional e “atlântica”: visão crítica dos entraves ao laço luso-brasileiro.....	44
CAPÍTULO 2 – A revista <i>Atlântico</i> e a tentativa de construção de um novo paradigma	60
2.1. Acordo Cultural: índice do “espírito” luso-brasileiro.....	69
2.2. Idéias colonizadas: <i>Atlântico</i> e a criação de uma imagem do processo colonizador português.....	82
2.3. O prezado nacional: a cultura como um “artefato” a serviço da nação.....	100
2.4. A difusão literária do panorama religioso Portugal-Brasil.....	123
CAPÍTULO 3 – A revista <i>Atlântico</i> e a arregimentação do programa cultural estadonovista	134
3.1. Autores, obras e temas sob a perspectiva do projeto cultural luso-brasileiro.....	138
3.2. O diálogo necessário: expoentes dos modernismos português e brasileiro como colaboradores da <i>Atlântico</i>	156
3.2.1. Modernistas portugueses.....	157
3.2.2. Modernistas brasileiros.....	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188
ANEXOS	205

INTRODUÇÃO

Por que chamamos “atlântico” à nossa revista, por que somos tão ambiciosos? É porque precisávamos de encontrar uma palavra suficientemente elástica, ondulante, para sintetizar o vago e o concreto das nossas aspirações, o sonho e a realidade do nosso ideal. Que fizemos, portanto? Juntamos a palavra brasilidade à palavra lusitanidade, duas luminosas parcelas, e obtivemos, sem custo, este resultado, esta soma: Atlântico (...). Existe o Brasil, existe Portugal, duas nações livres, independentes, por graça de Deus e dos homens. Mas também existe, sonoro búzio onde se repercute a voz da raça, o mare nostrum, o Atlântico, pátria maior, pátria infinita (...) Qual o nosso objetivo? Qual o nosso programa? Revelar Portugal novo aos brasileiros. Revelar o novo Brasil aos portugueses. Para nos conhecermos cada vez melhor, para nos entendermos definitivamente, para nos respeitarmos, não devemos ter a preocupação de nos mostrarmos iguais mas diferentes. Porque só essa diferença de planos no mesmo pano de fundo (sentimentos iguais mas estilo e ritmo próprios) nos poderá igualar e engrandecer na harmonia dos contrastes que se fundem, na afirmação magnífica, sem lisonjas nem subserviências, da nossa idêntica força criadora. Uma raça, duas nações, um mundo, eis a nossa legenda, a nossa bandeira!...(António Ferro)¹

As propostas e os objetivos da revista *Atlântico* acima anotados foram elaborados pelo jornalista e político português António Ferro quando da publicação do primeiro número desse periódico, em maio de 1942.

São nulos os trabalhos que destinam um espaço consubstancial à análise sistemática da dinâmica e dos objetivos subjacentes à publicação da revista *Atlântico* – o que consiste na proposta da presente pesquisa –, principalmente no que concerne à área de teoria literária. Faz-se aqui, no entanto, menção às pesquisas que, apenas *en passant*, destinaram algumas

¹ *Atlântico*. n° 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942. Segundo Clara Crabbé Rocha: “O título duma publicação periódica é, desde logo, o seu cartão de apresentação: é ele que designa e individualiza a publicação, é por ele que o leitor trava relações com ela, é a sua permanência que constitui um dos sinais indicativos de que se trata de uma revista.” ROCHA, Clara Crabbé. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: IN-CM, 1985, p. 147. Por isso, a eleição da palavra *Atlântico* para intitular a revista surgida do Acordo Cultural de 1941 é bastante sintomática e reveladora do seu campo de observação.

linhas à análise sumária do acordo cultural luso-brasileiro, sendo a menção ao periódico em questão feita apenas no sentido de situá-lo como um dos elementos deste acordo. Podemos, portanto, citar os seguintes trabalhos: *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*, de Heloisa Paulo (1994), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, tese de doutoramento defendida por Carmem G. Burgert Schiavon na PUCRGS, em Dezembro de 2007, e *Revistas literárias do século XX em Portugal*, de Clara Crabbé Rocha (1985). Nesta última, depreende-se que, da análise empreendida pela autora, há o esforço de inserir a *Atlântico* no rol maior das produções de “ideologia reacionária” – isto é, no âmbito das publicações que, a exemplo de *Panorama* (1941), *Aqui e Além* (1945) e *Cidade Nova* (1949), tiveram como cerne a difusão da “ideologia dominante” – o que leva à indicação do “caráter oficial e de tendência afeita ao regime” da revista *Atlântico* (p.61). Nesse mesmo aspecto, Heloísa Paulo parte de uma passagem presente na *Atlântico* para realçar a articulação desta com a “ideologia nacional dos dois países” (p. 173). Carmem G. Burgert Schiavon, por seu turno, filia a criação da revista à onda nacionalista que estava em curso, do que resulta um dos seus objetivos: divulgar a “cultura nacional luso-brasileira” (p. 21). Cumpre observar ainda que algumas notas sobre o acordo cultural e também sobre a revista *Atlântico* foram divulgadas pela Revista Brasil-Europa².

Não obstante a ausência de trabalhos sistemáticos sobre a revista *Atlântico*, as páginas que configuram a publicação fornecem elementos que facultam aquilatar os seguintes aspectos: a caracterização precisa do periódico, na medida em que são expostos os nomes daqueles que encabeçam os setores de direção gráfica, artística e redação, bem como daqueles cuja tarefa vincula-se à direção da revista como um todo; tornar patente o número dos colaboradores e o material por estes veiculados, tendo em vista o fato de que todo o *corpus* documental difundido carrega, ao final de sua exposição, a rubrica dos responsáveis pela sua

² As informações podem ser encontradas no endereço eletrônico <http://www.revista.brasil-europa.eu/110/Acordo-Luso-Brasileiro.htm>.

consecução. Ademais, ao divulgar uma parcela da produção cultural dos países atrelados a sua criação, *Atlântico* permite a recriação de elementos significativos da época na qual se inseria. É oportuno ressaltar que o emprego do termo “parcela”, aqui assinalado no intuito de acentuar a natureza, assim como o montante das representações culturais que chegaram ao conhecimento do público-alvo do periódico, não se estabeleceu sob os cuidados de uma ação fortuita. Do contrário, converteu-se no mais fundamentado cognitivo no que tange à constatação dos objetivos que se configuraram no cerne das aspirações dos propugnadores da revista *Atlântico*.

Fundada em 1942, a revista *Atlântico* surgiu de um “acordo cultural” firmado entre Portugal e Brasil, acordo esse assinado em 4 de setembro de 1941³. O local escolhido para a cerimônia de assinatura deste acordo foi o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, no qual compareceram, como agentes responsáveis pela sedimentação do trato, o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN)⁴ de Portugal, António Ferro, e o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Lourival Fontes, cargos que ocuparam, respectivamente, de 1933 a 1950, e de 1939 a agosto de 1942.⁵

Importa aqui transcrever os princípios que, segundo os idealizadores da revista, assentariam os objetivos do convênio estabelecido:

A fim de promover uma íntima colaboração entre o Brasil e Portugal por intermédio dos organismos oficiais a quem incumbe nos dois países a orientação dos serviços de propaganda, o Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, de Portugal (SPN), e o Diretor do Departamento de

³ Esse acordo foi noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em matéria do dia 5 de setembro de 1941. Antes disso, em seu diário, nas anotações do dia 4 de setembro de 1941, após comentar os “Despachos com a Marinha e a Guerra”, Getúlio Vargas registra: “Também recebi, com o Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, o sr. António Ferro, assinando, na minha presença, o convênio entre os departamentos de propaganda do Brasil e de Portugal.” VARGAS, Getúlio. *Diário*. v. 2. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 420.

⁴ A partir de 1944 o órgão será designado Secretariado Nacional da Informação (SNI).

⁵ O sucessor de Lourival Fontes na direção do DIP foi o major Coelho dos Reis, de agosto de 1942 a julho de 1943. Seguindo-se a este, assume a direção do órgão o capitão Amílcar Dutra de Menezes, que figurou na direção do órgão até sua extinção, que ocorreu em maio de 1945.

Imprensa e Propaganda, do Brasil (DIP), para tanto devidamente autorizados pelos seus Governos, estabelecem o acordo seguinte.

A estas palavras, seguem os “artigos”:

Artigo 1º

É criada na sede do SPN uma seção especial brasileira, da qual fará parte a título permanente um delegado do DIP e, reciprocamente, na sede do DIP, uma seção especial portuguesa, da qual fará parte um delegado da SPN.

A estas seções incumbe, de maneira geral, assegurar e promover, pelos meios ao seu alcance, tudo o que possa concorrer para tornar conhecida, respectivamente, no Brasil e em Portugal, a cultura dos dois países.⁶

Dentre os subitens estabelecidos pelo Artigo 2º figuram: o intercâmbio, entre os dois países, de artigos inéditos, bem como de fotografias; o livre passe em Portugal e no Brasil de escritores, conferencistas e jornalistas; a criação de uma revista denominada “Atlântico”, pela qual teria guarida o intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil, na medida em que congregaria escritores de ambas as nações e a orientação comum em relação às informações e ao noticiário sobre qualquer aspecto envolvendo os dois países. Sobre este aspecto, a título de exemplo, nas “Notas” que seguem ao final do quinto número da publicação, José Osório de Oliveira escreve: “Não leva, este número, as costumadas indicações bio-bibliográficas sobre os novos colaboradores. Tivemos que desistir do propósito de informar os leitores do Brasil sobre os colaboradores portugueses por não podermos fornecer, aos leitores de Portugal, dados idênticos sobre os colaboradores brasileiros. Continuamos, em tudo o mais, a servir a literatura de cada um dos países de língua portuguesa e a cultura comum dos dois povos lusíadas”⁷. O trecho funciona como referência à manifestação de uma prática de censura no interior da *Atlântico*. A divulgação de autores brasileiros que não passavam pelo filtro inspetor do sistema de censura português, o SPN/SNI, foi vetada. Essa falta de “orientação comum”

⁶ *Atlântico*. n.º 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 180-181.

⁷ *Atlântico* n.º 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 205.

esbarrava numa das alíneas que integraram o Acordo Cultural de 1941, a qual estabelece “a colaboração recíproca em favor de uma orientação comum quanto a noticiário a ser divulgado acerca do Brasil e de Portugal”⁸, num tom clarividente da imposição de um perfil atinente às estruturas erigidas pelos regimes. Vale frisar que a partir do quinto número as informações biobibliográficas sobre os colaboradores de ambos os países deixaram de preencher as páginas finais do periódico.

Ainda sob este eixo analítico, em artigo publicado no terceiro número da *Atlântico*, intitulado “Da vida Brasileira”, J. A Cesário Alvim faz referência à repercussão de livros brasileiros em Portugal, como uma alusão a um dos itens vigentes no Acordo Cultural: “Muitos e valiosos são os livros e publicações remetidos ultimamente do Brasil para a Seção Brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional. Não cabe nestas páginas a enumeração de todas as obras, desde as de pura literatura, de história, de sociologia, de filologia, até as de doutrina e propaganda política e cultural editadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, pelo Instituto Nacional do Livro, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Arquivo Nacional, pela Imprensa Nacional, etc...” Logo em seguida, expõe a relevância do trâmite: “Pode o Brasil estar certo de que os livros, os opúsculos, as revistas e os jornais que manda para Portugal, vem cobrir uma grande lacuna e prestar um relevante serviço. De fato, seria injustificável que a Seção Brasileira do S.P.N. continuasse desprovida do material necessário para a cumprimento da sua missão de propaganda cultural. E é consolador e edificante – para nós, brasileiros – sentir e presenciar o interesse, a curiosidade, a crescente avidez com que, em Portugal, se aguarda, procura e recebe tudo o que vem do Brasil e tudo o que serve ao conhecimento e compreensão da alma, do povo e das coisas do nosso país”⁹.

O olhar sobre os demais elementos suscitados pelo “acordo cultural” revela o escopo

⁸ *Atlântico*. n.º 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 180.

⁹ *Atlântico* n.º 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 199.

maior dos objetivos açambarcados: troca de livros entre os países; permuta de criações artísticas, bem como de produções cinematográficas; estudo das tradições folclóricas de ambos os países; e, por último, “a criação de um prêmio pecuniário” destinado ao melhor trabalho, seja este de cunho artístico, literário, histórico ou científico, pois acima das classificações de gênero residiam os interesses comuns que as publicações ovacionadas podiam despertar. Dessa forma, pode-se entrever que a criação da revista *Atlântico* circundou as linhas mestras de um projeto cultural luso-brasileiro de caráter mais amplo, embora não seja erro afirmar que por sua natureza a revista congregou todas as cláusulas que perfizeram a consecução do “Artigo 2º”, conforme exposto em linhas anteriores.¹⁰

Em maio de 1942, conforme assinalado, foi lançado o primeiro número da revista *Atlântico*, primeiro de um total de seis números integrados à primeira fase, a qual estendeu-se até o ano de 1945.¹¹ Após esse período, vem a público uma “nova série”¹², cuja extensão temporal abrange o período de maio de 1946 a outubro de 1948. Esse intervalo marca, respectivamente, a edição do primeiro e do sexto número da referida nova série.

Cumprе assentar que a direção da *Atlântico* ficou, simultaneamente, sob a égide de um português e de um brasileiro, dado esse que se constituíra num apanágio de toda a trajetória da revista.¹³ Assim, figuraram na direção da revista *Atlântico*, nos limites temporais

¹⁰ Cabe transcrever os termos que definiram o “Artigo 3º”: “Este artigo entrará em vigor na data da sua assinatura, devendo, em 31 de Dezembro de 1941, encontrar-se completamente organizados e em normal funcionamento os serviços e atividades nele previstos”.

¹¹ O recorte temporal previsto para este trabalho obedeceu à incidência dos fatos históricos que marcaram o Estado Novo, regime político imposto ao país por Getúlio Vargas sob carta constitucional de 10 de novembro de 1937, assim como a década de 1940 do Estado Novo português. De uma forma geral, a análise tem como um dos pontos de partida os fatos que marcaram a esfera política portuguesa e brasileira durante a Segunda Guerra. Sendo assim, optou-se por analisar os números da revista *Atlântico* que abrangem o período de 1942 a 1945.

¹² Sobre a nova série, assim refere-se o Secretário da Redação, José Osório de Oliveira: “‘Atlântico’, numa nova fase, passará a ser mais freqüente e mais acessível, para melhor realizar a sua missão. O nosso propósito não foi fazer um álbum, mas uma antologia. De aqui em diante, procuraremos fazer, acima de tudo, uma publicação periódica, que, sem concessões ao transitório, seja atual, na medida em que ‘atual’ significa vida, e não efemeridade ou sujeição às circunstâncias.” Notas. In: *Atlântico* nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 199.

¹³ Nas “Notas”, veiculadas ao final de cada número, o primeiro número da revista *Atlântico* (maio de 1942) emite o seguinte informativo: “Esta revista, porque é luso-brasileira, tem dois diretores: um português, o outro brasileiro, mas, em vez de refletir direções distintas, procurará realizar o ideal de uma direção comum, como são comuns, a Portugal e ao Brasil, o patrimônio histórico, a língua, a cultura intelectual e tantas manifestações do sentimento”. O excerto transcrito encontra-se na página 170.

característicos de sua primeira etapa, as seguintes personalidades brasileiras: Lourival Fontes, Antônio Coelho dos Reis e Amílcar Dutra de Menezes, personagens que encabeçaram, em períodos distintos, a direção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o que atesta a alternância de direção do periódico no que diz respeito ao caso brasileiro. Já no caso português, diferentemente do que se deu no Brasil, a direção coube apenas a António Ferro, que figurou nessa função ininterruptamente de 1942 a 1949, adentrando mesmo à terceira série do periódico¹⁴. De forma idêntica, José Osório de Oliveira ocupou integralmente, da primeira à terceira série, o cargo de Secretário da Redação. Manuel Lapa, por sua vez, ficou encarregado da Direção Artística da *Atlântico*,¹⁵ cargo ao qual empenhou-se até a publicação do quarto número da nova série, datado de junho de 1947.

Quanto aos aspectos formais, *Atlântico* não apresenta uma divisão em seções. Em contrapartida, como forma de organização estrutural, a revista foi equacionada em “partes distintas”:

É nosso propósito, de fato, dar, na primeira parte de cada número, uma série de ensaios ou estudos, ordenados logicamente por assuntos, de forma a fornecer uma idéia, não de cada país, mas de alguns dos seus aspectos fundamentais. Na segunda parte, consagrado à poesia e a novelística, propomo-nos dar, em cada número, uma antologia poética (ordenada por gerações, quando não se imponha a razão da harmonia) e uma escolha de obras de ficção representativas da literatura atual, de cada país. Sendo o romance, a novela e o conto, talvez, aquelas formas de criação literária em que os brasileiros mais se distinguem hoje, falha, em grande parte, neste número, o nosso plano.¹⁶

Os temas expostos tratam de diversos assuntos do mundo cultural e artístico dos dois países. Cada um dos números que integra a primeira fase da revista carrega, em suas páginas

¹⁴ Após a primeira e a “nova série” (ou segunda série), foi publicada uma terceira e última, que compreende o período de 1949 a 1950.

¹⁵ Todos os envolvidos na organização da revista *Atlântico* integram, sem exceção, os quadros da burocracia estatal tanto salazarista quanto varguista.

¹⁶ *Atlântico*, n° 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 170.

finais, sob a forma de legendas, considerações sobre o “Cinema português”, “Notas” explicativas (pelas quais se veicula uma errata e uma súmula contendo informações do próximo número) e “Documentos” que tratam de informações atinentes a Portugal e ao Brasil.¹⁷

O objetivo primordial desta pesquisa, tendo por nota os elementos acima expressos, foi identificar – por meio dos colaboradores e da análise do material veiculado, atentando para o tipo do material e a maneira como é apresentado no corpo da publicação – a “natureza” da revista *Atlântico*, tendo em vista a idéia defendida por seus articulistas de que por ser um periódico de “cultura, de literatura e de arte (...) abstêm-se de tratar dos problemas sociais, políticos ou econômicos do mundo moderno, até quando dizem respeito à vida do Brasil ou de Portugal”¹⁸. É preciso salientar ainda que um dos esforços deste trabalho foi o de inscrever a revista *Atlântico* numa análise capaz de privilegiar a articulação entre os elementos internos que a compõem (material, forma de difusão, intelectuais participantes, etc.) e os elementos externos (espaço político-social, ambiente de produção) – considerando-se o fato de que ela é, duplamente, fruto das experiências e expectativas do seu tempo e mecanismo capaz de engendrar e difundir uma determinada leitura de mundo.¹⁹

¹⁷ Apenas a título de nota – pois o esforço circunscreve-se mais ao entendimento da dinâmica da revista do que mesmo viabilizar sua compreensão enquanto “entidade”, caminho que quase sempre conduz o pesquisador deste gênero a formulações inconclusas –, vale observar que a revista *Atlântico* apresentou-se em sua primeira série sempre com idênticas dimensões (27,5 x 20,5 cm), mantendo uma média de cento e setenta a duzentas páginas por número -- em sua segunda série, a revista ganhou uma nova dimensão (24,5 x 18,5 cm). Quanto aos dados que concernem a sua publicação, cumpre sublinhar que não houve “data certa de publicação”. Na parte superior da capa era impresso o nome da revista (escrito com letras grandes), ao que se seguia a inscrição “Revista Luso-Brasileira”. Já na parte inferior, com letras menores, veiculava-se a inscrição: “Edição do Secretariado da Propaganda Nacional – Lisboa - e do Departamento de Imprensa e Propaganda – Rio de Janeiro”. Na parte interna segue uma página que discrimina o número e o ano da revista. No verso dessa mesma página, fixou-se nome dos diretores, do secretário de redação e, seguidamente, do diretor artístico. Após, um sumário que ocupa invariavelmente duas páginas, pelo qual se depreende o nome dos colaboradores e do material por eles escrito. Seguem em anexo, ao final deste trabalho, a título de ilustração, imagens sobre esses dados. Ver anexo 4, p. 163.

¹⁸ *Atlântico*, n° 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 211.

¹⁹ Maria Helena Capelato, ao analisar a trajetória da imprensa brasileira durante o período republicano, chama a atenção para o fato de serem dois os aspectos que encerram a especificidade da imprensa, e, de um modo geral, das atividades a ela vinculadas: “Cabe, finalmente, salientar que a imprensa se configura como um veículo de ideologia muito particular. Sua especificidade reside no fato de que ela se expressa em dois campos: nas informações (notícias) e nas idéias (contidas nos editoriais e artigos). Esses dois aspectos da imprensa não se excluem, ao contrário, entrecruzam-se.” CAPELATO, M. Helena R. *Imprensa na República: uma instituição*

A análise sistemática dos seis números que perfazem a primeira fase da revista *Atlântico* foi empreendida de maneira a evidenciar a semelhança entre os elementos contemplados pelos programas políticos estadonovistas (como, por exemplo, os principais temas abordados pela propaganda cultural dos regimes) e as publicações que, segundo os organizadores do periódico, constituíam produções de ordem eminentemente cultural e “espiritual”. Com isso, visamos criar as condições pertinentes ao entendimento da dinâmica²⁰ tanto do grupo responsável pelo projeto de criação da revista quanto dos intelectuais que posteriormente passaram a colaborar nessa publicação.

Cabe adiantar apenas que em torno da revista aglutinou-se um variado leque de escritores²¹, com trajetórias políticas, em alguns casos, largamente díspares, sendo que um número razoavelmente expressivo desses escritores converteu-se em expoente de crítica em relação às tessituras dos regimes de Estado português e brasileiro.

Partindo dessa heterogeneidade, tencionou-se perscrutar e entender como se configurou, no interior da revista *Atlântico*, a presença simultânea de intelectuais dotados de visões políticas variadas, em alguns casos contrários aos regimes, tendo em vista o fato dessa publicação ter sido parte integrante de uma atividade de cunho oficial.²²

Assim, teria a revista *Atlântico*, como defendido por seus articulistas, mantido uma

pública e privada. In: CAMILOTTI, C. Virgínia; NAXARA, Márcia Regina Capelari; SILVA, Fernando Teixeira da (orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

²⁰ (...) jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (...) **Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas**, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. Grifo da autora.

²¹ A listagem completa do número total dos colaboradores segue em anexo.

²² No caso de Portugal, a “Segunda Guerra levanta questões importantes em termos da orientação a ser levada a cabo pelo regime, no que respeita ao próprio posicionamento adotado por Portugal perante a Europa, e vai suscitar, de igual forma, com a derrota dos regimes fascistas, uma reformulação do regime” (PAULO, Heloisa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994, p. 41). Já no Brasil, o “conflito internacional colocara para Vargas a necessidade de ações que refletissem claramente, no plano internacional, sua preferência entre as democracias liberais e os regimes totalitários. No plano político, Vargas não deixou dúvidas sobre suas simpatias pelos regimes fortes” (D’ÁRAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 46).

posição de *neutralidade* até mesmo frente aos acontecimentos políticos de ordem luso-brasileira ou, do contrário, conferiu uma roupagem artístico-cultural a temáticas caras à promoção da imagem do ambiente político português e brasileiro²³ – temáticas essas que há muito compreendiam o rol dos assuntos a serem divulgados pelas agências de propaganda do salazarismo e do varguismo –, reunindo seus esforços na tentativa de alicerçar no meio social uma leitura de mundo condizente com os anseios dos Estados português e brasileiro?

Partindo desses referentes, é importante, pois, chamar a atenção para o fato de que a análise de periódicos (jornais, revistas, etc.) reclama a atenção do pesquisador para o porquê e como trabalhar com esse tipo de material.

Embora versem especificamente sobre o jornal *O Estado de S. Paulo*, em *O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*, Maria Lígia Prado e Maria Helena Rolim Capelato, ao se dedicarem à história desse jornal, criaram um conjunto expressivo de noções que permitem a projeção de um ponto de partida no que se refere à análise de periódicos. Posto isto, a imprensa periódica é entendida

(...) fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere²⁴.

Com isso, pode-se considerar que publicações as mais diversas resultam de projetos cujos suportes e objetivos são vários, não se restringindo apenas à transmissão de informações

²³ Como observa Edgard Telles Ribeiro, em seu estudo sobre as relações culturais entre o Brasil e as comunidades internacionais, os Estados detêm “uma função primordial nesses processos de aproximação internacional: a de assegurar e facilitar esse fluxo de trocas que os homens espontaneamente estabelecem entre si. E, ao fazê-lo, cada vez mais os Estados vêm procurando tirar partido desses canais naturais de comunicação, para conferir uma dimensão cultural às relações diplomáticas que mantêm entre si.” RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Prefácio de Antônio Howaiss. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989, p. 15.

²⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 19.

(embora esse projeto encontre seus fundamentos ao se espalhar ao corpo maior da população)

²⁵. Sob essa ótica, existe, então, por parte da revista *Atlântico* o anseio formulado de conduzir, na época em que foi veiculada, os rumos da Nação?

Desde a década de 30 os jornais, gradativamente, deixaram de ser uma atividade de cunho artesanal para converterem-se numa indústria, organizada em moldes empresariais, o que também se verifica em relação às revistas. Há uma crescente segmentação da imprensa destinada a públicos e setores sociais cada vez mais específicos. Registre-se, ainda, que houve profundas mudanças em relação à estrutura interna das publicações. Se antes este tipo de material era encarado como depositário de dados e informações que dispensavam as conclusões do pesquisador, abriu-se espaço para estudos, que evidenciam, por meio da análise do discurso, a parcialidade das informações e o quanto estes espaços de sociabilidade estão subordinados a interesses de grupos variados.²⁶

Expressando essas colocações, trabalhos como o de José Aderaldo Castello²⁷, coordenados ao longo dos anos 60 do século XX, abriram possibilidades no que toca à utilização de periódicos e demais empreendimentos intelectuais²⁸ como matérias primas

²⁵ Segundo Maria Helena Rolim Capelato, a “análise da utilização dos meios de comunicação como propaganda política permite constatar que, apesar da enorme importância desses veículos para divulgação das mensagens políticas, não se pode exagerar sua importância no que se refere ao controle das consciências. As teses que insistem na onipotência da propaganda política não levam em conta o fato de que ela só reforça tendências já existentes na sociedade e que a eficácia de sua atuação depende da capacidade de captar e explorar os anseios e interesses predominantes num dado momento. Cabe lembrar que mesmo os regimes que levaram esse controle ao extremo não conseguiram atingir o objetivo de formar a 'opinião única'. Tal constatação não implica menosprezo da importância da propaganda política: mesmo sem obter adesão unânime, ela foi um dos pilares de sustentação do poder” (CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Propaganda política e controle dos meios de comunicação*. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p.177-178).

²⁶ A propósito dessa questão, consultar: DE LUCA, Tania Regina. *História nas e das revistas*. In: PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

²⁷ Em *Textos que interessam à História do Romantismo* (1963), o autor empreendeu uma análise sistemática das revistas: *Revista da Academia de São Paulo*, *Revista da Sociedade Filomática*, *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, *Revista da Associação Recreio Instrutivo*, *Revista Mensal do Instituto Científico*, *Revista do Ensaio Literário* e *Revista da Sociedade Fênix Literária*.

²⁸ Traçando o percurso dos estudos sobre os intelectuais e as suas atividades, Jean-François Sirinelli, em “Os intelectuais”, texto produzido para a obra *Por uma história política*, organizada por René Rémond, assinala que foi “a partir da segunda metade da década de 1970 que a história dos intelectuais começou a superar sua indignidade e que pesquisas em andamento ou já publicadas adquiriram legitimidade científica e, aos poucos, mereceram interesse da corporação dos historiadores”.

vinculadas ao processo de escrita da História. A esses trabalhos, seguiram outros que, caminhando nas linhas gerais propostas por Castelo, empreenderam uma análise circunstanciada dos materiais disponíveis pela imprensa escrita²⁹. Parte-se, portanto, da noção de que cabe ao pesquisador que se debruça sobre a imprensa prescrever a “análise circunstanciada do seu lugar de inserção”, delineando uma “abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa”.³⁰

No intuito de desenvolver e sistematizar a análise da revista *Atlântico*, fonte e objeto desse estudo³¹, optou-se por atentar para as problemáticas que envolvem mais diretamente tanto o campo político-cultural brasileiro quanto o português no decurso de tempo que se estende do final da década de 1930 a meados da década de 1940. O recorte, bem como a propensão à análise do cenário cultural de Portugal encontrou guarida no fato da revista converter-se num veículo de criação e divulgação de noções atinentes à plataforma nacional defendida pelos setores afeitos à causa estadonovista, especificamente até 1945 (ano da publicação do derradeiro número da primeira fase do periódico).

Assim, viabilizamos um roteiro para a elaboração desta pesquisa cuja base residiu em priorizar as propostas elencadas no limiar de sua estruturação. Dessa forma, para o perfil

²⁹ Dos trabalhos resultantes da proposta inicial, cabe, a título de verificação, citar: NAPOLI, Roselis Oliveira de. *Lanterna Verde e o Modernismo*. São Paulo: IEB/ USP, 1970; PAIVA, Denise. *As categorias da Literatura Brasileira na Revista do Brasil* (1916-1919). Dissertação de mestrado em Letras, FCL/ Unesp, Assis, 1992; e, avançando o tempo, o que demonstra, entre outros aspectos, a fecundidade dos trabalhos nessa área, cita-se ainda os trabalhos de DE LUCA, Tania Regia. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999 e LOTITO, Maria Padilha. *A cidade como espetáculo. Publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001. Sobre esse mesmo patamar de observação, *História e historiadores*, trabalho de Angela de Castro Gomes, apresentou-se como leitura obrigatória, tendo em vista o fato da análise empreendida pela autora sobre a revista *Cultura Política* converter-se em um percuciente exemplo no que diz respeito ao estudo de periódicos idealizados pelo Estado.

³⁰ DE LUCA, Tania Regina. Periodismo cultural: A trajetória da Revista do Brasil. In: ABREU, Márcia, SCHAPOCHNIK, Nelson. *Histórias de leitura. Cultura letrada no Brasil. Objetos e práticas*. São Paulo: Mercado de letras, 2005.

³¹ Consideramos pertinente realizar o estudo da revista *Atlântico* tendo em vista essa perspectiva, ou seja, privilegiamos uma análise capaz de abordá-la simultaneamente enquanto fonte e objeto, isso na media em que o desenvolvimento da pesquisa criou as condições que permitiram situá-la tanto como uma continuidade em relação à estrutura das instituições estadonovistas quanto como veículo de projeção de uma visão acerca do universo luso-brasileiro. Vale ressaltar que o estudo dessa publicação teve como uma de suas premissas pôr em relevo a relação Portugal-Brasil na década de 1940, o intercâmbio cultural estabelecido (principalmente no que toca à criação da revista *Atlântico*), bem como as possíveis motivações em empreender tal feito.

estrutural do trabalho ensaiamos um total de quatro capítulos, os quais ganham corpo juntamente com a introdução e as considerações finais.

No primeiro deles, “Os patronos da “nova ordem”: as instituições políticas do varguismo e do salazarismo”, a análise circunscreve-se à apresentação dos aspectos que permitiram a estruturação de um programa cultural por parte dos governos salazarista e varguista. Sobressai, pois, a análise dos mecanismos de censura e propaganda, nomeadamente o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), bem como do momento político português e brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, momento esse tendente à canalização de esforços no sentido de salvaguardar as instâncias características dos regimes autoritários.

Já o segundo capítulo, intitulado “A revista *Atlântico*: tentativa de construção de um novo paradigma”, busca inserir a idealização da revista *Atlântico* no seio das proposituras enfeixadas por esses órgãos, atentando para uma análise circunstanciada da consecução do periódico no interior da política cultural dos regimes português e brasileiro, destacando, ainda, a articulação entre os temas priorizados pela propaganda dos Estados Novos e o conteúdo dos assuntos divulgados pelo periódico luso-brasileiro. Objetiva, ainda, avaliar o grau de articulação entre o periódico e os elementos que, provenientes da tradição ibérica, constituíram a pedra basilar da construção da sociedade luso-brasileira. Assim, sentimento nacional, catolicismo, revalorização do espírito cristão, bem como a consagração da união entre Portugal e Brasil, integram, pois, o conjunto dos elementos reforçados em algumas das páginas que configuram a revista *Atlântico*.

E, por fim, o terceiro capítulo, nomeado “A revista *Atlântico* e a arregimentação do programa cultural estadonovista”, tem como cerne o estudo da forma como são apresentados e veiculados os trabalhos de alguns dentre os escritores que colaboraram na revista, trabalhando, concomitantemente, a interseção desta análise com o tipo de material divulgado.

CAPÍTULO 1

Os patronos da “nova ordem”: *Atlântico* e as instituições políticas do varguismo e do salazarismo.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Roger Chartier

O período no qual a revista *Atlântico* se insere contempla uma parcela da História do Brasil há muito alvo de contundentes debates historiográficos, e, por essa razão, reclama considerações específicas. Esses debates, dentre outros aspectos, tiveram por resultado um amplo leque de obras cuja fecundidade deve-se à riqueza de enfoque e ao caldo de questões legado. A Era Vargas (termo síntese que acopla os dois períodos relativos ao governo de Getúlio Vargas, sendo o primeiro estendido ininterruptamente de 1930 a 1945, e, o segundo, perfazendo os anos de 1951 a 1954)³² e a época compreendida como Estado Novo português (1933-1974) trouxeram para o âmbito das problemáticas históricas um fecundo feixe de perspectivas, que contribuíram em muito para o desenvolvimento dos estudos históricos nesses países, isso na medida em que estimularam o desdobramento de pesquisas cujo cerne pode ser averiguado mediante os seguintes aspectos: originalidade de enfoque; expansão dos temas e problemáticas; e, na mesma proporção, a consecução de uma escrita histórica

³² De acordo com as idéias registradas por Tania Regina de Luca, em *As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas*: “O fato é que se multiplicam os estudos acerca de como o regime de Vargas, desde a derrubada de Washington Luís e particularmente depois da instauração do Estado Novo, procurou impor um projeto cultural e político, muito bem urdido e que teve no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP - 1939) um de seus pilares”. Disponível em: <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd4/imprensa/t_luca.doc>. Acesso em 07 de novembro de 2006.

ancorada nos mais diversos documentos e fontes³³, dentre os quais pode-se destacar o arsenal fornecido pela imprensa.

O espaço de tempo decorrido no Brasil entre os anos de 1937 (10 de novembro), data da promulgação da nova Constituição, e 1945 (29 de outubro), que marcou a deposição de Getúlio Vargas, é conhecido por Estado Novo, denominação cujas raízes associam-se à nomenclatura utilizada para designar o “regime imposto por Salazar ao povo português em 1933”³⁴. Sabe-se, porém, que 1937 representou a “confirmação definitiva do que se instalava desde os primeiros dias de outubro de 1930”.³⁵

É importante anotar que o Brasil, obedecendo às peculiaridades do território nacional, inseria-se no quadro geral de transformações pelos quais o mundo passava.

Nos anos 30, o Brasil não seguiu rumos muito distintos dos que estavam sendo trilhados pelos países europeus (...) Mussolini chegou ao poder na Itália em 1923; Hitler, com sua ascensão à Chancelaria em 1933, acabou de desintegrar a República de Weimar; Salazar, em 1929, chegou a primeiro-ministro de Portugal; a Espanha se encontrava, entre 1936 e 1939, banhada no sangue de uma guerra civil. A França, modelo da nossa civilização humanista, vinha enfrentando fortíssimos movimentos nacionalistas de direita desde o fim do século XIX, e teve, no caso Dreyfus, um divisor de águas da política e da sociedade.³⁶

³³ Em estudo empreendido sobre a historiografia do Estado Novo, Maria Helena Rolim Capelato expõe um leque expressivo de pesquisas desenvolvidas por cientistas sociais durante a década de 70, as quais tinham por temática o estudo do Estado novo de Getúlio Vargas. Integrando e assinando muitos dos trabalhos surgidos na década de 80 sobre esse período, os historiadores contribuíram no preenchimento das lacunas que surgiram em decorrência análises anteriores. Na avaliação da autora, os “historiadores que revisitaram o período procuraram compreendê-lo a partir de novos ângulos. As questões postas pelo presente não poderiam ser respondidas a partir de dados já pesquisados. Abriu-se, então, a possibilidade de reconstruir essa história a partir da pesquisa de material inédito”. Representativos, na mesma medida, dos estudos realizados sobre o Estado Novo a partir da década de 80, são os trabalhos que exploraram as conexões estabelecidas entre cultura e poder político, dentre os quais *Música, nação e modernidade: os anos 20 e 30*, de Arnaldo Daraya Contier, é um dos exemplos (CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2005, p. 183-213).

³⁴ LEVINE, Roberto M. *O Regime Vargas (1934-1938): os anos críticos*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 231.

³⁵ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. 2ª ed. Brasília: UNB, 1994, p. 19.

³⁶ O excerto, da lavra de Lúcia Lippi Oliveira, integra as palavras de “Apresentação” da obra GOMES, Angela M. C.; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.7 e 8.

Em vínculo com essa colocação, pode-se apontar a década de 30 do século XX, no Brasil, como responsável pela reunião de temas que configurariam a agenda dos principais ideólogos do nacionalismo³⁷, perfazendo uma década de “intenso debate político”, cuja radicalização política e ideológica fizera-se premente em amplos setores, o que acabara por vincular os intelectuais à tarefa de decifrar o “enigma do Brasil e interferir na produção de seu futuro”.³⁸

São características do regime imposto por Getúlio Vargas³⁹: centralização do poder; propaganda nacionalista; intervencionismo econômico; autoritarismo, sistema que concentrou na esfera do Executivo as atribuições anteriormente divididas entre as instâncias; forte aversão à democracia liberal, tida como apanágio de regimes políticos obsoletos; aceitação e defesa da idéia de que a missão histórica da nação deve ser capitaneada pelo Estado; uso de uma consistente carga ideológica, cujo sentido estava em resgatar um expressivo conjunto de experiências autoritárias pertencentes à tradição política brasileira; difusão tanto de uma imagem favorável ao regime quanto do projeto político ideológico açambarcado, que exaltasse a figura do líder Getúlio Vargas, homem de *virtú*, ou seja, o único capaz de expressar e dar forma aos desígnios da nação. Este encargo foi entregue ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Doutrinar e aplacar as manifestações do pensamento no país

³⁷ Os fundamentos que buscavam enrijecer as bases responsáveis pela sustentação do regime imposto por Getúlio Vargas encontraram uma definição em Robert Levine. Conferindo destaque ao papel desempenhado pelos “auxiliares” do governo na construção da arquitetura autoritária do Estado Novo, o autor destaca a contribuição de Francisco Campos, por intermédio da Constituição de 1937, no processo que, ancorado em diversos artifícios, acabara por atrelar à busca pela “identidade nacional” a noção que situava o “Estado forte e centralizado” como o único capaz de articular os eixos que colocariam o Brasil em sintonia com a sua tradição (LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 83-93). Nesse sentido, as ações empreendidas pelo regime ditatorial seriam justificadas por meio do apontamento dos elementos que presidiam o cerne da ideologia estadonovista, tal como a ingente tarefa de nacionalização do Brasil.

³⁸ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 117.

³⁹ É oportuno apreciar ainda que as raízes, bem como as razões que motivaram a implantação do Estado Novo remontam mesmo aos projetos impetrados pelo golpe de 30. Em síntese, o golpe de 30 “vislumbrava o poder e tinha como projeto um centro de poder que passou a afirmar cada vez mais seu monopólio e uma ideologia que pretendia ser exclusiva na mobilização total da população, e cuja integração de indivíduos e classes levaria à construção de um Estado Novo, de um Homem Novo e de novos desígnios para a humanidade” (CANCELLI, Op. cit, p. 18).

também constituíam a razão de ser deste órgão.⁴⁰

Para que atendesse à tarefa de capitalizar o consentimento da população, esclarecendo a opinião pública acerca do capital doutrinário e ideológico do regime, o projeto político⁴¹ e cultural do Estado Novo (sendo as produções culturais e artísticas vistas como capazes de revelar determinada doutrina oficial e não simplesmente como veículos de entretenimento) contou com as atividades amparadas pelo DIP⁴², o qual, sob um esforço deliberado, atuou no sentido de sedimentar, junto à população, uma imagem positiva de Getúlio Vargas, defendendo o país de idéias “nocivas”, e, ademais, agindo juntamente à imprensa internacional com o intuito de tornar o país incólume a princípios “alienígenas”, prejudiciais à cultura nacional⁴³. Sendo assim, e valendo-se à larga do mecanismo, o regime Vargas, no intuito de salvaguardar o projeto político-ideológico assente no programa autoritário, valeu-se comumente da força, convertendo-a em instância corrente, parte integrante do projeto

⁴⁰ Torna-se bastante elucidativo dirigir um pouco de atenção à determinação que acabou por estabelecer a fundação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, órgão sucessor de outras agências de censura impetradas pelo governo Vargas. Dentre os vários pontos estabelecidos pelo órgão, poder-se-ia sublinhar: “Art. 2º-O D.I.P. tem por fim: centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional; fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando estas forem cominadas as penalidades previstas por lei; colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país; proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral; organizar e dirigir o programa de rádio-difusão oficial pelo governo”. In: CARONE, Edgard. *A terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976, p. 48-49.

⁴¹ Sobre o projeto político promovido pelo governo Vargas, Elizabeth Cancelli registra que se tratava de um projeto “calcado em postulados incontestáveis e que pretendeu transformar todos – ricos, pobres, burgueses, operários, homens, mulheres, crianças, brasileiros ou estrangeiros – em guardiães deste ideário”. CANCELLI, Elizabeth. O poder da polícia e o mundo da prisão na Era Vargas (1930-1945). In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, jul./ dez. 1992.

⁴² Os atributos que conferiam sentido ao órgão foram das atividades de controle da informação àquelas mais diretamente relacionadas à promoção de uma imagem favorável ao Estado novo e à figura de Getúlio Vargas.

⁴³ Encargo semelhante foi entregue às escolas. Pela educação aí transmitida, deveriam ser criadas as condições morais necessárias ao cumprimento dos desígnios nacionais. A defesa da pátria seria, portanto, uma função atribuída à população. Os suportes básicos para a execução dessa tarefa foram esquadrihados por intermédio de um sistema educacional voltado para a promoção do caráter nacional, para a brasilidade em construção. Nessa direção, o Ministro da Educação do Estado Novo, Gustavo Capanema, esquadilha os objetivos de um sistema educacional construído para servir a Nação. Com a finalidade de fortalecer o conglomerado das estruturas brasileiras, a educação, nas palavras do ministro, “longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da Nação, e que, por isto estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado.” CAPANEMA apud SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Editorial Livramento; Niterói: Livraria Panorama, 1980, p. 25.

político, cujas formas de execução ganharam corpo por meio da censura, da repressão aos adversários, da instauração de um estado de vigilância constante e, sobretudo, através da construção de uma máquina de propaganda que encontrou sua mais expressiva atuação nas atividades patrocinadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.

Nessa mesma linha de raciocínio, pode-se concluir que o DIP converteu-se numa contumaz máquina de propaganda, “reafirmando o mito do salvador na figura de Getúlio Vargas, apresentado como o ‘pai dos pobres’, capaz de *ver, antever, prever e até castigar, se preciso*”⁴⁴.

Os argumentos acima assentados permitem constatar que a função do DIP não se restringiu apenas ao controle e à censura. A difusão da ideologia do Estado reclamava a formação de uma comunidade de sentido, isto é, a aceitação das propostas aventadas por parte da sociedade civil. Para tanto, o controle das formas de expressão no país converteu-se numa das principais armas do regime.⁴⁵

Assim, a elaboração de um sistema ideológico valeu-se comumente de aparatos repressivos, pois uma das necessidades mais prementes do regime imposto por Vargas foi a de criar mecanismos capazes de legitimá-lo⁴⁶. Tal sistema buscou imprimir ao país a marca de

⁴⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002 (PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/ USP, FAPESP). O grifo é da autora. Desenredando ainda a análise para os contornos assumidos pela censura durante o governo Vargas, a autora cria um fecundo quadro pelo qual se patenteia a relação direta entre essa prática e a edificação de uma imagem acerca do líder Getúlio Vargas. Conforme destaca, a “censura funcionava como instrumento moralizador colaborando para a construção de uma imagem positiva do Estado”. O excerto encontra-se na página 47.

⁴⁵ Várias foram as iniciativas com vistas ao controle, censura e a difusão de uma imagem favorável do regime, bem como do seu idealizador Getúlio Vargas. Em “O pensamento de Almir de Andrade”, Lúcia Lippi Oliveira (Op. cit., p. 31 e 48), no esforço de balizar o papel dos ideólogos do regime de 1937, levou a cabo uma brilhante síntese, da qual sobressai o nome de Almir de Andrade. Na avaliação da autora, Andrade foi um dos mais argutos intérpretes do Estado Novo. Sob a sua direção, a *Cultura Política*, revista criada e publicada pelo DIP, prestou-se ao trabalho de formular um projeto ideológico “à base de uma proposta eminentemente cultural”, da qual fosse possível evadir os fundamentos do novo Estado. Desse intento emerge o peso conferido à articulação entre política e cultura, na qual as ações políticas do governo são relacionadas ao quadro de tradições culturais do Brasil. Outro doutrinador da nova ordem, Azevedo Amaral também destacou-se na tarefa de intérprete do regime. Constituiu o cerne de sua concepção política a teoria do Estado autoritário, o qual era tido como o único capaz de realizar a devida combinação entre postulados individuais e interesse coletivo.

⁴⁶ Acerca do tema, consultar os trabalhos empreendidos por CANCELLI, Elizabeth e TANNO, Janete Leiko, respectivamente, O poder da polícia e o mundo da prisão na Era Vargas (1930-1945). In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, jul./ dez. 1992, p. 47-64, e Repressão e controle social no governo Vargas (1930-

uma nação contrária a conflitos e às turbulências oriundas dos antagonismos sociais. Houve, nesse sentido, a tentativa dos articulistas do Estado Novo em equacionar as “deficiências” decorrentes da Primeira República, e, neste aspecto, a propaganda oficial teve efetiva participação.

Ainda sobre esse caldo de questões, a imprensa foi mobilizada, tanto em Portugal quanto no Brasil, como uma eficaz arma que tinha por função preconizar a propagação dos ideais do regime. Por seu intermédio, os sistemas apontados como inimigos do regime – democracia liberal e comunismo, por exemplo – eram intensamente combatidos. Intelectuais foram convocados para contribuírem com as propostas encampadas pelos novos Estados. Cortes, alterações e omissões de idéias, anulação de conclusões integravam cotidianamente o trabalho dos censores. Nesse processo, havia, portanto, um duplo entendimento em relação às manifestações culturais: concomitantemente a importância conferida à imprensa no que diz respeito a sua capacidade de produção e reprodução de ideologias articuladas ao sistema político reinante, os próceres do regime encaravam-na como um instrumento capaz de desintegrar um Estado consolidado mediante a difusão de um repertório cultural nocivo, isto é, oposto aos pilares nacionais.

Sobre a utilização das manifestações culturais enquanto veio de estruturação do regime getulista em um plano ideológico, pode-se comentar que, sob a batuta desse regime, o Brasil assistira, a um só momento, tanto o patrocínio vinculado ao impulso de uma arte capaz de “preservar o patrimônio histórico nacional” quanto à imposição da censura e o cerceamento da liberdade de expressão. Assim, longe de expressar apenas a faceta “contraditória” do Estado Novo, a prática por ora descrita integrou o cerne mesmo dos projetos que, conscientemente delegados, presidiam a lógica, cara à época, de sobrevalorizar

1945). In: *PÓS-HISTÓRIA*, Assis-SP, 1996, p. 139-154, pois ao focalizarem a dimensão das estratégias viabilizadas pelo governo Vargas no intuito de controlar a sociedade desnudaram, com argúcia, a dimensão autoritária e repressiva desse governo.

o que mais de perto fosse capaz de contribuir para pujança nacional e, no seguimento dessa ação, coibir e expurgar noções capazes de criar cisões no projeto de reconstrução do Brasil.

Foram inúmeras as ocasiões em que Vargas apontou para o uso da imprensa e dos meios de comunicação em geral como dispositivos de formação da opinião pública. Daryle Williams, ao comentar um depoimento de Capanema, observa que o

depoimento do ex-ministro é interessante na medida em que estabelece um histórico administrativo onde reconhece que a administração cultural ampliou os poderes ministeriais para além daqueles cogitados quando da criação do ministério [Educação e Saúde], em novembro de 1930. Cultura era terra fértil para que os poderes de um Estado centralizado pudessem crescer.⁴⁷

Considerando essas idéias, o sentido que o Estado confere à cultura permite apontar sua experiência nesse campo como o “modelo mais bem estruturado de relações entre a cultura e a política na história republicana”.⁴⁸ Assim, a cultura política alavancada durante o governo de Getúlio Vargas engendra uma esfera artístico-cultural e seleciona os aspectos que definiriam os enfoques a serem alvo das pesquisas dos grupos intelectuais, integrando estes intelectuais em um mesmo debate, o qual, por ter sido orientado ideologicamente, sedimentou as bases sob as quais repousaram as estruturas do sistema político.

É nessa perspectiva que Angela de Castro Gomes aponta para a estratégia do Estado Novo getulista de “redefinir o papel da literatura no seio da nacionalidade”, convertendo-a num elemento “sensível às oscilações da política”. Desse modo, a proteção à cultura pelo Estado definiria as linhas de força das atividades culturais a partir da leitura dos elementos contemplados pelo programa político vigente.

⁴⁷ WILLIAMS, Daryle. Gustavo Capanema, ministro da cultura. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 257.

⁴⁸ Idem.

Pode-se inferir, portanto, que o sentido atribuído à literatura pelo Estado Novo o dirigiu à profusa tarefa de “capitalizar os grandes nomes de nossa literatura”, aos quais recairia o encargo de zelar pela “história pátria”. Elevada mesmo à categoria de instância redentora dos infortúnios nacionais, a literatura teria a sua função atrelada tal qual o papel desempenhado por um “espelho”, isto é, a contar por este, deveria “estampar com perfeição a imagem da nacionalidade”, o que tornaria seu campo de ação consentâneo ao processo de “constituição da nação”.⁴⁹

Analogamente ao Estado Novo brasileiro, mas, certamente, dentro das circunstâncias criadas pelas especificidades do regime português, Salazar e seus próceres valeram-se comumente das atividades culturais como veículo de reprodução ideológica dos preceitos que consubstanciavam a esfera governamental. Conferia-se, sob esses termos, posição de relevo à imprensa periódica. Esta era entendida como um mecanismo eficaz não apenas no que toca aos seus atributos mais especificamente atrelados à difusão de informações, mas, sobretudo, na articulação com as atividades de propaganda e doutrinação ideológica.

De acordo com as resoluções formuladas pelo regime salazarista tendo em vista a criação de um programa de ação para a imprensa, os elementos daí decorrentes deveriam fazer nota à “complexa e elevada missão social” que as artes e a cultura em geral possuíam, correspondendo essa missão a um dever ao qual “os governos se não podem alhear”.⁵⁰

Torgal, em *História e Ideologia*, ao elaborar um estudo sobre a Biblioteca da Casa do Povo-Souselas (reduto de difusão de uma literatura nacional), forneceu um enfoque sugestivo no que diz respeito à apropriação pelo Estado Novo português de obras literárias cujas mensagens, mediante uma leitura ancorada nos pressupostos do regime, poderiam articular-se à propaganda oficial. A título de exemplificação, *Últimas Farpas*, de Ramalho Ortigão, foi

⁴⁹ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A literatura como espelho da nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263. Os excertos encontram-se na página 04.

⁵⁰ AZEVEDO, Cândido de. *Mutiladas e proibidas. Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Editorial Caminho, 1997, p.33.

mobilizada pelo regime com o objetivo de reforçar um dentre os elementos consagrados como legitimadores do seu perfil autoritário, a saber: o combate acompanhado de uma acerba crítica à liberal democracia presente na Primeira República:

(...) é com Ramalho Ortigão que ocorre o caos mais flagrante de seleção literária segundo critérios ideológicos. Com efeito, a Junta de Ação Social não desprezou a oportunidade de incluir nas bibliotecas dela dependentes as *Últimas Farpas*. E isto porque a obra critica ferozmente o desenvolvimento inicial da I República e traça uma visão apocalíptica dos acontecimentos políticos em nós suscitados entre 1911 e 1914. O salazarismo colhia, assim, um duplo dividendo: o da condenação da experiência demoliberal e do “regresso à tradição” de um dos homens da geração de 70. São as *Últimas farpas*, e só elas, que nos surgem na biblioteca de Souselas, na sua reedição de 1946.⁵¹

Vale expor, seguindo essa análise, o conjunto dos autores cujas obras circularam nas páginas da revista *Atlântico*. Comentários elaborados por José Osório de Oliveira nas “Notas” do primeiro número nos levam a situar o esquema de seleção do material para publicação na *Atlântico* como sendo um resultado do processo de encomenda: “Queremos, ainda, esclarecer que o discurso de San Tiago Dantas é, praticamente, uma obra inédita, pois que, proferido quase de improviso, foi depois redigido com este destino: ser publicado, pela primeira vez, na revista *Atlântico*”. E ainda: “Não queremos deixar de dizer quanto este número deve, por esse lado, à dedicação do Visconde de Carnaxide, que, na justa compreensão da política do Atlântico, de que é um devotado e valioso colaborador, não se poupou a esforços para nos

⁵¹ TORGAL, Luís Reis. *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p. 191. Da exposição elaborada pelo autor, inclusa na obra acima referida, há ainda a menção a “autores recentes”, os quais, de forma semelhante ao que se dera com Ramalho Ortigão, tiveram suas obras arregimentadas pelo Estado Novo. Exemplo bastante claro a este respeito, as obras *A Mensagem*, de Fernando Pessoa, *O mar de Cristo*, de Mário Beirão, e *Bartolomeu Marinho* e *O conto de Amadis de Portugal para rapazes portugueses*, de Afonso Lopes Vieira, foram selecionadas para fins de reprodução ideológica na biblioteca de Souselas. Isto devido ao fato de *A Mensagem*, por exemplo, “alimentar o sentimento épico dos leitores, cimentando a crença sebastianista numa salvação nacional que o Estado Novo pensou interpretar; as temáticas nacionalista e marítima perfazem as obras de Beirão e de Vieira, integradas como estão na órbita dos principais assuntos esposados pelo regime.

enviar a tempo a colaboração que publicamos”⁵². Sob esta perspectiva, o periódico luso-brasileiro congregou escritores, jornalistas, políticos dos mais variados quadrantes. Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Otto Maria Carpeaux, Augusto Frederico Schmidt, Otávio Tarquínio de Sousa, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes e Cícero Dias são alguns dentre os que compõem o rol de intelectuais brasileiros. António Lopes Ribeiro, Adolfo Simões Müller (colaboradores integrados desde muito ao sistema de propaganda oficial do salazarismo), Fernanda de Castro, Aquilino Ribeiro, José Régio integram a falange portuguesa na revista.⁵³

Acerca dos escritores portugueses⁵⁴, é preciso salientar que produziram as suas obras, a exemplo dos brasileiros, sob as circunstâncias legadas por um ambiente ditatorial: o salazarista. António de Oliveira Salazar, sete anos após à deflagração da Revolução Nacional de 28 de Maio de 1926⁵⁵, implanta o Estado Novo, regime marcado pelo conservadorismo e autoritarismo. Permaneceu no poder até 1968, totalizando trinta e seis anos de governo, sendo sucedido logo depois por Marcelo Caetano.⁵⁶

Em relação às bases sob as quais repousava o regime salazarista, é plausível delinear, a título de ilustração, os seguintes aspectos: culto ao chefe Salazar, sendo este comumente visto

⁵² *Atlântico*. n.º 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 171.

⁵³ Vale, a título de comparação, bem como no sentido de reforçar o tipo de análise empreendida acerca da revista *Atlântico*, mencionar o fato de que, de forma idêntica ao que se deu nesta, a revista *Cultura Política*, periódico dirigido por Almir de Andrade e convertido em um dos canais de produção do aparato ideológico estadonovista no período de 1941 a 1945, “reuniu as correntes mais heterogêneas da intelectualidade brasileira”, polarizando entre escritores “representantes da extrema direita católica e comunistas”. No discurso defendido pela revista alegava-se, portanto, a aceitação e colaboração de “todos, independentemente de seu cunho ideológico”, o que não a isentou, embora congregasse um feixe heterogêneo de escritores, de atuar enquanto reduto de reprodução do discurso ideológico do Estado Novo. Tanto os trechos selecionados como as idéias aqui elaboradas encontram-se em CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª ed.. São Paulo: Contexto, 2005, p. 210.

⁵⁴ Ver a esse respeito MOISÉS, Massaud. *A Literatura Portuguesa*. 35ª ed.. São Paulo: Cultrix, 2008.

⁵⁵ Maria Luisa de Paschkes, em *A ditadura salazarista*, demarca o terreno autoritário sob o qual a Revolução de 28 de maio fincou bases. A revolução “empreendida pelos militares constituiu-se assim num desfecho autoritário de um momento esgotado”. Sobre o sentido que Salazar confere a esse momento, comenta: “Salazar a entendeu como uma ‘revolução nacional’, pois teria precedido sua doutrina integral de Estado, com propósito ‘essencialmente popular’ que forjaria um sustentáculo ideológico para o seu ‘governo sem política’” PASCHKES, Maria Luisa de. *A ditadura salazarista*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 15.

⁵⁶ SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 5ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1979, p.350.

como a própria personificação do Estado; aversão declarada ao liberalismo político; existência de polícia política, a Polícia de vigilância e defesa do Estado (PVDE), posteriormente convertida em Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)⁵⁷, que teve como um dos objetivos vetar as manifestações consideradas “subversivas” ao aparelho ideológico montado, visando o estabelecimento da ordem social; controle sobre o movimento sindical, do que resultou a organização corporativa; projeto político amparado pelo nacionalismo, bem como por um programa de defesa colonial; anticomunismo; ideologia com forte apelo ao “retorno” do “espírito cristão”; serviço de censura prévia às publicações periódicas e aos sistemas de comunicação em massa, e, consequência disso, fiscalização de publicações não periódicas nacionais e estrangeiras.

No intuito de consolidar a imagem do regime do novo Portugal de Salazar, de expurgar da sociedade portuguesa a presença de seus inimigos, de defender o povo e preservar o folclore, a cultura e a arte popular (representativa e marca de proa deste grupo), foi criado, pelo decreto lei nº 23 054, de 25 de Setembro de 1933, o Secretariado de Propaganda Nacional, SPN, como ficou conhecido o órgão.

Ao SPN foi atribuída a função de fazer a propaganda do Estado Novo. Dessa forma, tivera como intento comungar a sociedade portuguesa na defesa dos ideais do regime, com vistas à promoção da imagem do novo governo tanto internamente quanto além das fronteiras lusitanas. Assim, à intermediação entre o Estado e a imprensa e ao exercício de propaganda e da censura⁵⁸ somou-se às funções do SPN a tarefa de exultar o território português:

⁵⁷ Francisco Carlos Palomares Martinho assim explica a passagem da PVDE para a PIDE: “(...) a pressão em favor de liberdades, característica do pós-guerra, impunha mudanças, ainda que parciais. Assim, a 18 de outubro, o governo concedera, pelo decreto-lei nº 35.041, uma anistia parcial abrangendo parte dos cidadãos acusados de ‘crimes contra a segurança interna e externa do Estado’. Também em outubro, no dia 22, procurando atenuar sua imagem negativa, o regime extinguiu a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e criou a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)”. MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. *A bem da nação. O sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 411.

⁵⁸ Objetivando salvaguardar os princípios que alicerçavam o Estado Novo de Salazar, funcionários do SPN, representando a autoridade oficial do Estado, perscrutavam os mais diversos ambientes (espetáculos, festas públicas, associações, etc.), reprimindo quaisquer tipos de manifestações contrárias aos “desígnios” da Nação.

O Decreto nº 30 289, de 3 de Fevereiro de 1940, incorpora no Secretariado [de Propaganda Nacional] o Conselho Nacional de Turismo, transferindo para o SPN a responsabilidade da promoção do espaço português, tal qual é apresentado pelo Estado Novo. Os ideais de “tipicidade” lusitana, da “aldeia portuguesa” e da imagem do povo “pobre, trabalhador, mas feliz”, é a forma pela qual se procura a atração não só de turistas, mas de possíveis simpatizantes da obra do regime.⁵⁹

A chefia do SPN foi entregue a António Ferro, destacado escritor e jornalista português, responsável pela direção portuguesa da *Atlântico*, conforme posto anteriormente. Intelectual de destaque no cenário literário português, projetou-se enquanto um dos mais proeminentes gestores da política cultural do Estado Novo. Fiel aos ideais defendidos pelo governo, dinamizou o projeto cultural por ele açambarcado. Por intermédio da “Política do Espírito” (termo pelo qual o entusiasta da política salazarista caracterizava a ação empreendida pelo Secretariado de Propaganda Nacional), António Ferro converteu a cultura portuguesa num instrumento de promoção da ditadura salazarista, sendo várias as atividades patrocinadas pelo SPN que tiveram como cerne a divulgação das “benesses” advindas com a promoção do Estado Novo. Integram essas iniciativas, por exemplo, algumas publicações impetradas pelo órgão, com destaque para os “Cadernos da Revolução Nacional”, bem como os “Cadernos do Ressurgimento Nacional”, pelos quais é possível perscrutar as realizações do regime, sempre defendendo o descompasso da experiência republicana no que concerne ao engrandecimento da pátria portuguesa. Obras como *A Revolução de Maio*, de António Lopes Ribeiro, integram o rol de trabalhos patrocinados pelo SPN, cuja tônica, atendendo aos anseios do Estado, avulta a imagem do movimento que, instituindo um regime forte, engendrou as condições para o “ressurgimento” da pujança de Portugal.

À testa do órgão até o final da década de 40, António Ferro expandiu os horizontes da

⁵⁹ PAULO, Heloísa, Op. cit., p. 75.

propaganda oficial do regime valendo-se dos mais variados mecanismos. A literatura, o rádio, a pintura, o cinema e as artes em geral foram, portanto, mobilizados no intuito de congregarem os ânimos em direção à ideologia defendida e apregoada pelo Estado Novo.

A análise dos prêmios oferecidos pelo SPN às obras cujo cerne enunciasse os pilares pelos quais deveria estruturar-se o Estado Novo fornece, de forma precisa e contundente, um manancial importante de informações que permitem constatar a real natureza na promoção de tais eventos: soçobrar os elementos nocivos ao Estado e, concomitantemente a este esforço, forjar uma imagem positiva que engendrasses as bases de sua aceitação frente ao escopo social.

Assim sendo, ao galardoar, o SPN agia de acordo com os princípios que norteavam o regime, promovendo e espraçando pensamentos que convergiam com a ideologia encabeçada pelas hostes filiadas ao ambiente autoritário. Sem descer aos pormenores de cada um dos prêmios impetrados pelo SPN, cumpre, no entanto, uma sumária nota acerca do Prêmio Camões, pois explicita os intentos do órgão ao ovacionar trabalhos pelos quais dava-se a difusão do *status quo*:

O Secretariado de Propaganda Nacional, que havia instituído o Prêmio Camões para galardoar os melhores trabalhos de qualquer autor estrangeiro sobre o nosso país, premiou em 1941 a obra de Jesus Pabón A Revolução Portuguesa, que mais não é do que uma violenta diatribe contra os 'desordeiros' da I República.⁶⁰

Em 1944, o SPN converteu-se em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, SNI. Este, avançando em muitas das propostas enfileiradas pelo SPN, estruturou-se mediante o estreitamento da ação coerciva. As comissões de Censura, criadas em 1933, ficam sob o encargo do SNI, intensificando ainda mais o controle da informação:

⁶⁰ TORRAL, Luís Reis. p. 183.

O Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo é, antes de mais nada, um organismo centralizador da ação de controle da informação no país, reunindo entre as suas atribuições as funções de repressão dispersas em numerosos organismos e decretos-lei (...) O SNI passa a ter as seguintes funções: o registro e licença para jornalistas e agências noticiosas, a censura prévia, o controle da radiodifusão, podendo manter fiscais permanentes junto às emissoras para “visto prévio” de todos os textos a difundir, e ainda a execução das antigas atribuições da Inspeção dos Espetáculo⁶¹.

Posto isto, chega-se a conclusão de que o regime instituído por Salazar, através da atividade de divulgação do SPN/SNI⁶², debateu-se no sentido de patrocinar a arte e a literatura de jaez nacional. Tendo por fito a promoção dessa demanda, procurou-se afirmar a idéia de que caberia às elites intelectuais, à *intelligentsia*, a função de guia no que concerne à difusão do “espírito de ‘união nacional’” proposto pelo governo de Salazar, “desde que, bem entendido, fossem respeitadas as premissas essenciais do Estado Novo”⁶³. Não foi sem propósitos, portanto, que tiveram guarida inúmeras atividades com o objetivo de alicerçar as bases nacionais, do que resultam os concursos literários, os prêmios e as exposições que tiveram como mote a difusão de uma imagem do povo português curtida mesmo na lógica da propaganda ideológica. Os fins propagandísticos justificariam, pois, a ênfase no trato de temas “espirituais e morais da nacionalidade.”⁶⁴

Traçado esse panorama, cumpre observar que a revista *Atlântico* tampouco fugiu às propostas que sedimentavam os regimes de Vargas e Salazar. Houve antes o entrelaçamento entre o projeto artístico-cultural por ela defendido e as linhas mestras que definem os

⁶¹ PAULO, Heloisa. Op. cit., p.78.

⁶² Uma dentre as atribuições do SPN/SNI circunscreveu-se à proteção do “espírito” português. Assim, coube a este aparelho, munido de forte apelo nacionalista, canalizar o sentimento do povo português em direção aos ideais que governavam a Nação, em outras palavras, “divulgar o espírito de unidade que preside a obra realizada e a realizar pelo Estado Novo” (PAULO, Heloisa, Op. cit., p.73). A produção cultural veiculada pelo Estado Novo obedecia, portanto, à matriz ideológica do regime, matriz essa assente na defesa da ordem, da hierarquia, do catolicismo, do respeito à imagem do chefe, do nacionalismo e do “ser português”.

⁶³ TORGAL, Luís Reis. “Literatura oficial” no Estado Novo. Os prêmios literários do SPN/SNI. In: *Revista de História das Idéias*, vol. XX, 1999, p. 405.

⁶⁴ GARCIA, José Luís Lima. *Os concursos de literatura e a propaganda colonial nos primórdios do Estado Novo*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7109.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2010.

principais conteúdos observados pelo programa político e cultural do Estado Novo, tanto em Portugal como no Brasil. Dito de outra maneira, pelas páginas do periódico, o projeto político propugnado por essas nações revestiu-se de aspectos artístico-culturais, uma forma de expandir seu raio de atuação. Diante desse quadro, pode-se mesmo situar *Atlântico* como uma via de acesso à compreensão a alguns aspectos inscritos projeto político das nações atreladas a sua consecução, além de fornecer elementos que permitem sintetizar aspectos decisivos que caracterizaram Portugal e Brasil durante a vigência do programa ideológico autoritário.

1.1. “Orgulhosamente sós”: a revista *Atlântico* e os rearranjos dos regimes varguista e salazarista.

Angela de Castro Gomes, em “Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940”, trabalha com a idéia de “dois tempos” do Estado Novo: um primeiro, abrangendo os anos de 1938, logo após a Constituição de 1937, aos fins de 1941, e, por seu turno, um segundo, cujo ponto de partida dá-se com o ano de 1942, estendendo-se até 1945, interregno que assinala a sistematização da “ideologia do trabalhismo”.

Dessa análise, salta a idéia de que o Estado Novo ingressa no segundo tempo de sua trajetória “quando eventos da política internacional e nacional anunciam a necessidade de alterações e redirecionamentos nas políticas até então empreendidas”, o que o leva ao rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo e, numa extensão dessa iniciativa, à declaração de guerra, formulada em agosto de 1942. Observa a autora, no entanto, que “não se deve imaginar que tal contexto [o da entrada do Brasil no cenário bélico] significava um enfraquecimento do Estado Novo, nem que a posição pró-aliados implicasse uma postura antiautoritária”.⁶⁵

⁶⁵ GOMES, Angela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940.

Posto isto, muito embora a decisão do governo brasileiro em situar-se ao lado dos países aliados tenha suscitado uma série de interpretações, é consensual a percepção de que, fazendo frente ao ambiente de crise, o Estado Novo manteve as estruturas que lhe garantiam o posto de um Estado forte.

Já no que toca à posição de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial, a pretensa política de neutralidade assumida pelo Estado Novo em relação às frentes de combate foi um aspecto amiúde convertido em análise histórica.

Embora os acontecimentos relativos ao conflito se impusessem a Portugal com força, chegando mesmo a ponto de fazer correr movimentos de contestação ao regime – sendo as greves que tomaram corpo ao longo de 1942 e 1943 um indício a este respeito

– o país soube tirar proveito⁶⁶ da incontestável “neutralidade colaborante”⁶⁷. Sobre essa questão, é cabível mesmo sublinhar o fato de que ao

terminar a guerra, e não obstante a dureza dos acontecimentos, o regateio, os compromissos, a agitação interna, Salazar conseguiria, em troca das

In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 119.

⁶⁶ Em 1940 foi levada a efeito uma forte campanha de propaganda que teve como núcleo a retomada da herança histórica portuguesa e o cotejo desta com a contribuição do Estado Novo salazarista para a sua valorização e engrandecimento. Apontou-se, assim, para o fato de que, excetuando o período republicano inaugurado em 1910, Portugal possuía, “organicamente”, uma trajetória administrativa fincada no modelo de Estado forte, autoritário e centralizador. Desta forma, havia uma explícita estratégia envolta na outorga de tal exposição: anestesiar eventuais pensamentos que, ancorados em ideais “subversivos”, intentassem descarrilar os trilhos pelos quais a nação portuguesa encaminhava a sua história. Orientando-se pela “política do espírito, e fermentando ainda mais a propulsão de uma imagem positiva acerca do regime, António Ferro, tendo como mote a referida exposição, apontou para o fato de que esta foi idealizada justamente em um período que permitiu a Portugal “mostrar aos nossos amigos e inimigos que nós continuamos unos e orgulhosos da nossa história”: o período da desagregação da Europa, pensando no contexto de extrema beligerância ocasionado pela Segunda Guerra Mundial. Com isto vislumbra-se que até mesmo o ambiente conflituoso que definia a Europa nos idos de 1940 converteu-se em instrumento de propaganda que permitiu ao Estado Novo arquitetar as bases ideológicas de sua aceitação, na medida em que espraiava ao escopo social a imagem de uma ordem mantida pelas ações administrativas de Salazar. As citações encontram-se em: *O Império na palma de mão*. In: www.instituto.camoes.pt/arquivos/expo1940.htm. Acesso em 18 de fevereiro de 2008.

⁶⁷ No que concerne especificamente ao plano de política externa formulado durante a guerra, Portugal privilegiou manter-se “neutro” face aos acontecimentos. No entanto, algumas medidas empreendidas pelo governo português, tal como as facilidades de natureza militar concedidas aos Aliados nos Açores, mormente aos ingleses, permitiram associar ao termo neutralidade o complemento “colaborante”, que patenteia a real atitude portuguesa frente ao momento que se impunha. No geral, a posição assumida por Portugal, seja mediante a neutralidade ou por meio de algumas concessões aos Aliados, rendeu-lhe, ao final da guerra, a salvaguarda do império português.

cedências quanto aos Açores e quanto ao volfrâmio, atingir o essencial dos seus objetivos nas relações com os Aliados: Face à crise política do fim da guerra, eles manifestam-se claramente a favor da manutenção do regime (...) e prestam garantias de salvaguarda das colônias portuguesas⁶⁸.

Com o fim do conflito, a colaboração com os aliados não mudou a orientação ideológica do Estado Novo português. Do contrário, a vitória das democracias, bem como do comunismo soviético, apenas engendraram um feixe de perspectivas que consubstanciaram a sistêmica crítica ao liberalismo, à democracia e ao comunismo.

Efetivamente, Salazar e os salazaristas viam com mágoa que o pós-guerra trouxe a “vitória das democracias”, o que implicava, segundo o seu modo de ver – tendo em conta a sua idéia de que as democracias estavam em crise e que a sua esperança apontava para a afirmação dos Estados fortes e de cunho nacionalista –, um nítido retrocesso.⁶⁹

Em síntese, a ameaça exercida pelo comunismo, bem como pelos “ventos” liberais que animavam as democracias, obstinaram Salazar a arregimentar a política ideológica autoritária.

No seguimento dessas questões, à “desordem social” e à “ditadura do indivíduo” que caracterizaram a República liberal o regime salazarista reforçou o modelo de organização corporativista, calcada em um governo centralizador e autoritário. O momento impunha a consecução de uma política cujo cerne de suas medidas recaísse sobre o coletivo. A união sólida entre as instâncias política, econômica, social e cultural engendrariam as bases nas quais residiriam as benesses do Estado. Para além desse rearranjo, um dos pontos nodais da promoção do Estado corporativo circundou as linhas mestras de um projeto inerente ao encaminhamento do regime autoritário português: a crítica ao liberalismo, bem como as

⁶⁸ ROSAS, Fernando. *História de Portugal. O Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, 317.

⁶⁹ TORRAL, Luis Reis. O Estado Novo. Salazarismo, Fascismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2ª ed. Bauru-SP: Edusc; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001 (Coleção História), p. 398.

organizações políticas assentes nos postulados da economia socialista, pois conforme a comparação estabelecida por Oliveira Vianna entre as formas corporativistas brasileira e portuguesa, esta, assim como aquela, pretendia restaurar a dignidade do trabalhador, recristianizar as relações de trabalho (torná-las incólumes ao “comunismo ateu), prover a igualdade coletiva, antes pensada apenas no plano individual.⁷⁰

Posto isto, chega-se a conclusão que

A estrutura corporativa de Salazar representou, portanto, um novo arranjo da classe dominante portuguesa como alternativa ao capitalismo liberal e ao socialismo para conduzir o desenvolvimento dos seus interesses econômicos. Daí, as restrições absolutas no domínio sindical, político, cultural, etc.⁷¹

Conforme exposto antes, o termo da guerra e a vitória das forças aliadas não implicaram mudança nos rumos da política portuguesa. A obstinada atenção de Salazar aos princípios preconizados pelo Estado Novo era latente. Afirmando-se rigorosamente contra a democracia, mesmo após 1945, criticou “os erros dos sistemas autoritários da Alemanha e da Itália, condenou o seu ‘totalitarismo’, mas nunca aceitou os sistemas democráticos, muito especialmente em Portugal.⁷² É importante sublinhar ainda que a partir de 1944 houve o esforço, por parte dos próceres do regime salazarista, em intensificar os mecanismos de censura.⁷³

Os apontamentos acima enunciados projetam luz, portanto, à constatação de que no

⁷⁰ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986, p. 180.

⁷¹ PASCHKES, Maria Luisa de Almeida. *A ditadura salazarista*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 22.

⁷² TORRAL, Luís Reis, Op. cit., p. 394.

⁷³ Sobre a intensificação da censura por parte do Estado Novo português nos anos que configuraram o cenário da Segunda Guerra, a análise comparativa dessa prática em Portugal entre 1926 e a segunda metade dos anos 30 projeta luz à constatação de que foi, pois, entre 1935 e o período que estende-se até o fim da Segunda Guerra Mundial que esta prática assumiu novas proporções. “Em 1944, a censura tornou-se legalmente num órgão de formação e propaganda política, ficando a Direção Geral dos Serviços de Censura integrada no Secretariado Nacional de Informação, que ficava sob a dependência do Presidente do Conselho”. In: RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve História da censura literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa-Ministério da Educação e Ciência, 1980, p. 68-69.

período de circulação da revista *Atlântico* toma corpo um feixe de medidas que previam a manutenção e o reforço dos princípios que nortearam a fundação do Estado Novo, princípios esses duramente atacados no contexto da Segunda Guerra. A esse respeito, comenta Azevedo:

(...) pelo Decreto-Lei n° 33545, de fevereiro de 1944, Salazar reforçava a sua posição neste campo, com a consagração legal da dependência direta da censura em relação ao Presidente do Conselho. O Secretariado de Propaganda Nacional é então extinto, sendo criado em sua substituição o Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular, em que são integrados os serviços de censura, mas com esta particularidade: o secretário nacional deste novo organismo é de livre nomeação do Presidente do Conselho, e com este despacha diretamente, ou seja: “a censura e a sua atuação são, a partir de então, controladas de forma absoluta por Salazar”. Essa foi, de resto, uma preocupação maior de Salazar ao longo dos anos em que exerceu o poder.⁷⁴

Nesse sentido, é possível encarar as medidas que tomaram corpo no Brasil e em Portugal no momento em que os acontecimentos os fazem adentrar à lógica do conflito como uma continuidade no tocante às proposituras que há muito marcavam as estruturas autoritárias desses países.

Assim, o intrínseco vínculo assegurado tanto pelo Estado Novo salazarista como pelo Estado Novo varguista entre as atividades que perfazem o âmbito cultural e as formulações de ordem política traduziu-se na elaboração de organismos que pudessem criar as bases de aceitação e as justificativas para a existência dos regimes varguista e salazarista. *Atlântico*, resultado de um projeto cultural urdido nos quadros da administração política autoritária, conferiu novas proporções a essa proposta ao criar e difundir uma cultura luso-brasileira gerenciada pelos regimes estadonovistas, resultado apenas do mundo ibérico, do lado

⁷⁴ AZEVEDO, Cândido de. *Mutiladas e proibidas. Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Editorial Caminho, 1997, p. 51.

atlântico, cultura essa prenhe de valores que ao longo da história dessas regiões foram cultivados e alinhavados ao objetivo maior de construir as vigas sob as quais repousaria o sentimento nacional.

Sob este aspecto, o discurso veiculado através das páginas da *Atlântico* difunde a noção de que Portugal e Brasil, apesar deste último se lançar na guerra na categoria de país beligerante, seriam exemplos de união e de uma organização alternativa à forma pela qual algumas nações vinham conduzindo sua marcha rumo à inserção nos novos tempos. Desse modo, o projeto cultural concebido pela revista promove a idéia de reencontro com os verdadeiros valores do espírito ocidental. Assim, o catolicismo ibérico (de ferrenha crítica aos princípios materialistas do liberalismo protestante advindo dos anglo-saxões)⁷⁵, o primado da coletividade (em resposta ao que se entendia por falência dos sistemas responsáveis pela sobrevalorização do indivíduo) e a busca pelos traços nacionais, os quais, ao gerar a aglutinação de pessoas, fundamentavam o reconhecimento do sentimento de pertença mediante o retorno às tradições, encontram-se, portanto, alinhavados ao repertório e ao programa literário do periódico luso-brasileiro.

1.2. Nacional e atlântica: visão crítica dos entraves ao laço luso-brasileiro.

A linha interpretativa assente na noção de que integrou a revista *Atlântico* o objetivo de recriar os valores que presidiram o núcleo da formação social luso-brasileira sustenta-se,

⁷⁵ Gilberto Freyre, logo no primeiro capítulo de *Casa-Grande & Senzala*, assinala que em Portugal “Temia-se no adventício acatólico o inimigo político capaz de quebrar ou enfraquecer aquela solidariedade que em Portugal se desenvolvera junto com a religião católica. Essa solidariedade manteve-se entre nós esplendidamente através de toda nossa formação colonial, reunindo-nos contra os calvinistas franceses, contra os reformados holandeses, contra os protestantes ingleses. Daí ser tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade”. FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 50ª ed. São Paulo: Global, 2005 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil-1). Comentando essa passagem, Edson Nery da Fonseca, exulta que o “cimento da unidade freyreana é, na diversidade temática de sua obra, a cosmovisão cristocêntrica”, a qual era “incompatível com o puritanismo”. FONSECA, Edson Nery da Apud SIEPIERSKI, Paulo D. *O ideário protestante nos artigos de jornal do aprendiz Gilberto Freyre*. Disponível em http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/d/da/Paulo_D_Siepierski.pdf. Acesso em 11 de agosto de 2010.

aliás, com base no feitio dos assuntos veiculados pelo periódico. A difusão desses valores era presidida pela noção que via as atividades culturais como sendo um reflexo das transformações nacionais.

O que as idéias por ora delineadas procuram ressaltar é que um dos esforços dos regimes português e brasileiro durante a década de 1940 foi o de manutenção dos aspectos que consubstanciavam as estruturas autoritárias, tendo em vista serem essas as peças que permitiam a configuração das “aceitações” dirigidas em favor dos novos Estados. Nesse aspecto, a revista *Atlântico*, muito embora não tenha se restringido a isso, contribuiu de forma especial no que diz respeito à criação de um discurso capaz de projetar uma visão sobre o ambiente no qual ela foi elaborada.

Atestam essas idéias a reprodução, pela *Atlântico*, do discurso proferido por Getúlio Vargas quando da ocasião em que foi nomeado membro da Academia Brasileira de Letras. Datado de 1943, o referido discurso foi veiculado pelo quinto número do periódico, lançado em julho de 1944, quando urgia sair em defesa dos princípios que circularam no cerne das propostas do Estado Novo.

Desse modo, “Getúlio Vargas: discurso de posse na Academia Brasileira de Letras”⁷⁶ reproduz as nuances contidas no debate político travado à época pelos defensores do regime. Nesse sentido, não seria um exercício infundado para um periódico que surgira do núcleo de dois governos de natureza autoritária reproduzir as palavras de ordem que, por vezes, assentaram os pilares dos regimes português e brasileiro. A oratória varguista aí presente serve como um roteiro dos assuntos que urgiam ser alvo de trato mais acurado, cabendo, portanto, aos “homens de letra”, bem como às atividades culturais por eles impetradas enfeixarem, em um todo orgânico, o repertório maior das possibilidades aventadas pelo Estado em função da promoção nacional.

⁷⁶ *Atlântico* nº 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944. As páginas que comportam o discurso não foram numeradas.

Segue, no esteio dessa questão, um trecho do discurso que estabelece o vínculo entre cultura e política:

Sr. Presidente – Srs. Acadêmicos: – A atividade intelectual é para mim uma imposição da vida política, que exige de quem a ela se consagra a obrigação de comunicar-se com o público com precisão e clareza, explicando idéias e problemas de governo, esforçando-se por fazer-se ouvir e compreender.

Desse discurso pululam as seguintes matrizes: o apego à causa nacional; a idéia fundada na crença de que o patriotismo deveria encerrar as atividades intelectuais; e, consequência das injunções anteriores, a concepção de cultura como instrumento político. De modo mais específico, a literatura, bem como o mundo das letras em geral, deveriam, de acordo com Vargas, manter estrito contato com outras instâncias.

Sob esses termos, Vargas desfere sua crítica à forma pela qual foi estabelecida a relação entre literatura e política no período republicano. Contrariamente ao que julgou constituir uma lacuna desse período, apostou no vínculo entre as atividades dos homens de letras e as ligadas ao labor do homem público.

É oportuno sublinhar, desde já, que para além da defesa una e específica dos preceitos constitutivos do governo brasileiro, a difusão do discurso de Getúlio Vargas pelas páginas da *Atlântico* permite, pela natureza dos termos presentes na crítica à Primeira República, a similaridade com alguns dentre os aspectos que estimularam, no seio do Estado Novo português, à crítica ao estado geral anterior à decretação desse regime:

Naquele remanso do fim do século, passadas e esquecidas as agitações que auspiaram o advento da República, políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais do outro, ocupando margens opostas na torrente da vida social. Por uma deformação lógica, sentiam-se quase incompatíveis. As alterações da semântica retratam, melhor do que amplas razões, essa situação de fato. Poeta era, ao tempo, sinônimo popular de

lunático, pessoa ausente, habitando um mundo de fantasias e imagens; literato traduzia, num pejorativo brando, o teórico, pés fora do solo, cabeça nas nuvens, alheio às realidades cotidianas e convencido de poder ajustá-las aos esquemas simplistas da construção dialética.

Feitas essas considerações, Vargas credita poder às letras, numa referência ao período republicano: “Os homens de ação, dedicados às tarefas práticas, desacreditavam, por seu turno, as possibilidades reais dos que sabiam pensar e dizer.”

Consubstanciada a crítica à forma como foi traduzida a relação entre intelectuais e política no período republicano, Vargas delimita os anos 1930 como o marco a operar radicalmente a mudança desse quadro⁷⁷, pois, calcado na tradição centralista, o Estado Novo era entendido, na linha comparativa com a Primeira República, como o regime adequado ao percurso político nacional.

Cabe salientar que o discurso elaborado pelo Estado Novo apontava a “coincidência de interesses entre a nova política e os anseios dos intelectuais. Atribuía-se papel vital a estes últimos na ‘nova ordem’, porque constituíam o setor ‘mais dinâmico da sociedade’”.⁷⁸ Em outras palavras, estavam encarregados de indicar os caminhos trilhados pela nova ordem política. Porta-voz dos preceitos esboçados pela sociedade, o intelectual, no ambiente criado pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, passou a representar as aspirações do ambiente político, do espírito social. Assim, se “antes o intelectual se encontrava fora do Estado, alheio à política, isto sucedia porque o governo mostrava-se indiferente, senão hostil, ao seu trabalho. O Estado Novo teria o mérito de ir ao encontro do intelectual, oferecendo-lhe o necessário

⁷⁷ “A tarefa a que são chamados os intelectuais [...] é a reaproximação entre política e cultura, relação que teria sido perdida na Primeira República. A cultura, que representa o elemento intrínseco do povo, deve ser recuperada e, assim, processar-se-ia a integração sociedade/Estado. As palavras de Getúlio Vargas assim a ilustram: ‘Parece chegado o momento de reunir e solidarizar todos os espíritos bem formados numa campanha tenaz e vigorosa em prol do levantamento do nível mental e das reservas de patriotismo do povo brasileiro, colocando as suas aspirações e as suas necessidades no mesmo plano e na direção em que se processa o engrandecimento da nacionalidade’”. BASTOS, Elide Rugai. A revista Cultura política e a influência de Ortega y Gasset. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. Op. cit., p. 159-160.

⁷⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi “Apresentação”. In: GOMES, Angela M. C.; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.7- 8.

amparo moral e material”.⁷⁹

Retomando idéias que fecundaram algumas das noções mais rigidamente defendidas pelo projeto político-cultural do Estado Novo, isto é, a noção que conferia estatuto documental à produção literária⁸⁰, Vargas tece seus argumentos tendo por filtro o encadeamento entre pensamento e prática social. Não é simplesmente por uma veleidade textual que formula, portanto, a seguinte frase: “Naquele remanso do fim do século, passadas e esquecidas as agitações que auspicaram o advento da República, políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais do outro”.

Seria escusado dizer, pois, que a referência ao regime anterior encontraria razão na medida em que permitisse o olhar sob as mudanças operadas a partir de 1930. Assim, construção desse período, o constante apelo à articulação entre produção cultural e contexto cultural de produção daria um novo sentido às expressões genuinamente nacionais.⁸¹

Só no terceiro decênio deste século operou-se a simbiose necessária entre homens de pensamento e ação. Hoje vemos em nosso meio, compartilhando a imortalidade com poetas e romancistas, representantes das profissões liberais, juristas, historiadores, políticos e até industriais. É admirável que isso aconteça. Os valores da inteligência são multiformes, resultam de múltiplas e fecundas aplicações. Os modernos processos de integração social não podem malbaratá-los e a todos disciplinam, num sentido útil, para maior bem da coletividade.

⁷⁹ VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: GOMES, Angela M. C.; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*, Op. cit., p. 93.

⁸⁰ Vide a este respeito VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263.

⁸¹ Arquitetar um programa de atuação para a produção cultural reclamou do regime varguista a seleção de um grupo de teóricos, os quais deveriam operar “diretamente junto ao ditador e cuidava da 'verdade doutrinária' do regime. Ao procurar fidelidade às diretrizes oficiais, intentavam facilitar o escoamento ideológico por meio de dispositivos culturais que ampliassem o consumo dos conteúdos doutrinários do regime. Esses intelectuais agiam como autênticos mediadores simbólicos entre o Estado e o social; tratavam-no de modo a decompô-lo em partes iguais e harmônicas, confeccionando, a partir dessa operação, um todo único e compreensível. Fundamentalmente, deslocavam o real do plano do abstrato para o sensível, convertendo a sua intelecção numa operação visualmente agradável, colorida, sonora, emotiva, sentida, espetacular.” In: LENHARO, Alcir, Op. cit., p. 54.

Atribuindo valor ao estudo das tradições, um dos elementos definidores do gênio nacional, Vargas valoriza, na mesma medida, o intelectual esclarecido em relação às “realidades atuais”, devotado às vicissitudes de sua época. Dessa feita, assevera que as

épocas passadas encontravam nele [Alcântara Machado] ressonâncias duradouras. Aprendera com Renan a considerar a tradição o mais forte fundamento da idéia de Pátria. Homem de seu tempo, apercebido das realidades atuais, compreensivo e plástico na atuação social, admirava os antepassados, celebrava-lhes os feitos e sentia-se perante eles herdeiro responsável das suas qualidades e virtudes.

Direcionando a análise ainda sob a esteira que permitira a exposição do labor intelectual de Alcântara Machado, homem que soube, na devida proporção, dar conteúdo à união entre pensamento e ação, Vargas defende: “Completa, afinal, brilhantemente o ciclo da sua projeção social, batendo-se, como diria o filho, “pela recristianização do Brasil”, pela volta ao espiritualismo de uma terra que ao espiritualismo cristão deve em grande parte seu crescimento e sua unidade.” Em outras palavras, Vargas confere potencialidade à atividade intelectual de Alcântara Machado por esta fundar-se no “préstimo social dos intelectuais e na função política da literatura”.

Não foi apenas pelo discurso oficial de Vargas que a revista *Atlântico* estabeleceu referências a elementos que carregavam relevo a sua participação política no debate travado à época nas nações que a engendraram. Os textos a seguir fundamentam-se a partir da correspondência com o teor geral da idéias trabalhadas pelo ditador.

Em estudo atinente aos arroubos nacionalistas manifestados pelos regimes de Salazar e Vargas, “Juventude e esplendor do Brasil”, do cronista, jornalista e dramaturgo português Augusto de Castro, funda o núcleo de sua narrativa no esboço de questões caras ao aparato ideológico responsável por imprimir vigor às tessituras erguidas por esses regimes.

Logo de início, há referências a Segunda Guerra⁸², as quais, num primeiro momento, dão-se da seguinte forma: “Admitamos que a Europa atravessa, neste momento, uma crise de neurastenia, uma espécie de depressão crepuscular”.⁸³

E ainda:

Há perto de três anos que a Europa queima na guerra os seus melhores elementos de força e validez física e arruína, com a cegueira do suicídio, os seus mais preciosos valores morais. Há três anos que a Europa não tem passado, nem futuro, para viver, cruel, exclusiva, lancinantemente, no presente.⁸⁴

Antes, contudo, de prosseguir com a análise alusiva ao panorama europeu, o autor incursionou por temas caros ao patrocínio de uma imagem positiva do regime Vargas. Nessa direção, as referências presentes no texto de Augusto de Castro à Marcha para o Oeste e ao impulso industrial propulsionado pelo governo Vargas funcionam, pois, enquanto elementos

⁸² Outras referências à Segunda Guerra deram-se da seguinte forma: no texto de San Tiago Dantas (professor e político brasileiro filiado à hoste integralista, desta afastando-se, contudo, quando da tentativa impetrada a fim de depor Getúlio Vargas do poder em 1938), “Estudos filosóficos e a sua significação no mundo contemporâneo”, há o encadeamento de referências ao segundo conflito mundial: “Estamos numa hora extrema, para o mundo ocidental, a que pertencemos: a guerra, que dentro em pouco se alastrará por todos os países, põe em perigo o corpo físico sobre que repousa a existência de cada povo, e faz um apelo tão urgente à técnica, à indústria, às ciências aplicadas, que o prestígio de uma escola de filosofia, a bem dizer, empalidece, e a sua missão se relega para o número daquelas tarefas de paz, voltadas à latência nestes grandes tempos, marcados pelos gestos de execução e pelos atos de vontade” (*Atlântico* nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 13). Por seu turno, José Osório de Oliveira, nas “Notas” do primeiro número, engendra o espaço destinado à menção das dificuldades ocasionadas pelo desenrolar do segundo conflito: “As dificuldades de comunicação, derivadas do Estado presente do Mundo, não permitiram que a colaboração brasileira, neste primeiro número, fosse tão numerosa como a portuguesa, e pudesse, como esta, apresentar a feição antológica”. Continuando, avalia os resultados negativos que a guerra ocasionara à publicação da *Atlântico*: “Foi nosso propósito separar as três partes distintas desta revista pelas qualidades, igualmente boas mas diferentes, dos papéis empregados. O nosso fornecedor garantiu-nos as quantidades necessárias porque as tem recebido sempre, de Inglaterra, com regularidade. Bastou, porém, que um comboio marítimo não chegasse a tempo para que nos víssemos, já com folhas impressas, perante este dilema: retardar o aparecimento do primeiro número de *Atlântico*, que devia corresponder à Primavera, ou imprimir o resto da primeira parte em papel diferente, ou seja: igual ao da segunda parte. Adotamos a segunda solução, que em nada prejudica a revista. Podia, muito bem, suceder que poucos leitores reparassem nisso, mas preferimos confessar, lealmente, o que não é uma falta nossa, mas uma consequência da Guerra. Nos números seguintes, saberemos evitar que se repita o percalço” (*Atlântico* nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 170 e 175).

⁸³ CASTRO, Augusto. “Juventude e esplendor do Brasil”. In: *Atlântico* nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 193.

⁸⁴ Idem.

ilustrativos da reflexão canalizada pelo programa cultural da revista *Atlântico* acerca de questões inscritas na agenda política da época.

Anunciada por Getúlio Vargas em 1938, a Marcha para o Oeste ganhou forma vinculada às propostas governamentais que tinham como meta a integração nacional e a ocupação do Brasil para além das zonas litorâneas, com vista, aliás, à promoção da produtividade das terras até então não mobilizadas para o engrandecimento e modernização do “país do futuro”. Tendo grande destaque na imprensa estadonovista, o empreendimento animou as opiniões formuladas em torno da questão nacional, sendo o governo Vargas, portanto, visto como um canal necessário pelo qual deveriam inelutavelmente passar as atividades que conferiam base sólida a essa questão.

Movimento de ocupação do interior, a Marcha para o Oeste pode ser entendida como uma elaboração concatenada ao projeto político do governo Vargas. Síntese do pensamento desse estadista, expressa o sentido especial conferido pelo Estado Novo à campanha nacionalista.⁸⁵ No ambiente político caracterizado pela disputa por territórios, um dos estopins que desencadearam a deflagração da Segunda Guerra Mundial, o fenômeno de alargamento das fronteiras brasileiras convertia-se em um exercício cívico.

Intelectual de forte ligação com o regime varguista, Cassiano Ricardo deu ares ao programa de redescobrimento do Brasil presente na plataforma estadonovista, isso ao associar a ocupação da região Centro Oeste desenvolvida à época com a gesta do movimento das bandeiras. Assim, o herói bandeirante responsável pela extensão territorial em direção ao Oeste durante o período colonial teve a sua saga retomada no Estado Novo. *Marcha para o Oeste*, livro lançado em 1940, e “O Estado Novo e seu sentido bandeirante”, artigo publicado

⁸⁵ De acordo com Luiza Franco Moreira, um dos aspectos mais marcantes da obra *Marcha para o Oeste* é apresentar a ditadura varguista como um “programa para orientar a vida cultural do país de acordo com os valores da nacionalidade”, mesmo que para isso fosse preciso “disciplinar e mesmo reprimir os intelectuais”. In: MOREIRA, Luiza Franco. *Meninos, poetas e heróis: aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 119.

na *Revista Cultura Política* no ano de 1941, preenchem o pensamento de Cassiano Ricardo acerca da empreitada patriótica movida por Vargas com o intuito de oferecer ao “Homem Novo” uma nova e reinventada nação.

A aproximação entre a Marcha e os bandeirantes também foi matizada por Augusto de Castro. O autor estabelece a linha de continuidade entre o bandeirante (que ao alargar as fronteiras do Brasil, num gesto “implacável” de “ação e expansão de força,” criara as bases do nacionalismo, sem o qual o “Brasil moderno não se teria criado”) e às medidas de incentivo para povoar as áreas da região oeste do território brasileiro, num exercício que, assim como a experiência primeira, encontrara razão de ser na busca pela promoção dos valores nacionais:

Toda a política e etnografia do Brasil atual é orientada no sentido dessa marcha para Oeste – base da economia industrial, da conquista do seu inesgotável sub-solo, em que estão não apenas os alicerces da potência inimaginável dos recursos do Brasil de amanhã, mas uma das maiores, senão a maior reserva de riqueza do Mundo.⁸⁶

Continuando o argumento desenvolvido, passa para a análise do complemento adjacente à Marcha para o Oeste⁸⁷, isto é, do impulso industrial propulsionado pelo Estado Novo, o que, de acordo com os termos contidos na exposição de Augusto de Castro, torna patente o encontro entre propostas de há muito candentes no regime e o conteúdo das idéias expressas pela *Atlântico* – no caso, a constatação de que no período de vigência da ditadura o país deixou seu perfil eminentemente agroexportador, ancorado mormente na comercialização de café, e adequou a sua economia ao âmbito da produção industrial, sendo o concurso para

⁸⁶ CASTRO, Augusto, Op. cit., p. 198.

⁸⁷ O incentivo à industrialização, parte integrante do programa de defesa nacional aguerrido pelo Estado Novo, compunha, de fato, uma miríade considerável de medidas cujo fim último sinalizava para o direcionamento rumo ao desenvolvimento econômico, desenvolvimento que deveria ser alcançado à revelia duma possível predominância dos capitais estrangeiros nos setores vinculados à indústria. Nesse sentido, com o fito de preparar o terreno interno, torná-lo apto a esses setores, o governo dera curso ao alargamento das fronteiras econômicas por intermédio da “Marcha para o Oeste”, movimento pelo qual responderam tanto a tentativa de espriar as ondas de progresso ao interior do país quanto a ênfase conferida à idéia de unificação como uma das pilastras da nacionalidade.

tal impulso vislumbrado nos componentes oriundos do programa nacionalista⁸⁸:

Começa a transformação de uma economia agrícola na economia industrial, na economia superindustrial que o futuro do Brasil anuncia. Começa, com a eclosão do sangue novo da selva e do subsolo, a juventude que ainda dura (...) O Brasil é uma país, cuja economia, primacialmente agrícola, está, sob o influxo de seu magnífico destino, a transformar-se em industrial.⁸⁹

Antes, porém, de adentrar a essas temáticas, o autor intenta isentar o aspecto político das relações luso-brasileiras, embora pese e se faça latente a profusão considerável de referências a um debate presente na agenda política do Brasil durante os anos 40 do século XX:

As nossas relações com o Brasil não podem ser, nunca ultimamente o foram, tratadas sobre a base e no espírito de simples interesses, de propagandas comerciais, de intercâmbios políticos. Todos esses aspectos da intimidade de Estados são consequência, são resultados, são expressões do fato superior da aliança do sentimento e da inteligência. Todo o entendimento com o Brasil, cimentado pela paternidade histórica e pela unidade espiritual da raça e da língua, tem de ser principalmente, fundamentalmente, essencialmente, sentimental e intelectual.⁹⁰

Importantes, na mesma medida, são as investidas de Augusto de Castro no que toca à defesa intransigente da união historicamente constituída entre Brasil e Europa, ou, mais precisamente, com a nação lusitana. Oportuno frisar que antes mesmo da publicação do ensaio de Augusto de Castro na *Atlântico* (outubro de 1942) sucedem-se fatos marcantes para

⁸⁸ Anteriores ao plano posto em prática pelo Estado Novo brasileiro com relação ao povoamento pleno do território objetivando a construção da brasilidade, as idéias desenvolvidas pelo intelectual norte-americano Frederick Jackson Turner (1861-1932), já desde 1893, expuseram um modelo de modernidade baseado na noção de “marcha”, modelo esse aceito em muitos momentos da histórica política dos EUA. Segundo Turner, a evolução dessa sociedade dar-se-ia na media em que o oeste fosse assaltado por uma intensa onda de ocupações, o que resultaria no reforço dos pilares da nacionalidade.

⁸⁹ CASTRO, Augusto. Op. cit., p. 204.

⁹⁰ Ibidem, p. 202.

o Brasil, como, por exemplo, o rompimento dos vínculos diplomáticos com os países do Eixo. Na esteira deste acontecimento, toma forma o processo de estreitamento das relações com as nações americanas, nomeadamente, os Estados Unidos⁹¹. Esse contexto sugere a sintonia entre as idéias trabalhadas pelo escritor português e o momento político vivido pelo Brasil. O reforço teórico da união “espiritual” responsável pela aproximação cultural luso-brasileira⁹², algo mais forte do que o ligamento “geográfico”, assume, portanto, no referido ensaio, traços de uma aguerrida defesa.

Assim sendo, situa a aproximação entre Brasil e Estados Unidos apenas como uma decorrência natural da ligação continental:

A América do Norte e a América do Sul constituem, geograficamente, a América. Mas, nem étnica, nem moralmente, constituem uma unidade histórica. A frondosa árvore da civilização sul-americana ergue a sua luxuriante vegetação e a sua magnífica sombra no continente americano, mas as suas raízes mergulham na Europa, e nenhuma força as arrancará de cá. A América do Sul é a Euro-América. Geograficamente, americana; espiritualmente européia.⁹³

Mas, logo em seguida, confere peso aos valores decorrentes do legítimo vínculo espiritual, ou seja, realça aqueles que fecundam a base da aproximação entre brasileiros e portugueses:

⁹¹ A partir de 1940, no Brasil, a presença dos Estados Unidos fez-se cada vez mais presente, tanto no que concerne à esfera econômica como no âmbito das atividades culturais. Lançando mão de uma intensa “fábrica de ideologias”, o governo norte-americano levou a cabo o processo de americanização do território brasileiro ancorado no escopo maior dos seus objetivos: converter “o continente como parte do seu mercado”. Nessa perspectiva, de acordo com Antonio Pedro Tota, na “conjuntura mundial de 1940 a idéia tocquevilliana de uma propensão das Américas ao americanismo era mais real do que nunca”. Assim, enquanto que uma parte considerável do mundo encontrava-se fechada aos Estados Unidos, “outras Américas” foram aliciadas para junto da esfera de influência norte-americana, isso por intermédio de uma forte componente da política ideológica do americanismo: a idéia de progressivismo. TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 21 e 35.

⁹² “O caminho que liga Portugal ao Brasil é uma rota atlântica, mas é também, e sobretudo, uma estrada espiritual”, escreve Augusto de Castro. *Ibidem*, p. 203.

⁹³ CASTRO, Augusto. *Op. cit.*, p. 205.

O rumo americano do Brasil, que é o seu natural destino geográfico e a condição econômica da sua expansão e das suas perspectivas nacionais não poderá nunca destruir, nem apagar, as tradições morais que constituem o fundo da sua civilização, estruturalmente espiritual. A Euro-América será uma das realidades, uma das perspectivas, uma das bases da próxima organização intercontinental do Mundo.⁹⁴

Ao deslindar a face “estruturalmente espiritual” do Brasil, que, matizada pelo regime de Vargas, passara a articular-se à idéia de cooperação, de fraternidade cristã, de humanização do Estado, do social e do trabalho – sendo este último recolocado em sintonia com a justiça social em função do sistema corporativo⁹⁵ –, o autor tece a senda que abre espaço ao cotejo do “espírito atlântico” com a “desesperada corrida atrás de riqueza, a concorrência sem peias, o materialismo sem finalidades espirituais”⁹⁶, elementos apontados por representantes do Estado Novo brasileiro como apanágios do capitalismo liberal, presente em algumas democracias, tal como os Estados Unidos.

Estabelecendo um paralelo entre essas idéias e as observações de Gilberto Freyre sobre o assunto, este definira a cultura luso-brasileira como uma cultura “formada pela confraternização de raças, de povos, de valores e materiais diversos, sob o domínio de Portugal e a direção do cristianismo.”⁹⁷

Observe-se, portanto, a semelhança entre o enredo conferido por Augusto de Castro ao seu texto e as observações formuladas por Gilberto Freyre sobre a construção lusitana da sociedade brasileira:

⁹⁴ Ibidem, p. 206.

⁹⁵ De acordo com Alcir Lenharo, “quase todos os teóricos corporativistas não escondem a sua nostalgia por um tempo perdido, a que se fazia necessário retornar, o tempo da fraternidade cristã imperante nas relações de trabalho das corporações medievais, destruídas pela revolução democrática...”. LENHARO, Alcir, Op. cit., p. 189.

⁹⁶ Níveis de vida e a Economia Nacional. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, 9 (99): novembro de 1942, p. 222. In: LENHARO, Alcir, Op. cit., p. 183.

⁹⁷ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 68.

Porque seria ridículo pretender que o Brasil exista independentemente de sua formação portuguesa; ou que seja um país onde outra cultura – outra língua inclusive – possa instalar-se com os mesmos direitos da de Portugal quando colonizou certa parte da América e firmou nos trópicos uma civilização com elementos predominantemente europeus e cristãos.⁹⁸

No intuito de reforçar o argumento proposto, buscou canalizar a intensidade do apreço com que Osvaldo Aranha mirava o estreitamento das relações entre o Brasil e os EUA⁹⁹ para a aproximação e a solidariedade estabelecida à época entre portugueses e brasileiros. Recorre, portanto, a um conjunto de idéias elaboradas por Osvaldo Aranha, delas destacando, todavia, apenas as passagens em que o autor trata dos vínculos entre Portugal e Brasil:

Quanto a mim só vos posso dizer que todos nós, brasileiros, temos orgulho de ser portugueses há 438 anos. Somos portugueses e a nossa união, posso assegurar-vos, não tem diferenciações, não terá variantes no futuro, como as não teve no passado. Iremos pelo tempo dos tempos, nós brasileiros, os portugueses da América, na confiança de que os portugueses serão, pelo tempo dos tempos, os brasileiros da Europa. Somos a mesma raça, devemos ter o mesmo destino, a mesma coragem, os mesmos desígnios e a mesma sorte, seja qual for o curso que as coisas humanas venham a tomar.¹⁰⁰

Aposta para que os rumos assumidos pelo Brasil não pendam apenas para as suas

⁹⁸ Ibidem, p. 37. Ainda segundo Gilberto Freyre: “O critério histórico é o da formação luso-brasileira. O que for hostil a essa formação é contrário aos interesses essenciais do Brasil.” Mas, logo em seguida, explica: “Não que isso signifique um Brasil preso à singularidade da cultura lusitana e com função de adjetivo em relação a ela. De modo nenhum. Nossa cultura já principia a afirmar-se – e pelos seus começos pode-se adivinhar seu desenvolvimento – substantiva e plural. Mas a sua estrutura é a tradição portuguesa e cristã. Por sua vez o Brasil é hoje a parte mais viva e mais destacada do mundo que o português criou com elementos principalmente europeus e cristãos, mas através de vasta miscigenação e de larga interpenetração de culturas. Inclusive a interpenetração de línguas e religiões.” Ibidem, p. 41.

⁹⁹ No lastro da Segunda Guerra, teve concurso no Estado Novo o desenvolvimento de forças antagônicas, as quais digladiavam tomando como eixo as propostas encabeçadas por, de um lado, Osvaldo Aranha, representante da ala pró-americana, e, de outro, Filinto Müller, porta-voz de uma aproximação mais estreita entre o Brasil e as forças do eixo. A esse respeito, Edgard Carone observa: “O atrito ideológico entre Osvaldo Aranha e Souza Costa, de um lado, e Filinto Müller, Eurico G. Dutra e Goés Monteiro, do outro, passa, em fevereiro de 1942, de luta de bastidores para luta aberta. Em fevereiro, as medidas repressivas do chefe de Polícia levam Osvaldo Aranha a protestar junto a Getúlio Vargas”. CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 295.

¹⁰⁰ CASTRO, Augusto, Op. cit., loc. cit.

raízes materiais, que o vinculam ao “pan-americanismo”, mas que esse vínculo possa ser conciliatório do espírito “Euro-Americano” que situa os brasileiros em um “espaço” e em uma “história” peculiares:

Conciliar essas duas forças divergentes – a material, que o atrai para a geografia e a espiritual que o liga ao espaço e à história: eis a grande missão que vejo ao Brasil, aquela que lhe anuncio aquela que lhe desejo. Nessa missão, mais uma vez a universalidade portuguesa nos aproximará. Todos os caminhos que unem o Brasil à Europa passam por Portugal e todos os caminhos que ligam Portugal, o seu secular gênio, ao Ocidente passam pelo Brasil. Não há Atlântico sem nós.¹⁰¹

No desenlace dos seus argumentos, Augusto de Castro sai em defesa da Europa, num discurso cujas intenções parecem intentar filiar a sua história à grandeza que, por vínculos estabelecidos no seio do processo de colonização, fora transmitida ao Brasil, do que decorre, por exemplo, o pendor “inelutável” deste em ter a Europa como matriz espiritual:

Vai sendo um pouco moda denegrir a Europa, falar em crepúsculo da Europa, falar em suicídio da Europa. Elevemo-nos contra essa absurda lamúria. A vida nunca se gerou senão no sofrimento. É neste cadinho de lutas e de tormentos, de paixões e de heroísmos, de combates e de derrocadas, que há dois mil anos a Europa forja a vida ideal da Humanidade. A Europa é a oficina da dor do Mundo. Mas é também a oficina do seu gênio.¹⁰²

O escritor brasileiro Álvaro Lins¹⁰³, em cotejo com o que foi exposto por Augusto de Castro, no texto “O crítico Tristão de Athayde”, escreve:

¹⁰¹ Ibidem, p. 206.

¹⁰² Ibidem, p. 207.

¹⁰³ Jornalista, professor e crítico literário brasileiro, projetou-se no cenário nacional especialmente por intermédio desta última atividade. Teve ainda garantida a sua participação em alguns dentre os mais destacados matutinos, tal como o Diário de Notícias e o Correio da Manhã. É autor de *História Literária de Éça de Queiroz*.

Onde vou concordar com o espírito em “equilíbrio” do Sr. Tristão de Athayde é no seu ensaio sobre os Estados Unidos, pois não define só uma posição pessoal, mas aquela que deve ser a posição do Brasil. A nossa aliança política e econômica com os Estados Unidos, que é uma atitude lógica e necessária, não deve levar ao esquecimento do que somos como nação e como cultura (...) Estamos dentro de vários círculos que nos prendem à humanidade, ao continente, à raça, à nação, à profissão, ao nosso próprio ser. Teremos que nos situar em cada um desses círculos sem trair os demais; e para harmonizar o círculo pessoal e o círculo nacional com o círculo continental, teremos de não esquecer a nossa tradição portuguesa e católica.¹⁰⁴

Ainda em seu ensaio, o autor aborda temas como o caráter nacional da cultura, dando azo a noções como a de que “todo escritor autêntico é um homem de seu país”¹⁰⁵. Endossa, aliás, as bases pelas quais é possível sustentar a tradição portuguesa e católica do Brasil.

Todavia, uma das pedras basilares do ensaio em questão corresponde à interpretação erigida em torno da relação Brasil-Estados Unidos, conforme é possível depreender a partir da citação. Para avaliar essa relação, Álvaro Lins toma de empréstimo as observações engendradas por Tristão de Athayde, corroborando, desse modo, a noção de que a união historicamente estabelecida entre o Brasil e Portugal constitui, a despeito de quaisquer tentativas de sobreposição de tal vínculo – é “sempre o problema da fidelidade colocado diante de cada ser individual ou coletivo que pretenda subsistir”¹⁰⁶ –, a base sob a qual residem os elementos responsáveis pela formação nacional da sociedade brasileira.

Em síntese, tal qual a consistência assente na afirmação de que os regimes salazarista e varguista definiram um conjunto preciso de elementos visando, sobretudo, a construção de um modelo sócio-político rigidamente ancorado na ordem e nos valores nacionais, é possível apontar a experiência envolta na revista *Atlântico* como um eixo articulado às propostas que

¹⁰⁴ LINS, Álvaro. O crítico Tristão de Athayde. In: *Atlântico* nº 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p.171.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 169.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 171.

tinham por meta concitar portugueses e brasileiros a não esquecerem o que são “como nação e como cultura”, o que, em outras palavras, significava criar, por meio de uma literatura voltada não apenas para a especulação, mas, com especial relevo, para a ação¹⁰⁷, um reduto capaz de projetar um perfil singular do mundo atlântico, do mundo luso-brasileiro, com toda carga de positividade que este possa auferir em comparação à forma como outras civilizações conduziram seu processo de formação.

¹⁰⁷Tal acepção, formulada em relação ao sentido último imputado à faina literária, foi partilhada por Augusto de Castro. Delimitando o papel de ponta desempenhado pelos diretores do SPN e do DIP no que concerne ao estreitamento das relações culturais entre Portugal e Brasil, o autor, de forma conclusiva, sentenciara que “nas mãos do meu Amigo António Ferro, professor de energia, como na iniciativa desse magnífico animador que é Lourival Fontes e cuja vasta obra tive ocasião de apreciar e admirar no Rio, *o Acordo não será uma divagação literária, mas uma expressão viva*”. CASTRO, Augusto. Juventude e esplendor do Brasil. In: *Atlântico* nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 203. Grifo nosso.

CAPÍTULO 2

A revista *Atlântico*: tentativa de construção de um novo paradigma

Nos dois primeiros artigos que apresentam o 1º número da revista *Atlântico*, o diretor do DIP, Lourival Fontes, e o diretor do SPN, António Ferro, sintetizam as bases que defendem como norteadoras da criação do periódico. Indo além de uma sumária nota de apresentação do número inaugural, ambos avançam na definição dos objetivos, os quais circulam no projeto de conhecimento mútuo e integral entre Brasil e Portugal, e, ademais, fazem incidir sua escrita, implicitamente, no apontamento dos aspectos que conferem legitimidade ao programa cultural escudado pelos novos Estados.

Em artigo intitulado “Algumas palavras de António Ferro”, o intelectual que fornece nome ao título constrói o núcleo central do seu argumento na tentativa de propagandar o futuro que aguarda Portugal e Brasil pelos feitos obtidos com os regimes que irromperam nestes países, respectivamente em 1933 e 1937:

Qual o nosso objetivo? Qual o nosso programa? Revelar *Portugal novo* aos brasileiros. Revelar o *novo Brasil* aos portugueses. A maior parte dos mal-entendidos, das incompreensões entre os portugueses e os brasileiros origina-se nos erros do velho intercâmbio oficial ou privado, no teimoso comércio de antiguidades... O que o Brasil deseja conhecer de Portugal *não é apenas o seu passado mas o seu presente e o seu futuro*, as suas inquietações e os seus anseios. Se Portugal deseja que o Brasil não o esqueça nem seja infiel à sua tradição e à sua cultura, saiba demonstrar que não se fossilizou, que conseguiu ser tão moderno como na Idade Média ou na Renascença. Por sua vez, o Brasil se quer interessar Portugal não deve limitar-se a exportar os seus escritores especificamente portugueses, portugueses, por muita gratidão e admiração que nos inspirem, mas também os escritores e artistas tipicamente brasileiros que falam também a nossa

língua e não deixam de ser tocados pela asa da mesma saudade, pela nostalgia da casa paterna.¹⁰⁸

O “revelar” do “novo” pode aqui ser lido na dimensão que permite inserir os termos no centro de umas das idéias defendidas pelos regimes português e brasileiro. Nesse caso em específico, trata-se da concepção de que com o advento dos Estados Novos teve início uma época que, sob o impacto constante da luta contra as tendências “obsoletas” vigentes em épocas anteriores, tornou elásticas as possibilidades que sinalizavam para um período de conquistas.

Nos discursos pronunciados por Vargas e Salazar deu-se, em nítidos contornos, a ênfase que apontara para um presente (gerado no seio do Estado forte) capaz de direcionar uma leitura positiva do futuro. Ambos operavam amparados na idéia de que o passado do país seria revivido pela figura do líder, sendo este responsável pela construção do presente assim como pelo delineamento do futuro. Nesse processo, o passado era visto sob as lentes das instituições autoritárias, as quais dele pinçavam apenas os aspectos que girassem na órbita dos princípios defendidos como bandeiras do Estado. Dessa forma, as notas de apresentação assinaladas por António Ferro concitam o Brasil a manter-se fiel tanto ao passado como ao presente da nação portuguesa, presente esse marcado pelo governo salazarista. Portanto, o “novo” seria apresentado em um processo mútuo de entendimento e compreensão de esferas que, embora “divididas” pelo laço que as une, o Atlântico, demonstravam possuir pontos de contato em comum, tais como o corporativismo nacionalista, a base política estruturada sob a égide de um Estado forte e a imposição da censura às manifestações artísticas e culturais.

Tratando das relações culturais que Portugal mantém com o Brasil por essa época, Schiavon escreve:

¹⁰⁸ Algumas palavras de António Ferro. In: *Atlântico*. n.º 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942.

Dessa forma, o que se constata é que Portugal aposta no apelo sentimental, nas relações afetivo-culturais para, inicialmente, estreitar laços de união com o Brasil por meio da difusão da idéia de “unidade espiritual sentimental” e, posteriormente, cahamar para si a condição de líder da *civilização lusíada*, da *civilização atlântica*. Aliás, o próprio Embaixador brasileiro. João Neves da Fontoura, reconhece a liderança portuguesa no momento em que tece considerações a respeito do trabalho realizado pelo SPN [sic] afirmando que o secretariado português ocupará um capítulo novo na história portuguesa “não só pelas iniciativas felizes que tomou, irradiando valores nacionais e aproximando o povo português de outros povos, como também pelo papel que exerceu, mais particularmente, de obreiro desvalado na compreensão luso-brasileira.”¹⁰⁹

Continuando, Schiavon busca sintetizar as razões que teriam levado Portugal a estabelecer, sob bases mais sólidas, a união com a nação brasileira:

Em síntese, fica claro que o governo português aposta na formação desta comunidade luso-brasileira como uma forma de fortalecimento frente aos novos desafios advindos dos anos finais da década de trinta e princípios da seguinte e, para levar adiante este objetivo, executa um plano de política cultural, alicerçado principalmente na unificação da ortografia, na difusão da cultura portuguesa (e isto implica na “neutralização” e/ou ocupação de espaços de outras culturas) e no resgate do legado cultural da colonização lusa.¹¹⁰

Como podemos perceber, António Ferro apropria-se de um discurso corrente entre os segmentos que faziam a defesa da aproximação luso-brasileira, e que viam, em Portugal, um “obreiro” dessa aproximação.

O poeta, ficcionista e crítico literário português, também Secretário da Redação da

¹⁰⁹ SCHIAVON, Carmem G. Burgert. O Estado Novo no Brasil e as relações culturais luso-brasileiras no período. Disponível em http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210897420_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf. Acesso em 11 de agosto de 2009. Grifo nosso.

¹¹⁰ Idem.

Atlântico, José Osório de Oliveira, nas “Notas” escritas para o segundo número da *Atlântico*, no tópico intitulado “Obreiros da aproximação”, destaca o mérito português no que se refere à promoção de ações direcionadas a criação de vínculos mais estreitos com o Brasil. Segundo Oliveira:

Numa das Notas do Iº número desta revista, procuramos resumir, não só com simpatia, mas com absoluta imparcialidade e rigoroso escrúpulo, quanto se fez em Portugal antes do Acordo Cultural, para o estreitamento das relações luso-brasileiras.¹¹¹

O Acordo Cultural assinado em 4 de setembro de 1941 foi precedido por um conjunto expressivo de medidas cujos objetivos circularam as linhas mestras do projeto de intercâmbio entre as duas nações. Dessas iniciativas, para citar alguns exemplos, pode-se sublinhar o Acordo Literário entre Portugal e Brasil, assinado no Rio de Janeiro em 1922; o Acordo Postal de 1924; o vínculo entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Academia Portuguesa de História, datado de 1936; e, em abril de 1937, a criação dentro da Sociedade de Geografia Portuguesa do Centro de Estudos Brasileiros.¹¹²

Dentre as comissões que integraram o Centro de Estudos Brasileiros, aquelas que previam o intercâmbio intelectual e artístico luso-brasileiro, os Estudos Culturais Brasileiros e a Imprensa e Propaganda carregam certa similaridade com as propostas elencadas pelo Acordo Cultural de 1941, o que permite a leitura desse acordo como uma continuação das medidas impetradas ainda nos anos 30, no momento em que Salazar e Vargas empenhavam-se na tarefa de legitimação das instituições políticas autoritárias, o que resultou na criação do SPN, em

¹¹¹ *Atlântico*, nº2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 368.

¹¹² Antes disso, a colaboração do escritor e jornalista Alberto de Oliveira no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, foi motivada pelo objetivo de criar um canal de relações entre Portugal e Brasil. Na coluna intitulada “Pombos-Correios”, Oliveira chega a sugerir a formação de uma Confederação Luso-Brasileira. Sobre o assunto, consultar NEVES, João Alves das. *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa-Ministério da Educação e Ciência, 1992, principalmente o tópico “Expressões do luso-brasileirismo: conferências, acordos e tratados”, p. 129-136.

1933, e na fundação do DIP, em 1939.

No plano literário, podemos assinalar, ainda na década de 1910, os esforços reunidos em torno da revista *Atlântida* no sentido de fazer de “Portugal e do Brasil uma comunidade perfeita”, nas palavras de Paulo Barreto, vulgo João do Rio, o qual, juntamente com o escritor português João de Barros, encabeça a fundação (1915) e a direção do periódico. O programa literário da revista insistia na “necessidade do entendimento luso-brasileiro”, reunindo como colaboradores expoentes do pensamento nacional de Portugal e Brasil. Segundo Arnaldo Saraiva, as colaborações do primeiro número da *Atlântida* reforçam a “sugestão de que se tratava de uma revista luso-brasileira”:

Teófilo Braga escrevia sobre “a revolução de 1640 e o terror bragantino”; Luís da Câmara Reis escrevia sobre Ramalho Ortigão; A. Veloso Rebelo, então conselheiro da Embaixada do Brasil em Lisboa, escrevia sobre as “relações luso-brasileiras”. Na parte de colaboração criativa, Manuel de Sousa Pinto publicava um excerto do “Romance dum escultor” e Afonso Lopes Vieira publicava o poema “Os dois sebastianistas” – que parece que ninguém recebeu como piada aos dois Joões que dirigiam a revista.¹¹³

A partir do número 37, *Atlântida* passa a definir-se como “órgão do pensamento latino em Portugal e no Brasil”, o que, de acordo com Saraiva, veio justificar a

nomeação de um novo diretor, que João de Barros fora descobrir em França; assim, João do Rio continuava a ser diretor “para o Brasil”, João de Barros continuava a ser diretor “para Portugal”, e Graça Aranha passava a ser diretor “para França”.¹¹⁴

Em outros termos, as raízes do projeto de aproximação “cultural” entre Portugal e

¹¹³ SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro e modernismo português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 125.

¹¹⁴ Ibidem, p. 127.

Brasil datam de período anterior a decretação do Estado Novo de Getúlio Vargas. Contudo, com o advento da Carta de 1937, “as afinidades ideológicas entre os dois países tendem a viabilizar, ainda mais, o aprofundamento das relações luso-brasileiras”.¹¹⁵

Assim, o trabalho com a pretensa idéia de um “novo” período característico das sociedades luso-brasileiras, calcado em alguns pontos de contato entre os regimes salazarista e varguista, permitiu apresentá-lo, nos idos de 1942, conforme os argumentos expostos por António Ferro, como o gerenciador do movimento de reaproximação entre Portugal e Brasil. Nessa ótica, o ânimo no sentido de sedimentar os laços de afetividade galgara ares, segundo a exposição de um dos representantes do poder, pelo fato de vigorar nessas nações uma estrutura política autoritária.

De acordo com o que foi dito, são inúmeras as passagens que no interior da revista *Atlântico* tecem a mística de que a grandeza do Acordo de 1941 desdobrou-se como um resultado da ação dos novos governos.

Dessa forma, as “Notas” do primeiro número, pelas quais respondem o Secretário da Redação, José Osório de Oliveira, conforme atestado em seu quarto numero¹¹⁶, no sentido de propagandear a positividade assente nas medidas empreendidas pelos regimes salazarista e varguista, esclarecem:

Digamos, a propósito, que essa política foi sempre uma aspiração comum de portugueses e brasileiros, e que algumas vezes os governos de Portugal e do Brasil a tentaram realizar, como quando o presidente Epitácio Pessoa visitou Portugal, e quando o presidente António José de Almeida, acompanhado de uma embaixada de intelectuais e de personalidade representativas, foi ao Brasil. Mas só agora, com o presidente Getúlio Vargas e com o doutor Oliveira Salazar como chefe do governo, essa política tem seu sistema e se realiza efetivamente, com continuidade, como política das duas nações.

¹¹⁵ SCHIAVON, Op. cit., p. 105.

¹¹⁶ “Pelas notas, não assinadas, é responsável o Secretário da Redação”. In: *Atlântico* nº 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p. 368.

Agora, sim, a “unidade espiritual” é um programa de governo. E é essa única política da revista *Atlântico*.¹¹⁷

Se a referida “unidade espiritual” constituíra “um programa de Governo”, possivelmente tivera como pedra basilar, portanto, tornar o conteúdo literário divulgado, se não um reflexo *ipsis litteris* da política vigente, ao menos o mais articulado possível às estruturas autoritárias de ambos os regimes, salazarista e varguista, como corroboram a ausência, no interior da *Atlântico*, de material alusivos aos regimes democráticos, ou, até mesmo, sobre as estruturas políticas republicanas anteriores à outorga dos Estados Novos.

Nas “Notas” que integram o final do segundo número da revista, José Osório de Oliveira filia a grandeza do Acordo de 1941 às instituições autoritárias que permitiram a sua consecução:

Outros atos de boa política luso-brasileira nos terão escapado, nessa ou nas outras Notas, mas não era nossa intenção fazer uma resenha completa e, sim, mostrar, por um lado, que o desejo de aproximação existia há muito, e, por outro lado, que a falta de um instrumento oficial que lhes assegurasse a eficácia e a continuidade, fazia com que os numerosos esforços para a conseguir, por assim dizer se perdessem. Não havia, nem podia haver, na verificação desse fato, menoscabo para nenhum dos obreiros da aproximação. Como um deles, sem vaidade, se considera quem escreveu todas as Notas do Iº número da *Atlântico*, e não lhe custou reconhecer que a sua ação individual de tantos anos, só agora, com sequência garantida pelo Estado Novo a todos os atos de aproximação luso-brasileira, poderá resultar inteiramente profícua.¹¹⁸

Tornando evidente a oficialidade do Acordo Cultural de 1941, José Osório apresenta a idéia de que a unidade entre os países, a qual corresponde a um conjunto de medidas

¹¹⁷ Notas. In: *Atlântico* nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1942, p. 170.

¹¹⁸ Notas. In: *Atlântico* nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 369.

promovido por ambos, desdobrou-se na unidade de pensamento no interior da *Atlântico*:

A existência de um programa oficial de política luso-brasileira, que outra coisa não é o Acordo Cultural; uma finalidade comum, pelo menos nesse campo, ao D.I.P e ao S.P.N; o bom entendimento, se não, mesmo, identidade de vistas dos Diretores brasileiro e português; o elo de ligação que constitui a presença do Visconde de Carnaxide junto ao D.I.P.; o elo estabelecido pela presença de Cesário Alvim junto do S.P.N.; o fato de o Secretário da Redação desta revista conhecer o Brasil, sob o aspecto literário, tão bem como Portugal – todas essas circunstâncias garantem a unidade da *Atlântico* dentro daquela diversidade que faz a maior riqueza do Mundo Lusíada.

Essa mesma unidade, para a qual concorreram os esforços do governo português, seria, após a afirmação do Acordo, igualmente zelada por representantes dos instrumentos de ação do governo brasileiro. E apesar de Lourival Fontes ter sido substituído do cargo de diretor da *Atlântico* por Antônio Coelho dos Reis, esse fato não se traduziria numa variação das propostas fixadas em 1941, como é possível perceber através do comentário feito por José Osório de Oliveira:

A melhor prova de que essa unidade de pensamento existe é que, tendo mudado o Diretor do D.I. P., sendo outro, portanto, o Diretor brasileiro da *Atlântico*, esta revista continua com a mesma orientação. O Major Antônio Coelho dos Reis claramente o afirmou ao assumir as suas novas funções: o Acordo Cultural prosseguirá no mesmo ritmo de trabalho e de efusão; esta revista continuará, portanto, a sua tarefa, dentro de igual atmosfera. Aliás, o êxito que a *Atlântico* alcançou no Brasil convece-nos de que seguimos o bom caminho da Aproximação.”¹¹⁹

A transcrição, no terceiro número da *Atlântico*, da palestra¹²⁰ pronunciada por José

¹¹⁹ Notas. In: *Atlântico*, nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 367.

¹²⁰ “Por incumbência de Antônio Ferro, que além de Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional é o

Osório de Oliveira quando da inauguração de uma nova seção da Emissora Nacional, denominada “Meia Hora Brasileira, é confirmativa da noção frequentemente propalada pelo periódico de que os ambientes português e brasileiro dos idos de 1940 seriam os únicos capazes de selar a “política de aproximação luso-brasileira”, que

hoje estabelecida, por um acordo oficial, foi sempre, se não um princípio de governo, uma idéia implícita nos nossos atos de povo, manifestando-se, sentimentalmente, na nossa amizade espontânea pelo Brasil. Mas agora, felizmente, essa política, que não precisa de código, tem um programa, conta com quem a execute. Diariamente, os portugueses, hoje, podem sentir que o Brasil está em Portugal, como Portugal está no Brasil.¹²¹

Em síntese, as passagens acima transcritas, além de tornarem patente a ênfase no trato de assuntos caros à promoção da imagem positiva dos regimes, permitem constatar que a aproximação cultural entre portugueses e brasileiros passou a integrar propostas de governo, o que, em outras palavras, confere contornos mais precisos à idéia, corrente à época, do Estado como patrono cultural. Além disso, reforçam a idéia de que a *Atlântico* possuía um programa e que este seria mantido sob qualquer circunstância. Em outras palavras, nenhuma disposição não alteraria, tal como a mudança do diretor brasileiro, o objetivo que presidiu a criação da revista luso-brasileira: a manutenção da unidade de cultura e de pensamento, calcada na sedimentação da unidade espiritual.

Presidente da Direção da Emissora Nacional de Radiodifusão, e para que este outro organismo do Estado Português colaborasse, também, na realização do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, encarregou-se José Osório de Oliveira, como já se disse aqui, da organização do novo programa radiofônico “Meia Hora Brasileira”. Iniciando esse programa, leu o Secretário da Redação da “Atlântico”, ao microfone da E.N., uma breve palestra que a mero título documental, embora tardiamente, queremos transcrever neste arquivo de Acordo.” p. 212.

¹²¹ OLIVEIRA, José Osório. Política do Atlântico. In: *Atlântico* nº 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 213.

2.1. Acordo Cultural: índice do “espírito” luso-brasileiro.

Não são os regimes, quaisquer que sejam, que resistem ao tempo – e sim as criações do espírito.

Ferreira de Castro

Uma miríade notável de trabalhos divulgados na *Atlântico* compôs o perfil mantenedor do aparato ideológico dos regimes de Vargas e Salazar. A aproximação com esses regimes assume, portanto, nítidos contornos ao levarmos em consideração a incidência de temas que tiveram como núcleo realçar os elementos que sustentavam a propaganda autoritária. Elogio à forma administrativa imperial ¹²², bem como o elogio dos seus representantes, tanto em Portugal quanto no Brasil; concessão de relevo aos heróis nacionais; abordagem de momentos históricos que tiveram como cenário o período colonial; valorização das tradições referentes ao passado histórico português e brasileiro¹²³, assim como a noção de vínculo entre as manifestações culturais e os valores nacionais que lhes conferem sentido, compreendem, portanto, o rol dos assuntos recorrentemente veiculados pelas páginas da revista *Atlântico*¹²⁴.

¹²² Considera-se importante estabelecer aqui a distinção do que avaliamos como alusões sobre o “império” elaboradas no interior de *Atlântico*. Quando assim se verificar em relação ao Brasil, estamos chamando a atenção para a referência a uma forma de governo, o regime imperial vigente entre 1822 e 1889 (apontado como a raiz do sistema político brasileiro, ponto coerente com a história iniciada pelos portugueses durante o processo de colonização, coerência rompida com a República). Assim, as constantes alusões ao período colonial, aos feitos oriundos da ação política de um soberano (D. João VI, por exemplo), bem como às instituições resultantes da administração imperial, enfeixam um conjunto de elementos que permitem sinalizar para a validade da experiência centralizadora em solo brasileiro. Ao termo “império”, no caso português, referimo-nos ao conjunto das possessões ultramarinas conquistadas a partir do século XV e vigentes mesmo durante o período de difusão da revista *Atlântico*. A manutenção do domínio sobre essas regiões revelaria a legitimidade do Estado Novo instituído por Salazar, ao mesmo tempo em que permitiria descortinar a continuidade da obra desenvolvida por este em relação aos “inícios da obra de colonização”, obra essa fruto da ação dos monarcas portugueses: “da Madeira com o Infante D. Henrique; dos Açores com D. Afonso V; das ilhas do Atlântico central com D. João II e D. Manuel; do Brasil com D. João III; de Angola com D. Sebastião” (SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL. *O Império colonial português*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1942, p. 15). Tornar clara essa associação foi, pois, um dos intentos abraçados pela propaganda oficial. E, consoante a isso, *Atlântico* fez da colonização portuguesa uma abordagem corriqueira em suas páginas, conforme veremos adiante.

¹²³ Importante mencionar a ausência de trabalhos cujo enredo fosse ditado pela referência explícita e direta a fatos relativos ao período republicano português e brasileiro, bem como aos feitos empreendidos pelos presidentes republicanos durante vigência administrativa.

¹²⁴ É oportuno fazer aqui o balanço das obras cuja análise incide, em alguns tópicos, no estudo da cultura, dos símbolos nacionais e das tradições no interior do sistema de propaganda autoritária. Assim, Maria Helena Rolim Capelato (1998), na obra *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*, escreve: “A

O jornalista e político brasileiro Lourival Fontes, nas palavras de apresentação escritas para o primeiro número da revista *Atlântico*, em texto intitulado “Unidade Espiritual”, propõe uma análise sobre o processo de formação da sociedade brasileira destacando a proeminência que neste processo tivera a nação portuguesa.

Do enredo conferido ao texto pulula um feixe de noções encadeadas no intento de dar vazão a uma leitura particular da história do Brasil, que permita dela extrair os conflitos e as querelas históricas que perpassaram as relações entre este e Portugal. Na avaliação do autor, “nas associações de toda ordem”, portugueses e brasileiros “são admitidos em comum, sob influxos de sentimentos duma cordialidade imperturbável”. Sobre os valores que colaboraram “nessa harmonia, destaca o idioma, a religião, as preferências e as “fontes de orgulho patriótico”.¹²⁵

Dito de outra maneira, sobressai uma análise atinente com os objetivos manifestos pelos regimes autoritários. Daí resulta, por exemplo, o apelo em chamar os conteúdos históricos a galgarem os degraus de um conhecimento capaz de expor, no presente, os aspectos capazes de produzir um resultado positivo no que diz respeito à legitimação do *status quo* instaurado.

“Unidade Espiritual” fornece ainda os elementos que corroboram os argumentos acima esboçados. Isto é, com nítidos fins propagandísticos, Lourival Fontes estabelece a existência

ideologia estadonovista valorizava o popular, invertendo um discurso que sempre imputou ao povo a responsabilidade dos males do país” (p. 139). Luís Reis Torgal (1989), em *História e Ideologia*, por sua vez, confere destaque ao fato de que “O nacionalismo que repassava a ideologia salazarista não poderia deixar de mitificar os valores históricos portugueses e de apresentar a expansão ultramarina como uma gesta heróica e transcendente” (p. 186). Adensando a análise, sustenta que “temática ultramarina foi particularmente considerada. E como poderia deixar de sê-lo, se o Salazarismo sempre encarou o 'Império' como suprema expressão da criatividade lusíada, como a realização mais exaltante do nosso gênio ecumênico, como a mais acabada exemplificação da vocação missionária e civilizadora de Portugal?” (p. 188). Já Heloísa Paulo (1994), *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, (p. 82-83), esclarece, acerca das formas de representação do popular pelos sistemas de propaganda salazarista: “Os estudos acerca da “cultura popular”, do folclore, que são produzidos por intelectuais e especialistas, servem para compor o “rostro” oficial do “povo”, ganhando um caráter utilitário quando se trata de recuperar festas e costumes populares, reavivar ou mesmo “criar” tradições que se identificam com a visão que o Estado Novo procura perpetuar do quotidiano popular” (p. 82). Concluindo, a autora aclara a noção de que o “regime procura, desta forma, aproximar-se do “povo”, mostrar-se conhecedor dos seus costumes e realidades” (p. 83).

¹²⁵ FONTES, Lourival. Unidade Espiritual. In: *Atlântico*. n.º 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 01.

de “laços” responsáveis pelo vínculo entre Portugal e as suas colônias, ou ex-colônias, como no caso do Brasil:

Não é exato que se renovam os laços de compreensão e solidariedade entre o nosso país e Portugal. Esses laços não foram nunca interrompidos. Nem mesmo nos momentos mais graves da nossa formação, os compromissos com a raça tronco, formadora da nossa, sofreram quaisquer abalos. Durante a fase colonial os *nascidos no Brasil*, (como se dizia, à data) já senhores duma consciência americana, encontraram nos elementos portugueses os companheiros de luta, sempre que a pirataria ameaçou a unidade das terras conquistadas.¹²⁶

A descrição da fase de colonização do território brasileiro funda-se, pois, na aproximação de interesses entre “nascidos no Brasil” e os portugueses conquistadores, a “raça tronco”. Sublinha-se ainda que os laços responsáveis por atar essa aproximação “não foram nunca interrompidos”, o que permite sugerir, se situarmos esse argumento no ambiente em que fora produzido, ou seja, no interior do Estado Novo, o intento por parte de Lourival Fontes em demonstrar, no presente, pontos de contato entre as sociedades brasileira e portuguesa.

Ao longo da apresentação, são expostos os fatores que proporcionaram a união “espiritual” entre portugueses e brasileiros. Nesse sentido, sentencia:

Ninguém ignora que os escritores brasileiros se fortalecem e inspiram nos velhos escritores portugueses, que criaram, opulentaram e conservaram o idioma, nas suas fontes genuínas. Muitos, dentre eles, tem mais repercussão aqui do que mesmo no país de origem. Essa constante homenagem ao tronco de que nos orgulhamos vale por todos os esforços de propaganda. Portugal pode dispensar a propaganda de seus propósitos no Brasil, pois acompanhamos, cada manhã, os pendores do mesmo e compreendemos, por força de analogias imperecíveis, com as mesmas emoções, os justos ideais,

¹²⁶ Idem.

que constituem os esforços dos portugueses *pela criação dum Portugal cada vez_maior*. É o que observamos, *ainda agora*. O convênio fixado entre as duas nações correspondeu às expectativas unânimes. O ato, que admitiu, apenas coordenou aspirações, que reclamavam pontos de referência.¹²⁷

Vislumbra-se que até este período, o ano de 1942, o diretor brasileiro da revista, também chefe do departamento encarregado da censura e da propaganda do regime varguista, aponta para o fato de que o Brasil segue os passos de Portugal em seu laborioso trabalho de criação de uma nação “cada vez maior”. O acompanhamento dá-se por haver no Brasil “força de analogias imperecíveis” – uma conduta política que aposta no Estado forte e centralizado como única via capaz de gerar o estado de “harmoniza social” e de pleno desenvolvimento das forças produtivas –, dominada pelas “mesmas emoções”. Aos “justos ideais” poder-se-ia atribuir uma valoração, por parte do autor, dos aspectos que materializavam as propostas encabeçadas pelo Estado Novo, ou, se preferir, os “novos” Estados, os quais capitaneavam as esferas sociais, econômicas, políticas e culturais de Portugal e Brasil com o objetivo de torná-los “maiores”.

Observa o autor que, “ainda agora”, durante o Estado Novo, Portugal confere ânimo à tarefa de engendrar uma nação “maior”. Ainda na esteira dessas questões, deixa entrever que, de maneira análoga à sociedade portuguesa, o Brasil, amparado pela unidade espiritual e sob a ordem de “expectativas unânimes”, caminha, durante o regime varguista, para o mesmo objetivo: conferir ares de grandeza à nação brasileira.

A afirmação de um tempo presente, tarjado pelas urdiduras políticas provenientes do Estado Novo em Portugal e no Brasil, ganha relevo na seguinte passagem, carregada de conotação crítica em relação às supostas forças contrárias aos regimes fortes:

A renovação dos laços de solidariedade histórica com Portugal representa

¹²⁷ Ibidem, p. 01-02.

um gesto automático. Através do tempo, ao longo dos séculos efêmeros, superiores a todos os contrários, os traços de nossas simpatias não se desvaneceram nunca, ao ponto de se tornarem indispensáveis os protestos e justificações, próprios das desconfianças.¹²⁸

E, mais adiante, as palavras deixam entrever a propensão à defesa de “interesses espirituais” postos em xeque, pois “é certo que, no momento, os interesses espirituais luso-brasileiros entram num período de iniciativas imediatas, práticas e claras”. Após esta constatação, fixa os termos pelos quais se justificaria a consecução do acordo cultural, numa implícita, talvez, menção ao contexto da época:

O convenio, nesse sentido, coordenando as atenções e desvanecendo possíveis desleixos, abraça os termos de contatos quotidianos em todos os sentidos. Não se cogita de renovar. Cogita-se de continuar, sem dúvida alguma, com perseverança dirigida. Os jornalistas e intelectuais de Portugal e Brasil têm grande obra a concluir. A despeito de todas as facilidades e vantagens, sentimos, a cada passo, que precisamos conhecer-nos melhor. Desse conhecimento resultará a defesa dum formidável patrimônio espiritual, que não é português, nem brasileiro, porque é comum.¹²⁹

À defesa dos ideais e, de certa forma, embora implícita, da política vigente em ambos os países, segue-se a menção à Segunda Guerra, menção essa feita nos seguintes termos:

Na hora sombria, que o mundo vive, os esforços dessa natureza redobram de expressões. Os ódios insanáveis, as incompatibilidades rancorosas, os equívocos sem remédio dividiram os homens e os povos, à míngua de compreensão.

Já o trecho seguinte indica, pela analogia política entre as “nações irmãs”, salvo suas peculiaridades, a defesa, em um contexto corroído pela guerra, dos elementos responsáveis à

¹²⁸ Ibidem, p. 2.

¹²⁹ Idem, ibidem.

época pela grandeza de Portugal e Brasil:

Quando assim acontece, a conduta de portugueses e brasileiros, estendendo-se a mão sobre o oceano, reduzindo as distâncias e coordenando as vontades, constitui formoso exemplo. E esse exemplo vai florir e frutificar. É o que significa o convênio, recentemente fixado, com o pensamento da grandeza, dos povos que falam o idioma em que Camões imortalizou o gênio da raça. Os laços de ordem espiritual sempre favorecem outros.¹³⁰

Da passagem acima, é possível reter que portugueses e brasileiros, “estendendo-se a mão” e “reduzindo as distâncias”, o faziam em resposta à “hora sombria”, marcada por “ódios insanáveis” e “incompatibilidades rancorosas”. Através desta iniciativa (“formoso exemplo”), Portugal e Brasil exporiam a sua grandeza, bem como os valores nacionais cultivados. Depreende-se, ainda, que o Acordo Cultural estabelecido (“convênio recentemente fixado”) surgiu como um mecanismo cujo significado residiu na promoção dos valores que, no decurso da década de 1940, caracterizavam estas nações. Tendo em vista que os “laços de ordem espiritual sempre favorecem outros”, seria favorável que a união espiritual incidisse na valorização mútua e na conseqüente formação de laços em relação aos demais elementos que, em conjunto, constituíam os cenários dos regimes de Salazar e Vargas.

Corroborar esse último tópico a construção: “Conhecendo os desconcertos, que assoberbam os povos e atormentam o mundo, é fácil de ver que o intercâmbio com Portugal se poderá assentar em alicerces robustos. Todas essas coisas dependem da compreensão mútua. Ora, essa compreensão está simplificada pela constância histórica”.

Conforme visto anteriormente, o chamado dirigido aos intelectuais de Portugal e Brasil para que atuassem de acordo com os objetivos dos regimes instituídos por Salazar e Vargas foi uma ação movida no sentido de “engajá-los” na missão inovadora alavancada pelo Estado autoritário. A propaganda empreendida neste Estado visava espalhar uma imagem

¹³⁰ Ibidem, p. 3.

positiva a seu favor, extirpando noções contrárias à busca movida em prol do pleno desenvolvimento das instâncias nacionais.

Tratando da participação dos grupos intelectuais no fomento ao pensamento capaz de articular-se com o Estado, Lourival Fontes comenta:

Os escritores e jornalistas, despertados pelos esforços do Estado Novo português, esforços tão bem esclarecidos por Antonio Ferro, numa breve mas propícia permanência entre nós, nada mais tem a fazer senão coordenar as vontades, porventura, esparsas. O afã está simplificado por natureza. Mas, os contatos permanentes hão-de ser indispensáveis. Para levá-los a termo, sem esmorecimentos ou desânimos, é que foi assinado o convênio do Rio de Janeiro, em boa hora e sob os auspícios dos mais enérgicos ideais.¹³¹

É sintomática a referência levada a cabo por Lourival Fontes acerca da referida cooptação. Nesse sentido, suas palavras são bastante expressivas, na medida em que fornecem indícios sobre a proposta do Estado Novo português em “despertar” escritores e jornalistas para canalizarem os seus esforços tendo como foco o engrandecimento de Portugal. E sendo filiado à adoção desta prática no Brasil, posto que este foi um dos intentos do ideal prefigurado pelo DIP, não seria incorrer em erro supor que há, por parte de Lourival Fontes, o intuito de defender e manter, no Brasil, dada a confluência de alguns aspectos, os apanágios apresentados como sendo parte integrante da experiência (autoritária) portuguesa.

Muito embora tenha sido frequentemente apregoada a ênfase no labor espiritual e cultural da revista *Atlântico*, existe mesmo a defesa do vínculo entre, de um lado, o trabalho intelectual, e, de outro, as atividades atinentes à esfera política, conforme o exemplo extraído de alguns artigos publicados no periódico. “Apontamentos sobre cultura e ação”, de Eduardo Freitas da Costa, “Uma nova geração”, de Álvaro Lins, “Defesa do gênio poético português”, de João de Castro Osório, e “Ideário contemporâneo”, de Delfim Santos, constituem,

¹³¹ Idem, *ibidem*.

portanto, exemplos a esse respeito.

Ao resenhar o labor intelectual de Marcelo Caetano e San Tiago Dantas, Eduardo Freitas da Costa, ensaísta e escritor “doutrinário” português – segundo definição atribuída pela própria revista –, registra que o “papel dos intelectuais na sociedade” constitui-se em um dos mais “complexos e mais graves”, isso em grande parte devido ao “trabalho que podem desenvolver no sentido de modificar a ordem das coisas”.¹³²

Nesse sentido, ambos, Marcelo Caetano e San Tiago Dantas, são situados como exemplos na produção de uma atividade cultural confluyente com a ação política, ou seja, de uma “cultura ao serviço da nação”. Segundo Costa, “compreende-se, pois, que – sendo estes dois professores, eles próprios, exemplos de uma cultura que se lança na ação – ensinem o aproveitamento das forças intelectuais na construção política”.¹³³

Em síntese, o autor reforça a noção que atribui ao trabalho cultural a função de servir a este ou àquele projeto de nação. Mais uma vez, são escalonados os nomes de Dantas e Caetano: “São dois professores novos, que entendem dever a sua cultura e o seu trabalho e a sua posição de mestres servir para a construção viva da Nação e das suas forças”.¹³⁴ Não é por acaso que utiliza a palavra “servir” quando estabelece a relação entre o conjunto da produção desses intelectuais e as “forças” nacionais. Essa singular relação serve, pois, apenas como um índice sobre o sentido geral conferido à atividade intelectual pelo autor, o que fica patente no desenrolar dos seus argumentos:

A hora presente impõe a utilização prática da força intelectual. Vivemos em época de mobilização de todas as atividades e, porque o intelectual não é um isolado, a sua ação, o seu trabalho, são requeridos para a solução da crise contemporânea (...) Em presença de tudo que

¹³² COSTA, Eduardo Freitas da. Apontamentos sobre cultura e ação. In: *Atlântico*. n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 363.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Idem, ibidem.

lhe pede, em presença de tudo que dele se espera, o dever do intelectual assume caráter de missão. Há qualquer coisa de muito belo, de muito forte, nessa doação de si próprio. Dar o que se possui e que aos outros possa ser útil, sejam os tesouros dos nossos cofres, das nossas inteligências, ou das nossas almas, dignifica-nos como homens e eleva-nos acima de nós próprios.¹³⁵

Por sua vez, Álvaro Lins, defende a sentença de que o

escritor ou o artista de hoje se sente assim ameaçado duplamente: na realização da sua obra e nas condições sociais que a tornam possível. *São dois caminhos convergentes: o da arte em si mesma e o da vida social e política.* Qualquer um dos dois isoladamente constituirá uma traição contra o outro. Qualquer confusão entre os dois implicará da mesma forma um desvirtuamento da missão intelectual.¹³⁶

Já João de Castro Osório, ao sair em defesa do “gênio poético nacional”, conclama: “Será uma inteira campanha de cultura e nacionalismo (palavras que no atual momento histórico do mundo tem em Portugal o mesmo significado)”¹³⁷.

Delfim Santos, por fim, ao tratar a paridade entre cultura e política, defende: “Deixemos de lado a sua análise e terminemos estas considerações rápidas com a caracterização do que hoje é predominante na cultura atual: a política.”¹³⁸

No seguimento dessas observações, no segundo número da *Atlântico*, a seguinte nota, cuja responsabilidade recaí sob o secretario de redação, José Osório, ganhou espaço ao final da publicação: “Esta revista, tendo só uma política: a luso-brasileira, não pode deixar de servir à ideologia nacional dos dois países (...)”

¹³⁵ Idem, *ibidem*.

¹³⁶ LINS, Álvaro. Uma nova geração. In: *Atlântico*. n.º 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 350.

¹³⁷ OSÓRIO, João de Castro. Defesa do gênio poético português. In: *Atlântico*. n.º 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 52.

¹³⁸ SANTOS, Delfim. Ideário contemporâneo. In: *Atlântico*. n.º 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 66.

Logo em seguida, o autor da assertiva sai em defesa dos princípios “espirituais” arrolados como balizas responsáveis pela orientação do periódico: “(...) mas, sendo uma revista de cultura e de literatura, não pode, também, deixar de conceder, aos seus colaboradores, brasileiros ou portugueses, ampla liberdade de pensamento crítico ou de expressão literária.”¹³⁹

Antes, contudo, e expressando uma dentre as hipóteses formuladas por este trabalho, a que aponta para a articulação entre os preceitos dos organismos de propaganda dos regimes e o projeto cultural da *Atlântico*, José Osório registra que

Fazemos, evidentemente, uma seleção, de acordo com o critério que os dois Diretores da *Atlântico*, responsáveis pela orientação dos organismos que editam esta revista, entendem dever impor, aliás, com mais ampla visão, à escolha dos colaboradores.¹⁴⁰

Em outras palavras, o autor das notas expõe a fórmula responsável por reger o processo de eleição dos conteúdos a serem divulgados, tornando clara, portanto, a imagem de que existia um programa defendido pelas instituições de propaganda e que o mesmo deveria presidir as páginas do periódico.

Sob esse mesmo ponto de vista, em um subtítulo das “Notas” veiculadas ao final do terceiro número, denominado “Satisfações”, José Osório de Oliveira deixa vazar a articulação da política cultural adotada pelo periódico com alguns dos princípios que marcaram as estruturas erigidas pelos regimes português e brasileiro.

Ao sumariar os trabalhos que comporiam o quarto número da *Atlântico*, justifica a opção pela publicação de “Pequeno poema”, do poeta português Afonso Duarte. Das linhas elaboradas é possível apreender a informação que torna evidente o fato de que os colaboradores e os seus trabalhos eram “selecionados” pelos diretores, o que supunha um

¹³⁹ Notas. In: *Atlântico*. n.º 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 368.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 368.

trabalho confluyente com os órgãos de propaganda vigentes em Portugal e no Brasil, respectivamente o SPN e o DIP – tendo por nota serem esses diretores os mesmos que estavam à testa destes órgãos:

Sem ofensa para os outros colaboradores (que escolhi, com a aprovação ou o apoio tácito de António Ferro, que sabe dirigir, confiando), não será uma compensação de tantos esforços e de tantas contrariedades, poder publicar versos inéditos de um poeta tão isolado e tão puro como o autor dos 7 Poemas Líricos? São dessa espécie as satisfações que me dá este cargo de Secretário da Redação, e talvez valham as da vaidade de autor.¹⁴¹

Um dos núcleos propostos pelo discurso elaborado na revista, a noção de “espírito” é uma vez mais retomada e apontada como ponte entre a união das culturas brasileira e portuguesa. Sobre o assunto, assim se refere José Osório de Oliveira:

Os hábitos da expressão verbal têm muita força, porém, e ainda não entrou na linguagem, aquilo que esta já no espírito de muitos: que a respeito de Portugal e do Brasil, considerados conjuntamente os dois países, como entidades espirituais, devemos evitar as distinções (que realmente existem e se impõem no campo político), substituindo a idéia de dualidade pelo conceito de Civilização Lusíada ou Atlântica, superior às nações que a criaram, a mantêm e a desenvolvem, de colaboração, sem prejuízo para a independência nem, mesmo, para a originalidade de cada uma¹⁴².

Continuando, o autor fixa a estreita relação com o Brasil, relação essa alicerçada mediante o acordo assinado em 1941. Nesse sentido, situa a “Política do Espírito” – a qual pode ser entendida como um feixe de atividades culturais patrocinadas pelo Estado português visando, acima de qualquer preceito, a fortificação da estrutura autoritária – no âmbito tanto deste acordo quanto da proximidade mantida com a sociedade brasileira:

¹⁴¹ Notas. In: *Atlântico*. n.º 3, Lisboa, SPN/DIP, 1943, p. 207.

¹⁴² *Ibidem*, p. 201.

Queria eu dizer que Portugal está mais presente do que nunca no Brasil, em resultado, sem dúvida, do Acordo Cultural e de toda a “Política do Espírito” que, no capítulo das relações luso-brasileiras, os dois Governos e os seus organismos de Propaganda têm desenvolvido ultimamente. Será acaso pretensioso dizer eu próprio (que, embora como simples colaborador de Antonio Ferro, tenho dado o melhor de mim mesmo a esta revista), que a “Atlântico” não deve ser estranha aos bons resultados obtidos pela ação do D.I.P. e do S.P.N., bem como a algumas outras iniciativas que têm marcado, nos últimos tempos, o caminho feliz da Aproximação?¹⁴³

Do excerto acima é possível reter a intrínseca relação entre a revista *Atlântico* e os “bons resultados obtidos pela ação do D.I.P. e do S.P.N.”. Neste contexto de análise, é possível lançar vigor à hipótese de que havia nessa publicação a presença dos elementos que integravam o arcabouço ideológico dos regimes varguista e salazarista. Já os “bons resultados” almejados por esses regimes, como expressa José Osório de Oliveira, seriam aqueles cuja grandeza estivesse em apontar para o engrandecimento do regime através da ação cultural dos órgãos de propaganda, ação que, longe de circunscrever-se apenas a difusão doutrinária, deitava raiz na censura como forma de manter incólume o Estado vigente.

No seguimento de sua apresentação, em subitem denominado “Contrariedades”, José Osório de Oliveira rebate as acusações feitas por alguns críticos que observaram a ausência, no interior da *Atlântico*, do trato literário sobre certos “valores”:

Falei de contrariedades, mas só pode saber o que isso significa quem tenha experimentado realizar, em Portugal, qualquer obra que não dependa exclusivamente do próprio, toda a que exija espírito de colaboração. Já houve quem, por motivos evidentes, embora não confessados, acusasse esta revista de não publicar colaboração de autores que, no juízo do crítico, significam qualquer coisa na literatura portuguesa, e de incluir, nos dois primeiros números, outros que, para o mesmo crítico, nada representam. Quanto à segunda parte da tão suspeita censura, direi, apenas, que talvez os

¹⁴³ Idem.

leitores e alguns outros críticos não compartilhem na mesma opinião. Quanto à primeira, embora o censor faccioso não nomeie os valores literários portugueses que, no seu critério, a “Atlântico” esqueceu, e apesar de, para todo o espírito imparcial, ser justificação bastante a impossibilidade de, em dois números, incluir todos os valores, *direi que são já alguns os que corresponderam mal ao ecletismo manifestado na escolha dos colaboradores portugueses desta revista.*¹⁴⁴

É imperativo filtrar da passagem acima exposta, portanto, que no período de circulação da revista *Atlântico* havia a idéia, defendida por setores impelidos por “motivos evidentes”, de que esta (por razões de inclinação ideológica), deixava de publicar obras de alguns escritores e de “incluir, nos dois primeiros números, outros que (...) nada representam”, incorrendo, desta forma, no erro de não divulgar “valores literários” caros à literatura portuguesa. A defesa formulada por José Osório de Oliveira no intuito de rebater as críticas incide mais sobre um dado de ordem numérica, quantitativa (justificando a ausência dos valores apontados pelo crítico mediante a alegação da impossibilidade de, “em dois números, incluir todos os valores”), do que mesmo em tornar evidente, por meio da defesa explícita, o fato de que o exercício de expurgar e omitir certos valores configurava o ponto nodal das agências de propaganda cultural dos sistemas políticos impetrados por Salazar e Vargas.

Esse aspecto é confirmado, sobretudo, quando o secretário da redação exulta que “são já alguns os que corresponderam mal ao ecletismo manifestado na escolha dos colaboradores portugueses desta revista”.

Assim, chega-se à conclusão, portanto, de que alguns críticos e intelectuais integrantes do ambiente cultural no qual a *Atlântico* foi veiculada viam acompanhar a experiência de difusão da cultura luso-brasileira por ela encabeçada o exercício de “cortes” do escopo maior da produção literária produzida no período.

¹⁴⁴Ibidem, p. 207. Grifo nosso.

José Osório de Oliveira inverte os termos de sua exposição, mudando o foco da observação dos reclames edificadas pelo crítico para o que ele realmente considerava como uma contrariedade a ser exaurida:

Mas, para mim, pessoalmente (pois sou dos que pensam nos outros e se incomodam por causa deles), há contrariedades maiores do que essa de uma crítica injusta. Por exemplo: um erro tipográfico que prejudique a obra de alguém que no nosso confiou. Foi o que se deu, neste número, com o capítulo de Artur Maciel. Na página 19, na vigésima quinta linha do texto, onde está: “ou de armadores”, devia estar: “os armadores”. O que o autor escreveu foi: “Eram um misto de negociante e capitão, os armadores”. No capítulo de Cícero Dias, página 99, décima segunda linha do texto, também saiu: “ou iria” por : “eu iria” (“eu iria enxergar o mundo...”). Estas coisas é que me custam.¹⁴⁵

Percebe-se, por conseguinte, que o direcionamento conferido por José Osório de Oliveira a sua exposição visou soçobrar os argumentos contrários a um dos núcleos dos regimes responsáveis pela promoção do Acordo Cultural que resultou na criação da revista *Atlântico*: a censura.

2.2. Idéias “colonizadas”: *Atlântico* e a criação de uma imagem do processo colonizador.

Outro dado sumariamente abordado, mas que reclama, por ora, um trato mais detalhado, consiste na análise das “Notas” que preenchem as últimas páginas das edições da revista *Atlântico*. Conforme posto antes, estas assumem caráter explicativo, pois tecem comentários acerca do número publicado, informando sobre os assuntos de maior incidência no mundo das letras, bem como sobre o escopo literário do próximo número.

José Osório de Oliveira, nas “Notas” que se seguem ao final do primeiro número da

¹⁴⁵ Ibidem, p. 207.

revista *Atlântico*, estabelece o encadeamento de idéias que apontam para a defesa dos princípios que consubstanciaram a crítica à experiência liberal.

Porém, antes mesmo de passarmos à análise propriamente dita do conteúdo expresso pelo autor no texto acima referido, os apontamentos a seguir aplicam-se no sentido de projetar luz à compreensão de como ganhou corpo, no programa político urdido no seio dos regimes autoritários, a exemplo de Portugal e Brasil, a apreciação desfavorável em relação à democracia liberal.

Seguindo esta ótica, o “descrédito” brasileiro em relação à democracia liberal pode ser lido como um sintoma mesmo do quadro geral de transformações que marcava as nações no continente europeu. Disso resulta, portanto, a implantação do Estado Novo em comunhão com a “conjuntura de descrédito da democracia liberal”. Dessa feita, o autoritarismo brasileiro irrompe enquanto instituição política cujo “substrato ideológico” diverge do “Estado liberal-democrático formalizado pela constituição de 1891”.¹⁴⁶

Importa pôr em relevo o fato de que no arcabouço teórico dos ideólogos do Estado Novo a “democracia brasileira deveria deixar de ser política para se tornar democracia social e econômica, ou seja, uma democracia antiliberal”. Apostando nas idéias que inscreviam o liberalismo como uma válvula geradora de “novos privilégios políticos e de profundas desigualdades sociais”, os pensadores filiados ao regime subscreveram ao valor do “individualismo”, assente, segundo eles, no programa liberal, uma ordem calcada eminentemente no “social”, o que reclamou a participação mais ampla do Estado nos desígnios nacionais.¹⁴⁷

Sob o respaldo dessas observações, vê-se que as críticas à democracia liberal e às

¹⁴⁶ MALATIAN, Teresa Maria. *O Estado Novo (1930-1945)*. Franca. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 1986, p. 31 e 32.

¹⁴⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998 (Coleção Textos do tempo), p. 174. Ainda sobre a “democracia social”, Angela de Castro Gomes comenta que esta é, em verdade, uma “democracia autoritária”, ponto nodal do projeto político do Estado Novo (Idem, p.144).

práticas liberais vigentes na Primeira República figuraram na agenda do novo governo¹⁴⁸. Surgindo numa onda de transformações mundiais, o Estado Novo reforçou a “versão de que a velha democracia liberal estava definitivamente liquidada”.¹⁴⁹ As raízes dessa crítica podem ser vislumbradas nos inúmeros discursos proferidos em defesa e afirmação da legitimidade do “processo revolucionário” de 1930¹⁵⁰. Acerca dessa questão, Angela de Castro Gomes escreve que

A gravidade e a grandeza do momento de 30 só poderiam ser avaliadas mediante uma recuperação de nossa história e, sobretudo, de uma avaliação sobre a situação vigente após 1889. Assim, as razões da revolução confundem-se com a crítica à Primeira República, e esta com a crítica ao Estado Liberal¹⁵¹.

Empreendendo um diagnóstico sobre a Primeira República, o governo de Getúlio Vargas orientou-se no sentido de tornar-se uma experiência histórica distante do Estado Liberal vigente nesta, o qual teria realizado o “divórcio entre a nossa realidade física e cultural e nosso modelo político de Estado”, além de não ter viabilizado o processo de integração do homem à terra brasileira, pois “as instituições existentes colidiam com a realidade social”.¹⁵²

De forma análoga às vozes que no Estado Novo brasileiro opuseram-se à democracia liberal¹⁵³, o regime salazarista, projetando o Estado Novo como índice de uma nova etapa da história portuguesa, situa a crise da política liberal no espaço português como mais um

¹⁴⁸ ABREU, Alzira Alves (coord.) et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ CPDOC, 2001, vol. 05, p. 5002.

¹⁴⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. cit., p. 08.

¹⁵⁰ Sobre essa questão, PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 09, sustenta que “durante o Estado Novo – o regime autoritário implantado com o golpe de novembro de 1937 –, Getúlio Vargas consolidou propostas em pautas desde outubro de 1930, quando, pelas armas, assumiu a presidência da República”.

¹⁵¹ GOMES, Angela M. C. O redescobrimento do Brasil. In: GOMES, Angela M. C., OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, Op. cit., p. 113.

¹⁵² Ibidem, p. 113-114.

¹⁵³ Na tônica do discurso dos que apregoavam a superação do Estado Liberal despontava, pois, a implantação de um Estado centralizador, forte, tradicionalista, de tendência autoritária e nacionalista.

acréscimo ao quadro geral do que se entendia ser a “crise” geral desse modelo. Sobre o constante apelo do Estado Novo português no sentido de que se difundisse uma imagem negativa da experiência liberal republicana, Luís Reis Torgal escreve que o regime instituído por Salazar tinha como premissa “intensificar o espírito nacionalista e reprimir o que entendia como estrangeirismo liberal-revolucionário”, isso porque a ideologia salazarista procurava “criar uma ‘memória negra’ relativamente ao período liberal e republicano”.¹⁵⁴

Conduzindo essas questões sob o amparo de uma análise ancorada na trajetória do sindicalismo português durante o Estado Novo, Francisco Carlos Palomares Martinho assinala que o regime salazarista também bebera “da fonte que apontava para a identificação do liberalismo e da democracia como representantes do velho e do decadente”.¹⁵⁵

Feitas essas considerações, reportemo-nos, pois, ao texto de José Osório de Oliveira. De início, o autor esclarece o fato de que o Arquipélago de Cabo Verde “deverá estar representado em todos os números da *Atlântico*” – o que pode ser visto como uma forma de instrumentalizar uma visão favorável à percepção das “benesses” que se faziam crer residirem no bojo da colonização portuguesa¹⁵⁶. A essas palavras, segue com a afirmação da política do Atlântico, e, para tanto, lança mão das idéias elaboradas por Gilberto Freyre na obra “O mundo que o português criou”. Assim, citando o sociólogo brasileiro, enfatiza o fato de que “o mundo luso-afro-asiático-brasileiro” ou a “unidade de sentimento e de cultura” que o povo

¹⁵⁴ TORGAL, Luís Reis. *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p. 157 e 169.

¹⁵⁵ MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. *A bem da nação. O sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1938-1947)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 24. Na esteira desses argumentos, o museólogo, escultor e escritor português Diogo de Macedo, em “Existe uma escultura portuguesa”, texto publicado no terceiro número da revista *Atlântico*, define a onda “democrática presente” como sendo uma “lógica fanática”. In: *Atlântico* nº 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 2.

¹⁵⁶ Salazar transformou o que acreditava constituir a singularidade da colonização portuguesa em um dado constantemente abordado nos seus discursos. De acordo com o ditador, a ação ultramarina portuguesa “antecedeu de alguns séculos a revolução industrial, foram desde logo diferentes os objetivos: a par do fomento do comércio, orientamo-nos sempre, no contato com as populações locais, pelo ideal de igualdade do homem perante Deus e a lei, qualquer que fosse a sua raça, e pelo estabelecimento de laços de solidariedade humana que transcendiam o plano dos interesses materiais (...) É aí que reside a diferença entre a ação ultramarina de Portugal e a dos outros países europeus que tiveram ou ainda têm colônias”. In: SALAZAR, António de Oliveira. *Pensamento e doutrina política: textos antológicos*. Lisboa: Verbo, 1989, p. 245-246.

português conseguiu estabelecer em decorrência do processo de colonização¹⁵⁷ resultou, nas regiões colonizadas, como Ásia, África e Brasil, no desenvolvimento das “mesmas qualidades essenciais de cordialidade e de democracia social”.¹⁵⁸

Cumprе ressaltar que seguidamente à palavra “social” José Osório de Oliveira fixara a seguinte nota explicativa: “social, repare-se bem”. Desta forma, a ênfase pelo autor conferida ao termo “social” funcionaria, cumprе sublinhar, enquanto um exercício de demonstração e de defesa de um dos pilares que circulou no interior da crítica formulada pelos Estados autoritários, como Portugal e Brasil, à democracia liberal, pois à “democracia social” seria atribuído o encargo de corrigir e anular as “deficiências” presentes no demoliberalismo, tal como a “ditadura do indivíduo”.

Em resumo, a referida nota pretende afirmar a oposição entre, de um lado, a democracia liberal, traço representativo de repúblicas nodoadas pela “balbúrdia sanguinolenta”, e, de outro, a democracia social erigida pelo Estado forte.

Concatenado a esse quadro analítico, em “Sobre 'Casa Grande e Senzala'” Álvaro Lins utiliza as idéias formuladas por Gilberto Freyre para engrossar o rol de possibilidades capazes

¹⁵⁷ Tomou corpo, em Portugal, o conflito entre, de um lado, aqueles que contestavam o sistema de colonização português (os quais, por medidas de ordem política instauradas pelo Estado, sob a proteção de práticas de censura, tiveram seus argumentos subtraídos do feixe maior das discussões), e, de outro, os que reforçavam a gesta dos Descobrimentos e, simultaneamente, das possessões coloniais. Esse debate assumiu foro oficial e, sob a influência do regime salazarista, foi articulado aos quadros da propaganda ideológica. Reivindicar a herança dos Descobrimentos, inscrevê-la como um direito histórico cabível a Portugal, entendendo mesmo o “Império de além-mar” como a “própria razão da sua existência”, “questão de vida ou de morte”, permitia situar o processo de conquista extra-territorial como um apanágio mesmo do ser português, sendo, portanto, a sua manutenção de inextricável apreciação para a salvaguarda da soberania conquistada em decorrência de incontáveis manifestações de “heroísmo” (CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis. *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX). Da historiografia à memória histórica*. Vol. II. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 256-258).

¹⁵⁸ Seguem, na íntegra, os excertos pelos quais Gilberto Freyre, na obra “O mundo que o português criou”, trabalha a unidade de cultura entre os portugueses e as regiões colonizadas: “Essa unidade íntima, de sentimento, e externa, de cultura nas suas formas mais evidentes e concretas, é consequência dos processos de colonização portuguesa que na Ásia como no Brasil, nas ilhas do Atlântico e até certo ponto na África, desenvolveram nos homens as mesmas qualidades essenciais de cordialidade e de simpatia características do povo português – o mais cristão dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes consideradas inferiores.” E os que se encarregariam pela manutenção dessa unidade seriam “todos os escritores de Portugal, do Brasil, da África e da Índia Portuguesa, dos Açores, da Madeira, de Cabo Verde”. FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 42 e 65.

de singularizar a presença portuguesa no ultramar.

Sobre essa mesma perspectiva, o autor elabora sua análise de forma a suscitar o elogio ao trabalho dos colonos portugueses em solo africano. Para tanto, parte do “êxito” da colonização americana pelos portugueses, tomando como modelo explicativo as idéias elaboradas pelo sociólogo brasileiro: “Mas a vitória do português no Brasil, explica o sr. Gilberto Freyre, não foi apenas militar ou mesmo técnica. Ela foi a consequência da sua predisposição para a missão colonizadora na América.”¹⁵⁹

Continuando, ancorando-se ainda nesse pensamento, postulou, acerca dos portugueses: “povo sem exclusivismo, sempre disposto a se misturar com outros povos, recebendo e transmitindo influências na África, na Ásia e na América.” No desfecho das palavras de enaltecimento à presença portuguesa no mundo, Álvaro Lins alinha a consecução de uma verdadeira democracia política no Brasil¹⁶⁰ às raízes da nossa colonização, “no caráter especial do colonizador português”.¹⁶¹

¹⁵⁹ LINS, Álvaro. Sobre “Casa Grande e Senzala”. In: *Atlântico* nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 188.

¹⁶⁰ A respeito da relação entre Gilberto Freyre e o Estado Novo brasileiro, cumpre observar que o sociólogo chegou a expor os seus desafios em relação à administração varguista. Segundo Freyre, a centralização política que orientava o projeto governamental de Vargas tinha como ponto positivo o fato de remeter-se ao Império. No entanto, ao pender para uma centralização excessiva, o governo Vargas acabou por sufocar a diversidade regional, o que, na visão regionalista de Freyre, foi visto como um aspecto negativo que deveria ser combatido. Apesar desses atritos, o pensamento do autor de *O mundo que o português criou* estava prenhe de noções que valorizavam a formação e a manutenção de uma comunidade luso-brasileira. Em “Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira”, conferência proferida em 1942, Freyre alertava para os perigos que o avanço imperialista nazista e a imigração alemã com direção ao sul do Brasil representariam para manutenção do tronco cultural luso-brasileiro. Essa idéia, em caráter mais amplo, consistia na crença de que a vitória do Reich alemão resultaria na anexação dos países que integram o cone sul do continente americano. No caso do Brasil, o exército alemão teria como porta de entrada as comunidades alemãs localizadas ao sul. Dessa forma, os argumentos desenvolvidos por Freyre encontram alguns pontos de contato com as medidas políticas empreendidas pelo Estado Novo. Após março de 1942, quando o governo brasileiro decide posicionar-se contra os países do Eixo, recrudescer a repressão policial às comunidades alemãs, sendo a presença desses imigrantes vista como negativa pelo projeto político nacionalista de Vargas. Freyre, posicionando-se em relação a esses fatos, conclamou o governo a criar medidas capazes de conter a presença massiva de estrangeiros no país, sob a alegação de que, se assim não o fizesse, colocaria em risco tanto a independência quanto os traços da identidade brasileira.

¹⁶¹ Ibidem, p. 188-189. O que, em muito, encontra ressonância nas idéias desenvolvidas por Gilberto Freyre, pois seu pensamento “se caracteriza por extrema plasticidade, pelo constante empenho em conciliar antinomias” (VELLINHO, Moysés. A valorização do português na obra de Gilberto Freyre. In: ALCÂNTARA, Marco Aurélio de; AMADO, Gilberto; AMADO, Jorge (et. al). *Gilberto Freyre: sua crença, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962, p. 525). Ainda sobre essa questão, Álvaro Lins fornece relevo ao argumento freyreiano assente na defesa da resistência portuguesa “à homogeneização burguesa”, o que abrisse espaço “à aceitação de inúmeras formas culturais dificilmente assimiláveis dentro do gabarito estrito da civilização, conforme vista pelas sociedades industriais (BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e o pensamento*

Importa assinalar, no rumo dessas observações, que o desenrolar da Segunda Guerra acirrou o sentimento anticolonialista. Nesse sentido, para um país colonialista como Portugal, a aliança com o Brasil converteu-se numa obra de fundamental importância para a propaganda da eficácia portuguesa no que concerne à administração das áreas coloniais. A nação a qual o Brasil havia se transformado, considerado a “suprema criação de Portugal”, “glória de sua energia e do seu gênio político”, era vista como exemplo cabal da contribuição portuguesa ao desenvolvimento de algumas sociedades.¹⁶²

Retomados nas páginas da revista *Atlântico*, a obra e o pensamento freyriano integram uma via cujos objetivos previam canalizar vozes favoráveis à presença portuguesa nos territórios coloniais.

Junto com a reforma constitucional que transformou retoricamente o estatuto administrativo das colônias do ultramar, o governo de Salazar mobilizou gigantesco esforço de propaganda para justificar internacionalmente um país, uma nação de extensos territórios, extensas províncias que do Minho ao Timor faziam de Portugal um só território. É neste momento crucial que a obra e o pensamento de Gilberto Freyre tornaram-se instrumentos da máquina de propaganda salazarista. E isso não aconteceria à revelia de Freyre, muito ao contrário, acabou por aceitar de bom grado o papel de ideólogo salazarista e em alguns momentos foi percebido como um dos mais eficientes *cães de guarda* do Império.”¹⁶³

hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno. Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 100).

¹⁶² De acordo com Gilberto Freyre “O português foi por toda parte, mas sobretudo no Brasil, esplendidamente criador nos seus esforços de colonização” (...) “Esse caráter humano da colonização portuguesa, se no Brasil é que teve a sua expressão mais larga e ao mesmo tempo mais feliz, é, entretanto, comum à obra colonizadora de Portugal”. FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 43-45. Tendo como alvo o esclarecimento da expressão “mundo português”, a qual gira na órbita da idéia de formação de uma comunidade lusíada, José Osório de Oliveira situou a obra de Gilberto Freyre em um posto semelhante às produções patrocinadas por um dos organismos encarregados de realizar a propaganda do império colonial português: “A fórmula: Mundo Português, lançada, de certo modo, pela ‘revista de cultura e propaganda, de arte e literatura coloniais’, editada pela Agência Geral das Colônias com a colaboração do Secretariado da Propaganda Nacional, e que teve a sua consagração na Exposição dos centenários, pode ser compreendida de duas maneiras: ou como designação da comunidade nacional portuguesa, constituída pela Metrópole (Portugal Continental e Ilhas Adjacentes) e pelo Império Colonial Português, ou como expressão equivalente àquela que Gilberto Freyre adotou para título da nova edição das suas ‘Conferências na Europa’: ‘O mundo que o Português criou’.” *Atlântico*. n° 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 172..

¹⁶³ PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do Colonialismo português (1951–1974). In: *Revista UFG*, Junho 2009, Ano XI, n° 6, p. 147.

Assim, o regime salazarista saiu em busca de uma “arquitetura teórica” capaz tanto de legitimar a “tradição do colonialismo lusitano ao longo do tempo” quanto de situá-la numa “estrutura histórica diferenciada daquela ocorrida em outros países colonialistas.”¹⁶⁴

O luso-tropicalismo é apresentado pela primeira vez por Gilberto Freyre na obra *Um brasileiro em terras portuguesas*, de 1953, e desenvolvido com mais detalhes nas obras *Integração portuguesa nos trópicos* e *O luso e o trópico*, respectivamente de 1958 e 1961, obras essas, cumpre observar, encomendadas pelo Estado Novo português. Sobre essa questão, Cláudia Castelo sustenta que o regime salazarista

utiliza estes livros, supostamente científicos, como instrumento de propaganda e de legitimação da sua política colonial. Se a manipulação político-ideológica é exterior aos textos, no interior dos textos radica a sua possibilidade. O autor não deixa de ser conivente com esse processo.¹⁶⁵

As linhas mestras do luso-tropicalismo foram, porém, ganhando forma desde obras como *Casa-grande & senzala* e *O mundo que o português criou*. Nessas obras já apareciam idéias que buscavam definir a obra colonizadora de Portugal, tais como “a especificidade do carácter português”, a sua “predisposição para a ‘aventura ultramarina ou tropical’, “para a miscigenação, para a interpenetração de valores e costumes”, a ‘dualidade étnica e de cultura’”.¹⁶⁶

A obra *Casa-grande & senzala* inscreve-se na tradição que aponta para o “português como herói colonizador, portador de um conjunto específico de práticas de colonização que o tornam único na experiência histórica das colonizações”.¹⁶⁷ Com um pensamento preñado de

¹⁶⁴ Ibidem, p. 174.

¹⁶⁵ CASTELO, Cláudia. “*O modo português de estar no mundo*”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999, p. 37.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 35.

¹⁶⁷ PINTO, João Alberto da Costa, Op. cit., p. 151.

concepções fundadas na apreciação favorável à expansão portuguesa no Atlântico, Gilberto Freyre tem a sua produção integrada à propaganda referente às possessões ultramarinas.

Em *Integração portuguesa nos trópicos*, texto datado de 1958, Gilberto Freyre resume o que seria a “civilização lusotropical”, a qual aparece associada à definição de

uma cultura e uma ordem social comuns à qual concorrem, pela interpenetração e acomodando-se a umas tantas uniformidades de comportamento do Europeu e do descendente e do continuado do Europeu nos trópicos - uniformidades fixadas pela experiência ou pela experimentação lusitana – homens e grupos de origens étnicas e de procedências culturais diversas. Vê-se assim que é um conceito, o sociológico, de civilização lusotropical, de cultura e de ordem social lusotropicalais, que ultrapassa o apenas político ou retórico ou sentimental de “comunidade luso-brasileira”.¹⁶⁸

Adensando a idéia de lusitanidade brasileira – o que funcionava como um adendo à noção que via na colonização portuguesa um processo cujo produto final estabeleceu a arquitetura de novas civilizações –, Gilberto Freyre, a partir do lusotropicalismo, criou as condições que permitiram acentuar as bases mantenedoras do vínculo entre Portugal e Brasil, vínculo esse que, de acordo a referida tese, tendo início com a colonização, estendera-se ao longo do percurso histórico em decorrência desse mesmo fenômeno:

se politicamente Portugal é hoje uma nação separada do Brasil que é a sua projeção no Trópico americano, sob aspecto cultural os dois têm sido há mais de um século partes igualmente vivas da mesma realidade lusotropical, ainda em pleno desenvolvimento. Desenvolvimento na América e desenvolvimento na África; e sobrevivência no Oriente. De modo que estamos – ao que parece – diante de um processo de formação de um terceiro homem ou de uma terceira cultura – um homem simbioticamente

¹⁶⁸ FREYRE, Gilberto. “Integração portuguesa nos Trópicos.” In FREYRE, Gilberto. *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje*. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos / Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1960, p. 74.

lusotropical, uma cultura simbioticamente lusotropical – de que vem resultando uma realidade ainda inacabada; e que se tem formado por ter o Português ido ao extremo, em época decisiva para o seu desenvolvimento extra-europeu, de, como nenhum outro europeu até hoje, ter renunciado à sua pureza, quer étnica, quer cultural, a favor de formas híbridas de homem e de cultura, das quais vêm participando raças, ambientes e culturas tropicais transeuropeizadas pela presença, entre elas, do Português.¹⁶⁹

Não obstante, é preciso entender a recepção da obra de Gilberto Freyre no ambiente marcado pelo governo de Salazar não apenas como uma afirmação intrínseca deste modelo de organização política, mas, também, como um objetivo manifesto do sociólogo em afirmar os traços característicos da sociedade brasileira, pois, afinal, afeito e incontestado defensor do modelo pelo qual esta se constituiu, qual seja, a partir do amalgamento de “raças”, numa formação plurirracial¹⁷⁰, converteu essa defesa no núcleo que presidiu o amplo espectro de questões propostas em suas obras.

Em síntese, se é certo assegurar que a ênfase conferida pelo Estado Novo português ao pensamento lusotropicalista de Gilberto Freyre deu-se sobretudo com o pós-guerra, no momento em que o horizonte projetado pela nova ordem internacional dá concurso a uma revisão da questão colonial, tornando premente, portanto, a necessidade de reunir “vozes prestigiadas que exaltassem aspectos da especificidade de Portugal”¹⁷¹ na colonização além

¹⁶⁹ FREYRE, Gilberto. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, p. 88. O processo de gestação do Brasil independente, “o grande país lusíada da América”, é visto por José Osório de Oliveira como um apanágio e acréscimo à formação do “Mundo Lusíada”, e não como um sinônimo de separação: “Se a história da expansão portuguesa no Mundo pode e deve considerar-se como herança indivisa de portugueses e brasileiros, a própria história do Brasil independente deve ser, para os portugueses, como que o capítulo de uma história mais vasta: a história do Mundo Lusíada, que a todos os homens de cultura e de língua portuguesa pertence e deve interessar.” *Atlântico*. n.º 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 172.

¹⁷⁰ “Relação étnica nos mitos brasileiros”, de Luís da Câmara Cascudo, escritor voltado aos estudos das tradições e dos mitos brasileiros, dialoga com as idéias presentes na obra de Gilberto Freyre, isso ao versar sobre a “mitologia brasileira”, inserindo-a como elemento resultante da formação tripartite do Brasil: “Os mitos brasileiros vêm de três fontes essenciais: -- portuguesa, indígena e africana.” *Atlântico*. n.º 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 15.

¹⁷¹ CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Tese de Doutorado em Antropologia. FFLCH/USP, 2007, p. 269

mar, perfaz, de maneira semelhante, tese consistente apontar a revista *Atlântico* como um canal de criação e difusão de uma visão articulada à propaganda colonial do regime.

Uma dentre as principais idéias justapostas ao objetivo maior manifestado pela propaganda colonialista supôs a singularidade do mundo ultramarino confeccionado pelo modo português de relacionar-se com povos alhures. Circunscrita ao núcleo desse argumento, ganhou corpo, pois, a percepção de que a expansão portuguesa resultou não na segregação de sociedades e sistemas culturais, mas, sim, na promoção de uma civilização de matriz lusa dotada de originalidade e caracteres próprios¹⁷². Nesse sentido, reabilitar as glórias atinentes ao “velho Império português” assinalou umas das tarefas a qual o Estado Novo converteu em regra: “O Império das glórias camonianas dos séculos XVI e XVII era permanentemente reabilitado (...) O Estado salazarista procurava a essência de si nas práticas ditas civilizadoras da velha conquista colonial”¹⁷³.

Dessa forma, fornecendo relevo às referências vinculadas ao conteúdo da obra de Gilberto Freyre, ganharam corpo na extensão dos números da revista *Atlântico* constantes referências à colonização portuguesa. Sob esse prisma, são diversos os pontos de convergência entre os textos, a destacar, por exemplo, as constantes alusões ao modo pelo qual os lusitanos empreenderam o trabalho de “povoar” regiões alhures. Cabe anotar que a

¹⁷² É importante destacar que toda e qualquer visão acerca do programa colonial português deveria pautar-se nos direcionamentos teóricos fornecidos pelo regime. Por exemplo, obras literárias sobre a colonização portuguesa cujo enredo se construísse à revelia da demonstração de positividade da presença portuguesa no continente africano seriam, conseqüentemente, confiscadas e proibidas de circular. O escritor e etnólogo português Castro Soromenho, colaborador do terceiro número da *Atlântico* com o texto “A Árvore Sagrada”, o qual resgata, em proximidade com a propaganda do regime, os aspectos culturais do ambiente social da senzala, teve a circulação do seu romance *Terra Morta*, de 1945, interdita por um dos censores do SNI, sob a alegação de contrariedade em relação a “ação colonial” de Portugal. De acordo com o censor, justificariam a proibição da obra “os episódios de pouco interesse”, tal como a narrativa pela qual “transparece a existência precária e pouco dignificante dos pequenos funcionários e a miséria de vida primitiva e de abandono dos indígenas”, bem como a “penúria da população negra, explorada e massacrada pelos brancos que só têm a única preocupação de cobrar impostos e recrutar homens para trabalhos nas minas”. De um modo geral, por descrever a “vida ociosa e viciosa dos funcionários, os abusos e despotismo exercidos sobre os negros”, os quais eram escravizados pelos “brancos portugueses”, por apresentar-se como um exemplo de “péssima propaganda da nossa administração colonial, da triste vida dos nossos funcionários e do abandono e exploração, por nós, dos negros, com que, ao ler-se este livro, se fica, sou da opinião que não deve ser autorizada a publicação deste romance por deletério e contrário à nossa ação colonial.” In: AZEVEDO, Cândido de, Op. cit., p. 174.

¹⁷³ PINTO, João Alberto da Costa, Op. cit., p. 145.

intensa difusão pelo periódico de temas relativos à colonização seguiu, na verdade, um programa sugerido pelos responsáveis por sua direção.¹⁷⁴ Os aspectos que marcaram a parcela do programa literário da revista destinado apenas à divulgação de literatura colonial serviram, a bem dizer, enquanto um canal de criação e difusão de uma idéia positiva sobre a colonização portuguesa, o que, conforme assinala Rita Chaves, tinha por meta “incentivar, na metrópole e nas colônias, a produção de textos que, além do reconhecimento das terras invadidas, pudessem reforçar o que Raymond Willians chamou de ‘estruturas de sentimento’”.¹⁷⁵

Assim sendo, de acordo com o Secretário da Redação, José Osório de Oliveira,

Ao incluir no nosso programa a publicação, em cada número, de uma obra de literatura colonial: conto, novela ou capítulo de romance, que fixe um aspecto da vida africana, um episódio da ação colonizadora dos portugueses, uma figura ou um tipo do Império Colonial Português, não pensamos, também, no Mundo Português como expressão política, mas como mundo de cultura lusíada – patrimônio moral comum de portugueses, brasileiros e luso-descendentes.¹⁷⁶

Logo em seguida surge, num tom incisivo e sem hesitações, a propaganda da colonização portuguesa no Brasil¹⁷⁷, o que, por conseguinte, acarretaria a justificativa da colonização referente às possessões africanas:

¹⁷⁴ Importar registrar que o decreto nº 26 730, de 27 de Julho de 1933, já apontava para a tarefa dos organismos de propaganda em elucidar a opinião nacional e internacional acerca da “contribuição portuguesa para a civilização do mundo, a obra e o pensamento político do Estado Nacional, as realizações, os métodos e os ideais colonizadores portugueses, hoje e no passado.” Para tanto, ficou estabelecida, pelo decreto nº 32 211, a ação paralela entre a Agência Geral das Colônias e o SPN, cujo objetivo esteve em “zelar pelo interesses da propaganda colonial.” In: PAULO, Heloisa. Op. cit., p. 76.

¹⁷⁵ CHAVES, Rita. Colonialismo e vida literária no império português. In: *Literatura e Sociedade*. Revista do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. FFLCH/USP, nº 6, 2001-2002, p. 3.

¹⁷⁶ Notas. In: *Atlântico* nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 172.

¹⁷⁷ Jeane de Cássia Nascimento Santos, partindo da análise da produção literária com fins propagandísticos durante o Estado Novo, observa: “Nesse contexto político, verificamos, em Portugal, o incentivo a uma produção literária, denominada Literatura Colonial, que além de servir como meio de propaganda da ideologia do regime, seduz uma parte da população atraída por aventuras e exotismo”. SANTOS, Jeane de Cássia Nascimento. Literatura colonial portuguesa: espaço, poder e imperialismo. In: *Revista Fórum identidades*. Ano 3, Volume 5, janeiro-junho. de 2009, p. 47.

Se a história da expansão portuguesa no mundo pode e deve considerar-se como herança indivisa de portugueses e de brasileiros, a própria história do Brasil independente deve ser, para os portugueses, como que o capítulo de uma história mais vasta: a história do Mundo Lusíada, que a todos os homens de cultura e de língua portuguesa pertence e deve interessar. Por haver essa compreensão recíproca, pode a Agência Geral das Colônias incluir nomes de brasileiros e assuntos luso-brasileiros no seu notável plano de edições comemorativas dos Centenários de Portugal. Centenários que, na verdade, eram também do Brasil, pois que só pela fundação do Reino de Portugal e pela restauração de sua independência, o Brasil pode ser como é: país católico, de língua portuguesa e de cultura lusíada, embora livre nação americana.¹⁷⁸

O argumento central que sustenta a proposição acima encontra ressonância no poema “Baía”, de Paulo Silveira, jornalista, poeta e crítico literário brasileiro. Ode à colonização portuguesa, os versos retratam o período colonial, abordando os elementos que enfeixam o cerne desse processo, tal como a saga dos descobrimentos:

Terra do Monte Pascoal
 Baía de Todos os Santos,
 A primeira que Cabral
 Arrancou dos mistérios das águas atlânticas!
 E foi audácia genital,
 Da brava gente lusitana
 Que violou a terra americana
 fecundando o solo brasileiro,

¹⁷⁸ Notas. In: *Atlântico* nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 172. “O fator português na Independência do Brasil”, de Heitor Lyra, contém os traços que permitem o reforço dessas idéias. Seu foco, assente na defesa da contribuição portuguesa na independência do Brasil, pretende tornar inteligível tanto a aliança historicamente constituída entre ambos os países quanto o caráter ímpar do processo que desencadeou na emancipação brasileira frente às cortes portuguesas. Porém, ao focar esse processo, exime o histórico de litígios a ele subjacente, criando uma imagem conciliatória e avessa a conflitos. Proporciona, da mesma maneira, volume ao Império português, isso na medida em que situa a participação portuguesa, sob a chancela do governo monárquico, como “fator” de inegável cooperação na consecução do referido processo, eximindo qualquer atribuição de inoperância e displicência da Monarquia lusitana no que concerne ao rompimento das amarras colonialistas com o Brasil. LYRA, Heitor. O fator português na Independência do Brasil. In: *Atlântico*. nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 45-48.

Com a dança africana.¹⁷⁹

Outros trabalhos, de uma forma geral, fizeram da presença dos portugueses no mundo uma constante do discurso literário veiculado pela *Atlântico*.

Assim, “O homem e a paisagem nos Açores”, do jornalista, escritor político e cronista açoriano Dutra Faria, faz o elogio à colonização portuguesa, destacando o papel desempenhado por Portugal nos Açores, inserindo o Brasil e as Ilhas Atlânticas no rol dos grandes feitos portugueses. Tratando das regiões de colonização portuguesa, explica:

Também das suas ilhas, situadas no cruzamento das grandes rotas atlânticas, é que, sem dúvida, lhe vêm o poder de adaptabilidade, a discreta sociabilidade, tanto mais cortês quanto menos expansiva, e, sobretudo, certa maneira inata de ser português sem nunca ser provinciano, sem nunca deixar de ser universal.¹⁸⁰

Além de aproximar-se do pensamento freyriano, pelo uso de termos como “adaptabilidade” e “sociabilidade” para caracterizar a ação portuguesa no mundo, a análise pretendida pelo autor confere visibilidade à noção de comunidade luso-tropical: “Uma vez no Brasil, o homem açoriano, se olhava ao redor, não se podia sentir completamente expatriado.”¹⁸¹

“Paisagens de Angola”, do poeta e pintor português Neves e Sousa, constitui um relato pessoal do autor pelo qual descreve as impressões obtidas a partir do “contato direto” com os

¹⁷⁹ SILVEIRA, Paulo. Baía. In: *Atlântico* n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 265. Importa assinalar que medidas de ordem política, bem como aquelas mais estritamente assentes no âmbito das atividades culturais, tinham, no núcleo do Estado Novo português, o objetivo de “subtrair argumentos aos que contestavam a nossa capacidade de colonizadores, depreciando deste modo os direitos históricos como fundamento de soberania. Daí a importância política de se reivindicar a herança dos Descobrimentos como prova da própria missão de Portugal no mundo. Em articulado de clara marca ideológica, a Constituição de 1933 impunha que “é da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de colonizar as terras dos descobrimentos sob a sua soberania e de comunicar e difundir entre as populações ali existentes os benefícios da sua colonização (...). CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis, Op. cit., p. 258.

¹⁸⁰ FÁRIA, Dutra. O homem e a paisagem nos Açores. In: *Atlântico*. n° 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 168.

¹⁸¹ Idem.

“negros e com a terra” de Angola quando designado para realizar o censo populacional dessa região. Como que patenteando o zelo e os préstimos dos portugueses em relação à África, observara que em algumas regiões os negros conservavam costumes oriundos do aparato simbólico local. Logo em seguida, assume a linguagem do colonizador ao caracterizar expressões da cultura africana:

Na Quissama, tive o que se pode chamar a sensação de *estar em África*. Não tinha ainda visto lugares tão selváticos (...) Vi batuques pagãos, com negros dançando, armados de zagaia compridas, e raparigas nuas, com guizos tilintando na cintura... Ouvi cânticos bárbaros, entoados à luz das fogueiras que tingiam o céu da cor do sangue.¹⁸²

“Índices da cultura portuguesa contemporânea”, de Luís Silveira, filólogo e crítico literário português, é um retrato fiel do pioneirismo português nas navegações e nos descobrimentos¹⁸³, bem como no que concerne à colonização de regiões africanas, sabendo-se que um dos carros-chefe da propaganda ideológica do regime filiou-se à retomada de assuntos laudatórios da grandeza lusitana.

Conferindo o acabamento perfeito da aproximação entre Portugal e Brasil, Luís Silveira exulta que ambos os países formam “uma unidade léxica e histórica”. Da referência ao Quinhentismo, o autor, no fito de delimitar a forma pela qual a ação intelectual auferia

¹⁸² SOUSA, Neves. Paisagens de Angola. In: *Atlântico* nº 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 181-182. Importante lembrar que em Angola por essa mesma época, os anos 40 do século XX, “se reinicia, quase a partir do zero, poder-se-á dizer, a elaboração da literatura angolana”, cujas características apontavam para o desenvolvimento de uma literatura capaz de construir-se à revelia da produção literária de temática colonial – patrocinada por Portugal –, o que significava criar uma corrente literária de expressão nacional. In: EVERDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 1979, p. 73.

¹⁸³ Conforme Sérgio Lira: “E o nacionalismo do Estado Novo, fundado (entre outros parâmetros) na veneração dos feitos ancestrais dos heróis mitificados da história pátria, exigiu a definição do que se considerava verdadeiramente “Português”. Verdadeiramente português eram os atos de bravura da Reconquista, ou as navegações dos Descobrimentos...” LIRA, Sérgio. *O nacionalismo do Estado Novo e a arte popular: reflexões sobre a obra de Rosa Ramalho*, p. 1. Disponível em: http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/rosa_ramalho.pdf. Acesso em 25 de fevereiro de 2010. No que toca ao caso brasileiro, durante o Estado Novo, e sob forte impulso do sistema de propaganda, “Criaram-se novos mitos e fortaleceram-se os velhos símbolos, dando-lhes uma roupagem oficial e, muitas vezes, científica. Recuperaram-se valores dentre os quais o culto aos heróis, líderes e símbolos da pátria; à nacionalidade, à disciplina, à moral, ao trabalho e aos valores do catolicismo tradicional”. In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p. 124

espaço, desvela a análise na enfática percepção dos conflitos que tarjaram esse período:

No meio das inevitáveis cruezas da guerra, no desacerto de alguns e da venalidade de outros, o escritor português de quinhentos está sempre, intransigentemente, ao lado da justiça, da razão e do direito, como a consciência coletiva da nação.¹⁸⁴

Pode-se considerar, portanto, a referência a um momento marcado por guerras e o conseqüente engajamento de escritores quinhentistas aos ideais coletivos advindos da consciência nacional como um convite, num cotejo com o cenário de 1940, aos intelectuais brasileiros e portugueses para atuarem nas fileiras institucionais dos Estados, isto é, instrumentalizarem politicamente o mundo das letras em função da ordem auspiciada pelos regimes salazarista e varguista.

No lastro dessas observações, a carga de positividade que seria possível imputar à colonização portuguesa na África é atestada pelo autor através da exposição, eivada de traços propagandísticos, de um seletorol de obras cuja temática incidiu precisamente sobre essa questão. “Ilha Verde e Vermelha de Timor”, do poeta português Alberto Osório de Castro, “A Carta de Pero Vaz de Caminha”, publicada por Jaime Cortezão, escritor, político e historiador português, “A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina”, do professor, ensaísta e historiador português Hernani Cidade, e, por fim, “China”, do poeta português Camilo Pessanha, integram, pois, o grupo dos trabalhos que partiram da formação social caudatária da presença portuguesa em terreno africano:

Ilha Verde e Vermelha de Timor, A Carta de Pero Vaz de Caminha, A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina, China são quatro índices de alto valor da Cultura Portuguesa que valem, por si próprios, como obra de investigação, de moldes perfeitos, e que, pela natureza do tema, tocam no que há de mais universal, mais grandioso, e mais belo na contribuição dos

¹⁸⁴ SILVEIRA, Luís. Índices da cultura portuguesa contemporânea. In: *Atlântico* nº 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 187.

Portugueses para o progresso do Mundo.¹⁸⁵

Nesse sentido, a exposição de obras com o perfil acima indicado facultava, numa via de mão dupla, tanto a propaganda como a justificativa para a manutenção das possessões coloniais portuguesas, do que resultou o endosso à noção de que a dupla função de Portugal “como conquistador e colonizador é vista a partir do ideal da evangelização, onde a conquista, o domínio e a colonização são consequência de uma finalidade maior: a ‘cristianização dos povos’”.¹⁸⁶

É oportuno observar que a idéia de colonização enquanto expansão da cristandade constituiu elemento frequentemente veiculado pelos órgãos responsáveis pela propaganda oficial do regime português, conforme se depreende da citação extraída de *O Império colonial português*, obra editada pela Agência Geral das Colônias e sob a chancela do Secretariado da Propaganda Nacional:

Separar a nossa expansão colonizadora da idéia missionária, Católica, que sempre a acompanhou seria negar a realidade. Seria também tornar incompreensível quanto fizemos e fazemos mais que nenhum outro povo colonizador para a elevação das populações dos territórios coloniais a que, por definição, por definição jurídica, chamamos “indígenas”.¹⁸⁷

Seguindo este percurso, apresenta-se o texto de autoria do folclorista e etnólogo português Edmundo Correia Lopes, intitulado “Segundo capítulo de música negra”.¹⁸⁸ Neste, o autor teceu os seus argumentos tendo como pano de fundo a análise do folclore nas regiões

¹⁸⁵ Ibidem, p. 188.

¹⁸⁶ PAULO, Heloísa, Op. cit., p. 106. Apenas como reforço à idéia exposta, pugna da obra de Gilberto Freyre o empenho em acentuar a percepção de que foi “o português o primeiro europeu a aventurar-se não só por terras como por zonas de sensibilidade e de experiências nunca dantes tocadas por cristãos da Europa”. VELLINHO, Moisés, Op. cit., p. 530.

¹⁸⁷ SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL. *O Império colonial português*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1942, p. 91. Nesse sentido, a conquista de Marrocos foi apontada “como tentativa de uma vitória que seria a de toda a Cristandade” (Ibidem, p. 16).

¹⁸⁸ LOPES, Edmundo Correia. Segundo capítulo de música negra. In: *Atlântico* nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 191-193.

de possessão colonial portuguesa. Outros, conferindo relevo a este tipo de abordagem, endossaram, de forma semelhante, uma dentre as várias perspectivas alentadas pelos regimes de Vargas e Salazar, qual seja: a de situar o presente, o momento cultural legado pela “unidade do poder”, como um contínuo na trajetória histórico-nacional do país, trajetória essa – levando-se em consideração a tradição imperial, componente básico da prova de que os regimes autoritários instituídos estavam em sintonia com os valores formadores do caráter nacional – marcada por “fissuras” tanto em Portugal, com a Proclamação da República Portuguesa, resultado do ato revolucionário que pusera fim à monarquia em 1910, como no Brasil, com a instauração, em 1889, do regime republicano.

As mensagens que os regimes transmitiam carregavam freqüentemente a idéia da luta contra os “inimigos” externos, estranhos às estruturas que, sob o amparo dos valores historicamente dados (tal como a organização governamental mediante a égide do chefe único e os valores nacionais como causa primeira a determinar ações empreendidas no e pelo Estado), impunham, com força e regra, um perfil ao cenário político capaz de realizar o ajuste do tempo presente com o passado.

No caso brasileiro, a manutenção dos laços históricos com Portugal atendia ainda à preocupação manifestada à época pelo governo em torno da “unidade étnica”. Com base nesta, o governo getulista, por exemplo, ao “restringir a entrada de estrangeiros e limitar suas atividades no Brasil”, ancorado na “idéia de que o país, sendo de formação lusa, deveria abrir exceção para os portugueses”, eximiu esses povos da cota de imigração. Como justificativa para tal exceção, apontou-se “a importância do elemento português na formação do povo brasileiro, o sentido luso-brasileiro da formação histórica da nacionalidade, o poder de adaptação do luso, a identificação entre brasileiros e portugueses e a sua contribuição cultural.”¹⁸⁹

¹⁸⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001 (Estudos

2.3. O prezado nacional: a cultura como um “artefato” a serviço da nação.

A centralização característica do regime Imperial brasileiro, bem como a formação do Império português, cujo limiar se deve às conquistas ultramarinas idealizadas pelos monarcas portugueses, funcionavam, ao serem alvo da propaganda estatal, como uma espécie de índice demonstrativo do fato de que a implantação da República, tanto em um caso quanto no outro, representou um desvio no percurso histórico dos países movidos pelo mesmo “espírito”. Nesse sentido, os referidos conteúdos encerravam os grandes acontecimentos que, mobilizados no presente, permitiam constatar a continuidade entre um passado monárquico, imperial,¹⁹⁰ dotado, pois, de um Estado forte, e os regimes estadonovistas estabelecidos no período.

No período estadonovista, outros periódicos vieram a público mediante os auspícios do Estado. Exemplo de publicações que surgiram dessa iniciativa, a revista *Cultura Política* integrou um amplo e diversificado sistema cujos princípios estavam fundamentalmente relacionados à propaganda do regime imposto por Getúlio Vargas. Funcionando enquanto instrumento estratégico no que concerne à consecução de uma identidade para a nação brasileira, *Cultura Política* imprimiu uma feição histórica às suas páginas, passando em “revista os estudos brasileiros especialmente os estudos das transformações socioeconômicas do país”¹⁹¹. Uma de suas seções, denominada “Textos e documentos históricos”, prestou-se à tarefa de resgatar aspectos e fatos importantes do passado brasileiro. O “resgate” ocorreu. No entanto, foi elaborado de acordo com uma das premissas do Estado varguista em criar uma nova cultura política para o país, a que mais de perto, diga-se de passagem, atendesse aos anseios do regime.

Históricos), p. 176-178.

¹⁹⁰ Também eram escalados os “erros” cometidos pelo regime monárquico, só que numa dose razoável em comparação com as críticas erigidas em torno do período republicano.

¹⁹¹ CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os outros: estranhamento, humilhação, memória e política*. Trabalho apresentado para o Concurso de livre-docência. Departamento de História/USP, 2008, p. 181.

Ao discutir a seção “Textos e documentos históricos”, Angela de Castro Gomes registrou que os temas provenientes dos documentos veiculados eram frequentemente articulados “às questões enfrentadas pelo Estado Novo”, evidenciando, então, a forma pela qual o governo Vargas exprimia historicamente “o sentido da nacionalidade brasileira”. E sobre a concepção de história que se propunha extrair do corpo documental, a autora prossegue destacando que

Tratando-se de um Estado autoritário, centralizador e estranho aos procedimentos eleitorais, nada mais congruente do que uma leitura de nossa história que privilegiasse todos esses aspectos e denunciasses as experiências liberais da Primeira República. Ou os arroubos “demagógicos”, ainda que fossem os da princesa Isabel.¹⁹²

Situando a prática do Estado Novo em utilizar-se da história como difusora de uma imagem capaz de ombrear com os aspectos cotidianos, a autora continua sua análise destacando um outro traço característico da revista *Cultura Política*:

Nada mais natural também do que uma grande ênfase em nossas tradições de luta – e nunca de conquista –, no momento em que o mundo era abalado por uma Segunda Guerra Mundial. Uma história do Brasil semelhante a uma epopéia, encenada por um povo “bom e pacífico”.¹⁹³

Dessa forma, nesse processo de “ressurreição” do passado, sobressaíram as imagens dos estadistas ilustres e os fatos relativos ao período imperial, com destaque para o Segundo Reinado¹⁹⁴. A cultura histórica a erigir o sentimento de nacionalidade teria como via diretora

¹⁹² GOMES, Angela Maria de Castro, Op. cit., p. 209.

¹⁹³ GOMES, Angela Maria de Castro, Op. cit., loc. cit. Retomando o conteúdo maior das tradições, uma das seções da revista chamou-se “O povo brasileiro através do folclore, a qual, posteriormente, passa a ser designada apenas “Folclore”.

¹⁹⁴ Assim, nas páginas que deram corpo ao periódico havia uma intensa profusão de temas que versavam sobre o período colonial, bem como sobre o período imperial. A esse respeito, comenta: “O período histórico privilegiado é também o Império, com destaque para o Segundo Reinado, onde o projeto estatal nacional tem suas origens mais cultivadas”. Privilegiado, diga-se de passagem, pois atendia a uma das propostas getulistas: a

omissões e recortes meramente intencionais. Deviam compor a nova cultura política nacionalista do país apenas alguns aspectos – materializados por grandes figuras –, cuja capacidade estivesse em espelhar os rumos e iniciativas viabilizados pelo Brasil de então.

Cumprе anotar que em Portugal, de forma semelhante ao que se deu no Brasil com o Estado Novo de Getúlio Vargas, António de Oliveira Salazar, por meio dos órgãos de propaganda oficial, “afirmou-se sempre contra a democracia”, tendo em mente o que considerava a “‘balbúrdia sanguinolenta’ da experiência da Primeira República”.¹⁹⁵

Manuel Braga da Cruz dá bem a idéia do novo conteúdo sob o qual pretendia estruturar-se o Estado Novo português:

O Estado Novo surgiu como novo regime, resultante da Revolução Nacional. A sua nova constituição consagra um regime republicano, embora nacionalizado, isto é, mantém o seu quadro institucional, preservando nomeadamente os seus princípios eletivo e representativo, mas dando-lhe novo conteúdo e novo contexto políticos: os do nacionalismo político autoritário. Estamos assim perante uma II República, não democrática, mas antes autoritária, nacionalista e corporativista.¹⁹⁶

À crítica¹⁹⁷ das estruturas que marcaram a Primeira República seguiu-se, conseqüentemente, a concessão de prestígio à experiência imperial. Assistimos com o Estado Novo o “reforço do papel ideológico do império, nomeadamente através dos meios de propaganda”, sendo este império tido como “parte intrínseca da identidade nacional”.¹⁹⁸

peleja em construir um Estado nacionalista. O esforço concentrava-se, com efeito, no apontamento dos aspectos negativos que marcaram a Primeira República. Vide GOMES, Angela Maria de Castro, Op. cit., p. 186.

¹⁹⁵ TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Salazarismo, Fascismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (Org). *História de Portugal*. 2ª ed. Bauru-SP: Edusc; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001 (Coleção História), p. 394.

¹⁹⁶ CRUZ, Manuel Braga da. A Revolução Nacional de 1926: da Ditadura Militar à formação do Estado Novo. In: *Revista de História das Idéias*, vol. VII, 1985, p. 371.

¹⁹⁷ Grande parte da literatura produzida a partir de 1926 e vinculada ao regime apresentou em suas páginas um discurso maniqueísta, pelo qual o sistema republicano é apresentado como um período de “improvisação política”, de “balbúrdia administrativa” e de “desordem social”. Como contraponto a este período, o Portugal do tempo presente é pintado como um recanto de “paz”, de “ordem”, em meio a uma Europa devastada pelos preceitos liberais.

¹⁹⁸ ROSAS, Fernando. In: *Revista de História das Idéias*, vol. XVII, 1995, p. 39.

Sob esta ótica, o fato de

Salazar, interessado de perpetuar seu poder, lançou vários planos de ação em todas as áreas do pensamento português. Um desses planos, talvez o mais eficaz, foi a propaganda sobre o império que ganhou grande força no seio da população. Disseminada por vários meios de comunicação, a propaganda imperial tinha como objetivo principal envolver a população, de tal modo que se sentisse participante ativa do governo (...) Houve um bombardeio de campanhas que muitas vezes funcionavam como uma lavagem cerebral, exacerbando um nacionalismo baseado na reverência aos feitos heróicos do passado português (...)¹⁹⁹

Assim, a idéia de “grandeza”, assente no aparato simbólico oriundo da propaganda do Império lusitano²⁰⁰, enfeixou a “promessa tentadora para todos os que faziam uma apreciação decadentista das conseqüências do liberalismo e do republicanismo”. Dito de outra maneira, o Estado Novo debateu-se no sentido de chamar a si a tarefa de “redenção definitiva” do ser português, o que o motivou a empreender um “diagnóstico em relação ao passado recente” de modo à depreciá-lo, do que avulta a idéia de um período de “dissolução”, “ruína”, “anarquia”, “desordem nacional”.²⁰¹

Ainda sob o amparo do sistema de propaganda, o Estado Novo português, de maneira análoga ao previsto no Estado Novo brasileiro, “recortou” do passado fatos, datas e personagens que, de forma direta, pudessem corresponder à versão oficial da História apresentada pelo regime²⁰². Desta forma, Salazar, à frente do Estado Novo, toma para si a

¹⁹⁹ SANTOS, Jeane de Cássia Nascimento, Op. cit., p. 46-47.

²⁰⁰ A noção de que a manutenção do Império seria uma condição irrevogável no que toca à continuidade da marcha histórica portuguesa constituiu, não raro, um dos temas privilegiados pelas produções de cunho oficial. Exemplar a esse respeito, em “O Império colonial português”, texto integrante das publicações do SPN, e uma edição da Agência Geral das Colônias, há a descrição do que deveria ser entendido como o símbolo da expansão territorial portuguesa: “Tal é o Império Colonial Português – fórmula política nova correspondendo a uma realidade grandiosa – filho de toda a nossa história, produto de uma epopéia nossa contemporânea, finalidade, entre outras, e uma das mais fecundas, de uma continuidade histórica nunca interrompida que é a própria vida de Portugal” (SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL, Op. cit., p. 30).

²⁰¹ CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis, Op. cit., p. 260.

²⁰² Para formularmos uma idéia acerca de como se dera em Portugal a difusão do passado histórico por meio de

tarefa de continuador do período de fortuna da história de Portugal, ou seja, da época de conquistas imperiais patrocinadas pelos soberanos portugueses²⁰³, fazendo com que suas ações fossem ao encontro da restauração²⁰⁴ do brio português, encoberto, segundo os defensores do regime, pela república liberal. Nesse sentido, dos estudos históricos deveriam despontar o enfoque nacionalista.

O passado histórico deveria ser lembrado como condição para que não se caísse mais nos erros que imprimiram aspectos negativos a sua trajetória. A história retomada regressaria, como um adendo ao progresso almejado pelo Portugal moderno, ao “passado glorioso” da Monarquia nacional (cuja grandeza deve-se à filiação à causa nacionalista). Em outras palavras, a cargo da “nova geração” estaria o esforço de inserir a história portuguesa em seu “rumo certo”, “afastando-a exatamente do que considera o rumo criticista e derrotista do demoliberalismo e o rumo materialista do comunismo”, tal como o fez o regime salazarista, responsável por um “presente e por um futuro ainda mais gloriosos, em que sobressaem novos heróis, à frente dos quais está Salazar.”²⁰⁵

Desse modo, cabe expor os trabalhos publicados no decurso da primeira fase da revista

uma campanha atinente com as propostas do Estado Novo, cabe, a título de exemplo, citar o caso da obra *História de Portugal*, de António Sérgio. Esta obra foi proibida de circular porque a sua leitura divergia frontalmente com o quadro de valores regentes até então, isto é, com a concepção da História enquanto “uma longa sucessão de conquistas e descobertas”, as quais tinham por meta enfatizar o labor quase messiânico que Portugal assumiu pelo mundo durante o processo colonizador. Proibida, a obra veio a público apenas em 1972, sob o título *Breve interpretação da História de Portugal*.

²⁰³ “O Portugal de Hoje, síntese do Portugal Imperial, era anunciado por todas as cores anteriores e por figurantes que, dentro da habitual exploração etnográfica, desfilavam com trajes típicos de todas as províncias, ilhas e colônias”. CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis, Op. cit., p. 272.

²⁰⁴ A aceitação da idéia do império como índice mesmo do desenvolvimento da vida portuguesa reclamaria o reconhecimento da “imprescindibilidade” do regime instituído por Salazar, tal como defendido pela propaganda oficial do SPN: “Império Colonial Português (...) fora criado pela atividade de um período revolto da nossa vida nacional. Criado e defendido apesar de muitos erros, enfim consagrado e compreendido em toda a sua grandeza e desenvolvido pela obra do Estado Novo.” Enfatizou-se, ainda, a primazia da evolução em continuidade com o passado: “Mas é precisamente esse maior esforço, essa dedicação a servir o Império, o que se pretende criar com esta compreensão da realidade que é o nosso Império Colonial Português. E a primeira condição para que essa compreensão seja exata é sabermos todos que, em verdade, o atual Império nasceu e se desenvolveu de acordo com as mais constantes e fecundas forças atuantes da nossa história. E (...) para que a nossa época corresponda a todas as possibilidades de grandeza que lhe foram deixadas pelo passado é tomarmos consciência plena e segura da verdade viva da nossa história, das forças que criaram o presente e das diretrizes – únicas fecundas – que apontam ao nosso esforço para que se realize o futuro de acordo com o que tem raízes verdadeiras no passado” (SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL, Op. cit., p. 10, 12 e 30).

²⁰⁵ CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis, Op. cit., Vol. I, p. 273-275, Vol. II, p. 179.

Atlântico que permitem delinear a confluência entre esta e o aparato ideológico resultante do programa nacionalista português e brasileiro, embora pesem as constantes referências ao Acordo Cultural encadeadas no interior da publicação, bem como à defesa da idéia de que, sendo uma expansão das propostas enfileiradas em setembro de 1941, o periódico luso-brasileiro fundamentava os elementos que lhe garantiam vigor apenas na promoção dos aspectos culturais e espirituais.

Já no número de lançamento há a divulgação, via “Primeiros cantos do poema ‘O Descobrimento’”, de Augusto Frederico Schmidt, da saga dos descobrimentos mediante a reconstrução poética do feito. Tal recriação poderia redimensionar o campo de ação tanto para a propaganda da colonização portuguesa, na medida em que são expostos os feitos vultosos do povo português, quanto para a demonstração de como o território brasileiro teve a sua história inscrita mesmo na continuidade com a história iniciada pelos heróis da grande nação lusa. Seguem, pois, alguns trechos do poema:

Pelas novas estradas lusitanas,
 As naus da grande frota cabralina,
 Dia em que Portugal se sente forte
 E capaz de altos feitos valorosos
 Enquanto, em coro, a voz do povo ardente
 Para os mares do Céu um canto erguia.
 Nas treze naus as Cruzes da Esperança,
 Essas cruzes de Cristo, portuguesas,
 Sangravam. À procura de terras fabulosas.
 Era a fome cristã, do salvamento
 De tantos seres ímpios e sem culpa,
 Que para o Cristo conquistar deviam.
 Pois cristã era a gente que aportava
 Àquela terra, tão mal vista ainda
 E aonde um novo império cresceria,

Que a fé e o idioma luso guardaria.²⁰⁶

Ainda em relação ao primeiro número, temos o texto “A alma coletiva do povo português”. O autor, o folclorista e arqueólogo português Luís Chaves, além de conferir relevo às tradições portuguesas, explora a fundo os “costumes tradicionais”, desenvolvendo o exame de que “o que não é tradicional, passa à condição de o ser, logo que se integre estruturalmente na vida do povo considerado, e então ganha continuidade expressiva, e projeta-se na alma, não em superfície, mas em profundidade ou, mais perfeitamente dizendo, em volume.” Passa, logo em seguida, a uma espécie de toponímia dos valores que presidiram o núcleo da formação da “gente portuguesa”. Diferenças regionais, cultura popular, lendas antigas, presença moura, religiosidade cristã, guerras, reinados e descobrimentos são, enfim, os temas que compõem o repertório das tradições subjacentes à história de Portugal, sendo a tradição²⁰⁷ entendida pelo autor como um “corpo vivo que não se esgota”. Em síntese, expressão “peculiar e contínua do povo português”, a “capacidade nacional”, manifesta através dos valores cunhados historicamente, não se modificou, constituindo antes um indicador de sua “alma coletiva”.²⁰⁸

Marcelo Caetano, jurista e político sucessor de Salazar na presidência do Conselho de Ministros, por seu turno, no texto “Inquietação e esperança”, tem como construto do seu texto elementos que permitem a exaltação da nação portuguesa. Sobressaem das linhas que o configuram um plêiade de noções que interagem com as instituições do regime autoritário português, uma vez que incita os “jovens portugueses” a seguirem os direcionamentos impostos pelo “chefe”. Em outras palavras, Marcelo Caetano defende que os jovens,

²⁰⁶ SCHIMIDT, Augusto Frederico. Primeiros cantos do poema O Descobrimento. In: *Atlântico*. n° 1, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1942, p. 74-84.

²⁰⁷ Apenas como um adendo a essa análise, em “A tradição do Maracatu”, Ademar Vidal, assinala que a “tradição não deve perturbar a ordem”. *Atlântico*. n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 41-48.

²⁰⁸ CHAVES, Luís. A alma coletiva do povo português. In: *Atlântico*. n° 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 54-64.

Certos de que só coletivamente e guiados por ideais que os superem poderão triunfar de quantos perigos futuros adivinham, pretendem uma *doutrina* e solicitam mestres que os ajudem a construí-la; estão prontos submeter-se a uma disciplina e aceitam o chefe que lha imponha.²⁰⁹

Fator integrante do projeto político salazarista, a justiça social fora comumente associada aos resultados oriundos de um plano alternativo ao capitalismo liberal e à economia comunista, entendidos como “falsas ideologias”. O corporativismo, inspirado nos valores cristãos, despontara como medida capaz de consagrar-se frente às doutrinas materialistas.

Cioso disso, Marcelo Caetano insta pela valorização das tessituras ideológicas dos regimes estadonovistas, resumindo as metas e tornando ímpar a experiência política aí vigente:

Reconhecem no Estado ao serviço de valores éticos o meio de cumprir o destino nacional. Creem na política. Mas como urgente objetivo da política, põem a realização da justiça social dentro dos princípios corporativos e cristãos.²¹⁰

A exposição de temas tendo em vista a referência aos aspectos distintivos da ação administrativa imperial constituiu, portanto, um dos alvos dos responsáveis pela publicação da *Atlântico*, vinculados como eram, vale o reforço, à burocracia estatal. Assim, tornaram lícita a promoção de ensaios, poemas e artigos cujo enredo circulasse na esfera dos fatos marcantes ou apenas correlativos ao período imperial, seja em Portugal ou no Brasil, um exercício por demais valorizado nos discursos estadonovistas.

Tendo como norte esses aportes, é possível situar o texto “Filha de Rei”, do professor, crítico e ensaísta brasileiro Afrânio Peixoto, como um trabalho confeccionado a partir da perspectiva dos regimes de Vargas e de Salazar em sustentar a continuidade histórica destes

²⁰⁹ CAETANO, Marcelo. Inquietação e esperança. In: *Atlântico*. n° 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 12. Grifo nosso.

²¹⁰ Idem.

regimes com a tradição imperial, ou seja, de um período que se acreditava ser forte e dotado de poder centralizado. Tem como eixo temático o período colonial, infundindo especial relevo ao cenário político imperial. De uma forma geral, versa sobre o passado imperial de Portugal e Brasil, destacando os fatos tocantes ao reinado de Dom João VI: “Mas política todos fazem. Dom João VI fez mais: fez vários e multiplicados benefícios culturais ao Brasil, simbolizados nesta Biblioteca Nacional, casa dos nossos livros...”²¹¹

Propor como foco analítico os feitos de Dom João VI, bem como as suas contribuições para o engrandecimento do reino do Brasil seria expor a ação dos portugueses no além mar, o que permite, uma vez mais, e em dupla mão, tanto o elogio da colonização portuguesa quanto da pujança do Brasil, o qual, embora tenha sido colônia portuguesa, este último estatuto lhe rendeu a grandeza dos atributos atuais.

Nesse contexto, o elogio da colonização portuguesa e a valorização da administração imperial são construídos por Afrânio Peixoto da seguinte maneira:

A Universidade de hoje é o livro. Uma biblioteca é um conjunto universal de faculdades... A nossa Universidade chegou, fora de hora, mofina por isso, sem préstimo. Para quê? A verdadeira universidade fora criada, desde aqui chegou Dom João VI: é a nossa Biblioteca... o sabor do passado, o passado também português; o presente, edificando, instruindo, guiando... Bem haja, na memória dos homens, quem tanto bem nos fez...²¹²

Atinente, de forma particular, às linhas de força do texto escrito por Afrânio Peixoto, e, de um modo geral, aos construtos ideológicos estadonovistas, sobretudo no que concerne à apologia às estruturas administrativas ancoradas na figura do chefe único, “D. Pedro II e os escritores portugueses”, de Hélio Vianna²¹³, ao passar em revista o passado imperial do

²¹¹ PEIXOTO, Afrânio. Filha de Rei. In: *Atlântico*. n° 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 48.

²¹² Ibidem, p.49.

²¹³ Como jornalista, Hélio Vianna atuara como redator, ao lado de Lourival Fontes e San Tiago Dantas, do periódico *Hierarquia* (1931), publicação de tendências direitistas.

Brasil, permite a leitura que sinaliza para o fato de o interesse manifestado por Getúlio Vargas pela cultura portuguesa seguir, portanto, uma linha contínua que vincula o presente ao passado, sendo os exemplos em relação a este colhidos da manifesta dedicação de D. Pedro II no que toca à leitura dos clássicos da literatura portuguesa:

João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, Antonio Feliciano de Castilho e Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo – a brilhantíssima trindade do romantismo português, aparece, necessariamente, no Arquivo do último Imperador do Brasil.²¹⁴

Também de Afrânio Peixoto, “Outras 'viagens na minha terra'”²¹⁵, converte-se num estudo cujo foco incide na exaltação de um dos heróis da história portuguesa, Dom João de Castro. Em suma, trata-se de um estudo sobre a formação do império português que projeta luz ao entendimento dos grandes vultos nacionais, transmitindo a imagem de soberanos dados a relações afetivas com o povo e, ademais, patenteia a noção de que os grandes feitos nacionais foram projetados durante a vigência monárquica. Imbricado nessa mesma linha, e atendendo aos propósitos da atribuição de positividade às façanhas desencadeadas pelos soberanos portugueses, “A 'Santa Catarina' de Domingos Carvalho”²¹⁶, de Soroa Filho, versa, de forma exaustiva, sobre acontecimentos relativos ao período monárquico. Expõe um expressivo leque de nomes dos principais representantes do império português (Rainha Dona Leonor, D. Manuel, D. Sebastião, D. João III), espécie de antologia que pretende, ao que tudo indica, oferecer verossimilhança e excelência à galeria dos heróis nacionais.

No poema “Toada do mar oceano”²¹⁷, do poeta português Mário Beirão, há a

²¹⁴ VIANNA, Hélio. D. Pedro II e os escritores portugueses. In: *Atlântico*. n° 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p. 36.

²¹⁵ “É indispensável assinalar que foi Catarina quem inspirou a D. João II a fundação da Universidade de Coimbra e a primeira medida oficial reinol para a colonização do Brasil”. PEIXOTO, Afrânio. Outras viagens a minha terra. In: *Atlântico*, n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 53-61.

²¹⁶ FILHO, Soroa. A Santa Catarina de Domingos Carvalho. In: *Atlântico*, n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 195-196.

²¹⁷ BEIRÃO, Mário. Toada do mar oceano. In: *Atlântico*. n° 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 70-73.

apresentação da época monárquica lusitana e do Brasil enquanto colônia desta nação. Toda a estrutura do poema é construída por meio da exaltação poética das navegações, bem como dos descobrimentos marítimos do povo português.

Reportando-se à galeria dos heróis da literatura nacional portuguesa, o artigo “Gil Vicente representado agora”²¹⁸, de António Lopes Ribeiro, entusiasta do regime salazarista que dedicou sua obra cinematográfica à propaganda oficial do Estado Novo, retrata as figuras que transformaram o labor cultural numa atividade cívica. Ao erguer o quadro referente aos escritores que converteram o nacional em arte, o autor fez eco à defesa empreendida por José Osório de Oliveira no que toca à relação entre cultura e atributos nacionais: uma obra tem seus prestígios quando é uma “manifestação do espírito nacional”.²¹⁹

Desta forma, António Lopes Ribeiro buscou na atividade teatral de Gil Vicente elementos para exemplificar a existência, em solo português, de uma atividade cultural vinculada, de forma estrita, ao seu contexto de produção:

É que Gil Vicente sabia, com o poder divinatório próprio dos verdadeiros criadores, que ao Teatro compete produzir “obras de circunstância”, ajustadas aos acontecimentos e à época em que são levados à cena. Só assim o Teatro cumpre inteiramente a sua função social.²²⁰

Portanto, é como se o caráter dos governos portugueses em converter a cultura em arma e expressão política fosse um dado histórico, que remonta à época de Gil Vicente. Nesse sentido, o excerto forja a imagem de continuidade entre o período caracterizado por um sistema político centralizador (reinado de D. Manuel) e de conquistas cruciais para a expansão do império português (como, por exemplo, a descoberta do caminho marítimo para

²¹⁸ RIBEIRO, António Lopes. Gil Vicente representado agora. In: *Atlântico*. n° 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 163-166.

²¹⁹ “OLIVEIRA, José Osório de. “Bernado Guimarães (prefácio recusado)”. In: *Atlântico*. n° 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 177-178.

²²⁰ *Ibidem*, p. 164.

a Índia) e o Estado Novo de Salazar. Incita, ademais, as obras teatrais a agirem em confluência com as “circunstâncias”, numa convocação de união de forças do teatro português – sabendo-se que os “sentimentos, os problemas do tempo, as modas e as idéias, os modos e o falar de cada época, são sempre de circunstância e, por isso mesmo, próprios do teatro” – com as instituições erigidas pelo salazarismo.

António Augusto Esteves Mendes Corrêa, ensaísta, historiador e antropólogo português voltado ao estudo da formação social brasileira²²¹, em “Os portugueses quinhentistas e a sistemática etnológica do Brasil”, enceta um estudo sobre o período colonial, pelo qual ganham corpo várias referências a Carta de Pero Vaz de Caminha, “certidão de nascimento do Brasil”. Destaca o papel dos escritores portugueses quinhentistas no que concerne ao estudo científico da “etnologia (...) e da história natural do Brasil”, desferindo críticas aos estudos sobre esse tópico que usurparam o “contributo lusitano” da análise e entendimento dos “índios do Brasil”, pois, embora os “progressos da Antropologia (...) há dados antropológicos, em geral de notória insuficiência, apenas sobre diminuta fração das tribos indígenas do Brasil”.²²²

Hernani Cidade, professor, ensaísta, historiador, crítico literário português, por seu turno, também fez incidir seu trabalho “Duas atitudes em face do Brasil”²²³ na análise do período colonial, análise essa estruturada mediante o estudo da “atitude” de dois representantes das letras durante o período colonial brasileiro, D. Francisco Manoel de Melo e o Padre Antônio Vieira. Seguindo nessa esteira, “Viana da foz do Lima em 1534”²²⁴, do

²²¹ Em comunicação apresentada no Congresso Luso-Espanhol do Porto, promovido no ano de 1942, sob o título “As tendências bio-étnicas do Brasil contemporâneo”, A. A. Mendes Corrêa resume os elementos que acreditava capazes de dirigir o Brasil rumo ao “reaportuguesamento”. Numa análise de forte cunho racial, defendeu o embranquecimento da população brasileira por meio do aumento da presença do “elemento europeu”, e, para tanto, buscou reforço teórico no pensamento de Oliveira Vianna.

²²² CORRÊA, A. A. Mendes. Os portugueses quinhentistas e a sistemática etnológica do Brasil. In: *Atlântico*. n.º 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 211-217.

²²³ CIDADE, Hernani. Duas atitudes em face do Brasil *Atlântico*. n.º 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 218-225.

²²⁴ MACIEL, Artur. Viana da Foz do Lima. In: *Atlântico*. n.º 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 15-21.

jornalista e escritor português Artur Maciel, e “Angra em fins do século XVI”²²⁵, de Correia de Melo, cumprem uma parcela do programa ao terem como tônica fatos relativos ao período colonial.

Alguns textos chegaram a referenciar, de uma forma quase que sutil, aspectos que poderiam consentir na elaboração de uma leitura aparelhada às vicissitudes dos regimes. Tanto é que no texto do romancista regionalista José Lins do Rego, “O bom e o mau fialho”, dá-se a entender ser malogrado o exercício de atacar um soberano: “Um homem inútil, o Fialho que atacava o rei para mostrar que era capaz de desafiar os poderosos com a sua sátira mesquinha”.²²⁶

Ênfase semelhante foi conferida pelo romancista brasileiro Amando Fontes, em “Deputado Santos Lima”, o qual alude ao governo do chefe único. O trecho cuja alusão ganha corpo é, pois, o seguinte:

Tudo isso [“As estradas estavam de causar lástima. O povo murmurava, a oposição tomava corpo”], interrompeu Santos Lima, só acontece por culpa de seu pai [dialoga com Pedro, seu afilhado, filho de seu irmão Antônio]. Se Antônio não fosse tão teimoso, recusando sistematicamente assumir a direção política de Serra Azul, tudo marcharia de outro modo. Ele seria o *chefe único*, com direito de indicar prefeito, delegado, promotor. Mas não quer. Sempre a dizer que política não tem entranhas, que meu pai não se deu bem com ela, mais isso e mais aquilo.²²⁷

Mais adiante, a menção ao chefe único aufere nova proporção:

²²⁵ MELO, Correia. Angra em fins do século XVI. In: *Atlântico*. n° 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 22-26.

²²⁶ REGO, José Lins do. O bom e o mau fialho. In: *Atlântico*. n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 231.

²²⁷ FONTES, Amando. Deputado Santos Lima. In: *Atlântico*. n° 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p. 98. Idéia semelhante fora desenvolvida por Aleixo Ribeiro, em “O desterrado”, do qual o enredo abre frestas à referência à política por nomeação: “Assim fui ter com o senhor Barradas. O ‘flauta’ dos nossos saudosos concertos fizera fortuna em Lisboa, e fui pedir-lhe para me fazer a grande esmola de me colocar ali. -- Sim, filho, sim. Trato-te disso. Recomendo-te ao Sousa amigo – prontificou-se o senhor Barradas. E chegou-me a si pelo ombro.” In: *Atlântico*. n° 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p. 119.

Você é moço, mas não faz mal. Precisamos, mesmo, é disso: sangue novo... Acho que você vai dar um chefe de mão cheia. E se gostar de política, não se limite ao nosso município. Estenda seu raio de ação. Quero vê-lo um chefe de zona, pesando nas eleições do distrito...²²⁸

Nessa direção, os trechos acima convidam a pensar sobre o momento político português e brasileiro marcado pelos governos dos chefes Salazar e Vargas. Apontam ainda para o poder adjacente ao cargo de *chefe único*, tendo em vista as prerrogativas associadas a essa função: o “direito de indicar prefeito, delegado, promotor”, sem, contudo, poder deixar-se “dominar pelo sabor de suas lutas, suas glórias passageiras”.²²⁹

“O significado histórico e artístico da Exposição de Retratos Portugueses do Século XVII”, do escritor, historiador e crítico de arte Reynaldo dos Santos, oferece um quadro sobre as tradições portuguesas exibidas por meio de pinturas do século XV e XVI, acentuando os caracteres que imprimem identidade própria às manifestações artísticas nacionais. Em outras palavras, abundam da apresentação considerações que permitem articulá-la às tessituras que projetavam luz, no seio do Estado Novo, à propaganda nacional e ao combate a elementos estrangeiros considerados funestos:

É precisamente porque a pintura portuguesa dos séculos XV e XVI tem caracteres que a distinguem da escola em que se inspirou, e ainda mais da espanhola ou italiana, de que raras influências recebeu; é precisamente porque teve uma evolução própria de cerca de um século, através da qual assimila e *nacionaliza os estrangeiros* como um Henriques e cria as altas personalidades de um Nuno Gonçalves ou um Grão Vasco; é porque a sua escola, a sua cor, a sua luz e os seus fundos exprimem uma visão de sensibilidade próprias –, é, enfim, porque enche o País – de Norte a Sul – de uma tão fértil produção que ainda hoje se colheram mais de 700 tábuas só dessa época – que a *Escola Portuguesa de Pintura* tem títulos suficientes a uma existência autônoma na história geral da Arte, podendo ombrear e

²²⁸ Ibidem, p. 100.

²²⁹ Ibidem, p. 102.

atingir mesmo níveis superiores aos da pintura francesa, inglesa, alemã ou espanhola da época.²³⁰

Importa, num exercício de observação, frisar que o artigo trabalha com a arte apenas do período monárquico português, sem extensão da análise para o período subsequente.

Paralelo a este tipo de abordagem, o trabalho literário de Ana de Castro Osório, escritora portuguesa considerada precursora da literatura infantil em Portugal²³¹, “Os narradores das lindas histórias”, empreende um estudo sobre tradição, tendo como mote a valorização do passado histórico de Portugal, passado, diga-se de passagem, assente apenas no período monárquico. Além disso, concede-se relevo ao aparato conceitual cristão: “Mais tarde, muito mais tarde, quando renovei o encantamento de ouvir as histórias do velho Portugal (...)”²³²

Para formularmos uma idéia a esse respeito, Adolfo Simões Müller, escritor inserido na malha institucional salazarista, cuja obra “Historiazinha de Portugal”, um dos expoentes da produção inscrita nos objetivos expostos pelo SPN, “não deixa a mais breve referência à Inquisição”, num tom probatório, portanto, do duplo exercício sob o qual se lançou a escrita histórica no período, a saber: valer-se comumente de referências capazes de expor a grandeza responsável pela contribuição portuguesa para o desenvolvimento das civilizações (Navegações, Descobrimentos e, conseqüentemente, a missão colonizadora objetivando “civilizar” e “catolizar” os povos). Ainda sobre essa questão, a “regeneração” promovida pelo regime de Salazar não comportava, portanto, alusões a momentos “decadentistas” da história portuguesa. A este respeito, no conjunto geral da produção cultural, artística e historiográfica salazarista havia, de fato, o “silêncio ou o preconceituoso e apressado julgamento” de datas e

²³⁰ SANTOS, Reynaldo. O significado histórico e artístico da Exposição de Retratos Portugueses do Século XVII. In: *Atlântico*. n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 227-228. Grifo nosso.

²³¹ Foi ativista republicana e fundadora do Grupo Português de Estudos Feministas e da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. *Mulheres portuguesas*, escrito em 1905, é visto como o primeiro manifesto feminista português.

²³² OSÓRIO, Ana de Castro. Os contadores de lindas histórias. In: *Atlântico*. n° 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 79.

acontecimentos, como, por exemplo, a estigmatização da Revolução Liberal de 1820.²³³

Descrevendo algumas das tradições e os aspectos culturais característicos do nacionalismo lusitano, “Música espanhola e música portuguesa (paralelismo e divergência)”²³⁴, de Santiago Kastner, musicólogo inglês radicado em Portugal, consiste em um estudo de época que teve como fulcro a análise da música ibérica (séculos XV-XIX). Por versar sobre a tradição musical portuguesa, o estudo conflui num dos pontos esposados pelos regimes, qual seja, o estudo das tradições como forma de criar as bases do sentimento nacional.

“D. Sebastião”, do diretor português da *Atlântico*, também chefe do SPN, António Ferro, consiste em uma versão escrita de uma encenação teatral sobre o período monárquico português e a formação do império lusitano. A saga de D. Sebastião (“figura histórica mas, sobretudo, alta criação poética da alma de uma raça”), a qual, com o desfecho ocorrido em Alcácer-Quibir, resultou na construção do mito do Sebastianismo²³⁵, é acompanhada de perto pelos versos do poeta português, sendo *Os Lusíadas*, portanto, entendido enquanto o construto teórico motivador das ações empreendidas pelo monarca.

Assim, no primeiro quadro da peça, chamado “O Poeta e o Lusíada”, vemos Luís de Camões lendo a D. Sebastião as “últimas estrofes do seu poema” e, por conseguinte, a reação por este manifestada:

Contagiado, iluminado pela recitação das estrofes heróicas do poema-filho,

²³³ CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis, Op. cit., p. 177-280.

²³⁴ KASTNER, Santiago. Música espanhola e música portuguesa (paralelismo e divergência). In: *Atlântico*. n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 344-346.

²³⁵ Esse mito foi trabalhado pela peça especificamente em seu quinto quadro, designado “Ressurreição”: “Momento supremo! Envolvido num coro sobrenatural de vozes da terra e do céu, harpas e sinos tangidos por mãos de anjos, D. Sebastião já não é o simples rei de um reinado infeliz e breve, é o rei da nossa eterna soberania, a certeza da nossa ressurreição! Pouco a pouco, a névoa do sonho, da lenda, vai escondendo, ocultando o vulto gentil do rei de Portugal e já príncipe do Céu... Mas que importa? Pode escondê-lo inteiramente, pode encobri-lo! Nós sabemos que D. Sebastião, sentinela da pátria, vela por nós atrás da bruma... Distante e perto, ausente e presente! Não Fomos, portanto, vencidos em Alcácer-Quibir: vencemos para sempre, vencemos sempre!...”. In: FERRO, António. D. Sebastião. In: *Atlântico*. n° 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 162.

D. Sebastião sai de si próprio, da sua realeza, do seu trono e dirige-se à grande esfera que o magnetiza, onde a África o chama, como se estivesse disposto a abraçá-la, a erguê-la.²³⁶

Continuando, estreita a influência exercida pelo poema sobre os acontecimentos que levaram o monarca a não esquecer “o significado cristão da sonhada luta contra os infiéis”:

Camões desapareceu com o último verso dos *Lusíadas*... Mas deixou aberto sobre o trono, como um apelo, o seu poema heróico. E é em frente desse poema, Livro de Horas da Pátria, que D. Sebastião, após ter colocado sobre ele a sua espada-cruz ou a sua cruz-espada, ajoelha-se e reza (...) Como se continuasse a ouvir os *Lusíadas*, ou talvez com a ambição de lhe juntar mais algumas estrofes, o rei ensaia, visiona a sua epopéia (...) sente-se a impaciência de cumprir o seu destino, de atacar sem demora o acampamento de Adbe-Alméliuqe, o rei moribundo.²³⁷

Ao revisitar a galeria dos “heróis” nacionais e, dessa feita, destacar a figura de D. Sebastião, António Ferro, ao conferir ênfase à análise desse monarca, concede reforço à apologia do soberano (chefe único) cujas ações conduzem os caminhos de toda uma nação. Camões, por seu turno, através de sua obra máxima, *Os Lusíadas*, apresentava-se, por exemplo, como componente dos mais proeminentes à criação de uma imagem favorável à colonização portuguesa:

E também as memórias gloriosas
Daqueles reis que foram dilatando
A Fé, O Império e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando;
E vós, ó bem nascida segurança
Da lusitana antiga liberdade,
E não menos certíssima esperança

²³⁶Ibidem, p.157.

²³⁷ Ibidem, p. 158-159.

De aumento da pequena cristandade.²³⁸

Eivado de uma argumentação fortemente marcada pela recuperação da época áurea da história portuguesa, o texto de António Ferro acima listado anuncia ainda algumas das propostas que encerraram o conteúdo da propaganda nacionalista em Portugal após 1945. A título de exemplo, surgindo sob os auspícios do impulso propagandístico do SNI, o filme “Camões”, de Leitão de Barros, produzido em 1946, reconstruiu, de forma épica, a saga literária do maior poeta português, fazendo observar que a pujança do poeta não prescindiu da situação política que lhe acolheu, isto é, das instituições monárquicas. O filme reforça ainda o mito envolto na figura de D. Sebastião, o que aponta para a idéia do soberano, ou melhor, do chefe único, como capaz de realizar os mais altos desígnios nacionais – perfazendo a tradição o veículo para a consecução de tal investida.²³⁹

Fornecer ares à aliança entre labor cultural e manifestações de sentimento nacional, pugnando, portanto, pela defesa incontestada desse vínculo, foi uma perspectiva corrente no periódico, tornando correlata à atividade intelectual o desbravar do “inexplorado rumo da descoberta nacional”.²⁴⁰

Inscrito nesta lógica, “Defesa do gênio poético português”, de João de Castro Osório, integrou as fileiras de um estudo embasado na temática nacionalista. Em nome desta, constrói críticas a Antero de Quental, alegando ausência de “consciência nacional” em suas obras. Fornece o acabamento à consciência nacional apregoada pelos regimes, isso ao projetar luz à imagem do período áureo da história portuguesa representado por figuras ilustres da literatura nacional, como Gil Vicente e Camões, que por intermédio da união histórica entre Portugal e

²³⁸ CAMÕES, Luís. *Os Lusíadas*. Notas de Hernani Cidade. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002, Canto Primeiro, p. 13-14.

²³⁹ Para melhor entendimento dos argumentos arrolados acerca dessa questão, consultar PAULO, Heloisa. Op. cit., 1994.

²⁴⁰ PEDRO, António. Alguns pintores brasileiros modernos. In: *Atlântico*. n° 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 176.

Brasil são dois dentre os vários paladinos da formação nacional desses países.²⁴¹

Inspirado também no impulso nacionalista, “Programa de um estudo nacional”, do ensaísta e crítico português Álvaro Ribeiro²⁴², conclama os estudiosos a “promover o trabalho de síntese que permita reconhecer as bases teóricas da doutrina da nacionalidade”. Para tanto, alerta que “de pouco vale importar o espírito estrangeiro”.²⁴³

Continuando, atinente com as palavras de ordem ecoadas pelos regimes responsáveis pela consecução da revista *Atlântico*, defende a luta, embora difícil, “contra as repetidas ondas de cultura estrangeira”.²⁴⁴ E, em consonância com essas assertivas, exulta: “Compreende-se perfeitamente que na literatura portuguesa se declare uma crise pela falta de temas originais, pelo desconhecimento dos temas nacionais”.²⁴⁵

Partindo do que chama de “crise” de temas nacionais, o autor enumerou os assuntos que seriam os contributos seletos na abordagem da nacionalidade portuguesa: as aventuras dos Descobrimentos e o “sebastianismo persistente e multiforme, principal mito da vida nacional”.²⁴⁶

Em suma, o texto do colaborador Álvaro Ribeiro assume traços de um “manual” de como abordar o nacional, considerando o fato de que nele são visíveis os eixos que no Estado Novo funcionaram e giraram na órbita da propaganda nacionalista (povo, nacional, cultura e expressão populares, etc.).

Em “Um filme-índice”, o crítico e técnico cinematográfico português Fernando Garcia, seguindo o caminho trilhado por Álvaro Ribeiro no texto acima analisado, estabelece os elementos que facultam a exaltação do filme “Amor de Perdição”, de António Lopes

²⁴¹ OSÓRIO, João de Castro. Defesa do gênio poético português. In: *Atlântico* nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 6.

²⁴² Álvaro Ribeiro dedicou-se ao entendimento do pensamento filosófico português. A obra “O Problema da Filosofia Portuguesa”, de 1943, é considerada a expressão máxima do seu pensamento.

²⁴³ RIBEIRO, Álvaro. Programa de um estudo nacional. In: *Atlântico*. nº 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p. 2 e 3.

²⁴⁴ Ibidem, p. 4.

²⁴⁵ Idem, Ibidem.

²⁴⁶ Ibidem, p. 7.

Ribeiro, considerado o “cineasta do regime” de Salazar. Capaz de revelar a consciência nacional, o cinema é entendido sob a chancela dos seguintes termos: “Fundamental é ter-se afirmado, com carradas de razão, que um cinema nacional só encontraria a sua importância ética contribuindo para a revelação e consciência do caráter nacional”.²⁴⁷

Logo em seguida, o autor continua a sua argumentação isolando o cinema português das investidas estrangeiras. Confere valor especial ao cinema de matiz estritamente nacional – do que sobressaem, certamente, os intuitos propagandísticos e ideológicos do regime: “(...) sendo certo, também, que a projeção internacional do cinema português não se conseguirá na imitação de qualquer fórmula importada mas, sim, com personalidade, com imagens nascidas de uma inspiração própria”²⁴⁸.

E no mesmo sentido em que aponta para o uso de uma “fonte inesgotável” de temas nacionais por parte do Cinema português sai, pois, em defesa de uma “reserva” literária, a qual agiria contra os excessos que pudessem pôr em risco os pilares nos quais repousavam as estruturas nacionais:

A reserva agora começada a valorizar-se representa, além de uma força orientadora cheia de prestígio, uma defesa contra as crises que possam surgir, contra aquelas que obrigam a devorar tudo – a reserva alimentar que nos deixa esperar pelo trabalho do nosso agrado e produzir no caminho do nosso prestígio.²⁴⁹

Concatenado à lógica que privilegiava a exposição de temas nacionais, portanto, a um aspecto recorrente na revista *Atlântico*, “Biografia de Gonçalves Dias”, de Álvaro Lins, autor emblemático enquanto colaborador assíduo da *Atlântico*, configura-se em um estudo sobre

²⁴⁷ GARCIA, Fernando. Um filme índice. In: *Atlântico* nº 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 202. Ainda do mesmo autor, “Realidades do cinema português” faz o apelo a um cinema “para servir Portugal”, do que resulta a idéia de que o cinema não encontra sua razão de ser apenas no divertimento das multidões. De acordo com suas palavras, “é, agora, preciso estimular o desenvolvimento do cinema-espetáculo-nacional e guiá-lo à plenitude de suas possibilidades” (*Atlântico* nº 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 198).

²⁴⁸ Ibidem, p. 202-203.

²⁴⁹ Ibidem, p. 204.

um dos paladinos da literatura nacional brasileira. O autor faz o recorte preciso na trajetória literária nacional, da qual torna ilustrativa a literatura vinculada às causas nacionais: “Restamos reconhecer que foi a Gonçalves Dias que o destino concedeu o dom de uma missão poética excepcional em harmonia com uma época que permitia a sua realização”²⁵⁰.

Em outras palavras, convida os intelectuais dos anos 40 do século XX a trabalharem seus temas tendo como norte o momento cultural condescendente com a sua criação. Cumpre, contudo, situar que tal interpretação encontrara amparo no que parece constituir o *leitmotiv* das idéias propagadas pelo autor. Nesse sentido, em conformidade com a linha geral até aqui desenvolvida, exulta que “o intelectual de hoje não terá somente a tarefa de realizar a sua obra, mas também defender as condições de vida que tornam possível esta mesma obra.”²⁵¹

No caso singular de Portugal e Brasil, o estudo de Álvaro Lins poderia funcionar, a bem da verdade, como um chamamento para que os intelectuais estabelecessem, sobremaneira, a confluência entre os seus temas e as tessituras urdidas no seio dos regimes autoritários, sendo a noção de patrocinadores da arte nacional associada tenazmente ao conjunto das atividades galardoadas por esses mesmos regimes.

Ao valorizar a atividade literária de Gonçalves Dias, o autor assim o faz por esta trazer à tona a justa medida da relação entre Brasil (nacionalidade) e Portugal (centro irradiador). Nesse sentido, estabelece ainda a aliança entre obra de arte e vida, valorizando e concedendo relevo ao patriotismo literário de Gonçalves Dias, que denomina de “ficção literária”. De tudo isso, sobressai a idéia de que o intelectual deve criar pela nação, pela consciência coletiva que a conduz.

Lançando rigor à tônica nacional, a série de ensaios produzidos pelo jornalista, folclorista e musicógrafo português Gastão de Bettencourt, sob a denominação de “Retratos de músicos brasileiros”, figuraram em quase todos os números da primeira fase da revista

²⁵⁰ LINS, Álvaro. Biografia de Gonçalves Dias. In: *Atlântico*. n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 183.

²⁵¹ LINS, Álvaro. Uma nova geração. In: *Atlântico*. n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 350.

Atlântico, exceção aplicada apenas ao segundo.

No conjunto da obra, pulula, portanto, o préstimo ofertado às obras de jaez nacionalista. É, pois, com o primeiro número, por intermédio do ensaio “Música brasileira: uma ópera diferentes de todas as óperas”²⁵², que o autor engendra o alicerce sobre o qual repousará, no correr de sua colaboração, a infusão de valor às atividades culturais caudatárias do cenário nacional que as constitui. Nesse sentido, vaticina, acerca da obra de Lorenzo Fernandes, compositor nacionalista responsável pela consecução do Conservatório Brasileiro de Música: “obra literária no sentido mais alto; nacionalista pela estrutura e pela expressão”.²⁵³

Assim, partindo da noção de atividades culturais como “manifestações do espírito”, é que o autor, no ensaio produzido para o terceiro número, cria sua narrativa tendo como foco o período imperial português, bem como o Brasil colônia. Ademais, há o esforço despendido no sentido de valorização das ações empreendidas por D. João VI no que concerne à promoção da cultura brasileira. Sendo assim, o texto valoriza e justifica, por meio do passado histórico, a ação de um líder soberano no desenvolvimento dos valores nacionais.

No quarto número, sem que o fulcro temático mudasse de direção, o autor confere destaque aos “grandes” feitos do Governo Imperial, com especial destaque para a figura de D. João VI. Despontam, ainda, a defesa da criação artística musical nacional. No trecho selecionado, ganha relevo a idéia da finalidade prática da música, sendo essa associada ao feitio nacional da arte: “E, por isso mesmo, se Francisco Manuel da Silva não foi notável como compositor, a sua obra foi notabilíssima pela série enorme de realizações práticas que tanto influíram na cultura musical do seu país”.²⁵⁴

²⁵² Este ensaio foi o único que sofreu variação no título. Os demais foram publicados com a denominação “Retratos de músicos brasileiros”.

²⁵³ BETTENCOURT, Gastão. Música brasileira: uma ópera diferente de todas as óperas. *Atlântico*. n° 1, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1942, p. 155.

²⁵⁴ BETTENCOURT, Gastão. Retratos de músicos brasileiros. In: *Atlântico*. n° 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p. 155.

Assim, o texto, valendo-se do mesmo impulso, explora a idéia, em um tom probatório, de que grandes feitos e fatos que criaram as bases nacionais do país foram engendrados no período imperial.

Conferindo expressão a um dos nomes vinculados à promoção do sentimento nacionalista por meio da composição musical, Gastão de Bettencourt aglutina e realça os valores concernentes a obra de Carlos Gomes. Para tanto, o autor destaca o exercício levado a efeito por D. Pedro II em patrocinar a arte. Dito de outra maneira, novamente toma corpo na tessitura da revista a referência aos artistas que converteram as suas obras em verdadeiras efusões do ideário nacional, exercício que, para auferir foros de verdade, conforme fixa o autor, carecia da mão forte do Estado. Em uma sentença explicativa, Bettencourt esclarece:

Mas Carlos Gomes era profundamente brasileiro, -- foi sempre ardorosamente, deixando disso uma bem eloqüente demonstração em muitos passos da sua vida – e de há muito que procurava fazer qualquer coisa pela sua Pátria, qualquer obra em que traduzisse as empolgantes grandezas e as surpreendentes belezas do seu Brasil, tão saudosamente lembrado.²⁵⁵

Sob o amparo destas idéias, o artista deveria, como condição *sine qua non* para o desenvolvimento de sua arte, espelhar os grandes acontecimentos de inspiração patriótica, convertendo expressões culturais num irrepreensível retrato do sentimento nacional.

A lacuna que Bettencourt subordina à obra do compositor Leopoldo Miguez, por não ter sido resultado de “um alto sentido nacionalista”²⁵⁶, expressão que integra o argumento proposto em relação à idéia de que o artista deve atribuir valor nacional às expressões de

²⁵⁵ BETTENCOURT, Gastão. Retratos de músicos brasileiros. In: *Atlântico*. n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 199.

²⁵⁶ BETTENCOURT, Gastão. Retratos de músicos brasileiros. In: *Atlântico*. n° 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 196. Em intrínseca relação com essas idéias, poder-se-ia situar “Música portuguesa contemporânea”, de José Blanc de Portugal, pois encerra a análise no apelo às produções artísticas, no caso a música, de jaez nacional, o que dá azo, aliás, à diatribe ao reverso desse atributo: “É o desaparecimento dessa mentalidade que se vai notando [a de tomar como nacional “rapsódias do pior gosto”], e é essa a esperança que nos anima ao vermos que o valor e a genuinidade daquelas afirmações presentes de reação e trabalho honesto se vão tornando cada vez mais nacionais no sentido de serem tomadas, pelos responsáveis da opinião nacional, como os verdadeiros valores da música em Portugal.” *Atlântico*, n° 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p.190.

ordem cultural, corrobora o cariz nacionalista impresso nos seus trabalhos divulgados pela *Atlântico*, o que resulta, portanto, na recorrente acolhida das suas idéias.

2.4. A difusão literária do panorama religioso Brasil-Portugal.

De acordo com José Osório de Oliveira, a revista *Atlântico*, sendo um órgão da “aproximação intelectual luso-brasileira, privilegiou imprimir as suas páginas um formato capaz de atender ao objetivo de fornecer ao leitor um quadro sumário, uma “espécie de antologia”, da produção cultural de Portugal e Brasil, quadro esse representativo, por sua vez, de alguns dos elementos característicos dessas nações. Nas palavras do Secretário da Redação:

É nosso propósito, de fato, dar, na primeira parte de cada número, uma série de ensaios ou estudos, ordenados logicamente por assuntos, de forma a fornecer uma idéia, não de cada país, mas de alguns dos seus aspectos fundamentais. Na segunda parte, consagrado à poesia e à novelística, propomo-nos dar, em cada número, uma antologia poética (ordenada por gerações, quando não se imponha a razão da harmonia) e uma escolha de obras de ficção representativas da literatura atual de cada país. Sendo o romance, a novela e o conto, talvez, aquelas formas de criação literária em que os brasileiros mais se distinguem hoje, falha, em grande parte, neste número, o nosso plano.²⁵⁷

No decurso dos seis números que perfazem a primeira fase da revista *Atlântico* são divulgados 227 textos literários, os quais dividem-se em poemas, artigos, estudos e trechos de romances. O número de poemas enfeixa um total de 64 publicações, evocando assuntos os mais diversos. No entanto, há especial relevo a publicações cuja abordagem resultasse na correlação com o repertório temático defendido pelos regimes patronos do periódico em

²⁵⁷ *Atlântico*. n.º 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 170.

questão. Ancorando-se nesses pressupostos, a revista foi organizada de forma a conferir ênfase às temáticas referentes aos descobrimentos, ao folclore luso-brasileiro,²⁵⁸ às realizações monárquicas e, enfim, aos assuntos de fundo religioso.

Todavia, mesmo quando o material divulgado pela *Atlântico* não se fundava em referência direta às temáticas basilares do sistema de propaganda cultural²⁵⁹, tal atitude também encontrava apoio neste sistema, na medida em que não divulgava conteúdo literário capaz de estimular “vozes dissonantes” e gerar contratempo à imagem dos governos instituídos.

Assim, um número expressivo de textos veiculados por esse periódico deteve-se em fazer coro às temáticas envoltas no espírito religioso legatário da tradição católica luso-brasileira. A apresentação de assuntos entrelaçados ao ideal cristão explicita ainda um dentre os aspectos que compunham a política social dos regimes salazarista e varguista: a exploração dos símbolos da religião cristã com finalidades políticas.

²⁵⁸ Nos subitens “m” (“o estudo do folclore luso-brasileiro através de publicações editadas pelos dois organismos e da realização de festas populares e tradicionais comuns aos dois países;”) e “n” (“comemoração das grandes datas que interessam à História dos dois povos.” p. 181) do Acordo Cultural luso-brasileiro são fixados os termos que marcariam o impulso posterior da revista *Atlântico* em difundir amiúde trabalhos cuja temática tivesse como enredo o estudo das tradições e dos heróis nacionais. Como é possível perceber, todas as disposições do Acordo Cultural giram em torno dos atributos que ditaram as bases dos regimes de Vargas e Salazar.

²⁵⁹ A esse respeito, poderíamos citar os seguintes trabalhos distribuídos de acordo com a ordem de publicação dos números que compõem a primeira fase da *Atlântico*: no primeiro número (Maio/1942): “Saudade de um jardim”, de Luzia e “Há de haver uma lei”, de Maria Archer; no segundo (Outubro/1942): “A mulher na obra de Alberto de oliveira”, de Júlio Dantas, “Camilo Pessanha em Macau”, de Alberto Osório de Castro, o poema “Vozes”, de Tristão de Athayde, “Naufrágio”, de Cabral de Nascimento, “Pochade”, de Merícia de Lemos, “Tarde”, de José Blanc de Portugal, “A intérprete e o autor desconhecido”, de Olavo Eça Leal e “Uma rapariga vulgar”, de Rachel Bastos; no terceiro (Março/1943): “Notas sobre Fagundes Varela”, de Edgard Cavalheiro, “As senhoras Alta-Vista”, de Maria da Graça Azambuja e “Distância”, de Maria Franco; no quarto (Novembro/1943): “A morte do jacaré”, de Tristão de Athayde, “Orquídeas”, de Gastão Cruls, “Minha irmã”, de Natércia Freire, “A caravela”, de João Saraiva, “Pequeno poema”, de Afonso Duarte, “Infinitamente ausente”, de Abgar Renault, “Poeta”, de Saul Dias e “A velha pasta do poeta”, de Jorge Barbosa; no quinto (Julho/1944): “A face pura”, de Alphonsus de Guimarães Filho, “Flor tropical”, de Marcelo Matias, “O Gerifalte Sáforo”, de Antonio Lopes Ribeiro, “Um dia”, de Maria Carmo, “A luz cinzenta”, de Dinah Silveira de Queiroz, “O Calhandriz”, de Adelaide Félix, “Capítulo do romance 'Maria da Lua’”, de Fernanda de Castro, “Beco sem saída da Lua”, de Enéas Ferraz, “O romance do Largo”, de Rachel Bastos e “Passos de menino”, de Tomaz Kim; e, por fim, no sexto (Abril/1945): “As núpcias do Céu e da Terra”, de Eudoro de Sousa, “As quatro idades. Das metamorfoses de Ovidio”, de Antonio Lopes Ribeiro, “Irrealizada evasão”, de Maria Eugênia Celso, “Mormaço”, de Antonio Mendes Viana, “E agora é primavera”, de Natércia Freire, “Diário de infância”, de Luís Amaro, “Poema da felicidade”, de João Manuel de Mascarenhas, “Nosso amor”, de Dinah Silveira de Queiroz, “A professora Hilda”, de Lúcio Cardoso, “Anúnciação”, de Enéas Ferraz, “A boneca de pasta”, de Carlos Parreira, “Homo”, de Frederico Alves e “Último dia”, de Antunes da Silva.

Fazendo uma leitura do pensamento dos teóricos do Estado Novo brasileiro sobre a política social deste regime, Alcir Lenharo destaca a construção teórica formulada por Oliveira Viana, para o qual

Fundamentada nas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, a política social do regime não tem outra preocupação senão a de restaurar a dignidade do trabalhador brasileiro. Ela veio resgatar o espírito de fraternidade cristã encontrado nas relações de trabalho das corporações medievais...²⁶⁰

Dando prosseguimento a essas questões, Lenharo dá mostras da comparação estabelecida por Viana entre as políticas sociais dos regimes de Vargas e Salazar

Viana coteja Augusto Costa, ao referir-se ao corporativismo português como um sistema que aplicava o dogma da igualdade, em Cristo, de todos os homens. Salazar também é sua referência obrigatória no intuito de diferenciar os pressupostos norteadores da presente política social da anterior a Vargas; *antes visava-se a proteção do indivíduo; agora era a pessoa a ser protegida*.²⁶¹

Ainda de acordo com essa análise, Lenharo pondera que “quase todos os teóricos corporativistas não escondem a sua nostalgia por um tempo perdido, a que se fazia necessário retornar, o tempo da fraternidade cristã imperante nas relações de trabalho das corporações medievais, destruídas pela revolução democrática”.²⁶²

²⁶⁰ LENHARO, Alcir, Op. cit., p. 180.

²⁶¹ Idem.

²⁶² LENHARO, Alcir, Op. cit., p. 189. Ganhou força no Estado Novo a idéia de “recristianizar Portugal”, numa tentativa de valorizar e remontar às medidas empreendidas na vigência do período monárquico (sendo o Estado Novo “descrito como o meio de preservar alguns elementos da Monarquia”), dentre elas a promoção da unidade religiosa do povo português (principalmente nos reinados de D. Manuel I e D. João III). Em 1935, uma revisão na Constituição de 1933 determina que o sistema de educação do Estado passaria a ser dirigido pelos “princípios e moral da doutrina cristã”, em resposta ao sistema educativo republicano apegado a concepções “ultrapassadas” (consultar sobre o tema NETO, Vitor. Minorias e limites da tolerância em Portugal (sécs. XIX/XX). In: *Revista de História das Idéias*, vol. XXV, 2004, p. 575 e MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: biografia definitiva*. Tradução de Teresa Casal. São Paulo; Leya, 2011, p. 153 e 448). Já no que toca ao caso brasileiro, a política social varguista direcionada à “recristianização do trabalho e da vida” levou à conciliação de “interesses

Sob essa ótica, a divulgação através da *Atlântico* de trabalhos inscritos no tratamento de assuntos expressivos da religiosidade dos povos luso-brasileiros acompanha, portanto, a direção imposta pela política social dos regimes aos instrumentos de difusão cultural.

Sob esse ponto de vista, o poema “Franciscana”, do escritor, crítico literário e jornalista brasileiro Paulo Silveira, ao louvar a pobreza junto a Deus, traz consigo a idéia da fé religiosa como salvação para infortúnios, compondo a imagem relativa à aceitação das contingências humanas em associação à salvação espiritual presente no ideal cristão. Dito de outra maneira, o poema permite o cotejo com a idéia de “nova moralidade” que foi resumida pelo Ministério do Trabalho do Brasil, em 1942, como o afastamento da “desesperada corrida atrás da riqueza, a concorrência sem peias, o materialismo sem finalidades espirituais”.²⁶³

Eu quisera ser pobre, muito pobre
 E viver na miséria,
 Pedir esmola à porta de uma Igreja,
 Uma esmolinha pelo amor de Deus!
 Eu quisera ser pobre, muito pobre
 E guardar no coração
 A luz interior daquela calma
 A piedade solar daquela alma
 Que irradia o corpo de Jesus.
 Vendo a vaidade morta
 Diante da minha fome;
 Sentir, então, a beata liberdade
 Que a pobreza dá aos que tudo abandonam
 E não saber o que é a Necessidade!...
 Eu quisera ser pobre, muito pobre

imediatos” entre Estado e Igreja e Estado no que concerne à luta contra os inimigos da religião, tendo em conta que o “agudo anticomunismo” desta serviria de “eficiente instrumento para denunciar, isolar, desmoralizar o adversário e fornecer ao Estado uma legitimidade especial para as suas práticas repressivas”. De acordo com Lenharo, já “em 1937, enquanto o regime preparava nos seus porões o Plano Cohen, a Igreja lança uma Carta Pastoral aos católicos do país, toda ela centrada na luta contra o comunismo, abrindo legitimidade moral para o golpe.” (LENHARO, Alcir, Op. cit., p. 190).

²⁶³ Níveis de Vida e a Economia Nacional. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, 9 (99): novembro de 1942, p. 222 Apud LENHARO, Alcir, Op. cit., p. 183.

E viver na miséria,
 Sem orgulho e sem ódio de ninguém
 Beijando a mão que me agredisse,
 Agradecendo a Deus todo o castigo
 Que o meu corpo ferisse...
 Fraternizado o pão que ele multiplicou
 Para que o teu Santo Corpo fosse o eterno alimento
 Dos que na tosca mesa, sem ricas iguarias,
 Encontrassem o consolo da sua pobreza...²⁶⁴

O poema acima transcrito expõe, ademais, outra faceta dos regimes. Colocando-se como contrários aos princípios individualistas que imperavam na plataforma política liberal, Salazar e Vargas sobrepõem a essa lógica um modelo de organização social sustentado por um programa político de caráter unificador. Esse programa, cujo ponto de contato com o pensamento cristão é visível, via no Estado o elemento pelo qual deveriam convergir os esforços da população, sendo que as aspirações e manifestações visando apenas objetivos pessoais deveriam ser anuladas em nome dos interesses coletivos que guiavam a nação. Assim, a imagem da mulher “franciscana” descrita pode ser lida no sentido que aponta para o exemplo de anulação individual em meio a um todo orgânico, o que, através da composição do poema, releva a idéia de aceitação até mesmo de situações insustentáveis a uma perfeita convivência social (“miséria”, “pobreza”, “fome”).

“Despertar”, de Maria Elvira de Castro Barroso, expõe a idéia de que a resignação deve apoderar-se dos espíritos sonhadores. Nele ganha realce a idéia de que, em comunhão com plano superior, a salvação começa “cá de baixo”, o que sinaliza sugestivamente para a aceitação do amparo fornecido pelo ambiente político-social:

E já na rua, “eu acordada”,
 Que caminhava à chuva

²⁶⁴ SILVEIRA, Paulo. Franciscana. In: *Atlântico*. n.º 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 74-77.

para ganhar o pão de cada dia,
 disse a “eu que dormia”:
 -- p’ra quê esta mania,
 Doentia de sonhar?
 Olhá p’ra quanto existe:
 para o céu, para as estrelas,
 para o a mar...
 Mas olha cá de baixo...
 Resigna-te a esperar pelo dia
 em que hás de subir,
 e pisar as nuvens,
 e ver-te o espelho da lua,
 e aquecer-te ao fogão do sol,
 e enfeitar-te de estrelas,
 e ouvir as harmonias do céu...²⁶⁵

“Sete contas para um rosário”, de Antonio Ferreira Monteiro, que, assim como o poema anterior, conforma uma das estruturas que enlaça os regimes, a religiosidade, que aí aparece evocando todo o sentimento de reconhecimento da vida tal como esta se apresentava:

Vamos todos para Deus...
 Quando sofre, a gente diz
 Que a vida é má. Sem razão.
 Pois muda de opinião
 Quando se julga feliz.
 Homens, tentamos em vão
 Julgar a Vida, maior
 Do que o prazer ou a dor
 Que sentimos, e mais bela!
 Tratemos, sim, de abrangê-la,
 Inteira no nosso amor
 'Hora a hora Deus melhora',
 Diz o povo; e isso nos valha²⁶⁶.

²⁶⁵ BARROSO, Maria Elvira de Castro. Despertar. In: *Atlântico*. n.º 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 99-102.

Do escritor e poeta português Augusto Ferreira Gomes, o poema “Omega e Alpha” articula-se a esse eixo temático. A construção a seguir traz consigo o reforço, através da referência religiosa nela inscrita, à noção de que, em relação às partes, cabe apenas ao centro designar o “rumo” certo das coisas:

Deus fez as coisas em fumo
E misturou-se lá dentro!
E é Ele que é o centro
De tudo a que deu rumo.²⁶⁷

No mais, foram várias as referências ou o trato específico com assuntos referentes ao universo religioso católico no interior da *Atlântico*. “Anti-Sonho”, do poeta português Américo Cortez-Pinto, com forte carga religiosa, traz a idéia de Deus como cura dos males que se abatem sobre os seres:

Não me tragas o sonho para a beira
com falsos lumes de postiço e lua...
Antes eu quero a noite fria e nua
Nítida, exata, sem relevo ou cor.
Depois rasgar nos dedos o negrume,
E pelos rasgões abertos como lume
Ver frente a frente a face do Senhor.²⁶⁸

Do poema “Conversa com Nossa Senhora”, do poeta português Ruy Cinatti, sobressai a noção do apego a religiosidade como forma de eximir-se dos erros, do que pulula o prestígio conferido a “Nossa Senhora”, “Querida mãe, Senhora minha”:

²⁶⁶ MONTEIRO, Antonio Ferreira. Sete contas para um rosário. In: *Atlântico*. n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 67-70.

²⁶⁷ GOMES, Augusto Ferreira. Omega e Alpha. In: *Atlântico*. n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p.65-66.

²⁶⁸ CORTEZ-PINTO, Américo. Anti-Sonho. In: *Atlântico*. n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 71-73.

Dizer-te o que sinto posso,
 Mas se o coração se prende...
 Ave Senhora do mundo!
 Perdoai a quem por vosso
 Se confessa e arrepende.²⁶⁹

O dramaturgo e escritor português João de Castro Osório, em “O batismo de Dom Quixote”, cria a seguinte passagem: Dom Quixote, ao aproximar a atividade de cavaleiro aos desígnios oriundos do universo religioso, defende: “O que tiver fé vencerá! Tende fé, e nada vos será impossível. Depois que me iluminaste, Senhor, ofereci-me, obediente, aos teus desígnios. E eis que tu pões no meu caminho o castelo onde posso sagrar-me instrumento da Tua vontade, armando-me cavaleiro (...) Construa Deus a minha ação. Projeta-me Aquele que me iluminou.”²⁷⁰

Otávio de Faria, escritor que nos anos 30 integrou o movimento de renovação da literatura cristã no Brasil, em “Rení” trabalha com a descrição de uma família, a família Vilar, que por ser “tão boa, tão bem formada, tão destituída de malícia” e inclinada ao “culto de Deus”, não haveria de encontrar explicação para a “maldade de Rení”, neta do patriarca Leopoldo Vilar, filho de um senador do Império, daí ser Monarquista e conservador convicto. Todos “amavam a Deus”, e embora Manuel, segundo filho de Leopoldo Vilar e Sara Vilar, não praticasse a religião, “não estava longe de poder se considerar um bom católico”, e, de tal modo, “tinha vivo no coração o sentimento de culpa decorrente das suas fraquezas e descuidos”.²⁷¹

“Salmo perdido”, de Campos de Figueiredo, poeta e ensaísta português, aparece acompanhado de uma imagem que trás a figura de Cristo ao contemplar o semblante de um homem postado aos seus pés, em posição súplica. O poema (parte integrante da segunda

²⁶⁹ CINATTI, Ruy. Conversa com Nossa Senhora. In: *Atlântico*. n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 88-89.

²⁷⁰ OSÓRIO, João de Castro. O Batismo de Dom Quixote. In: *Atlântico*. n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 93-116.

²⁷¹ FARIA, Otávio de. Rení. In: *Atlântico*. n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 136-138

edição da obra *O Reino de Deus*, do mesmo autor) estrutura-se da seguinte maneira:

A Ti clamei, Senhor!, tu ouviste,
 Desde o Teu monte santo,
 A voz da minha esperança
 Por tudo o que fizeste,
 Pôr os joelhos em terra e dizer salmos,
 É tão pouco, Senhor!
 Eu devia lançar o corpo ao fogo,
 E dar-Te, em fumo e fogo,
 O meu sangue de amor...
 Que a Tua misericórdia é para sempre! ²⁷²

“Transfiguração”²⁷³, de Lygia, compõe-se de uma temática similar à apresentada acima. “Lá onde os areais são cor de bronze/ E as árvores e os frutos são de Deus,/ Eu tenho a minha casa/ Eu vou nua,/ Os braços em cruz, sobre o peito,/ Debruçar-me nas águas plácidas do Mundo”, são alguns dos trechos que perpassam o poema. ²⁷⁴

“Ofício da Floraçam da Santa Cruz”²⁷⁵, do historiador e professor português Luiz Ribeiro Soares²⁷⁶, tem como tema a culpa dos judeus sobre a morte de Cristo. O texto traz ainda o apelo à aceitação da fé católica, dando ênfase a temas ligados ao Império português e à vida guerreira em torno de um ideal nobre, o que, na leitura contextual à época do Estado Novo português e brasileiro, sugere a defesa inexpugnável dos regimes.

²⁷² FIGUEIREDO, Campos de. Salmo perdido. In: *Atlântico*. n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 275-276.

²⁷³ LYGIA. Transfiguração. In: *Atlântico*. n° 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 98.

²⁷⁴ Na observação de Luís Reis Torgal, durante o Estado Novo em Portugal a “‘moralização’ por que se deveriam pautar os vários aspectos da vida operária, com exaltação das virtudes de obediência, austeridade, felicidade na pobreza e castidade pré-matrimonial, passando por uma equacionação do dever ser a ‘verdadeira’ cultura, encontra-se representada em vários escritos (...)”. TORGAL, Luís Reis. *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p. 179.

²⁷⁵ SOARES, Luís Ribeiro. Ofício da Floraçam da Santa Cruz. In: *Atlântico*. n° 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 115-126.

²⁷⁶ Como membro do SNI, teve forte participação na propaganda cultural do regime salazarista.

“Homenagem portuguesa a Tristão de Athayde”²⁷⁷ perfaz um conjunto de textos escritos pelos mais diversos intelectuais, dentre eles Marcelo Caetano, José Osório de Oliveira e João Ameal. Figura emblemática cujos adjetivos sintetizadores de sua personalidade foram explorados à larga, a exposição dos atributos que conferiam grandeza ao pensamento de Tristão de Athayde foi pensada justamente pelo fato de carregar elementos que justificariam a união espiritual entre Portugal e Brasil. Constituindo os valores católicos um dos pontos basilares pelos quais esses países firmaram-se espiritualmente, na retomada desse pensamento residiria uma das notas justificativas da aproximação entre ambos. Nesse sentido, à “sociologia cristã” de Tristão de Athayde devem-se as homenagens a ele creditadas. Rememorar os aspectos concernentes ao catolicismo, tendo como pano de fundo a obra intelectual de um escritor desta envergadura, emprestaria sentido à união estabelecida entre Portugal e Brasil, países “irmanados pelo mesmo culto dos valores espirituais” e cristãos.²⁷⁸

Assim, partindo da noção de que “entre a esfera intelectual e o mundo que a rodeia existe uma forte osmose, nos dois sentidos: as elites culturais tomam a cor dos debates cívicos, mas também contribuem para lhes dar os seus tons”²⁷⁹, é possível sustentar que o estudo da revista *Atlântico* oferece-nos um panorama acerca de como as produções artístico-culturais de Portugal e Brasil dialogavam com o quadro maior das estruturas construídas pelos regimes aí vigentes.

Nesse sentido, atrelada aos elementos inscritos nas instituições salazarista e varguista, *Atlântico* fez um quadro ilustrativo da feição impressa às produções dos regimes

²⁷⁷ Homenagem portuguesa a Tristão de Athayde. In: *Atlântico*. n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 1-5.

²⁷⁸ Alceu Amoroso Lima, vulgo Tristão de Athayde, descreve detalhadamente os intentos da Ação Católica: “Os católicos serão aliados de todos os que defenderem os princípios da justiça, da moralidade, da educação, da liberdade justa, que a Igreja Católica coloca na base de seus ensinamentos sociais. Vejam eles que o governo combate seriamente o comunismo (sob qualquer aparência ou máscara para disfarçar) – súplica de todo o pensamento antiespiritual e, portanto, anticatólico; que combate seriamente o imoralismo dos cinemas e teatros pela censura honesta; organiza a educação com imediata colaboração da Igreja e da família – vejam isso os católicos e apoiarão, pela própria força das circunstâncias, os homens e os regimes que possa assegurar ao Brasil esses benefícios.” LIMA, Alceu Amoroso, apud SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/Editora da FGV, 2000, p. 176.

²⁷⁹ SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 265.

autoritários. O tipo de material por ela veiculado, bem como a abordagem a que se presta permitem ilustrar essa questão.

Tendo em vista esses apontamentos, é possível chegar à compreensão do fato de que a linha editorial da revista abordou temas apurados como definidores do gênio português e do que, de fato, circunscrevia-se aos caracteres brasileiros privilegiados, à época, como canais de representação do país. Isto, portanto, nos fornece as pistas que permitem apontar a experiência envolta na publicação da revista *Atlântico* como um processo de continuidade em relação à propaganda autoritária arquitetada no intuito de conceder foros de autenticidade ao projeto nacional salazarista e varguista.

CAPÍTULO III

A revista *Atlântico* e a arregimentação do programa cultural estadonovista

Não raro os responsáveis pelo periódico espraíram os motivos que motivaram a criação da revista *Atlântico*, numa manifesta tentativa de sedimentar as bases pelas quais a grandeza da união cultural poderia vir a ser apontada como um resultado direto da ação dos regimes instituídos:

Esta revista não surge por acaso, mas por determinação do Acordo Cultural. Por isso tem uma razão de ser, um objetivo, um critério, uma feição especial. Como órgão da aproximação intelectual luso-brasileira, procura constituir uma espécie de antologia, de Portugal para os brasileiros, do Brasil para os portugueses.

Continuando:

Esta revista tem, como dissemos, uma idéia: mostrar os dois países, um ao outro, tal como se revelam, e manifestam, pela cultura, pelo pensamento, pela emoção poética, pela criação literária, pela arte e pela crítica, pelas *obras do espírito*, enfim. E essa idéia não nos permite mentir, nem aos leitores nem a nós próprios²⁸⁰.

Dá-se, como é possível perceber, a sentença de que o conhecimento mútuo entre os dois países encerrou o cerne da proposta. A enumeração dos aspectos que conferiram legitimidade ao processo que assentou as bases da “revelação” (cultura, pensamento, emoção poética, criação literária e crítica) é acompanhada pela menção às “obras do espírito”, numa velada referência à Política do Espírito que em Portugal marcou as relações entre o Estado e a cultura. Aponta-se, da mesma forma, o intento dos colaboradores dos regimes português e

²⁸⁰ *Atlântico*. n.º 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 170-171. Grifo nosso.

brasileiro em espriar a noção de que, com a instauração do Estado Novo, estariam lançadas as possibilidades de gerar uma política autêntica, ou seja, atinente ao espírito nacional.

A matriz do SPN, convertido, no ano de 1944, em SNI, foi a “Política do Espírito”. Sob a égide dessa formulação doutrinária, que abarcou a propaganda política e cultural do salazarismo, procurou-se arregimentar as estruturas que garantiam ao regime sustentação.

Havia assim uma atmosfera criada por essa política: concomitantemente à truculência em fazer-se aceitar as disposições constitutivas do Estado Novo, objetivava-se também criar a idéia de que este regime possuía uma faceta tolerante:

(...) procurou-se sempre, de forma patriarcal, afirmar a idéia de tolerância, ou, se quisermos, a idéia de que todos, inclusive a *Intelligentsia* mais avançada, poderia colaborar, em espírito de “união nacional”, na obra de Salazar, desde que, bem entendido, fossem respeitadas as premissas essenciais do Estado Novo. Por isso, o famoso artigo 8º da Constituição de 1933 falava dos direitos dos cidadãos, inclusivamente a liberdade de expressão, mas afirmava logo a possibilidade de regulamentar esses direitos, ou seja, na prática, a possibilidade de limitar ou eliminar o seu exercício efetivo²⁸¹.

Desse modo, conclui-se que a Política do Espírito chamou para si a missão cultural deliberadamente subordinada aos ditames do Estado Novo.

De forma inequívoca, as palavras de António Ferro sobre a Política do Espírito expressam os objetivos que rondaram a sua elaboração: construir um Portugal cuja base deveria residir na ordem, ordem essa trabalhada e expressa pela propaganda política:

Política do Espírito não é apenas (...) fomentar o desenvolvimento da literatura, da arte e da ciência, acarinhar os artistas e os pensadores, fazendo-os viver uma atmosfera em que lhes seja fácil criar. Política do Espírito é

²⁸¹ TORGAL, Luís Reis. Literatura oficial no Estado Novo: os prêmios literários do SPN/SNI. In: *Revista de História das Idéias*. Vol. 20, 1999, p. 405.

aquela que se opõe, fundamentalmente e estruturalmente, à política da matéria. Política do Espírito, por exemplo, neste momento que atravessamos, não só em Portugal como no Mundo, é estabelecer e organizar o combate contra tudo o que suja o espírito, fazendo o necessário para evitar certas pinturas *viciosas* do vício que prejudicam a beleza, como certos crimes e taras ofendem a humanidade, a felicidade do homem. Defender a Política do Espírito é combater sistematicamente, obra da vida ou obra da arte, tudo o que é feio, grosseiro, bestial, tudo o que é maléfico, doentio, por simples volúpia ou satanismo²⁸².

Após definir a Política do Espírito, Ferro, ao discorrer sobre os Prêmios oferecidos pelo SPN/SNI, enfatiza:

Como escritor, podemos ler, admirar certas obras literárias inconformistas, que consideramos dissolventes e perigosas quando muito fortes. Como dirigente dum organismo que se enquadra dentro do Estado Novo, não podemos aceitar nem premiar essas obras (...) As intenções amplamente construtivas dos nossos prêmios são, portanto, facilmente compreensíveis²⁸³.

Os primeiros Prêmios Literários foram distribuídos pelo SPN em 1934. Do excerto supracitado, pode-se formular seguramente que a cultura do espírito, propulsionada pela política cultural empreendida pelo Estado Novo, tinha como um dos objetivos manifestar-se contra as forças “dissolventes” contrárias ao regime. Recobra sentido, portanto, a noção que infunde às manifestações culturais um papel decisivo na configuração da esfera política. Posto isto, não seria infundado indicar que os Prêmios Literários galardoavam escritores que, de alguma forma, estivessem integrados aos núcleos que concentravam as propostas do regime. Nesse sentido, sabendo-se que a revista *Atlântico* foi um órgão surgido sob o patrocínio oficial, tendo como núcleo dirigente elementos egressos dos órgãos de censura e propaganda,

²⁸² FERRO, António apud TORGAL, Luís Reis, Op. cit., p. 406.

²⁸³ FERRO, António apud TORGAL, Luís Reis, ibidem, p. 407.

sustenta-se, partindo do que foi registrado por António Ferro sobre a concessão dos prêmios (“como dirigente dum organismo que se enquadra dentro do Estado Novo, não podemos aceitar nem premiar essas obras [dissolventes]”), a transferência do sentido embutido às práticas de concessão de prêmios ao “exercício cultural” levado a efeito pelo periódico.

Também no Brasil de Getúlio Vargas houve a promoção de uma política cultural vista como sinônimo do espírito nacional. Assim,

o cerne da reflexão que se vinha encaminhando e sustentando estava contido na adequação entre “política” e “espírito da nacionalidade”, ou seja, conseguiria-se finalmente delinear/produzir esse “espírito nacional”, o que possibilitava o encontro da harmonia social²⁸⁴.

Partícipes do ambiente de produção dessa política, os intelectuais cooptados pelo regime deveriam agir de acordo com o critério de legitimação da aura que mantinha a plataforma do Estado Novo. Assim, o “espírito nacional” seria representado por um aparato histórico-cultural pensado em consonância com os preceitos nacionalistas impetrados, processo que atribuiu aos intelectuais o papel de porta-vozes da sociedade. A eles foi conferida a tarefa de “resgatar” os valores que representavam o espírito brasileiro.

Em síntese, não foi facultada às manifestações culturais produzidas durante e sob o amparo dos regimes salazarista e varguista a premissa de poder tergiversar. Expor em tonalidades edificantes os contornos nacionais constitui-se na palavra de ordem desse tipo de atividade.

²⁸⁴ GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 140.

3.1 Autores, obras e temas sob a perspectiva do projeto cultural luso-brasileiro.

Tendo por meta a consagração do projeto de nacionalização, o governo Vargas mobilizou-se contra os estigmas responsáveis pelas máculas sociais. Dentre esses elementos, as “raças inferiores”, o “estrangeiro sem pátria”, o “vagabundo” avesso ao trabalho, e, enfim, o “subversivo”,²⁸⁵ urgiam ser combatidos, seja por meio da ação policial direta, seja por intermédio da propaganda cultural. Nessa mesma direção, o regime instituído por Salazar, patrocinador de medidas cuja direção apontava para o restabelecimento da ordem nacional, deu cabo a seleção dos inimigos a serem combatidos. Nessa categoria, o comunismo despontou como “a grande heresia da nossa idade”, nas palavras do chefe da nação portuguesa.

Alvejados por alguns autores, esses temas foram redefinidos em meio ao corpo estrutural da revista *Atlântico*, perfilhando um notável rol de publicações propedêuticas, portanto, a uma interpretação atinente com as proposituras que caracterizavam o cenário institucional e o perfil ideológico dos regimes estadonovistas.

Azevedo Amaral, “um dos mais articulados e conscientes formuladores das diretrizes para o Estado Novo”²⁸⁶ getulista, integrou, juntamente com Francisco Campos e Oliveira Vianna, o grupo dos teóricos do programa autoritário desse regime. Ao manifestar-se sobre a presença estrangeira em solo nacional, Amaral receou o “colapso da civilização” e a abandono dos verdadeiros valores ocidentais em decorrência do processo de incursão, no Brasil, de correntes populacionais não européias. Suas idéias anunciavam a superioridade do homem branco, o que, em contrapartida, inscrevia as noções sobre os povos ameríndios e africanos (“meros elementos decorativos do triunfo do homem branco”) no cânone dos estigmas

²⁸⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945). 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p. 138-139.

²⁸⁶ Sobre o pensamento autoritário construído por intelectuais vinculados à causa nacionalista, ver BEIRED, José Luís Bendicho. Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Edições Loyola, 1999. O excerto transcrito encontra-se na página 38.

raciais.²⁸⁷

Reavivando essas idéias, Augusto de Castro, em “Juventude e esplendor do Brasil”, ao cristalizar uma noção depreciativa sobre as “raças” recoloca em cena pensamentos rigorosamente erigidos na década de 30 pelos ideólogos do Estado Novo, como, por exemplo, o de Azevedo Amaral, do qual a síntese gloriosa afez-se da defesa de que “os mais altos interesses nacionais impõem que se faça entrar no país o maior número possível de elementos étnicos superiores”.²⁸⁸ Assim, como que afinando a *Atlântico* aos grandes temas suscitados pelo pensamento autoritário da época, Castro, versando sobre a formação étnica brasileira, registrou que produziu-se “o prodígio da assimilação dos contributos inferiores pelo tipo étnico superior, que é o branco. O sangue branco absorveu e dominou os outros”²⁸⁹.

Antonio Conte, em “Jaime e o Fado”, concedeu o acabamento literário a um dentre os pilares da propaganda ideológica autoritária em Portugal e no Brasil: a valorização do trabalho como elemento gerenciador do progresso moral e material da nação. Nesse sentido, a passagem a seguir permite uma leitura aparelhada com o ideário desses regimes, isso na medida em que compõe uma imagem associada à propaganda do trabalho: “Isso não é vida para um homem decente. Devias envergonhar-te. Tens vinte e seis anos e não sabes ainda o que é trabalhar”. E adiante, conduz os termos que infundem massa à crítica a vadiagem: “Fazes vida ao contrário de toda a gente. Para ti, o dia começa quando se deve ir para casa descansar”.²⁹⁰

O texto de Tristão de Athayde, “Oração aos novos mestres”, é, na verdade, um panegírico aos professores e que nada apresenta em desacordo com os contornos majoritários dos regimes varguista e salazarista:

²⁸⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, Op. cit., p. 150.

²⁸⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, Op. cit., loc. cit.

²⁸⁹ CASTRO, Augusto. Juventude e esplendor do Brasil. In: *Atlântico* n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 195.

²⁹⁰ CONTE, Antônio. Jaime e o Fado. In: *Atlântico*. n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 159.

Se o corpo docente ou o corpo discente estão intimamente interessados na função social do magistério, mais ainda o está a própria sociedade, não como um termo vago e abstrato, mas sempre sob a forma de instituições reais e positivas, como sejam: a Civilização, a Pátria, e o Bem Comum.²⁹¹

Expondo pontos de articulação com os regimes, o texto reflete, em parte, o relevo atribuído à lógica que, no Estado Novo, concedia especial atenção à noção de educação como um importante mecanismo no sentido de canalizar esforços rumo a ao desenvolvimento da consciência nacional, lógica essa intrinsecamente atrelada à política tutelar em relação à família, ao trabalho e à Pátria. Por seu intermédio o Estado Novo getulista assentaria as marcas do “homem ideal”, afeito às construções fomentadas pelo sentimento patriótico.²⁹² Temática semelhante não passara despercebida pelas lentes autoritárias do Estado salazarista. O ambiente escolar português durante o Estado Novo agiria, nesse sentido, enquanto um escoadouro das chagas que pudessem denegrir a consciência nacional, sendo o professor escalonado para atuar de acordo com a formação e a arregimentação dessa consciência. Nesse sentido, teve guarida um sistema educacional cujos motes inscreveram-se forçosamente nos pilares mantenedores das premissas defendidas pelo Estado²⁹³, dos quais podem ser

²⁹¹ *Atlântico*, nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 7.

²⁹² Ainda sobre esse eixo temático, cumpre, a título de cotejo, situar aqui o fato de que os discursos proferidos por Getúlio Vargas eram elaborados em consonância com o espectro mais amplo das propostas urdidas pelo governo. E, movido por essa prática, em discurso datado de 1938, ao expor as iniciativas do Estado Novo no campo da cultura e da educação, proclama: “Hoje, o Governo não tem mais intermediários entre ele e o povo. Não há mais representantes de grupos e não há mais representantes de interesses partidários. [...] Para a consolidação dessa obra, precisamos contar com a educação da juventude e com a mocidade que surge das escolas primárias e elementares, dos ginásios e escolas superiores. E, para isso, todos precisamos ser educados dentro da doutrina do Estado Novo [...] todo o nosso esforço tem de ser dirigido no sentido de educar a mocidade, de prepará-la para o futuro” VARGAS, Getúlio apud Bastos, Élide Rugai. A revista *Cultura política* e a influência de Ortega y Gasset. In: BASTOS, Élide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 158. Cumpre observar ainda que sob a alegação de que se fazia premente o reforço da segurança nacional em decorrência do estado de guerra pelo qual o mundo foi combalido, o Exército passou a atuar com mãos de ferro na consecução do projeto de nacionalização da educação, criando as bases para a elaboração de um ensino nacionalmente estruturado. Dessa forma, os recintos escolares deveriam articular-se com essas propostas, o que, com efeito, entrou em vigor por intermédio de medidas de “feição conservadora e autoritária” (SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Op. cit., p. 181).

²⁹³ “O regime do Estado Novo português tinha como fundamento a trilogia 'Deus, Pai e Família', que se reificava em uma rígida moral católica, no controle dos costumes, na consolidação da relação hierárquica do pai (Salazar) com seus filhos (os portugueses)”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Sonho-realidade do império colonial português*.

destacados o culto à obra do regime instituído e do seu líder, a valorização dos elementos revigorantes do patriotismo luso, e, por fim, mas não menos importante, o alargamento das fronteiras que permitiam a ampla divulgação das nuances associadas à doutrina cristã.²⁹⁴

Coerente com essa perspectiva, Luiz Forjaz Trigueiros, romancista, ensaísta e crítico português, autor de “O nacionalismo de Eça de Queiroz”, no texto “Os prosadores mais recentes”, veiculado pelo primeiro número da revista *Atlântico*, dá mostras de uma prática corrente no programa dos organismos de propaganda e censura dos regimes salazarista e varguista: atenuar a imagem “hostil” de alguns intelectuais, tornando neutros aspectos ideológicos contidos em suas obras, isso com o intuito de fazê-las integrar a esfera de atuação do Estado Novo.

“Os prosadores mais recentes” teve, portanto, a sua ação discursiva consubstanciada na tarefa tácita de, numa atitude confluyente com as regras preceituadas pelos regimes autoritários, expurgar de determinadas obras os elementos que pudessem estimular uma a leitura subversiva.

Seguindo o esquema prefixado pelos articulistas da revista *Atlântico*, ou seja, o princípio de divulgar apenas “obras inéditas (as da primeira parte, quando possível expressamente escritas, *em obediência a um plano*), o que não quer dizer que, em números futuros, não demos lugar intencional à antologia de obras publicadas”²⁹⁵, Trigueiros, sob esse imperativo, divulga, na ocasião, os livros *Avieiros*, *Esteiros* e *Aldeia Nova*, respectivamente de

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000100014. Acesso em 17 de Março de 2010.

²⁹⁴ O encerramento de um dia de aula numa escola sob a vigência do regime salazarista era marcado tanto pelo culto e respeito aos preceitos contidos no pensamento cristão quanto pelo clamor à proteção do governo por obra da intervenção divina. O coro, iniciado pelo professor, tinha, nas vozes dos alunos, o reforço às idéias subscritas no arcabouço ideológico do regime: “Professor: ‘Graças Vos damos, Senhor’. Todos: ‘por todos os benefícios que nos tendes concedido. Amém’. Professor: ‘Abençoi, Senhor’. Todos: ‘a Vossa Igreja, a nossa Pátria, os nossos Governantes, as nossas famílias e todas as escolas de Portugal. Pai-Nosso, Ave-Maria, Glória. Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém.’” Disponível em Fonte: <http://64.233.163.132/search?q=cache:GArm0dxfUAoJ:www.esfcastro.pt:8079/users/franciscosilva/salazar.html+educa%C3%A7%C3%A3o+no+regime+salazarista&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 17 de Março de 2010.

²⁹⁵ Notas. In: *Atlântico*. n.º 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 171. Grifo nosso.

Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes e Manuel da Fonseca.

A análise do perfil político-ideológico desses escritores desvenda os motivos para o fato de Trigueiros se opor, de forma atenuada, é certo, mas nem por isso menos taxativa, ao conteúdo impresso nessas obras. As críticas formuladas incidiram justamente em apontar falhas em um traço que, na verdade, configura todo o estilo combativo impresso nas obras da tríade intelectual acima apontada. Dito de outra maneira, os escritores acima apontados transformaram suas obras num canal de denúncia de situações que reclamavam atenção por parte do Estado português.

Inserindo as obras desses escritores no âmbito da “literatura regional”, Trigueiros opõe essa vertente, “detestável”, “colorida e enfeitada, com o estralejar de foguetes e o guizalhar dos bois”, nas suas palavras, a uma expressão literária universal, que, “sendo especificamente portuguesa”, não perderia nada “do seu conteúdo humano e, portanto, universal”.²⁹⁶

De acordo com o autor, um livro “só pode representar dignamente um país, um drama, um destino, na medida em que esse país, esse drama ou esse destino tenham uma projeção universal. Logo: tanto mais universal quanto mais caracteristicamente nacional”. Em outras palavras, *Avieiros* e *Esteiros*, tendo como enredo fatos relativos à região do Tejo, e *Aldeia Nova*, por constituir-se numa reunião de contos focados na região do Alentejo, não podem ser consideradas como obras representativas de um todo, na medida em que as situações narradas permitem o vislumbre apenas de uma pequena parcela da nação portuguesa.

É digna de destaque a conjunção dos perfis dos escritores cujas obras foram analisadas por Trigueiros: Alves Redol, Soeiro Pereira e Manuel da Fonseca foram militantes do Partido Comunista Português (PCP). Representantes do neorealismo, integraram a terceira fase do movimento modernista português. Responderam pela produção de uma literatura considerada pelos críticos como engajada, de conteúdo antifascista, com nítidos traços de denúncia social.

²⁹⁶ TRIGEIRO, Luís Forjaz, Op. cit., p. 151.

A criação literária literatura, tanto na forma poética quanto na prosa, era entendida como um instrumento de transformação e de reação contra arbitrariedades políticas. Negando a arte pela arte, saíram em defesa da literatura com função social, que privilegiasse o diálogo com o público mais amplo. Nesse sentido, encontraram respaldo na literatura brasileira, principalmente na produção de escritores cujos trabalhos tiveram papel decisivo em apontar para as injustiças sociais, nomeadamente Graciliano Ramos, José Lins, Érico Veríssimo e Jorge Amado.

Soeiro Pereira Gomes viveu em situação de constante vigilância devido a sua militância no PCP. *Esteiros*, obra publicada em 1941, ilustrada por Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, descreve o difícil trabalho dos jovens que, às margens do rio Tejo, fabricam peças de barro para sobreviverem.

Alves Redol marcou o cenário português como ferrenho crítico de Salazar. Já em 1936 perfilava os quadros de oposição ao Estado Novo enquanto militante do Partido Comunista. *Avieiros*, de 1942, relata a situação de miséria a que estavam submetidas as populações do Tejo, evidenciando umas das preocupações de sua obra, ou seja, “fixar o destino trágico do trabalhador”.²⁹⁷ Influenciado pelo realismo brasileiro, sobretudo pela obra de Jorge Amado, conforme aponta Trigueiros (situando da mesma forma a obra de Soeiro Pereira Gomes no rol do trabalhos que partiram da influência do escritor brasileiro), escreve, em 1939, *Gaibéus*, obra que traz em seu corpo a denúncia dos problemas sociais e econômicos enfrentados pelas populações portuguesas menos favorecidas. Para além de sua atuação no PCP, Alves Redol, numa atitude que açambarcou a si o cerco da repressão salazarista, fora membro do Movimento de Unidade Democrática (MUD).²⁹⁸

²⁹⁷ GOMES, Álvaro Cardoso. *A voz itinerante: ensaio sobre o romance português contemporâneo*. São Paulo: Edusp, 1993 (Criação e Crítica; vol. 14), p. 22.

²⁹⁸ Basicamente, o Movimento de Unidade Democrática (MUD), gerado no término da Segunda Guerra Mundial, foi uma organização política cuja plataforma ganhou relevo na oposição ao Estado Novo de Salazar. Este o ilegaliza em 1948. O mote para tal fito foram as ameaças resultantes de sua colaboração com o PCP. Vide a este respeito TENGARINHA, José. Os caminhos da Unidade democrática contra o Estado Novo. In: *Revista de*

Manuel Lopes Fonseca, por sua vez, foi o escritor que, além da atuação no PCP, colaborou em revistas declaradamente contrárias à construção política de Salazar, tais como *Seara Nova*²⁹⁹ e *Árvore*³⁰⁰. Em um aspecto que o perfilha à tradição literária esboçada por Soeiro Pereira e por Alves Redol, Manuel da Fonseca, como era comumente chamado, estampa em suas obras uma carga de forte conotação interventiva, tanto socialmente como politicamente. Tal postura canalizou os olhares dos censores para o conteúdo impresso em suas obras. Assim, em julho de 1943, Manuel da Fonseca é alvo da censura salazarista. O romance *Cerromaior* foi autorizado para publicação somente após serem efetuados os cortes previstos pelos censores. Segundo o censor responsável pelos cortes, algumas passagens desta obra deveriam ser suprimidas:

A descrição da desgraça a que chegou um antigo carteiro, que fora sempre zeloso e que enlouqueceu e foi levado para uma cadeia onde morreu, sem qualquer proteção das autoridades, dá-nos logo de começo uma má impressão do livro (...) Depois espraia-se sobre a vida angustiosa do camponês, realçando-se inúmeras agruras dos que vivem da terra, mais parecendo mendigos. As faltas de trabalho, a diferença, doentias, entre o patrão e o trabalhador e também exposições de atitudes indecorosas referentes a amores clandestinos dum patrão, leva-nos à conclusão que inicialmente escrevi: o livro não deve ser autorizado, tal como é apresentado.

301

Em 1984, Manuel da Fonseca, no prefácio para a sétima edição de *Aldeia Nova*,

História das Idéias. Vol. 16, 1994.

²⁹⁹ Vide AMARO, Rafael Antônio. A Seara Nova e a resistência cultural e ideológica à ditadura e ao Estado Novo (1926-1939). In: *Revista de História da Idéias*. Vol. 17, 1995. O autor, dotado de precisão e ajustando suas conclusões à análise dos números da *Seara Nova* publicados no período selecionado pela pesquisa, descreve a trajetória cultural dos principais intelectuais que encabeçaram os princípios acoplados por este periódico (valores socialistas e democráticos, por exemplo). Da pesquisa empreendida sobressaem as figuras de Antônio Sérgio, Raul Proença e Jaime Cortesão.

³⁰⁰ Nos idos dos anos 1950 surge, em Portugal, com forte carga poética, a revista *Árvore*. Congregara um expressivo número de poetas “resistentes”, cujos sonhos viram-se cortados pela PIDE, que vetou a sua circulação com três anos apenas de circulação. Vide GONDA, Gumercinda Nascimento. *Árvore e o Sentido da Modernidade (As Mil Maneiras de Ver)*. 2006. Tese - Doutorado. Programas de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Faculdade de Letras da UFRJ.

³⁰¹ AZEVEDO, Cândido de, Op. cit., p. 124.

descreve o ambiente no qual esta foi produzida: “Vivíamos, então, os portugueses, sob regime ditatorial. Havia censura e a polícia política. Tudo nos era censurado, tudo nos era policiado. No que dizia respeito à literatura, só o coro organizado pelo governo era abertamente permitido. O mais era suspeito, vigiado. Qualquer voz livre e lírica ou dramática, contando a esperança, logo era amordaçada pela censura ou levada para o silêncio das grades pela polícia política. Oficialmente todos os portugueses eram neutros. Mas a verdade era que uma maioria desejava ardentemente a derrota dos países fascistas e nazis. Alguns dos portugueses comportavam-se até publicamente nesse sentido. Então, o governo agia. Os jornais eram censurados, os livros apreendidos, as pessoas presas.”³⁰²

Em *Aldeia Nova*, o autor narra, em doze contos, as vicissitudes da população alentejana³⁰³. Na condição de colaborador da revista *Atlântico*, responde apenas pela publicação de um único texto, intitulado “Solstício de Verão”, que saiu no primeiro número, em maio de 1942.³⁰⁴

Expondo as idéias que configuraram a sua análise, Trigueiros observa que um “moderno escritor brasileiro influencia nitidamente a obra de Alves Redol e de Soeiro Pereira: Jorge Amado. Outro escritor brasileiro está presente em certas páginas de Manuel da Fonseca: José Lins do Rego”. Mais adiante exulta: “Mas entenda-se bem: estas influências são de ordem puramente exterior, talvez formal, e não tiram ‘personalidade portuguesa’ às obras de que me estou ocupando”.³⁰⁵

A preocupação em deslindar a análise para a defesa de que a influência estabeleceu-se apenas no plano “puramente” exterior, “formal”, coloca Trigueiros em acordo com um dos

³⁰² FONSECA, Manuel da. *Aldeia Nova*. 8ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1984, p. 10.

³⁰³ “Cinco destes contos criei-os a partir de acontecimentos vividos por pessoas de minha família. Alguns a que assisti, outros que ouvi contar”. FONSECA, Manuel da, Op. cit., p. 7.

³⁰⁴ FONSECA, Manuel da. Solstício de verão. In: *Atlântico*, nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 114-122. O texto narra a história de Rui, jovem que depois de um tempo ausente retorna a sua cidade natal, reencontrando velhas amizades e deparando-se novamente com os costumes locais. A narração tem o seu fim com a visita que o protagonista faz ao o cemitério onde “os seus dormiam sossegados”.

³⁰⁵ TRIGUEIROS, Luís Forjaz. Os prosadores mais recentes. In: *Atlântico*. nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 152.

parâmetros estabelecidos pela agenda político-cultural estadonovista. Em outras palavras, o autor reúne forças no sentido de descaracterizar ideologicamente os autores cujas obras foram analisadas. Isso porque hesita em apontar uma articulação mais profunda entre o pensamento e as obras dos escritores portugueses mencionados e os escritores brasileiros, pois embora essa informação não se encontre registrada na análise exposta por Trigueiros, são bastante significativos os pontos de contato entre esses escritores.

José Lins do Rego³⁰⁶, escritor situado por Trigueiros como influente na obra do escritor português Manuel da Fonseca, figura como um dos fundadores, em 1942, da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), que tinha como objetivo engrossar o caldo de oposição ao regime autoritário mantido pelo Estado Novo. Sua obra retrata, entre outros aspectos, “o declínio do engenho, sufocado pelas dívidas dos grandes fazendeiros, a ascensão da usina, mais produtiva, e a exploração do trabalhador rural”.³⁰⁷

Jorge Amado desenvolveu intensa atividade crítica às forças do Estado Novo brasileiro, tendo algumas de suas obras convertidas em armas contra este regime. *Agonia da noite*, por exemplo, pauta-se na descrição da virulência ditatorial do Estado Novo, concentrando esforços na abertura das chagas de um regime ao qual se fazia premente o combate político. Esses fatos prefiguram e ao mesmo tempo atestam sua presença, em 1945, enquanto um dentre os idealizadores do I Congresso Brasileiro de Escritores, movimento intelectual surgido da ABDE e calcado na oposição ao governo Vargas³⁰⁸. Exerceu ainda atividade política junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) (preso em 1936 sob acusação de participar da “Intentona Comunista”), em consonância, portanto, com os escritores

³⁰⁶ Conforme exposto e analisado no capítulo anterior, José Lins do Rego colaborou no segundo número da *Atlântico* com o texto “O bom e o mau fialho”.

³⁰⁷ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001 (Estudos Históricos), p. 191.

³⁰⁸ Uma das medidas previstas pelo Congresso decidiu pela seguinte resolução: “condenar toda e qualquer espécie de censura, por incompatível com a livre manifestação do pensamento através do jornal, do rádio, do teatro, do cinema e do livro.” SILVEIRA, Alcântara apud LIMA, Felipe Victor. *O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945)*. Dissertação de Mestrado em História Social. FFLCH/ USP, 2010.

portugueses que tomaram algumas de suas obras como referência. De acordo com Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Jorge Amado voltou ainda a sua “atenção para os problemas sociais e o mundo afro-baiano”, retratando “os conflitos entre fazendeiros e banqueiros, a exploração da mão-de-obra agrícola”.³⁰⁹

Resumindo as tendências literárias que ganharam forma no Brasil no decênio de 1930, Antônio Cândido, em “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, chama a atenção para o desenvolvimento de um tipo de romance

fortemente marcado de Neo-naturalismo e de inspiração popular, visando aos dramas contidos em aspectos característicos do país: decadência da aristocracia rural e formação do proletariado (José Lins do Rego); poesia e luta do trabalhador (Jorge Amado, Amando Fontes); êxodo rural, cangaço (José Américo de Almeida, Raquel de Queirós, Graciliano Ramos); vida difícil das cidades em rápida transformação (Érico Veríssimo). Nesse tipo de romance, o mais característico do período e frequentemente de tendência radical, é marcante a preponderância do problema sobre o personagem.³¹⁰

Situando-se no campo oposto em relação à produção cultural oficial patrocinada pelo Estado, inúmeros livros de José Lins do Rego e Jorge Amado foram apreendidos e posteriormente incinerados em praça pública, em um ato patrocinado pelo governo varguista em novembro de 1937, sob a alegação de propagarem o ideário comunista:

808 exemplares de Capitães de Areia, 223 exemplares de Mar Morto, 89 exemplares de Cacau, 93 exemplares de Suor, 267 exemplares de Jubiabá, 214 exemplares de Pais do carnaval, 15 exemplares de Doidinho, 26 exemplares de Pureza, 13 exemplares de Banguê, 4 exemplares de Moleque Ricardo, 14 exemplares de Menino de Engenho, 26 exemplares de Ídolos Tombados, 2 exemplares de Idéias, Homens e Fatos, 25 exemplares de Dr.

³⁰⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, Op. cit., loc. cit.

³¹⁰ CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. 5ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976, p. 123.

Geraldo, 4 exemplares de Nacional Socialismo Germano e 1 exemplar de Miséria através da Polícia.”³¹¹

Jorge Amado e José Lins do Rego difundiram em algumas de suas obras uma visão de mundo que, sob o ponto de vista do Estado Novo, suscitava a oposição com as bases que conferiam sustentação ao regime. Assim, embora os pontos de contato entre as obras e as concepções políticas dos escritores mencionados por Trigueiros sejam evidentes, o autor preferiu não destacar esse aspecto. Do contrário, há o nítido apelo em manter uma imagem, sobretudo falsa, desses escritores, “expurgando” das suas obras toda carga que a militância poderia infundi-las. Sob essa perspectiva, o autor isenta a “personalidade portuguesa” de uma influência mais alargada em relação aos escritores brasileiros, o que nos permite a elaboração de uma leitura assente na defesa de que o exercício levado a efeito por Trigueiros desenvolveu-se, portanto, no sentido de eliminar do pensamento português os aspectos “nocivos” presentes nas obras de José Lins do Rego e de Jorge Amado. Em outros termos, o ensaio pretende criar a noção de que a situação descrita nas obras dos escritores portugueses, situação essa já bastante indesejável para a promoção da imagem do Estado, não comunga do mesmo “espírito” revolucionário e comunista que o Estado Novo brasileiro atribuiu taxativamente às obras dos referidos escritores brasileiros.

Nessa direção, Trigueiros constrói uma análise que, através de alguns elementos constitutivos, cria a imagem de que o governo encarregado de conduzir a nação portuguesa à época não tinha qualquer responsabilidade para a existência de cenários como aqueles pintados por Alves Redol, Soeiro Pereira e Manuel da Fonseca em seus livros (publicados na década de 1940, ou seja, durante a vigência do regime salazarista). Em suma, como categoricamente afirmou o autor, *Avieiros*, *Esteiros* e *Aldeia Nova* pecam pela ausência de um

³¹¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cultura amordaçada: o DEOPS e o saneamento ideológico. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999, p. 429.

momento de ascensão, por não resultarem do puro exercício da “literatura pela literatura”; nelas as almas descritas não se aproximam de Deus, não “sobem ao céu”; nenhuma recompensa os sorri; ademais, as figuras descritas pelos escritores embalam-se languidamente, sem forças para volver os olhos, “que não podem erguer-se”; por último, estão as personagens fadadas a “destinos sombrios em que não consegue brilhar nem a luz duma esperança.”³¹²

Nessa mesma perspectiva, importa observar as impressões registradas pelo crítico português Marques Gastão, em “A sinceridade no romance Brasileiro”, publicado no quarto número, sobre a obra de Jorge Amado. O autor parte da defesa de que o exercício de demonstração de “sinceridade” deve conduzir a escrita literária:

A sinceridade, eis o que mais convém ao escritor. Somos chegados a uma encruzilhada que se não compadece com retóricas. A verdade é para se dizer, seja ela agradável ou desagradável. Ao romancista está vedado esse receio de dizer a verdade.³¹³

Mas, logo em seguida, deixa bem claro a que “sinceridade” se refere: aquela que apenas torna patente as benesses dos governos de ocasião. Para tanto, “O país do carnaval”³¹⁴, de Jorge Amado, é mobilizado como exemplo: “É bom não esquecermos a sinceridade no

³¹² TRIGUEIROS, Luís Forjaz, Op. cit., p. 151-152.

³¹³ GASTÃO, Marques. A sinceridade no romance brasileiro. In: *Atlântico*, nº 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p.151.

³¹⁴ O país do carnaval foi o primeiro romance escrito por Jorge Amado, ainda quando contava 18 anos. Narra a história de Paulo Rigger, um recém formado em Direito na Europa que retorna ao Brasil em um importante momento político, momento esse marcado pelas discussões em torno de uma possível eleição de Júlio Prestes para a Presidência da República, abordando ainda a situação dos “getulistas”. O autor, no entanto, não deixa patente sua opção política. Rigger desembarca no Brasil em um sábado de carnaval. Assiste às pessoas se divertindo, tomadas por um verdadeiro sentimento de felicidade. Conclui, então, que esse é “o país do carnaval”, pois tudo sempre acaba em festa. Os percalços da vida em sua terra natal, a Bahia, mudam completamente a sua personalidade. Rigger se torna um homem completamente diferente daquele que chegou. Viu o sonho de se tornar um escritor e realizar uma grande obra malogrado. Decide, então, retornar para a Europa. Parte em um domingo de carnaval sem, contudo, mostrar ânimo perante a situação. Enquanto todos ao seu redor aproveitam o momento de folia, parte desiludido, sem deixar transparecer qualquer sinal de agrado em relação ao tempo que permaneceu no Brasil. Representando uma crítica à sociedade política da época, “O país do carnaval” foi considerado “revolucionário” pelo Estado Novo. Isso lhe rendeu a apreensão pela polícia política do regime varguista e, posteriormente, a incineração em praça pública.

romance brasileiro, embora tenhamos que discordar de Jorge Amado quando pretende, ao que supomos, pôr a Arte ao serviço do Social ou do Político”³¹⁵, isto é, quando o escritor baiano “limita” e converte a sua escrita em denúncia.

Partindo da noção de que o “romancista, como todo homem de letras, aliás, deve ser portador de uma mensagem para um mundo melhor”, Gastão, no desfecho das considerações sobre “O País do Carnaval”, desclassifica este obra alegando o que constituiria a sua falta de “autenticidade”:

Ao contrário do que certos críticos têm afirmado, não nos parece que haja falta de “exatidão”, de “verdade”, nas criações ou nas figuras dos romances brasileiros nem, por outro lado, julgamos, como esses mesmos críticos, que os romancistas brasileiros se ressintam de “deficiências de visão”. É essa exatidão, é essa verdade que mais se impõe no romance brasileiro. O primeiro romance de Jorge Amado – O País do Carnaval –, sendo um livro de grandes qualidades, não chega a ser um autêntico romance porque lhe falta essa exatidão, essa verdade. Expliquemo-nos melhor: esse romance de Jorge Amado perde-se, desvaloriza-se, não pelos problemas que nele se debatem, mas pelo fato de o romancista querer transformar a vida numa toca de intelectuais doentios. Eis como a falta de “exatidão”, de verdade, neste romance de Jorge Amado, nos dá a pretendida resposta: este romancista só foi *inexato e falso* quando limitou a sua arte de escritor.³¹⁶

Jorge Amado não figurou em nenhum número na categoria de colaborador, o que, por si só, não é fato conclusivo para atestar o pendor da revista *Atlântico* em vetar autores considerados subversivos, na visão do regime. Como exemplo, note-se, a esse respeito, o tom impresso aos comentários realizados acerca do pensamento e da obra de um autor situado na categoria de paladino da aproximação entre Portugal e Brasil, um entusiasta do iberismo, Gilberto Freyre. Este, de forma semelhante ao ocorrido com Jorge Amado, não participa do

³¹⁵ Ibidem, p. 152.

³¹⁶ Ibidem, p. 153.

periódico como colaborador. Todavia, a forma como são apresentados ao público o conteúdo das suas idéias, das quais sobressai o elogio à colonização portuguesa e o pendor para aproximação luso-brasileira, prova que receberam tratamento diverso. Nesse sentido, foi mesmo com o intento de manter na ordem do dia esse ideário que ganharam espaço tanto as críticas aos escritores em desajuste com os regimes de força quanto a aclamação de autores que, em algum sentido, contribuíram com estes.

“O papel das universidades na política atlântica”, de Mário de Albuquerque, também escrito para o quarto número da revista, estabelece, uma vez mais, o exercício de demonstração dos aspectos positivos presentes na obra e no pensamento de um representante da “política atlântica”. Gilberto Freyre, desse modo, é tomado como parâmetro no combate às idéias que poderiam deslegitimar o acordo bem como a união cultural entre Portugal e Brasil.

Na avaliação de Mário de Albuquerque, dando relevo ao aspecto luso que une os países: “A palavra *Lusitanidade*, que aperta no mesmo abraço Portugal e o Brasil, tem um sentido preciso, traduz realidades históricas e realidades vivas – “uma unidade de sentimento e de cultura” – diria aquele extraordinário ensaísta que se chama Gilberto Freyre”.³¹⁷

Conforme depreendido em relação a outros textos que circularam pela *Atlântico*, novamente conferiu-se ênfase às idéias inscritas no cerne do pensamento freyriano como forma de legitimar a aproximação cultural entre Brasil e Portugal:

Também nós todos, herdeiros do falar camoniano, temos uma *unidade moral* a defender – um ideal cultural de *Pan-lusitanismo*, que abranja o Brasil e Portugal com o seu Império, isto é: todo “*O Mundo que o Português criou*”. Gilberto Freyre, depois de observar, com a sua acuidade crítica, como certos *motivos* dos nossos estilos tradicionais de vida – desde as velhas receitas da doçaria, até as formas de devoção lírica e às instituições de solidariedade religiosa, como as confrarias, irmandades, ordens terceiras, santas casas – se

³¹⁷ALBUQUERQUE, Mário. O papel das universidades na política atlântica. In: *Atlântico*, nº 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p. 147.

espalharam, e vivem por todo este vasto Mundo Lusíada, lançou um apelo aos intelectuais, que me é grato reproduzir.³¹⁸

Ao que se segue o texto de Freyre reproduzido:

A favor dessa unidade de cultura creio que devemos trabalhar todos os escritores de Portugal, do Brasil, da África e da Índia Portuguesa; dos Açores, da Madeira, de Cabo-Verde. Escritores, artistas, estudiosos de problemas sociais, pesquisadores do passado. Todos os que acima das regiões – realidades tão vivas – e das próprias pátrias políticas, sentimos que há um todo, um complexo social maior...que pede uma língua quanto possível comum.³¹⁹

“É impossível, na estreiteza de uma palestra radiofônica, evocar todos os paladinos desta *política atlântica*, a que não tem faltado desinteressadas dedicações, e que teve a sua melhor consagração no *Acordo Cultural Luso-Brasileiro*.” Assim, além de Freyre, Albuquerque, tratando especificamente do papel desempenhado por algumas universidades, destaca a figura do político e professor Marcelo Caetano. Ao final da exposição, conclama aos jovens estudantes dos dois países, unidos pelo “mesmo ideal Lusíada”, a unirem forças na divulgação, a exemplo do que se vê na obra do autor de *Casa Grande & Senzala*, da “glória civilizadora da Lusitanidade”.³²⁰

À luz dessa análise, os trabalhos publicados por Aquilino Ribeiro, Sofia de Mello Breyner Andresen e Jorge de Sena servem de exemplo no que se refere à constatação do tipo de material veiculado pela revista *Atlântico*. Assim como Jorge Amado, no caso brasileiro, esses escritores tiveram alguns dos seus trabalhos vetados de circular no ambiente marcado pelo regime salazarista.

Escritor, romancista, novelista, contista e ensaísta português, Aquilino Ribeiro

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ Idem.

³²⁰ Ibidem, p. 148.

acentuou em suas obras a “realidade agreste da vida”, atuando no ambiente político de Portugal como defensor intransigente dos ideais democráticos. A luta travada em prol da liberdade de pensamento, e os inúmeros combates contra a ditadura instaurada pelo Estado Novo lhes renderam a prisão e o exílio. Utilizando as manifestações culturais como arma de luta, capitaneou a direção da *Seara Nova*³²¹, fazendo eco às manifestações contra o regime de Salazar. O autor teve, conforme exposto em notas anteriores, um dos seus livros vetados à circulação pelas forças repressivas do regime: contra o livro *Quando os Lobos Uivam* moveu-se um intenso processo por parte das autoridades salazaristas.³²²

Marca participação na *Atlântico* com a publicação do texto “Os Avós dos nossos Avós”. Trata-se este de um enredo descritivo da vida de um “grande general”. A tônica do texto permite uma leitura adequada ao ideário dos regimes português e brasileiro, isso na medida em que são expostos inúmeros exemplos da vida militar e de uma sociedade organizada sob o amparo de uma estrutura hierarquicamente consolidada (texto eivado de caracteres condizentes a uma organização autoritária do espaço social)³²³. Sob essa

³²¹ As análises sobre os rumos assumidos pela oposição ao governo salazarista forneceram um panorama sobre a atuação de *Seara Nova*, periódico que teve como um dos seus objetivos arregimentar a crítica às instituições vigentes no Estado Novo português. Coordenaram as ações deste periódico intelectuais como Jaime Cortesão, Antônio Sérgio, Raul Proença e Aquilino Ribeiro. Embora fossem intelectuais de extensa projeção no cenário literário português, os resultados do trabalho de pesquisa permitiram entrever a ausência de participação desses intelectuais nos quadros de colaboradores da *Atlântico*, excetuando-se a divulgação de “Os Avós dos nossos Avós”, de Aquilino Ribeiro, no primeiro número da revista, datado de 1942. Até 1945, data do termo da primeira fase da revista luso-brasileira, a divulgação de outros trabalhos desse escritor foi, digamos, vetada, tendo em vista o fato de que os colaboradores eram escolhidos pelos diretores da revista. Processo semelhante não ocorreu, portanto, com alguns dos escritores estritamente vinculados ao regime, como é o caso de Antônio Lopes Ribeiro, escritor português cuja película *A Revolução de Maio* estruturara-se mediante a propagação dos ideais do regime salazarista. A participação de Antônio Lopes Ribeiro no periódico foi freqüente em praticamente quase todos os números que integram a primeira fase da revista, excetuando-se apenas a sua ausência enquanto colaborador do quarto número, datado de novembro de 1943. Vide a respeito do percurso literário de Antonio Lopes Ribeiro PAULO, Heloísa. Salazar: a elaboração de uma imagem. In: *Revista de História das Idéias*. Vol. 18, 1996, p. 245-275 e TORGAL, Luís Reis. Cinema e propaganda no Estado Novo. A conversão dos descrentes. In: *Revista de História das Idéias*. Vol. 18, 1996, p. 277-337.

³²² A reedição de *Quando os Lobos Uivam* foi proibida em 1959. Tendo como enredo a análise do regime salazarista, a obra foi considerada pelo censor como sendo um “romance planfetiário”, cuja arquitetura consistiu em fazer “um odioso ataque à situação política”, classificando o Governo de “pirata” e descrevendo “várias Autoridades, Funcionários, Polícia, Guarda Republicana e Tribunais em termos indignos e insultuosos”. Em síntese, a decisão final estabeleceu: “Não autorizar a reedição; Não permitir críticas na imprensa. Apreender os poucos exemplares que, possivelmente, existam.” In: AZEVEDO, Cândido de, Op. cit., p. 96.

³²³ Texto fundamentado na descrição da vida guerreira de líderes como Amílcar e Aníbal, os quais legaram, por meio de inúmeras conquistas, a construção de um vasto império.

perspectiva, a divulgação deste texto torna-se um dos pontos-chave para a compreensão das idéias que poderiam ser expostas, pois de um intelectual de notória representatividade no cenário literário português, cuja atuação político-ideológica contrastava com a urdidura política do regime, nada mais pertinente ao programa estadonovista do que divulgar idéias que não pudessem suscitar um debate político. Do contrário – expondo uma das facetas da propaganda cultural –, inserir autores como Aquilino Ribeiro no rol dos intelectuais que “colaboram” com a política atlântica consistia em um exercício satisfatório aos objetivos sublinhados pela revista *Atlântico*, na medida em que essa propôs constituir um elo entre os valores que conjugam a essência do espírito luso-brasileiro no mundo.

Sofia Breyner, por sua vez, tornou-se uma das figuras mais emblemáticas na defesa de um sistema político liberal e democrático, o que a levou à denúncia da truculência do regime salazarista. “Ao encontro da noite”, poema publicado no segundo número da *Atlântico*, ganhou versos que não permitem a leitura ou referência ao momento cultural em que foi escrito:

Quando brilhou a aurora, dissolveram-se
 Entre a luz, as florestas encantadas.
 Arvoredos azuis e sombras verdes,
 Como os astros da noite embranqueceram
 Através do crescendo da manha.
 Caminhei na manhã eternamente
 Um ponto apareceu no horizonte,
 Verde nos areais, como um sinal.
 Era um lago entre calmos arvoredos
 Não bebi a sua água nem beijei
 O homem que dormia junto às margens.
 Ao encontro da noite caminhei.³²⁴

³²⁴ ANDRESEN, Sofia de Mello Breyner. Ao encontro da noite. In: *Atlântico*, n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 283.

Dedicado à carreira de escritor, Jorge de Sena fez desse ofício uma forma de intervir politicamente no espaço português. Posicionando-se a favor dos regimes democráticos, denunciou o estado autoritário de sua época, o que acarretou a sua perseguição política pelas forças gerenciadas pela ditadura salazarista.³²⁵ “Enciclopédia” e “Exorcismo” correspondem ao material publicado no periódico luso-brasileiro.

No primeiro, temos, em conclusão, a idéia de uma verdade silenciada, a qual é compensada, entretanto, pela “posse” da vida, ou melhor, pelo “silêncio ativo de possuir a vida”:

Criaremos uma pequena história
maligna e sombria,
quando, por sinônimos dissermos
a verdade lóbrega com barba de três dias.
Ô lóbrega verdade tão transida!
Aquece-te nos olhos secamente,
secamente só com esta gente.
E espera pelo campo entreaberto:
ele te dará, sinônimo e deserto,
o silêncio ativo de possuir a vida.³²⁶

Já o segundo estruturou-se mediante os versos a seguir:

Amor que desce, amor que nem procura
de um a ser mundo o sopro repetido;
amor em quem não vive quanto dura,
no morto antes de tempo, o não vivido;
amor vidente que um olhar tritura;
amor-saudade pura sem sentido.³²⁷

³²⁵ Por questões políticas, Jorge de Sena mudou-se para o Brasil, local onde realizou o curso de doutorado em Letras e, posteriormente, lecionou nas faculdades de Assis e Araraquara. Com o fim da ditadura em Portugal, recebe inúmeras ovações por parte do novo governos e de algumas entidades portuguesas.

³²⁶ SENA, Jorge. Enciclopédia. In: *Atlântico*, nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 285-286.

³²⁷ SENA, Jorge. Exorcismo. In: *Atlântico*, nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 92-93.

Com isso, percebemos que, desde que seguisse o “plano” defendido pela revista *Atlântico*, a publicação de um texto de um ativista político como Jorge de Sena implicaria antes na leitura do perfil desse escritor não como um defensor da causa democrática, mas, sim, como um colaborador e representante da cultura luso-brasileira. Tendo defendido, segundo José Osório de Oliveira, uma posição de não estimular o surgimento de “contrariedades”³²⁸ em suas páginas, *Atlântico* expôs a imagem “harmônica” do momento cultural português e brasileiro no qual foi veiculada. Assim, o conteúdo do material seria avaliado pela sua contribuição ao estabelecimento da “unidade espiritual” entre Portugal e Brasil, e, para tanto, não poderia ser construído à revelia do programa cultural elaborado após criação dos regimes de Vargas e Salazar.

3.2. O diálogo necessário: expoentes dos modernismos português e brasileiro como colaboradores da *Atlântico*.

O Estado Novo brasileiro integrou as suas estruturas um variado leque de intelectuais³²⁹ e escritores das mais diversas categorias. Difundido a noção de cultura enquanto elemento aglutinador dos aspectos nacionais, capaz mesmo de sintetizar os elementos que compunham o legado histórico do país – funcionando, ainda, para além de

³²⁸ Notas. In: *Atlântico*, nº 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 207.

³²⁹ Sobre a relação de Vargas com os intelectuais, assim se manifesta Levine: “As reformas eram paternalistas e se enraizavam numa sólida noção de responsabilidade moral e patriótica. Vargas convocou os intelectuais a descerem de suas torres de marfim para participar ativamente da tarefa de construir a nação – mas sob as diretrizes dele. Uma de suas metas principais era ensinar os brasileiros a se orgulharem da nacionalidade, a se disciplinarem e a adquirirem os valores adequados de autoconfiança, do caráter sagrado do casamento e da família e do valor do trabalho” (LEVINE, Robert M. Op. cit., p. 27). Sérgio Miceli, por seu turno, efetuou a análise sobre a relação entre os intelectuais e o Estado durante o regime Vargas calcado na idéia de cooptação. Embora tenha incorrido no “perigo de misturar desde o começo do raciocínio a instância de verificação com a instância de avaliação”, conforme a avaliação feita por Antonio Candido, a tese de Miceli mostra-se pertinente na medida em que aponta para a singularidade do regime em sua relação com os grupos intelectuais. De acordo com Miceli, “no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um ‘negócio oficial’, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentzia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico”. MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 197-198.

suas funções propagandísticas, como um “reflexo” da nacionalidade, sendo o “nacional” e as manifestações populares que o representam pensados e deliberadamente forjados com base nos ideais do regime –, o regime varguista operou uma síntese “político-literária”, procurando definir o papel político dos intelectuais e congregar pensamentos a favor da causa nacional.

Sobre o gerenciamento dos grupos intelectuais das mais variadas tendências pelo Estado Novo português, é oportuno sublinhar a “tentativa de integrar, tanto quanto possível, escritores famosos nos parâmetros ideológicos do salazarismo”. A esse respeito, o ano de 1946 traz as marcas de um acontecimento bastante ilustrativo. O então diretor do SNI, António Ferro, ao participar da cerimônia em homenagem ao centenário de Eça de Queirós, valeu-se na ocasião de um discurso cujos aspectos constitutivos pretendiam considerar o autor de *O Primo Basílio* sobretudo como um “estilista” da língua portuguesa, “neutralizando-lhe os aspectos ideológicos que poderiam ser – e eram, com efeito – aproveitados politicamente pela oposição”.³³⁰

3.2.1. Modernistas portugueses.

Propondo-se funcionar enquanto um campo de diálogo entre as expressões culturais e literárias portuguesas e brasileiras³³¹, *Atlântico* congregou escritores que marcaram os

³³⁰ TORGAL, Luís Reis. *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p. 191. A título de nota, Eça de Queiroz foi considerado por alguns críticos como representante de uma arte participativa, de temática social, de marcante postura crítica em relação à burguesia e os seus costumes.

³³¹ Cumpre, sob esse prisma, observarmos as interpretações elaboradas em torno da questão de como se deram as relações literárias entre escritores portugueses e brasileiros durante o período em que se desenvolvem e se afirmam os modernismos em Portugal e no Brasil. Constituindo-se em uma questão bastante complexa, longe de encontrar soluções imediatas, o tema foi alvo de estudiosos tais como Antônio Candido, no Brasil, e Arnaldo Saraiva, em Portugal. Ambos os autores partem de interpretações e perspectivas distintas. Em “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, Antonio Candido defende o que considerou o desconhecimento “pura e simplesmente” dos escritores brasileiros modernos em relação ao que se produzia de literatura modernista em Portugal. Ainda de segundo o autor, o “diálogo perdera o mordente” e, assim, a “velha mãe pátria deixara de existir para nós como termo a ser enfrentado e superado” (CANDIDO, Antonio. *Literatura e cultura de 1900 a 1945*. In: _____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976, p. 112.). Arnaldo Saraiva, por seu turno, segue a contrapelo da direção assumida pelas idéias de Candido sobre o assunto. Considerando problemática a defesa de que nas décadas de 1910 e 1920 os contatos entre a literatura brasileira e

cenários literários modernistas em Portugal e no Brasil.³³²

Assim, no que se refere ao modernismo português, reuniu nomes como Aquilino Ribeiro, Jorge de Sena, José de Almada Negreiros, António Pedro, Alves Redol, Soeiro Pereira, Diogo de Macedo, Castro Soromenho, Santa Rita e António Ferro, alguns já referidos neste estudo. Contudo, no intuito de situar o conjunto da produção desses intelectuais na *Atlântico*, cabe observar os trabalhos dos demais modernistas portugueses que figuraram enquanto colaboradores.

José de Almada Negreiros³³³, poeta, escritor e artista plástico radicado em Portugal, colaborou no segundo número da revista. “Prefácio ao livro de qualquer poeta” perfaz uma análise que busca definir a poesia em seus variados alcances. Há um considerável número de definições para o gênero poético, entre as quais a que encerram a poesia como sendo a “vocação humana de não por parcialidade na vida” e a “linguagem dos iguais dispersos no tempo”.³³⁴

a literatura portuguesa tivessem terminado provisória ou definitivamente, Saraiva parte de um apanhado documental pelo qual pretende atestar o intercâmbio entre escritores portugueses e brasileiros durante esses decênios, sem desconsiderar, no entanto, o fato de que nesse período “as relações literárias entre Portugal e Brasil atravessaram uma fase eminentemente crítica, como não tinham conhecido antes nem conheceriam depois”. Com o intento de comprovar o estabelecimento de relações entre os dois modernismos, Saraiva sustenta que, embora nessas décadas tenha “sido escasso o número de contatos pessoais entre escritores (pré-modernistas e modernistas) de Portugal e do Brasil”, os volumosos contatos “por carta, livro, revista ou jornal” que afluíram da documentação reunida permitem atestar que houve um diálogo entre as literaturas modernistas de Portugal e Brasil. Assim, lança mão, entre outros recursos, de cartas trocadas entre José Osório de Oliveira e Mário de Andrade, e, sob a noção de que “quase todos os modernistas brasileiros tiveram ainda por modelos escritores portugueses”, expõe as articulações entre a obra deste e a do poeta e escritor português Almada Negreiros. Saraiva defende inclusive a idéia de que se o modernismo brasileiro assistiu a formação de opiniões hostis a cultura e a literatura portuguesa, apresentou na mesma medida intelectuais mais afeitos à influência portuguesa, como Manuel Bandeira, Gilberto Freyre, Jorge de Lima e Ronald de Carvalho (SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro e modernismo português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 255-266.).

³³² De acordo com Luís Reis Torgal, “o modernismo, embora estabeleça relações fugazes com o regime e até com o grupo integralista e com escassos intelectuais que defenderam o fascismo (Homem Cristo Filho e João de Castro Osório), por exemplo através da revista *Idéia Nacional*, não se pode identificar com o Estado Novo, entendido como regime”. In: TORGAL, Luís Reis. *O modernismo português na formação do Estado Novo de Salazar. António Ferro e a semana de Arte Moderna de São Paulo*. Disponível <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5038.pdf>, acesso em 18 de fevereiro de 2009.

³³³ Como escritor, sua obra foi produzida à revelia da lógica do regime salazarista. No entanto, sua arte gráfica foi posta aos serviços do Estado Novo.

³³⁴ NEGREIROS, José de Almada. Prefácio ao livro de qualquer poeta. In: *Atlântico*, n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 256-261.

Poeta, romancista, dramaturgo e ensaísta português José Régio³³⁵ marcou o segundo modernismo em Portugal com a fundação, em 1927, juntamente com Branquinho da Fonseca e João Gaspar Simões, da revista *Presença*. “Chegou a noite”, texto publicado na *Atlântico* em seu terceiro número, foi estruturado mediante versos como estes:

Chegou, chegou a noite, e lagos mares, rios,
Adormecem na bruma do luar.
Violinos irreais dão, no ar, calafrios,
E as portas abrem sem se lhes tocar.
Agora sinto irmãos os que olvidei que o eram,
Agora elevo o olhar e apalpo a imensidão,
Agora é que eu perdôo o mal que me fizeram,
E a todos que ofendi peço perdão.³³⁶

Dedicado ao estudo da etnografia angolana, conhecido no cenário literário português pelo compromisso com a literatura africana³³⁷, Castro Soromenho, romancista, contista e jornalista moçambicano³³⁸, em a “A árvore sagrada”, dá mostras dos traços que caracterizaram as suas obras. O texto em questão funda-se na descrição do ritual em torno da morte de um “soba” (chefe da senzala), o qual consiste na passagem do espírito deste para a árvore sagrada.

“Existe uma escultura portuguesa” e “O mistério da arte dos negros” correspondem aos trabalhos escritos por de Diogo de Macedo para o terceiro e para o quarto números da *Atlântico*, respectivamente. Escritor e escultor português, representou a segunda geração do modernismo em Portugal, geração essa constituída por escritores que regressaram à França

³³⁵ José Régio apontou para o “medo” cultivado pelo autoritarismo: “Este caráter intimidatório, arbitrário e injusto do regime de Censura nunca foi negado pelos próceres do regime, mas também nunca foi aceito como razão suficientemente forte para justificar a sua abolição. O próprio Salazar deixou-o bem expresso nas declarações que prestou, logo em 1932, sobre este assunto a António Ferro”. In: AZEVEDO, Cândido de, Op. cit., p. 46.

³³⁶ RÉGIO, José. Chegou a noite. In: *Atlântico*, n° 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 86-88.

³³⁷ Na segunda fase da sua obra, Soromenho migra de uma perspectiva etnocêntrica para uma literatura conduzida por um nítido sentimento anticolonialista.

³³⁸ Fernando Monteiro de Castro Soromenho nasceu em Moçambique, em 1910. Contudo, Angola, região na qual foi criado desde muito jovem, serviu de berço para a escrita de grande parte de sua produção literária.

depois do final da Primeira Guerra, em busca de um público para uma arte que se constituía e que, concomitantemente, deparava-se com as limitações impostas pela censura patrocinada pelo SPN.

Em “Existe uma escultura portuguesa”, o autor averigua em que medida os portugueses poderiam se considerar portadores de uma arte escultural própria, resultado das expressões nacionais. De acordo com Macedo, se por Escultura Portuguesa

considerarmos uma arte particularmente definida, independente no estilo estético, típica, castiça, com formas cá e por nós criadas, inconfundível com a de outros países, anterior ou sua contemporânea, isto é, uma arte totalmente original e demonstrativa de um gênio de exceção, devemos declarar, peremptoriamente, que não.³³⁹

Seguindo o seu raciocínio, o autor resume o que poderia ser entendido como uma escultura tipicamente portuguesa: uma forma artística constituída por apropriações e misturas, isto é, por uma “louvável individualização plástica”.

A escultura dos portugueses, e mesmo a de estrangeiros que a realizaram em Portugal, dominados ou adaptados aos nossos ideais, se não é uma Escultura Portuguesa inteiramente original, nem até os nossos dias formou Escola nacional, é contudo uma arte com características à parte das que a influenciaram ou das que traduziu, cheia de vocábulos, isto é, sentidos independentes, que a tornaram diferente dos modelos ou estimulantes, com modos desiguais de expor, com formas rebeldes de jeito técnico, combinação de predicados próprios, originando a portuguesa com resultados de particular expressão (...)³⁴⁰

O enredo proposto ao texto “O mistério da arte dos negros” não segue uma linha muito distinta:

³³⁹ MACEDO, Diogo. Existe uma escultura portuguesa. In: *Atlântico*, n° 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 2.

³⁴⁰ *Ibidem*, p. 6.

a mística idolátrica e misteriosa, os encantos dessa arte virgem, a diversidade dos seus gostos, o sentido humano e vivo e sensacional das suas estupendas realizações. A África é inesgotável de segredos e de produções artísticas que deslumbram os povos brancos e algumas ocasiões lhes têm sugerido reformas e reanimações na própria arte.³⁴¹

A África se converteu em um constante destino literário de Diogo de Macedo. O excerto acima patenteia a visão da existência de um núcleo de Arte Negra na obra do autor. A afirmação de que a cultura africana constitui uma fonte “inesgotável de segredos” resulta do fato dos estudos empreendidos por Macedo possuírem como base a análise das várias etnias africanas, dentre as quais Bijagó, Luena, Maconde, Ngbaka, Pinda e Tshokwe.

3.2.2. Modernistas brasileiros.

Intelectuais que perfilharam o Movimento Modernista foram convocados a preencherem cargos ligados à máquina administrativa estadonovista. Exemplos típicos, Carlos Drummond de Andrade ocupou a função de Chefe de Gabinete do Ministério Capanema, já Mário de Andrade acumulou os cargos de chefe da Divisão de Expansão Cultural e Diretor do Departamento de Cultura.

No cerne do projeto modernista, do qual Mário de Andrade resume as principais propostas, a saber, buscar a “retomada das raízes da nacionalidade brasileira, que permitisse uma superação dos artificialismos e formalismos da cultura erudita superficial e empostada”³⁴², girava a noção de intensa mobilização do aparato folclórico e artístico do país como elementos capazes de “abrasileirar” os brasileiros. Nisso, portanto, havia certa

³⁴¹ MACEDO, Diogo. O mistério da arte dos negros. In: *Atlântico*, nº 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro 1943, p.163-165.

³⁴² SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984 (Coleção Estudos Brasileiros), p. 80.

aproximação com alguns dos princípios preconizados pelo regime varguista. No entanto, embora soasse como um projeto capaz de filiar-se ao regime é, pois, nessa direção, imperativo apontar que

o modernismo, do qual Mário de Andrade foi um dos principais representantes, era suficientemente amplo e ambíguo para permitir interpretações bastante variadas, e não se colocar em contradição frontal com o programa político e ideológico do Ministério da Educação (...) O que preponderou no autoritarismo brasileiro, no entanto, não foi a busca das raízes mais populares e vitais do povo, que caracterizava a preocupação de Mário de Andrade, e sim a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e líderes da pátria a base mítica do Estado forte que se tratava de constituir. Capanema estava, seguramente, muito mais identificado com esta vertente do que com a representada pelo autor de *Macunaíma*, que não temia entrar em contato com “a sensualidade, o gosto pelas bobagens um certo sentimentalismo melado, heroísmo, coragem e covardia misturados, uma propensão política e pro discurso” que faziam parte da visão andradiana do caráter brasileiro³⁴³.

Pode-se dizer, pois, que de fato o modernismo encontrou um tênue ponto de contato com as vicissitudes expressas pelo Estado Novo brasileiro apenas no que concerne ao apelo ao folclore e as artes como instrumentos idôneos na construção das bases de estruturação dos elementos de ordem nacional. Muito embora seja pertinente fazer eco ao fato de que até mesmo sob essa aparente aproximação desenredou-se um confronto de proporções consideráveis.³⁴⁴

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ De acordo com Mônica Pimenta Velloso, havia, nos pontos que colocavam em oposição os modernistas e o Estado Novo, a idéia, defendida pelos próceres do regime que, no projeto literário modernista, “a literatura se esquivara de sua função frente à nação. Ou seja, ela caminhava sob um terreno falso, porque se afastava das raízes, do povo e da terra. Numa palavra: da *região*”, tendo em vista o impulso nacionalista curtido sob a manta regional durante o regime varguista. Mário de Andrade também foi alvo de críticas. O trabalho folclórico por ele realizado amparou-se, segundo defensores do Estado Novo, em um exercício de invenção pessoal, ao “mau uso das ricas inspirações da cultura regional”, ensejando mais os estudos das “lendas do folclore” e menos o que de fato, do seio das nossas tradições, consubstanciava as raízes do ideário nacional. Uma outra característica que situou em lados opostos os projetos literários modernista e estadonovista atrela-se ao fato deste conceber a

Já o escritor Carlos Drummond de Andrade, que não obstante o fato de não ter “posição à esquerda” era “absolutamente fora da direita e alheio a seus interesses, crenças e definições”, teve a sua tarefa de Chefe de Gabinete do Ministério Capanema enlevada por conflitos, muito motivados por “inclinações” ideológicas³⁴⁵.

Ambos, Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade, figuraram como colaboradores da *Atlântico* em 1942, em seu primeiro número³⁴⁶. Note-se, aliás, que 1942 é também o ano da fundação da Associação Brasileira de Escritores, a qual foi idealizada por intelectuais contrários à ausência de liberdade de expressão conferida pelo regime estadonovista. Cumpre salientar que Mário de Andrade figurou nos quadros de fundação desta associação³⁴⁷. A similaridade temporal entre a participação de Mário de Andrade na categoria de colaborador do periódico e a idealização da ABDE, ou seja, o ano de 1942, apóia e projeta luz à constatação de que na revista *Atlântico* o seu texto, *O gênio e a obra de Aleijadinho*, foi publicado nesta por versar sobre o patrimônio artístico brasileiro (as Igrejas edificadas pelo gênio artístico de Aleijadinho), confluindo, portanto, com a proposta cultural mantida pelo Estado Novo, a qual apontava para o estudo do folclore, bem como para a análise do patrimônio artístico nacional. Sendo assim, o Mário de Andrade que desponta das palavras que configuram o texto acima referido é, sobretudo, o escritor modernista cuja proposta de

“literatura enquanto documento, capaz de imprimir a face da nação”, enquanto aquele, a revelia da noção literatura-documento, destoam da “rígida simetria que se pretende estabelecer entre literatura e nação”, ou seja, a roupagem concedida pelos modernistas aos seus escritos assume antes traços de “perplexidade do que de constatação e de testemunho”. VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263.

³⁴⁵ A esse respeito, consultar SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Op. cit.

³⁴⁶ Sobre a publicação de material inédito, José Osório de Oliveira, nas “Notas” do primeiro número, comenta a exceção feita em relação às obras de Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, ambas sobre Aleijadinho: “Queremos elucidar, porém, que só não são obras inéditas o estudo de Mário de Andrade, que extraímos de um ensaio, pode dizer-se completamente desconhecido em Portugal, e o poema de Carlos Drummond de Andrade, que pouquíssimos, em Portugal, conhecerão. É princípio desta revista dar só obras inéditas (as da primeira parte, quando possível expressamente escritas, em obediência a um plano), o que não quer dizer que, em números futuros, não demos lugar intencional à antologia de obras publicadas. Se fizemos neste número, aquelas duas únicas exceções, foi porque, em consciência, entendemos que a voz da inteligência de Mário de Andrade e a voz da poesia de Carlos Drummond de Andrade eram as que melhor poderiam falar, aos portugueses, do gênio nacional brasileiro do Aleijadinho.” *Atlântico*. nº 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 171.

³⁴⁷ Mário de Andrade, em 1937, opôs-se à instauração do Estado Novo.

uma arte focada nos elementos formadores da cultura nacional brasileira. Nessa perspectiva, existem alguns traços presentes em “O gênio e a obra de Aleijadinho” que permitem estabelecer a sua articulação com o projeto cultural impulsionado pelo Estado Novo.

No início da apresentação da arte de Aleijadinho, Mário de Andrade ressalta: “E o que tenho por absolutamente genial nessa invenção é que ela contém algumas das constâncias mais íntimas, mais arraigadas e mais étnicas da psicologia nacional, é um protótipo da nacionalidade brasileira”.³⁴⁸

Continuando, o autor destaca os elementos que inscrevem essa arte numa configuração nacional, pois dotada já de caracteres eminentemente brasileiros:

Esse tipo de igreja, fixado imortalmente nas duas São Francisco de Ouro Preto e São João d' El-Rei, não corresponde apenas ao gosto do tempo, refletindo as bases portuguesas da Colônia, como já se distingue das soluções barrocas luso-colônias, por uma tal ou qual dengue, por uma graça mais sensual e encantadora, por uma “delicadeza” tão suave, eminentemente brasileiras³⁴⁹.

Em seguida, ao valorizar essas características, o argumento desenvolvido se estrutura no cotejo com a arte decorativa estrangeira, funcionando, aliás, como uma espécie de exaltação propaganda da arte de expressão tipicamente brasileira:

É certo que elas não possuem majestade, como bem denunciou Saint-Hilaire. Mas a majestade não faz parte do brasileiro, embora faça parte comum da nossa paisagem. Carece, no entanto, compreender que o sublime não implica exatamente majestade. Não é preciso ser ingente para ser sublime. As igrejas de Aleijadinho não se acomodam com o apelativo “belo”, próprio à São Pedro de Roma, à catedral de Reims, à Batalha, ou à horrível São Marcos de Veneza. Mas são muito lindas, são bonitas como o

³⁴⁸ ANDRADE, Mário. O gênio e a obra de Aleijadinho. In: *Atlântico*. n.º 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 25.

³⁴⁹ Idem.

quê. São dum sublime pequenino, dum equilíbrio, duma pureza tão bem arranjadinha, e sossegada, que são feitas pra querer bem ou para acarinhar, que nem a cantinga nordestina³⁵⁰.

Em síntese, Mário de Andrade valoriza o conjunto da obra do artista mineiro compreendendo ser este, entre todos os artistas da época, “o único que se poderá dizer nacional, pela originalidade das suas soluções”, responsável por uma arte e um por uma consciência já “produto da terra” brasileira.³⁵¹

Da mesma forma, a natureza do material veiculado pela revista fruto do pensamento e da atividade cultural de Carlos Drummond de Andrade não difere do ocorrido com Mário de Andrade. Tendo como tônica o mesmo tema que consubstanciara o texto de Mário, “O vôo sobre as Igrejas”, de Carlos Drummond, versa sobre a produção artística de Aleijadinho, só que, agora, em forma de poema. O texto traça, portanto, como que a “via sacra” da obra de Aleijadinho, descrevendo passo a passo o itinerário das construções realizadas pelo artista. O enredo impresso por Drummond a essa construção literária não carrega em si aspectos que poderiam ser tomados pelo regime como “fora de órbita”, isto é, que fizessem propaganda a aspectos considerados subversivos. Dessa forma, a apresentação das idéias de um dos representantes da cultura nacional atendia às propostas abraçadas pelo programa cultural do regime.

Tanto Carlos Drummond quanto Mário de Andrade figuraram em mais um número na categoria de colaboradores, respectivamente, no segundo (outubro de 1942) e no terceiro (março de 1943) números da *Atlântico*.

De Drummond, o poema “Versos a boca da noite” não apresenta quaisquer aspectos que permitam emparelhá-lo diretamente ao regime, tampouco se estabeleceu sob o impulso de uma escrita que colocasse em vista elementos considerados subversivos. No entanto, as

³⁵⁰ Idem, *ibidem*.

³⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 30.

passagens abaixo assinaladas indiquem que a voz poética deixa fluir os seus pensamentos “à boca da noite”, sem, contudo, decidir-se por um gesto, que descansa em estado de inércia, talvez motivado por “uma aceitação maior de tudo”:

Sinto que o tempo sobre mim abate
sua mão pesada. Rugas, dentes, calva...
Uma aceitação maior de tudo,
e o medo de novas descobertas
Experiências se multiplicaram:
viagens, furtos, altas solidões,
o desespero, hoje cristal frio,
a melancolia, amada e repelida,
e a indecisão entre dois mares,
entre duas mulheres, duas roupas.
Toda esta mão para fazer um gesto
Que entretanto nunca se modela,
Que fica inerte, zona de desejo.³⁵²

Mário de Andrade, em “A Dona ausente” funda-se na análise das tradições e do folclore, tendo como pano de fundo a análise do período colonial, com especial atenção para o folclore luso-brasileiro. Segundo o autor,

O que pretendo é contar aos leitores portugueses alguns resultados que já alcancei nas minhas pesquisas, através do populário luso-brasileiro, sobre um complexo marítimo. Complexo inicialmente marítimo, porém que, no Brasil, tornou-se terrestre também.³⁵³

Continuando, explica o porquê do título ao mesmo tempo em que exalta a figura do

³⁵² ANDRADE, Carlos Drummond. Versos à boca da noite. In: *Atlântico*, n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 278. Em *Confissões de Minas*, de 1944, Drummond afirma que “À medida que envelheço, vou me desfazendo dos adjetivos. Chego a ver que tudo se pode dizer sem eles, melhor que com eles. Por que ‘noite gélida’, ‘noite solitária’, ‘profunda noite’? Basta ‘a noite’. O frio, a solidão, a profundidade da noite estão latentes no leitor, prestes a envolvê-lo, à simples provocação da palavra ‘noite’”. ANDRADE, Carlos Drummond apud BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1994, p. 444.

³⁵³ ANDRADE, Mário de. A Dona Ausente. *Atlântico*. n° 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 9.

navegador português:

O mar todo-poderoso exige dos que lhe manejam o rito, viverem em castidade completa. Mas a saudade da mulher persegue o casto, o desejo dela o castiga demais. E o marujo, especialmente o Lusitano que foi o maior dos navegadores, busca disfarçar o martírio nas imagens e nos símbolos da poesia. O folclore luso-brasileiro se enriqueceu, com isso, de uma série numerosa e admirável de quadrinhas e cantigas.³⁵⁴

Feitas essas abordagens, caberia, então, a indagação: por que a divulgação do trabalho literário de um escritor que como Mário de Andrade manifestou-se em algumas ocasiões de forma crítica em relação ao Estado Novo? Tratando-se a *Atlântico* de uma revista sobre a cultura nacional dos países envolvidos na sua elaboração, e sendo os estudos artísticos e literários a chave, segundo os seus idealizadores, das páginas que a configuraram, como não veicular, em geral, os trabalhos de intelectuais de expressividade nos cenários literários português e brasileiro? A divulgação, portanto, foi empreendida, mas, no entanto, apenas dos aspectos que permitiam destacar a contribuição dos intelectuais ao projeto cultural luso-brasileiro encabeçado pelos órgãos de propaganda.

Assim, alguns dos expoentes das fases do modernismo brasileiro tiveram participação nos números que integraram a primeira série da revista *Atlântico*. É o caso de Graciliano Ramos, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Vinícius de Moraes, Cecília Meireles, Érico Veríssimo, Rachel de Queiroz, Clarice Lispector, Manuel Bandeira e Guilherme de Almeida.

Jorge de Lima, poeta, romancista, ensaísta e pintor brasileiro, conta três participações como colaborador da *Atlântico*. Em “À margem de Euclides”, faz a análise da obra e do pensamento do autor de “Os Sertões”. Do estudo empreendido pulula a noção de que, embalado pelas concepções científicas de sua época, acreditando, como sua geração, que a “ciência pudesse sempre dizer a última palavra”, a visão de Euclides da Cunha saiu, na nas

³⁵⁴ Idem.

palavras de Jorge de Lima, “deformada no seu melhor documento”:

Fanático pela antropologia física, como o jagunço o foi do seu conselheiro, é um homem preocupado de diagnósticos, classificando Canudos de diátese (?), os mulatos de neurastênicos, os cafusos de histéricos, até a última página em que, estudando a cabeça do pobre Antonio Maciel, termina: “que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam no relevo das circunvoluções expressivas, as linhas especiais do crime e da loucura.”³⁵⁵

Apesar de apontar as falhas presentes em “Os Sertões”, Jorge de Lima a situa em um local de destaque no cenário literário nacional, apreciando-lhe a envergadura bem como os traços que a constituíram:

Seja como for, porém, Os Sertões são dos nossos poucos livros que conseguiram conservar-se à tona da maré-montante de literatura em que foram vasados (...) Foi o caso mais típico de honestidade literária de que se pode orgulhar a Academia Brasileira, até a sua morte. Todos os seus livros, a sua obra, aliás, apesar de manquecer do espírito do tempo, dá-nos a impressão de ser escrita, não com cipó, como disse Nabuco, porém, segundo a fórmula terrível do poeta – não quero dizer do filósofo – do “Assim falou Zaratustra”: com sangue. Nos “Contrastes e Confrontos”, do mesmo modo que “A Margem da História”, há muita matéria plástica para não se fazer uma fama, se esta já não lhe tivesse saído inteira, compacta, debloco, ao ser publicada a mais original das reportagens do mundo (...) Nunca se volta de Euclides com as mãos abanando. A nossa terra está toda nele, muito melhor do que o homem está nela, e na qual, a bem dizer, ainda parece hóspede.³⁵⁶

Os demais trabalhos publicados ganham enredos distintos. Em “Poesia veloz, homem lerdo”, Jorge de Lima defende o pressuposto de que havia um nítido e lamentável descompasso entre a “nossa época” e o “fenômeno poético”. Da análise salta a idéia de que

A pouca importância que a nossa época realista manifesta pelo motivo

³⁵⁵ LIMA, Jorge. À margem de Euclides da Cunha. In: *Atlântico*. n.º 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 57.

³⁵⁶ Ibidem, p. 58-59.

Poesia, a intolerância dos senhores burgueses pelo mesmo assunto, a incompreensão que as gerações materializadas ostentam a seu respeito, é sintoma de que os tempos estão podres e que os homens decaíram ao nível das calmarias.³⁵⁷

Posto esses termos, equipara o problema da poesia ao do teatro, formas de arte cuja decadência poderia ser suplantada pela “ação do poder público”, ao qual caberia o encargo de difundir a “boa poesia” e o “bom teatro.”

Em “Pela fé de Zambi”, Jorge de Lima tem como enredo a demonstração de um culto destinado à divindade banta Zambi. Nesse poema, expondo um dos traços de sua obra, há o entrelaçamento de “vozes e ritmos da linguagem afro-nordestina”. Já em “Janaína”, Lima realiza a descrição de uma lendária deusa dos mares.

O escritor brasileiro Érico Veríssimo, por sua vez, figurou como colaborador, mas apenas em um dos números, com a publicação do texto “Crepúsculo”. Tem como enredo a morte de uma “rapariga” que “precipitou-se do décimo-terceiro andar do Edifício Império”, em noite de Sexta-Feira da Paixão. Dessa forma, a trama adotada põe em evidência o tipo de material que poderia ser publicado de um intelectual contrário a agenda política varguista.³⁵⁸

O escritor modernista Graciliano Ramos marcou presença em quatro dos seis números publicados na primeira fase. O primeiro deles, publicado no segundo número, carrega o título “O fim do mundo”. Neste, o autor sugere que a perspectiva otimista sobre a vida deve prevalecer em detrimento de noções, previsões ou “profecias” negativistas.

O enredo é puxado por um filho que se depara com a angústia de sua mãe, angústia

³⁵⁷ LIMA, Jorge. Poesia veloz, homem lerdo. In: *Atlântico*, n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 208. A frase “a intolerância dos senhores burgueses” impeliu José Osório de Oliveira a emitir, através das notas escritas para o final desse segundo número, uma justificativa para o fato de tal frase ter sido divulgada. De acordo com o secretário de redação, não puseram limitações “à expressão de um pensamento como o de Jorge de Lima, porque, no seu ataque à burguesia, não é um inimigo da Sociedade que se manifesta, mas um poeta e um cristão”. Notas. In: *Atlântico*. n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 368.

³⁵⁸ O fato de discordar da direção conferida por Vargas à política brasileira foi, pois, um dos fatores que motivou Érico Veríssimo a aceitar o convite feito pelo Departamento de Estado dos EUA para montar residência neste país.

essa decorrente da crença de que, assim como escrito nos “desígnios da Providência” (pois a mãe, embora que por meio de uma “gemedeira habitual”, de uma “toada inexpressiva”, marcada por “pausas absurdas”, era leitora de “literatura religiosa”), o mundo, antes exterminado por Deus pela água, seria agora devastado pelo fogo. O estado de medo da mãe contrasta com a força do menino que não “acreditava em desmoronamentos”. Vindo ao cabo de dois anos, o cometa que poria a terra em chamas “comportou-se bem”, e o mundo, contrariamente aos temores sofridos pela mãe, e confirmando a visão otimista do filho, seguia “imenso, com muitas léguas de comprimento”.³⁵⁹

“O moleque José” foi então publicado no terceiro número da *Atlântico*. Narrado em primeira pessoa, configura-se no relato de um menino “inocente” frente à sagacidade de um filho de escravos, José. O texto tem o seu clímax no momento em que o narrador foi levado a participar do “sofrimento alheio”. Certa vez em que seu pai foi aplicar um castigo a José, excitado por uma “viva sede de justiça”, interveio no sentido de auxiliá-lo na coça ao “negrinho”. Ao aproximar-se deste com “uma acha de lenha do feixe molhado”, buscava somente convencer-se “que seria capaz de fazer alguém padecer”. Malograda a tentativa de ferir o moleque quando do primeiro impulso, “cobrei alento e cheguei-lhe de novo ao pé o inofensivo pau de lenha. Meu pai abandonou-o. E vendo-me armado, nem olhou o ferimento: levantou-me pelas orelhas e concluiu a punição transferindo para mim todas as culpas de José”.³⁶⁰

Em “O Barão de Macahubas”, veiculado no quarto número, Graciliano Ramos, como indica uma nota emitida pela redação da *Atlântico*, ou seja, pelo secretário José Osório de Oliveira, dá mostras da difícil conciliação entre a infância sertaneja e o rebuscado universo da língua portuguesa. O então menino Graciliano não compreendia o porquê de um autor de fábulas infantis impor aos “bichinhos” a “linguagem dos doutores”, fazendo com que os

³⁵⁹ RAMOS, Graciliano. O fim do mundo. In: *Atlântico*. n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 306-310.

³⁶⁰ RAMOS, Graciliano. O moleque José. In: *Atlântico*. n° 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 111-115.

passarinhos se exprimissem de forma sisuda e as moscas utilizassem “adjetivos colhidos no dicionário”. Em meio a isso, aos sete anos – “no interior do Nordeste, ignorante de minha língua” – foi compelido à leitura de Camões, obra escrita em “língua estranha”. Essa última construção forçou, pois, a emissão de uma pequena nota, como referido acima, a qual, no fim da página, fez-se registrar a seguinte explicação: “É evidente que, quando o autor classifica de ‘estranha’ a língua de Camões, não fala como notável escritor, que é, da língua portuguesa, mas como criança sertaneja que foi”.³⁶¹

Por último, “Insônia”, como o próprio título propõe, narra o estado de agonia de um sujeito que se vê rodeado por vozes que lhe tiram o sono, vozes que, sem que haja uma variável, sempre lhe fazem a mesma pergunta: “sim ou não”. Expressando a necessidade de tomada de decisão frente a uma situação, o “sim ou não” enredado no texto sugere a idéia de escolha entre a ação e a imobilidade. Fica, então, a dúvida. No entanto, as palavras finais do narrador parecem tenderem mais para a última dentre as duas opções: “Desejaria conversar, voltar a ser um homem, sustentar uma opinião qualquer, defender-me de inimigos invisíveis”. Mas, logo em seguida a esses pensamentos, “as idéias amortecem como a brasa do cigarro. O frio sacode-me os ossos. E os ossos chocam a pergunta invariável: Sim ou não? Sim ou não?”³⁶²

O poeta, compositor e músico brasileiro Vinícius de Moraes figurou no periódico luso-brasileiro com dois trabalhos: “Elegia quase uma ode” e “Allegro”.

Apenas a título de nota, segundo o próprio poeta, as *elegias* são representativas do período de transição entre as duas tendências contraditórias de sua produção poética: uma mais mística e religiosa e a outra mais afeita aos aspectos materiais e cotidianos da vida.

Poema estruturado mediante a descrição de uma estado de lamúria, “Elegia quase uma

³⁶¹ RAMOS, Graciliano. O Barão de Macahubas. In: *Atlântico*. n° 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p. 131-134.

³⁶² RAMOS, Graciliano. Insônia. In: *Atlântico*. n° 5, Lisboa, SPN/DIP, Julho de 1944, p. 153-157.

ode” tem um dos seus trechos publicados no segundo número da *Atlântico*. O final do fragmento selecionado para ser divulgado pelas páginas do periódico funda-se na aceitação de todo o estado de lamentação narrado nas primeiras linhas:

Que hei-de fazer de mim que sofro tudo
 Anjo e demônio, angústias e alegrias
 Que peço contra mim e contra Deus?
 Às vezes me parece que, me olhando
 Ele dirá, do seu celeste abrigo:
 “ – Fui cruel por demais com esse menino...”
 É muito triste se sofrer tão moço
 Sabendo que não há nenhum remédio
 E se tendo de ver a cada hora
 Que o mundo é isso, que mais tarde passa
 Que sofrer é questão de paciência (...) ³⁶³

Também marcado pelo momento de transição da obra do poeta, “Allegro” foi publicado integralmente no terceiro número da *Atlântico*:

Sente como vibra
 Doidamente em nós
 Um vento feroz
 Estorcendo a fibra
 Dos caules informes
 E as plantas carnívoras
 De bocas enormes
 Lutam contra as víboras
 E os rios soturnos
 Ouve como vazam
 A água corrompida
 E as sombras se casam
 Nos raios noturnos

³⁶³ MORAES, Vinícius de. Elegia quase uma ode. In: *Atlântico*. n.º 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 281.

Da lua perdida.³⁶⁴

Poeta e escritor brasileiro, Murilo Mendes, através de “Poema” e “Estudo” colaborou respectivamente no segundo e no terceiro números. Juntamente com Jorge de Lima, Vinícius de Moraes, Augusto Frederico Schmidt, Otávio Faria e Tristão de Athayde, foi um dos responsáveis por dar cabo à renovação da literatura cristã, do “restaurar da poesia em Cristo”. Ambos os trabalhos veiculados pela *Atlântico* tomam a forma poética e carregam estrutura e enredo bastante semelhantes, denotando um conjunto de elementos que se convertem em marcas da escrita de Mendes: a “obsessão do caos” e a “livre modulação à mensagem religiosa”, a qual cede espaço a mistura entre imagens terrestres e a “simbologia das Escrituras”, tais como a vontade de Deus, a “Serpente” e o apocalipse:

Estudo

Na tarde preguiçosa um pensamento de morte
É doce como um pensamento de amor
Quando as sereias adejam nas ondas,
Quando as pombas brancas arrulham no telhado
E os navios chegam, não convidam à viagem,
Trazem víveres para os órfãos do terremoto.
O ar é transfigurado por sinais funestos.
Ficaremos aqui, minha triste amante,
À espera que Deus nos abale a vontade
Com a erosão dos sentimentos, a translação da
idéia
Que gira de um mundo a outro...angustiada

Poema

Solidão, és a paz ou a mina da guerra?
Um anjo de ópera remove catástrofes dentro de
mim.
Arco-íris se levantam de muletas
Sobre imensas planícies em formação.
E a antiga Serpente insinua a palavra terrível.
Preso entre dois choques, invoco o Tudo ou o
Nada.
Eu quisera me salvar, a esperança me acena.
O céu pode se abrir em dois, e o fim do mundo...

Cecília Meireles, integrante da segunda fase do modernismo brasileiro, teve o poema “Canção” publicado no primeiro número do periódico luso-brasileiro. Expressando uma das faces de sua lírica, os seus versos trazem a idéia de fuga e de sentimento de ausência,

³⁶⁴ MORAES, Vinícius de. Allegro. In: *Atlântico*. n° 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 84.

elementos entremeados pela idéia de pertencimento, o que sugere a noção de uma fuga apenas parcial da realidade:

Meus pés vão pisando a terra
 que é imagem da minha vida:
 tão vazia mas tão bela,
 tão certa mas tão perdida!
 (Eu ando sozinha
 Por cima de pedras.
 Mas a flor é minha).
 De tanto olhar para longe,
 Não vejo o que passa perto.
 Subo monte, desço monte,
 Meu peito é puro deserto.
 (Eu ando sozinha
 Ao longo da noite.
 Mas a estrela é minha).³⁶⁵

Raquel de Queiroz marcou presença no quarto número da *Atlântico*, tendo sido publicado na ocasião o texto “Não jures pela lua inconstante”. Escritora de destaque no panorama literário nacional, foi homenageada com o Prêmio Felipe de Oliveira pelo livro “As Três Marias”. Com a obra “O Quinze” (1930), pintou o retrato da difícil situação da população nordestina, cercada pela miséria e pela seca. Acusada de pertencer às hostes comunistas, foi presa em 1937. Exemplares de suas obras foram incinerados. “Não jures pela lua inconstante”, por seu turno, funda na narrativa, em primeira pessoa, dos delírios amorosos vividos por uma mulher cercada por dois amores.

“Os bonecos de Barro” (trecho de um romance à época inédito) foi o trabalho que inseriu Clarisse Lispector no rol de colaboradores da revista luso-brasileira. Da “elaboração original da palavra”, trouxe “algo novo à literatura brasileira, pela capacidade de elevar a

³⁶⁵ MEIRELES, Cecília. Canção. In: *Atlântico*. n.º 1, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942, p. 89-90.

descrição das coisas e dos estados de espírito a um nível radioso de expressividade”³⁶⁶, juntando detalhes que, no conjunto, fornecem o tom á narrativa. No texto em questão, ganham relevo alguns dos traços característicos da sua obra, tal como a descrição expressiva e a capacidade de manipular detalhes. Eis um trecho:

O que ela amava acima de tudo era fazer bonecos de barro – o que ninguém lhe ensinara. Trabalhava numa pequena calçada de cimento em sombra, junto à última janela do porão. Quando queria com muita força ia pela estrada até o rio. Numa de suas margens, escalável embora escorregadia, achava-se o melhor barro que alguém poderia desejar: branco, maleável, pastoso, frio. Só em pegá-lo, em sentir sua frescura delicada, alegrezinha e cega, aqueles pedaços timidamente vivos, o coração da pessoa se enternecia úmido, quase ridículo. Virgínia cavava com os dedos aquela terra pálida e lavada – na lata presa à cintura iam se reunindo os trechos amorfos.³⁶⁷

Manuel Bandeira, considerado um dos maiores poetas do verso livre em língua portuguesa, dono de um lirismo confidencial e auto-irônico, teve alguns dos seus poemas marcados pela rememoração da infância, da vida nas ruas, do mundo cotidiano das cidades brasileiras do início do século XX. Sobre as trocas culturais entre o autor de *A cinza das horas* e Portugal, Arnaldo Saraiva indica que

influência da poesia portuguesa sobre a poesia de Manuel Bandeira, especialmente da fase inicial, é reconhecida pela maioria dos seus estudiosos. De acordo com o próprio Manuel Bandeira, terá sido Américo Facó o primeiro a assinalar, numa nota da revista *Fon Fon!* a propósito de *A cinza das horas*, “as raízes portuguesas” do seu “lirismo”. Quatro décadas depois, Henrique Galvão apontaria Manuel Bandeira como “o mais alto valor contemporâneo de uma poética luso-brasileira (muito portuguesa nas raízes, muito brasileira nos ramos)”.³⁶⁸

³⁶⁶ CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 119.

³⁶⁷ LISPECTOR, Clarice. Os bonecos de barro. In: *Atlântico*. nº 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 147-149.

³⁶⁸ SARAIVA, Arnaldo, Op. cit., p. 203.

Na *Atlântico*, Manuel Bandeira figura como colaborador mediante os seguintes trabalhos: “Última canção do beco” e “Eu vi uma rosa”.

No primeiro, o eixo temático acima referido ganha nítidos contornos, na medida em que o enredo é ditado por uma rememoração saudosista, cujo estopim, a demolição de uma casa localizada na Lapa, gera o canto à vida nos “becos”:

Beco que cantei num dístico
 Beco das minhas tristezas
 Mas também dos meus amores
 Adeus para nunca mais!
 Vão demolir esta casa,
 Mas meu quarto vai ficar
 Beco das sarças de fogo
 Das paixões sem amanhã
 Quanta luz mediterrânea
 No esplendor da adolescência
 Não recolheu nestas pedras
 O orvalho das madrugadas
 Lapa – Lapa do desterro –
 Lapa que tanto pecais!
 Mas quando bate seis horas
 Na primeira voz dos sinos,
 Como na voz que anunciava
 A Conceição da Maria,
 Que graças angelicais!³⁶⁹

O segundo, por seu turno, é carregado pelo lirismo:

Eu vi uma rosa
 Tão pura e modesta,
 Tão perto do chão,

³⁶⁹ BANDEIRA, Manuel. Última canção do beco. In: *Atlântico*. n.º 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 262-264.

Tão longe da glória
 Da mística altura,
 Dir-se-ia que ouvisse
 Do arcanjo invisível
 As palavras santas
 De outra Anunciação.³⁷⁰

Guilherme de Almeida, poeta, crítico e ensaísta brasileiro³⁷¹, atuou ao lado de escritores como Mário de e Oswald de Andrade, contribuindo na difusão do Modernismo, mas que mostrou-se mais como autor de “compromisso”. “Malabarista do verso”, veio do intimismo sentimental, passando pelos “aspectos exteriores do Modernismo”, terminando “na poesia mundana e arcaizante”³⁷². “Sonetos a Dinamene” foram publicados no sexto número da *Atlântico* e constituem sua única participação como colaborador:

Dama dos olhos verdes, quando outrora
 A mi viestes esquiva e mui a medo,
 Eu vos bem-disse, porque amor ignora
 Que é grande mal o bem que se vai cedo.
 Ora vos ides qual me viestes, e ora
 Não mais qual era por aqui me quedo,
 Eu na mor desventura e vós, Senhora,
 De ledó coração e ânimo ledó.³⁷³

Cumprer notar ainda que, sobre os escritores modernistas brasileiros, houve a indubitável intenção, por parte do escritor e desenhista português Santa Rosa, no texto “Esquemas das artes do Brasil”, de escoimar os pontos de fricção entre o governo e alguns representantes desse movimento. O autor faz referência a esses escritores, deles filtrando, no

³⁷⁰ BANDEIRA, Manuel. Eu vi uma rosa. In: *Atlântico*. n° 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p. 73-74.

³⁷¹ Durante a Revolução Constitucionalista de 1932 Guilherme de Almeida alista-se como soldado e volta-se contra o governo de Getúlio. Em decorrência da adesão à causa constitucional, o escritor foi exilado em Portugal. Já em 1945, o Jornal de São Paulo por ele fundado nesse mesmo ano foi fechado pelas forças do Estado Novo.

³⁷² CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 95-96.

³⁷³ ALMEIDA, Guilherme. Sonetos a Dinamene. In: *Atlântico*. n° 6, Lisboa, SPN/DIP, Abril de 1945, p. 81-84.

entanto, apenas o que sinalizava a contribuição ao ideário nacionalista: “Os artistas modernos dão ao livro, à imprensa, às artes decorativas, à pintura, à arquitetura, à escultura, uma contribuição nova, inspirada grandemente nos motivos nacionais”.³⁷⁴ Logo em seguida, alude à produção periódica do período, ressaltando, no entanto, apenas as revistas integradas ao círculo institucional do Estado Novo getulista:

Quanto a publicações especializadas, podemos destacar a Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade reúne o mais sério material de estudo que produz o meio intelectual do Brasil.³⁷⁵

Sobre este ponto, ou seja, em relação à produção periódica da época, é importante estabelecer algumas observações, as quais visam sobretudo mostrar que durante a vigência do Estado Novo brasileiro vieram à público periódicos cujo discurso político soava de forma distinta em relação às concepções políticas defendidas e propaladas tanto pelos órgãos oficiais quanto pelas atividades culturais por eles patrocinadas.

Podemos inserir, neste domínio, publicações como a *Revista Diretrizes*, fundada por Samuel Wainer. Mudando substancialmente a sua linha de atuação após a saída do diretor Azevedo Amaral, um dos homens ligados ao Estado autoritário, *Diretrizes* deixou de difundir um discurso atrelado ao governo varguista, passando, por conseguinte, a fazer coro às premissas democráticas e a adotar tendências antifascistas, opondo-se ao regime liderado por Vargas.³⁷⁶

De acordo com Edgard Carone,

³⁷⁴ ROSA, Santa. Esquemas das artes do Brasil. In: *Atlântico* nº 4, Lisboa, SPN/DIP, Novembro de 1943, p. 143.

³⁷⁵ Ibidem, p. 145.

³⁷⁶ Ao sair vitorioso das eleições de 1950, Vargas, objetivando contrapor-se às críticas formuladas pela imprensa da época, vislumbrou o projeto de criação de um jornal capaz de divulgar a sua plataforma política. Surge, portanto, *Última Hora*, jornal porta-voz do getulismo, o qual foi viabilizado, a pedido de Vargas, por Samuel Wainer.

A revista *Diretrizes*, fundada por Samuel Wainer, e tendo Joel Silveira como Secretário, nasce em 1937, mas é a partir da nova fase, em 1942, que toma importância. Ela é cultural e política, com tom literário, e nela aparecem estampados artigos sobre a guerra e o Brasil, problemas do nazismo, entrevistas com personalidades estadonovistas e acontecimentos que marcaram o Brasil: a reportagem sobre Isidoro Dias Lopes, por exemplo, é anunciada com o título de “defender com unhas e dentes a verdadeira democracia”; a do tenentismo é descrição das revoltas da década de 1920; sobre Virgílio de Melo Franco é levantamento da vida de um líder da revolução de 1930 e, no momento, elemento contrário a ditadura. Mesmo sem ser órgão exclusivamente comunista, os nomes de Jorge Amado, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e outros aparecem comumente nas suas colunas.³⁷⁷

Ainda no que concerne às revistas confeccionadas mediante uma concepção política distinta da plataforma getulista, *Seiva* foi criada como resposta crítica ao estado repressivo instaurado com o Estado Novo. Impetrada em solo baiano, foi fundada por representantes do movimento comunista, dentre os quais Diógenes Arruda, Ruy Facó, Armênio Guedes, Jacob Gorender e João Falcão. Sobre sua circulação, é possível apontar que

(...) sai ininterruptamente até 1943, quando é fechada pela polícia, depois de publicar entrevista do General Manoel Rabelo, que acusa o Ministro da Guerra, General Eurico G. Dutra, de entravar o esforço de guerra. Ela retorna sob a direção de Jacob Gorender. Nas suas páginas colaboram todas as tendências oposicionistas, da oligarquia paulista até liberais de diversos matizes: Aureliano Leite, Pereira Lima, Luís Viana Filho, Aliomar Baleeiro, Nestor Duarte, Orlando Goes e Érico Veríssimo.³⁷⁸

Integram esse conjunto publicações como a revista literária *Leitura* e a revista *Continental*. A primeira, cuja fundação data de dezembro de 1942, enfeixou, dentre os seus colaboradores, “nomes de esquerda e da posição liberal”. Astrojildo Pereira, Joel Silveira,

³⁷⁷ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 238.

³⁷⁸ Idem.

Carlos Lacerda e Rubem Braga integram esse perfil. A segunda, por seu turno, empreitada por elementos egressos “diretamente do comunismo”, e contando com a direção de Armênio Guedes imprimiu as suas páginas uma feição eminentemente política, conferindo ênfase a assuntos relativos à Rússia e aos Estados Unidos.³⁷⁹

A *Revista do Brasil*, fundada em 1916³⁸⁰ por Júlio de Mesquita, dono do jornal *O Estado de S. Paulo*, integrou, da mesma forma, o âmbito das publicações responsáveis pela defesa de princípios alheios ao maquinário ideológico urdido durante o governo Vargas. Pesquisas atuais³⁸¹ apontaram para o papel decisivo que esse periódico desempenhou na construção de um projeto político-cultural alternativo ao difundido por esse regime. Nesse sentido, convém salientar alguns traços que consubstanciaram a criação do mensário – exercício que apresenta-se como um profícuo canal de entendimento de algumas dentre as posições defendidas e expressas pela revista *Atlântico*. Posicionando sempre de forma idêntica, isto é, tendo como mote para suas realizações a criação de um “núcleo de propaganda nacionalista”, a *Revista do Brasil* chegaria, entre 1938 e 1943, a sua terceira fase. Neste período, a preocupação com o nacional gerou, no interior do grupo vinculado à revista, a noção de que a imagem do Brasil ancorada na política estadonovista era, acima de tudo, um mascaramento da realidade social.³⁸²

³⁷⁹ Ibidem, p. 238-239.

³⁸⁰ Monteiro Lobato adquiriu os direitos de publicação da revista em 1918, a qual esteve sob sua batuta até 1925. A partir dessa primeira fase, tem início uma segunda, agora sob a égide de Assis Chateaubriand. Otávio Tarquínio de Sousa, por sua vez, figura, a partir do ano 1938, quando tem início a terceira fase, como diretor do mensário. Vide DE LUCA, Tania Regina. *A revista do Brasil. Um Diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

³⁸¹ As informações fornecidas sobre a *Revista do Brasil* resultam de uma pesquisa desenvolvida durante a graduação. Vinculada a um projeto maior coordenado por Tania Regina de Luca, a referida pesquisa, a qual contou com o financiamento do CNPq, tivera como cerne a análise sistemática da terceira fase deste periódico, tendo como objetivo esquadriñar a sua posição frente às tessituras impostas pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. A análise das seções que compunham a revista nesta terceira fase, tais como a seção “Pesquisas e Documentos” e a “Seção Letras Portuguesas”, legaram a corroboração das hipóteses aventadas, as quais partiam da idéia de que a *Revista do Brasil* formulou à época uma concepção política veladamente contrária ao regime varguista. Dito isto, a sumária comparação estabelecida obedeceu apenas o intento de cristalizar o perfil assumido por um periódico adverso ao governo se posto em cotejo com um periódico, no caso a revista *Atlântico*, que trabalha na proximidade com a organização política reinante.

³⁸² Na seção “Notas e Comentários”, presente na terceira fase da revista, é possível depreender a posição mantida pelo periódico em relação aos blocos que digladiavam na Segunda Guerra, bem como compreender a

Entretanto, a partir de 1942, tanto no Brasil como em Portugal, intelectuais mais afiados com as tessituras criadas pelos regimes autoritários vislumbraram o canal oficial pelo qual poderiam, em consonância com tais regimes, difundir os seus pensamentos. Portanto, se no início dos anos 40, tratando especificamente do Brasil, havia os redutos que canalizavam os esforços na crítica ao Estado Novo, também ganharam espaço, em contrapartida, produções que, inscritas nos quadros da produção cultural de programas políticos autoritários, enfeixavam os seus conteúdos culturais e literários de forma a manter um bom diálogo com o ambiente de acolhida.

A revista *Atlântico*, nesse quesito, teve um papel especial, tanto em Portugal quanto no Brasil. Inscrita no âmbito das propostas presentes nos organismos de propaganda dos regimes estadonovistas, sua atividade desenvolveu-se a contrapelo do exercício priorizado por publicações como a *Revista do Brasil*, a revista *Diretrizes*, *Seiva*, *Continental* e a revista literária *Leitura*. Sob esse prisma, a leitura que pulula das páginas da revista sobre Portugal e Brasil sugere a configuração de um espaço luso e brasileiro tal qual o priorizado pelo projeto cultural dos regimes salazarista e varguista.

Tendo que “servir a ideologia nacional dos dois países” *Atlântico*³⁸³ seguiu um plano responsável por imprimir uma direção aos conteúdos selecionados para divulgação. Nesta perspectiva, os trabalhos dos escritores que figuraram na categoria de colaboradores deveriam registrar fatos importantes à cultura luso-brasileira, seguindo as orientações ditadas pelos órgãos responsáveis pela edição da revista. Não importava a qual quadrante ideológico os colaboradores da *Atlântico* se situassem. O valor de sua colaboração era apreciado na medida em que contribuísse e atendesse à proposta cultural presente na plataforma política dos

que concepção política estava filiada. Sob a legenda “A Guerra”, a seção expôs de forma lúcida a objeção do mensário frente à conjuntura nacional e internacional maculada pelos “crimes e torpezas inomináveis” da guerra e pela “barbárie nazi-fascista”. “É este o primeiro número da Revista do Brasil publicado após a entrada de nosso país para o grupo das Nações Unidas (...) Não precisamos, dada a atitude que desde o início da guerra mantivemos, de repulsa à loucura totalitária e de aversão à ideologia nazi-fascista, reafirmar agora a nossa posição (...)”. In: *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 51, set./ 1942, p.87-88.

³⁸³ Notas. In: *Atlântico*, n.º 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 368.

regimes salazarista e varguista. Dessa forma, foram divulgados textos cujos pontos de contato com a agenda cultural dos regimes assumiram traços visíveis. Porém, em algumas ocasiões, tal como o exemplo retido do material publicado pelos escritores modernistas acima referidos, foram veiculados trabalhos literários que sinalizaram, sem transtornos para o programa cultural estadonovista, para aspectos característicos do perfil literário do escritor responsável pela sua produção. Nesse ponto, portanto, a *Atlântico*, além de clarear a noção de que nos regimes estadonovistas havia um forte vínculo entre o “espírito cultural” e a política nacional, ao abarcar em suas páginas intelectuais responsáveis pela dinâmica cultural do seu tempo, constituiu-se, de fato, em um espaço de reunião entre alguns dos representantes do segmento literário na época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação dos laços entre Portugal e Brasil expressa pela assinatura do Acordo Cultural em 1941, do qual resultou a elaboração da revista *Atlântico*, suscita algumas observações. Portugal, país que defende uma posição de neutralidade durante a II Guerra Mundial, adota um convênio cultural com um país que, a sua semelhança, tinha o poder político controlado por um governo autoritário. O Brasil, por sua vez, ao oficializar a sua aproximação sob a bandeira da unidade cultural com uma nação autoritária, no momento em que intensificam-se as críticas a essa forma de organização política, definiria os contornos do regime varguista através da referendada “união espiritual”.

Sob este ponto de vista, o Acordo Cultural de 1941, pondera José Guilherme Victorino, pode ser entendido como um “objetivo bem mais vasto (apesar da intenção cultural subjacente de levar, através de colóquios e exposições, a que os escritores de ambos os países se conhecessem melhor) – ou seja, mostrar ao Brasil uma imagem dinâmica das realizações do Estado Novo salazarista, intentando, dessa forma, também influenciar Getúlio Vargas no sentido de um alinhamento com a posição de neutralidade portuguesa definida no início do conflito mundial”. Ainda sobre essa questão, o autor parte em defesa da idéia de que as medidas impetradas em 1941 precederam os objetivos envolvidos na assinatura, em 1955, do Tratado de Amizade e Consulta, tendo em vista o fato deste ter sido considerado o primeiro acordo de natureza política celebrado entre Portugal e Brasil. Nessa direção, destaca a “função política” que acabou por motivar a união cultural prefigurada pelo SPN e pelo DIP no limiar da década de 1940, união essa cujo significado, na ótica estadonovista, foi o de permitir a unidade espiritual entre o universo luso-brasileiro.³⁸⁴

Nas páginas finais que integraram o terceiro número da revista *Atlântico*, José Osório

³⁸⁴ VICTORINO, José Guilherme. A originalidade do Acordo Cultural luso-brasileiro de 1941. Disponível em: http://www.canalcomum.com.br/2010_opinio_detail20_2.php?item=266 Acesso em 30 de Maio de 2011.

de Oliveira, na legenda intitulada “Documentos”, converge os seus esforços no sentido de atribuir à revista apenas um feitiço cultural, literário e artístico:

“Atlântico” é uma revista de cultura, de literatura e de arte. Por natureza, abstêm-se de tratar, nas suas páginas, dos problemas sociais, políticos ou econômicos do mundo moderno, até quando dizem respeito à vida do Brasil ou de Portugal³⁸⁵.

No entanto, logo em seguida situa a “solidariedade” portuguesa em relação ao Brasil como um motivo mais que suficientemente válido para abrir uma fenda “momentânea” no perfil da revista:

O mesmo não pode suceder, porém, quando qualquer fato político envolva aquela solidariedade que os dois países se devem, e interesse, portanto, àquela unidade de cultura, de espírito e de sentimento que o Brasil e Portugal formam no Mundo. Independentemente da especial posição política de Portugal perante a Guerra, entendeu, por isso, o Diretor português da “Atlântico”, dever testemunhar ao Diretor brasileiro a sua solidariedade no momento em que os acontecimentos levaram o Brasil para a beligerância. Sendo o órgão comum da intelectualidade dos dois países, esta revista não podia deixar de marcar, dentro do campo exclusivamente luso-brasileiro em que age, a atitude fraterna que o sangue impõe, que o Passado indiviso determina, que a eterna irmandade da língua e que a comunhão das almas, no Presente como no Futuro, justificam. Basta, no entanto, deixar aqui registrados os telegramas que nessa altura trocaram os dois Diretores da “Atlântico”, para que fique bem gravada a sua posição³⁸⁶.

A referência ao “fato político” consubstanciou-se, segundo expõe-nos o excerto,

³⁸⁵ Notas. In: *Atlântico*, n° 3, Lisboa, SPN/DIP, Março de 1943, p. 211.

³⁸⁶ Idem. Os telegramas foram, então, alinhavados sob o perfil a seguir: Antonio Ferro: “Neste momento histórico da vida da grande e nobre Nação Brasileira, quero testemunhar junto de V. Ex^a a profunda emoção com que acompanho a marcha dos destinos do Brasil, a que me ligam, como aliás todos os portugueses, os mais íntimos laços de fraterna amizade, tão expressivamente afirmada na nota do Governo do meu País”. Eis, portanto, a resposta do Major Coelho dos Reis, então chefe do DIP: “No momento histórico em que o Brasil é levado à guerra em defesa de sua soberania, recebi o telegrama de V. Ex^a com o apreço devido ao seu alto significado. A atitude de solidariedade pelo Governo, Imprensa e Povo desse glorioso País encontrou profunda repercussão na consciência nacional”.

apenas em decorrência do envolvimento do Brasil numa contenda que, além de ferir a solidariedade entre brasileiros e portugueses, tão cara à manutenção da unidade cultural entre ambos, podia vir a soçobrar a unidade espiritual, base, segundo os seus responsáveis, da criação da revista *Atlântico*.

Houve, dessa forma, a atenção constante em demonstrar que o projeto no qual a *Atlântico* foi integrada não alteraria as suas linhas mestras e que resistiria à inflexão de quaisquer fatores. Tendo de manifestar uma só política, a luso-brasileira, o periódico não poderia, segundo José Osório de Oliveira, deixar de “servir à ideologia nacional”³⁸⁷ de Portugal e Brasil.

Ainda sobre esse pressuposto, a substituição de Lourival Fontes na direção do DIP pelo Major Antônio Coelho dos Reis transferiu para a este, conseqüentemente, o cargo de diretor brasileiro da *Atlântico*. Ao avaliar as possíveis implicações que essa mudança acarretaria, José Osório de Oliveira registrou que tal disposição não alteraria o objetivo que presidiu a criação do periódico luso-brasileiro: a manutenção da unidade de pensamento, calcada na sedimentação da unidade espiritual e cultural. Segundo o secretário da redação,

A melhor prova de que essa unidade de pensamento existe é que, tendo mudado o Diretor do D.I.P., sendo outro, portanto, o Diretor brasileiro da *Atlântico*, esta revista continua com a mesma orientação. O Major Antônio Coelho dos Reis claramente o afirmou ao assumir as suas novas funções: o Acordo Cultural prosseguirá no mesmo ritmo de trabalho e de efusão; esta revista continuará, portanto, a sua tarefa, dentro de igual atmosfera. Aliás o êxito que a *Atlântico* alcançou no Brasil convence-nos de que seguimos o caminho da Aproximação.³⁸⁸

Disso resulta a noção que infunde à unidade espiritual (tal como a concebem os idealizadores do acordo-cultural luso-brasileiro, ou seja, como um mecanismo de mobilização

³⁸⁷ Notas. In: *Atlântico*, n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 368.

³⁸⁸ Notas. In: *Atlântico*, n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 367.

das atividades culturais) uma acepção política, sendo, portanto, a continuação da “unidade política” um dos pontos que conferiu perfil à revista *Atlântico*.

É preciso ressaltar ainda que a “Política do Espírito” implantada em Portugal por António Ferro, assim como a unidade espiritual e harmônica embasada no ideário nacional proposto pelo Estado Novo brasileiro, tinham como centro a defesa dos aspectos característicos dos regimes salazarista e varguista. Assim, o vínculo por ora estabelecido entre a unidade espiritual e a unidade política como um dos subsídios que forneceu sustentação à revista *Atlântico* tem a sua razão pelo fato dessa publicação redefinir e exaltar os elementos que compunham a identidade nacional portuguesa e brasileira mediante a exposição dos símbolos representativos e integrantes da formação cultural luso-brasileira (língua, manifestações artísticas, costumes, tradições, monumentos, folclore, organização política monárquica como centro da formação nacional, etc.). *Atlântico*, portanto, seguindo esse raciocínio, concedeu prioridade a temas que, em sua abordagem, tornassem suscetível o diálogo com a cultura política do período. O seu programa, como bem formulou um dos seus articulistas, não louvaria “ninguém só por ser colaborador”, mas por registrar “fatos” importantes à “Cultura luso-brasileira”.³⁸⁹

Nesse aspecto, a revista *Atlântico* seguiu as orientações expostas pela propaganda cultural estadonovista. Buscando patentear a visão do que foi empreendido antes e depois da instauração dos regimes de 1930, no Brasil, e de 1933, em Portugal, as atividades empreendidas pelos órgãos de propaganda desses países tiveram papel especial. Preenchendo os espaços deixados por uma “administração” incapaz de realizar o destino nacional, os regimes português e brasileiro lançaram-se na defesa dos aspectos que permitiriam a equiparação de forças entre as ações cometidas no presente com as datas e acontecimentos gloriosos do passado. A centralização, o modelo autoritário, em ambos os regimes, foi a

³⁸⁹ *Atlântico*, n° 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 369.

medida utilizada para alcançar a promoção dos mais altos desígnios nacionais. Desse modo, tudo que pudesse enfatizar de forma precisa e articulada a continuidade dos Estados Novos com a verdadeira linha histórica que marcou o processo de formação e amadurecimento de Portugal e Brasil foi tomado como aporte do projeto cultural autoritário.

Em síntese, convém realçar o fato de que o estudo da revista *Atlântico* não teve por objetivo inviabilizar a existência de um projeto cultural no corpo deste periódico. Tratando-se de uma publicação que abarcou em suas páginas alguns dos representantes das atividades artísticas e culturais desenvolvidas à época, tal proposição perderia o sentido. Resultado de um acordo cultural elaborado por nações autoritárias, *Atlântico* difundiu em suas páginas uma imagem particular do mundo luso-brasileiro, priorizando assuntos que, para além do vínculo com a ideologia dos regimes, buscavam atribuir relevo às manifestações culturais de Portugal e Brasil. Porém, cumpre considerar que esse mesmo projeto delimitou o seu espaço de atuação em consonância com as propostas e os temas que constituíram o fulcro da plataforma política salazarista e varguista. Sob essa perspectiva, *Atlântico* não deixou, em seu conjunto, de ser substancialmente uma publicação orientada segundo os objetivos que constituíram os alicerces sob os quais repousaram os regimes vigentes em Portugal e no Brasil durante a década de 40 do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Aronne de. *Autoritarismo e democratismo: uma leitura do Estado Novo*. Disponível em <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209137920>, acesso em 06 de janeiro de 2009.

ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

AMARO, Rafael Antonio. A Seara Nova e a resistência cultural e ideológica à ditadura e ao Estado Novo (1926-1939). In: *Revista de História da Idéias*. Vol. 17, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. *1930: a atualidade da revolução*. São Paulo: Moderna, 1980 (Coleção contemporânea).

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLVEIRA, Valéria Garcia de. *Cultura Amordaçada: intelectuais e músicos sob a vigilância do Deops*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2002 (Coleção Inventário Deops, Módulo VI, Comunistas).

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de; FALCÃO, Joaquim (orgs.). *O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Colégio Brasil, UniverCidade, Fundação Roberto Marinho, Topbooks, 2001.

AZEVEDO, Cândido de. *Mutiladas e proibidas: para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Editorial Caminho, 1997.

BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003

_____. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru, SP: Edusc, 2003

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Trad. André Telles. Rio de

Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: História e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2005, p. 159-183.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 39ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Tese de Doutorado em Antropologia. FFLCH/USP, 2007

CAETANO, Marcelo. *Minhas memórias de Salazar*. 3ª. Edição. Lisboa: Verbo, 1985.

CALABRE, Lia. *Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque*. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/346.pdf>, acesso em 20 de fevereiro de 2009.

CAMILOTTI, Virginia C; NAXARA, Márcia R. Capelari; SILVA, Fernando Teixeira da (orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

CANCELLI, Elizabeth. O poder da polícia e o mundo da prisão na Era Vargas (1930-1945). In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, jul./ dez. 1992.

_____. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. 2ª ed. Brasília: UNB, 1994.

_____. *A intentona em Nova York*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

_____. *O Brasil e os outros: estranhamento, humilhação, memória e política*. Trabalho apresentado para o Concurso de livre-docência. Departamento de História/USP, 2008.

_____. *Caminhos de um mal estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil*. São Paulo: CNPq, Fapesp, 2008.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

_____. O Congresso dos Escritores. In: CANDIDO, Antonio. *Teresina etc*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. A Revolução de 1930 e a cultura. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. *Iniciação à literatura brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

CAPELATO, M. H. R; PRADO, M. L. *O Bravo matutino. Imprensa e Ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998 (Coleção Textos do tempo).

_____. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2005, p. 183-213.

CARDOSO, José; ROCHA, Maria Manuela. *Corporativismo e Estado-Providência*.

Disponível em <http://www2.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20Cardoso%20&%20Rocha.PDF>, acesso em 15 de dezembro de 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

_____. *Inventário DEOPS: módulo II, estudantes: os subversivos das arcadas*. São Paulo; Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 1999.

_____. *Cultura amordaçada: o DEOPS e o saneamento ideológico*. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999.

_____. *Livros proibidos, idéias malditas*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002 (PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/ USP, FAPESP).

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.

CASTELO, Cláudia. “*O modo português de estar no mundo*”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

CASTELLO, José Aderaldo. *Homens e intenções*. São Paulo: Imprensa Oficial do estado, 1959 (Coleção Ensaio).

_____. *Textos que interessam à História do Romantismo*. Vol II. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1963 (Coleção textos e documentos).

CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis. *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX). Da historiografia à memória histórica*. Vol. II. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAVES, Rita. Colonialismo e vida literária no império português. In: *Literatura e Sociedade*. Revista do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. FFLCH/USP, nº 6, 2001-2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: ente práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora Unesp/ FAPESP, 2000.

COUTINHO, Odilon Ribeiro. *Gilberto Freyre ou o ideário brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

CRUZ, Manuel Graça da. A Revolução Nacional de 1926: da ditadura militar a formação do Estado Novo. In: *Revista de História das Idéias*, Vol. 7, 1985, p. 347-390.

CUNHA, Paula Ferreira da. *Da constituição do Estado Novo português (1933)*. Disponível em <http://hc.rediris.es/07/articulos/pdf/05.pdf>, acesso em 18 de dezembro de 2007.

D'ÁRAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnostico para (N) ação*. SP: Editora Unesp, 1999.

_____. História nas e das revistas. In: PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Periodismo Cultural: a trajetória da *Revista do Brasil*. In: ABREU, Márcia, SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. São Paulo: Mercado das Letras, 2005, (Histórias de Leitura).

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. Grifo da autora.

_____. *As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas*. Disponível em http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd4/impressa/t_luca.doc. Acesso em 07/ 11/ 2006.

DOYLE, Plínio. *História de revistas e jornais literários*. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, 1976 (Coleção de Estudos Bibliográficos).

DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas: Biografia Política*. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

EVERDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 1979.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Cia das Letras, 2006 (Coleção perfis brasileiros).

FERREIRA, Edilaine Custódio. *O povo brasileiro através do folclore: reflexões da Cultura Política (1941-1945)*. Disponível em <http://www.pph.uem.br/iisih/pdf/140.pdf>, acesso em 18 de fevereiro de 2009.

FIGUEIREDO, Fidelino. *História Literária de Portugal (Séculos XII-XX)*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

FILHO, João dos Santos. *O turismo na era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP*. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R2365-1.pdf>, acesso em 18 de fevereiro de 2009.

FLORES, Elio Chaves. Representações cômicas da República no contexto do Getulismo. In: *Revista Brasileira de História*, Vol. 21, n° 40, 2001, p. 133-157.

FONSECA, Manuel da. *Aldeia Nova*. 8ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1984.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2005.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

_____. *Uma Cultura Ameaçada: a Luso-Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

_____. *Um brasileiro em terras portuguesas: Introdução a uma possível luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1953.

_____. *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje*. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos/Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1960.

_____. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

_____. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 50ª ed. São Paulo: Global, 2005 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil-1).

GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas*. Influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Edições Símbolo, 1977.

GARCIA, José Luís Lima. *Os concursos de literatura e a propaganda colonial nos primórdios do Estado Novo*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7109.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2010.

GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de mestrado em História, FCL/Unesp, Assis, 2005.

GEARY, Pachick J. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. Trad. Fábio Pinto. São Paulo: Conrad, 2005.

GOMES, Angela M. C.; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GOMES, Álvaro Cardoso. *A voz itinerante: ensaio sobre o romance português contemporâneo*. São Paulo: Edusp, 1993 (Criação e Crítica; vol. 14).

GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____(org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GONDA, Gumercinda Nascimento. *Árvore e o Sentido da Modernidade (As Mil Maneiras de Ver)*. Tese de Doutorado em Letras Vernáculas. Faculdade de Letras da UFRJ, 2006.

HERMET, Guy. *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*. Trad. Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HOBBSBAWN, E. J. *Nações e Nacionalismo desde 1870. Programa, mito e realidade*. Trad. De Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JOSÉ, Gil. *Salazar e a retórica da invisibilidade*. Trad. Maria de Fátima Araújo. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.

JÚDICE, Nuno. *Viagem por um século de literatura portuguesa*. Relógio D' água Editores, 1997.

LAURENHAS JÚNIOR, Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1986.

LEVINE, Roberto M. *O Regime Vargas (1934-1938): os anos críticos*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas*. Trad. De Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

LIMA, Felipe Victor. O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945). Dissertação de Mestrado em História Social. FFLCH/ USP, 2010.

LIMA, Valentina da Rocha (Coord). *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

LIRA, Sérgio. *O nacionalismo do Estado Novo e a arte popular: reflexões sobre a obra de Rosa Ramalho*, p. 1. Disponível em: http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/rosa_ramalho.pdf. Acesso em 25 de fevereiro de 2010.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001 (Estudos Históricos).

LOTITO, Maria Padilha. *A cidade como espetáculo. Publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

MALATIAN, Teresa Maria. *O Estado Novo (1930-1945)*. Franca. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 1986.

MANNHEIN, Karl. *Ideologia e utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista. Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp, 2001.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. *A bem da nação. O sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARTINS, Maria Antonia Dias. *Literatura portuguesa de resistência: a mulher, a guerra e o intelectual com armas de luta contra o salazarismo*. Dissertação de mestrado, USP, 2006.

MARTINS, Manuel Gonçalves. *O Estado Novo e a Igreja Católica em Portugal (1933-1974)*. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e076ebe701_1.PDF, acesso em 04 de janeiro de 2009.

MATTOSO, José (Dir.); ROSAS, Fernando. *História de Portugal. O Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. In: Revista USP. Dossiê *Durante Cabral: os portugueses*. Nº 45. Março/ Abri/ Maio de 2000.

MENDES, Oswaldo. *Getúlio Vargas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1986 (Coleção Projeto Passo à Frente).

MENDES JR, Antonio de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro. et. all.. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 225-254.

MENDES, José Aurivaldo Sanchetta Ramos. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. Tese de Doutorado em História Social. FFLCH/ USP. 2007.

MENÉNDEZ, Fernanda Miranda. Salazar ou a conquista discursiva do poder. Disponível em http://www.revistaveredas.ufjf.br/volumes/veredas_portugal/artigo11.pdf Acesso em 15 de fevereiro de 2009.

MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: biografia definitiva*. Tradução de Teresa Casal. São Paulo; Leya, 2011.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979 (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

_____. Cultura como propaganda. *Jornal de Resenha*. São Paulo: Folha de São Paulo, 14 fev. 1997, p. 679-681.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa através dos textos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

_____. *A Literatura Portuguesa*. 35ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2008.

MOREIRA, Luiza Franco. *Meninos, poetas e heróis: aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: IMPRES, 1980.

MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

NAPOLI, Roselis Oliveira de. *Lanterna Verde e o Modernismo*. São Paulo: IEB/ USP, 1970.

NEVES, João Alves das. *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa-Ministério da Educação e Ciência, 1992.

Ó, Jorge Ramos do. *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a Política do Espírito (1933-1949)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PAIVA, Denise. *As categorias da Literatura Brasileira na Revista do Brasil (1916-1919)*. Dissertação de mestrado em Letras, FCL/Unesp, Assis, 1992.

PASCHKES, Maria Luisa de Almeida. *A ditadura salazarista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAULO, Heloisa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994 (Coleção Minerva-História 11).

_____. Salazar: a elaboração de uma imagem. In: *Revista de História das Idéias*. Vol. 18, 1996, p. 245-275.

PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do Colonialismo português (1951–1974). In: *Revista UFG*, Junho 2009, Ano XI, nº 6, p. 147.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Prefácio de Antônio Howaiss. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989.

ROCHA, Clara Crabbé. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: IN-CM, 1985.

RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve História da censura literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa-Ministério da Educação e Ciência, 1980.

ROSAS, Fernando. *História de Portugal. O Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

SALAZAR, António de Oliveira. *Pensamento e doutrina política: textos antológicos*. Lisboa: Verbo, 1989.

SANTOS, Jeane de Cássia Nascimento. Literatura colonial portuguesa: espaço, poder e imperialismo. In: *Revista Fórum identidades*. Ano 3, Volume 5, janeiro-junho. de 2009, p. 47.

SANTOS, Carla Xavier dos. *A relação da Igreja Católica com o Estado Novo através do olhar da imprensa católica gaúcha*. Disponível em http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1211599064_ARQUIVO_ArelacaodaIgrejaCatolicacomoEstadoNovo.pdf, acesso em 18 de fevereiro de 2009.

SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro e modernismo português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 5ª ed. Mem Martins: Publicações Europa - América, 1979.

_____. *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1993.

SCHARTZMAN, Simon (Org.). *Estado Novo: um auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília, CPDOC/FGV: Editora da Universidade de Brasília, 1983 (Coleção Temas Brasileiros).

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/Editora da FGV, 2000.

SCHIAVON, Carmem G. Burget. O Estado Novo no Brasil e as relações culturais luso-brasileiras no período. Disponível em http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210897420_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf. Acesso em 11 de agosto de 2009.

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL. *O Império colonial português*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1942.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A H. de Oliveira (Dirs.). *Portugal – Da monarquia para a República*. Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991 (Nova História de Portugal).

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri, SP: Manole, 2003.

SIEPIERSKI, Paulo D. *O ideário protestante nos artigos de jornal do aprendiz Gilberto Freyre*. Disponível em http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/d/da/Paulo_D_Siepierski.pdf. Acesso em 11 de agosto de 2010.

SILVA, José Luiz Werneck da Silva (Org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1991.

SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Editorial Livramento; Niterói: Livraria Panorama, 1980.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, José Inácio de Melo. *O Estado contra os meios de comunicação*. São Paulo: Annablume, 2003.

SOUZA, Raquel dos Santos Madanêlo. *Convergências e divergências: revistas literárias em perspectiva*. Tese de Doutorado em Letras. FFLCH/USP, 2008.

TANNO, Janete Leiko. Repressão e controle social no governo Vargas (1930-1945). In: *PÓS-HISTÓRIA*, Assis-SP, 1996, p. 139-154.

_____. Cartas de presos políticos e seus familiares: violência e atuação feminina no governo Vargas (1930-1945). In: *Patrimônio e Memória*. Unesp-FCLAs-CEDAP, V. 1, n. 1, 2005.

TENGARINHA, José. Os caminhos da Unidade democrática contra o Estado Novo. In: *Revista de História das Idéias*. Vol. 16, 1994.

TORGAL, Luís Reis. *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

_____. Cinema e propaganda no Estado Novo. A conversão dos descrentes. In: *Revista de História das Idéias*. Vol. 18, 1996, p. 277-337.

_____. “Literatura oficial” no Estado Novo: os prêmios literários do SPN/SNI. In: *Revista de História das Idéias*, Vol. 20, 1999, 401-420.

_____. O Estado Novo. Salazarismo, Fascismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2ª ed. Bauru-SP: Edusc; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001 (Coleção História).

_____. Estado Novo: “República corporativa”. In: *Revista de História das Idéias*. Vol. 27, 2006, p. 445-470.

_____. *O modernismo português na formação do Estado Novo de Salazar. António Ferro e a semana de Arte Moderna de São Paulo*. Disponível <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5038.pdf>, acesso em 18 de fevereiro de 2009.

TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Tudo é História).

_____. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. v.2. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio

Vargas, 1995.

VELLINHO, Moysés. A valorização do português na obra de Gilberto Freyre. In: ALCÂNTARA, Marco Aurélio de; AMADO, Gilberto; AMADO, Jorge (et. al). *Gilberto Freyre: sua crença, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263.

VICTORINO, José Guilherme. A originalidade do Acordo Cultural luso-brasileiro de 1941. Disponível em: http://www.canalcomum.com.br/2010_opinioao_detail20_2.php?item=266
Acesso em 30 de Maio de 2011.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 11ª ed. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsanyi e Tamás J. M. K. Szmrecsanyi. São Paulo: Pioneira, 1996 (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).

DICIONÁRIOS

ABREU, Alzira Alves (Coord.). et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ CPDOC, 2001, vol. 05, p. 5002.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BRINCHES, Victor. *Dicionário Biobibliográfico Luso-Brasileiro*. Brasil/ Portugal: Editora Fundo de Cultura, 1965.

COELHO, Jacinto do Prado. *Dicionário de Literatura*. 1º vol, 4ª ed. Porto: Mario Figueirinhas Editor, 1994.

KELLER, Vilma. José Carlos de Macedo Soares. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.).

Dicionário Histórico. Vol. V, p. 5520-5227.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (Dirs.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

REVISTAS

Atlântico, nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942 a Abril de 1945 (Primeira Série).

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988 e vol. 6, n.11, 1993.

Patrimônio e Memória. Unesp-FCLAs-CEDAP, V. 1, n. 1, 2005.

Revista do Brasil, Rio de Janeiro, n. 01-56, (Terceira Fase – 1938/ 1943).

Revista de História das Idéias, vol. XVII, 1995; vol. VII, 1985.

Revista UFG, Junho 2009, Ano XI, nº 6.

Revista Fórum identidades. Ano 3, Volume 5, janeiro-junho. De 2009.

ANEXOS

ANEXO 1

Foto da assinatura do Acordo Cultural de 1941. Da direita para a esquerda: António Ferro, Getúlio Vargas e Lourival Fontes.

Fonte: <http://www.revista.brasil-europa.eu/110/Acordo-Luso-Brasileiro.htm>, acesso em 16 de novembro de 2008.

ANEXO 2

Foto da inauguração da Seção brasileira do SPN em Lisboa.

Fonte: <http://www.revista.brasil-europa.eu/110/Acordo-Luso-Brasileiro.htm>, acesso em 16 de novembro de 2008.

ANEXO 3

Termos vigentes no Acordo que previam o intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil.

Fonte: <http://www.revista.brasil-europa.eu/110/Acordo-Luso-Brasileiro.htm>, acesso em 16 de novembro de 2008.

ANEXO 4

Foto da capa da revista *Atlântico*.

Fonte: <http://www.revista.brasil-europa.eu/110/Acordo-Luso-Brasileiro.htm>. Acesso em 16 de novembro de 2008.

ANEXO 5

Reprodução das “palavras” proferidas por António Ferro na apresentação do 1º número da revista *Atlântico*.

Fonte: <http://www.revista.brasil-europa.eu/110/Propaganda-Intercambio.htm>, acesso em 15 de novembro de 2008.

ANEXO 6

Tabela dos colaboradores do primeiro número da revista *Atlântico* (Maio/ 1942)

COLABORADORES/ Nº 1, MAIO/ 1942	INFORMAÇÕES SOBRE O MATERIAL	NATUREZA DA PUBLICAÇÃO
Adalgisa Nery	<i>Eterno Tédio</i> (p. 85)	Poema
Afrânio Peixoto	<i>Filha de Rei</i> (p. 44-49)	Estudo
Álvaro Lins	<i>Notas sobre o Romantismo Brasileiro</i> (p. 50-53)	Artigo
Antonio Lopes Ribeiro	<i>Teatro Português: Gil Vicente representado agora</i> (p. 163-166)	Artigo
Aquilino Ribeiro	<i>Os avós dos nosso Avós</i> (p. 17-23)	Artigo
Augusto Frederico Schmidt	<i>Primeiros canto do poema “O Descobrimento”</i> (p. 74-84)	Poema
Baltasar Lopes	<i>O Sr. Euclides Varanda</i> (p. 123-129)	Texto literário
Carlos Drummond de Andrade	<i>O vôo sobre as Igrejas</i> (p. 91-92)	Poema
Carlos Queiroz	<i>Brinquedos d' Outro Mundo</i> (p. 93-95)	Poema
Cecília Meireles	<i>Canção</i> (p. 89-90)	Poema
Eduardo Libório	<i>Panorama da Vida Musical de Lisboa</i> (p. 159-162)	Artigo
Eugênio de Castro	<i>Primeiro Aniversário</i> (p. 69)	Poema
Fernanda de Castro	<i>Ana Lúcia</i> (p. 86-88)	Poema
Fernando Garcia	<i>Possibilidades do Cinema Português</i> (p. 167-169)	Artigo
Gastão Bettencourt	<i>Música Brasileira: Uma “Ópera” Diferente de Todas as Óperas</i> (p. 154-158)	Artigo
Guilhermina de Azeredo	<i>Soldado nº 7 da 10ª Companhia</i> (p. 130-136)	Texto literário
Guilherme de Castilho	<i>Antero de Quental - Reflexões de Metodologia Literária</i> (p. 137-140)	Artigo
João de Castro Osório	<i>O “Criticon” de Gracian e as “Cartas Chilenas” de Gonzaga</i> (p. 32-43)	Artigo
José Osório de Oliveira	<i>Bustos de Poetas para um Jardim Público</i> (p. 141-146)	Artigo

Lourival Fontes	<i>Unidade Espiritual (p. 01-03)</i>	Artigo
Luís Chaves	<i>A Alma Coletiva do Povo Português (p. 54-64)</i>	Artigo
Luís Forjas Trigueiros	<i>Os prosadores mais recentes (p. 151-153)</i>	Artigo
Luiza (Pseudônimo de Luiza Grande)	<i>Saudade de um Jardim (p. 101-104)</i>	Texto literário
Manuel da Fonseca	<i>Solstício de Verão (p. 114-122)</i>	Texto literário
Marcelo Caetano	<i>Inquietação e Esperança (p. 09-12)</i>	Artigo
Maria Archer	<i>Há de haver uma lei (p. 105-113)</i>	Texto literário
Mário de Andrade	<i>O Gênio e a Obra do Aleijadinho (p. 24-31)</i>	Artigo
Mário Beirão	<i>Toada do Mar Oceano (p. 70-73)</i>	Poema
Natércia Freire	<i>Sozinha (p. 96-98)</i>	Poema
Pedro de Moura e Sá	<i>Três Novos Poetas (p. 147-150)</i>	Artigo
Ruy Cinatti	<i>Poema em Prosa (p. 99-100)</i>	Poema em prosa
San Thiago Dantas	<i>Os Estudos Filosóficos e a sua Significação no Mundo Moderno (p. 13-16)</i>	Artigo
Tristão de Athayde	<i>Oração aos Nossos Mestres (p. 04-08)</i>	Fragmento de um estudo
Tomaz Kim	<i>Poema</i>	Poema
Vitorino Nemésio	<i>O Ilhéu Emigra (p. 65-68)</i>	Artigo

ANEXO 7

Tabela dos colaboradores do segundo número da revista *Atlântico* (Outubro/ 1942)

COLABORADORES/ Nº 2, OUTUBRO/ 1942	INFORMAÇÕES SOBRE O MATERIAL	NATUREZA DA PUBLICAÇÃO
A. A. Mendes Corrêa	<i>Os portugueses quinhentistas e sistemática etnológica do Brasil</i> (p. 211-217)	Estudo
Alberto Osório de Castro	<i>Camilo Pessanha em Macau</i> (p. 248-255)	Artigo
Álvaro Lins	<i>Uma Nova geração</i> (p. 349-351)	Artigo
Américo Durão	<i>Trajetória</i> (p. 272)	Poema
Augusto de Castro	<i>Juventude e Esplendor do Brasil</i> (p. 191-207)	Artigo
Cabral do Nascimento	<i>Naufrágio</i> (p. 273-274)	Poema
Campos de Figueiredo	<i>Salmo Perdido</i> (p. 275-276)	Poema
Carlos Drummond de Andrade	<i>Versos à boca da noite</i> (p. 278-280)	Poema
Carlos Parreira	<i>“Adágio” sobre as ruas de Lisboa</i> (p. 333-334)	Artigo
Carlos Queiroz	<i>Ilustradores Modernos Portugueses (A propósito de uma Exposição)</i> (p. 336-343)	Artigo
Correia de Melo	<i>À Roda das Idéias</i> (p. 358-362)	Artigo
Eduardo Freitas da Costa	<i>Apontamento sobre Cultura e Ação</i> (p. 363-364)	Artigo
Érico Veríssimo	<i>Crepúsculo</i> (p. 311-313)	Texto literário
Graciliano Ramos	<i>O fim do mundo</i> (p. 306-310)	Texto literário
Gustavo de Freitas	<i>O Romantismo Realista de Cesário Verde</i> (234-247)	Artigo
Hernani Cidade	<i>Duas atitudes em face do Brasil: D. Francisco Manoel de Melo e P Antonio Vieira</i> (p. 218-225)	Estudo
J. A Cesário Alvim	<i>Manuel Bandeira: Milagre da Poesia</i> (p. 347-348)	Artigo
Jorge de Lima	<i>Poesia veloz, homem lerdo</i> (p. 208-210)	Artigo
Jorge de Sena	<i>Enciclopédia</i> (p. 285-286)	Poema
José Blanc de Portugal	<i>Tarde</i> (p. 284)	Poema
José de Almada Negreiros	<i>Prefácio ao Livro de qualquer poeta</i> (p. 256-261)	Artigo

José Lins do Rego	<i>O bom e o mau Fialho</i> (p. 231-233)	Texto literário
José Loureiro Botas	<i>A Palaúlda</i> (p. 314-330)	Texto literário
José Osório de Oliveira	<i>Notícias da Poesia, de duas maneiras</i> (p. 352-357)	Artigo
Júlio Dantas	<i>A mulher na obra de Alberto de Oliveira</i> (p. 185-190)	Estudo
Manuel Bandeira	<i>Última Canção do Beco</i> (p. 262-264)	Poema
Merícia de Lemos	<i>Pochade</i> (p. 282)	
Murilo Mendes	<i>Poema</i> (p. 277)	Poema
Olavo D'Eça Leal	<i>A Intérprete e o Autor Desconhecido</i> (p. 287-295)	Texto literário
Paulo Silveira	<i>Baía</i> (p. 265-268)	Poema
Pedro Calmon	<i>Teixeira Lopes</i> (335)	Artigo
Rachel Bastos	<i>Uma rapariga vulgar</i> (p. 296-305)	Texto literário
Reynaldo dos Santos	<i>O significado histórico e artístico da Exposição de Retratos Portugueses do Século XVII</i> (p. 226-230)	Artigo
Santiago Kastner	<i>Música Espanhola e Música Portuguesa (Paralelismo e Divergência)</i> 9p. 344-346)	Artigo
Sofia de Mello Breyner Andersen	<i>Ao encontro da Noite</i> (p. 283)	
Tristão de Athayde	<i>Vozes</i> (p. 269-271)	Poema
Vinícius de Moraes	<i>Elegia quase uma ode</i> (p. 281)	Poema

ANEXO 8

Tabela dos colaboradores do terceiro número da revista *Atlântico* (Março/ 1943)

COLABORADORES/ Nº 3, MARÇO/ 1943	INFORMAÇÕES SOBRE O MATERIAL	NATUREZA DA PUBLICAÇÃO
Abgar Renault	<i>Que Vozes Responderão?... (p. 81-82)</i>	Poema
Adolfo Simões Muller	<i>Inquietação (p. 95)</i>	Poema
Álvaro Lins	<i>O Crítico Tristão de Athayde (p. 169-171)</i>	Artigo
Ana de Castro Osório	<i>Os Narradores das Lindas Histórias (p. 68-80)</i>	Texto literário
Antonio Ferro	<i>Porquê? (p. 103-110)</i>	Texto literário
Antonio Ferro	<i>Argumento do Bailado (p. 155-162)</i>	Texto literário
Antonio Lopes Ribeiro	<i>O Preconceito “Intelectual” contra o Teatro Português (p. 192-194)</i>	Artigo
Antonio Pedro	<i>Alguns Pintores Brasileiros Modernos (p. 176-179)</i>	Estudo
Armando Côrtes Rodrigues	<i>Outono (p. 85)</i>	
Artur Maciel	<i>Viana da Foz do Lima em 1534 (p. 15-21)</i>	Estudo
Bourbon e Meneses	<i>Lisboa: A Luz e o Tejo (p. 163-166)</i>	Artigo
Castro Soromenho	<i>A Árvore Sagrada (p. 150- 154)</i>	Texto literário
Cícero Dias	<i>Jundiá (p. 99-102)</i>	Romance
Correia de Melo	<i>Angra em Fins do Século XVI (p. 22-26)</i>	Estudo
Delfim Santos	<i>Ideário Contemporâneo (p. 60-67)</i>	
Diogo de Macedo	<i>Existe uma Escultura Portuguesa? (p. 01-08)</i>	Artigo
Dutra Faria	<i>O Homem e a Paisagem nos Açores (p. 167-168)</i>	Artigo
Edgar Cavalheiro	<i>Notas sobre Fagundes Varela (p. 27-32)</i>	Estudo
Fernando Garcia	<i>Realidades do Cinema Português (p. 195-198)</i>	Artigo
Frederico Alves	<i>A Margem de Lá (p. 132-139)</i>	Texto literário
Gastão Bettencourt	<i>Retratos de Músicos Brasileiros: I-O Padre José Maurício (p. 180-182)</i>	Estudo
Graciliano Ramos	<i>O Moleque José (p. 111-115)</i>	Texto literário
J A Cesário Alvim	<i>Da Vida Brasileira (p. 199-</i>	Artigo

	200)	
João de Castro Osório	<i>Metamorfose das Ninfas</i> (p. 89-94)	Poema
Joaquim Leitão	<i>Nostalgia do Brasil em Gonçalves Crespo</i> (p. 33-37)	Estudo
Jorge de Lima	<i>À Margem de Euclides</i> (p. 56-59)	Artigo
José Blanc de Portugal	<i>Música Portuguesa Contemporânea</i> (p. 183-191)	Artigo
José Régio	<i>Chegou a Noite</i> (p. 86-88)	Poema
Luis Amaro	<i>Adolescente</i> (p. 98)	Poema
Manuel de Figueiredo	<i>Do Momento Político e do Significado Histórico dos Painéis de S. Vicente</i> (p. 174-175)	Artigo
Manuel Lopes	<i>Chuva</i> (p. 140-149)	Texto literário
Maria Franco	<i>Distância</i> (p. 126-131)	Texto literário
Maria da Graça Azambuja	<i>As Senhoras Alta-Vista</i> (p. 116-125)	Texto literário
Maria Manuela Couto Viana	<i>Papão</i> (p. 96-97)	Poema
Mário de Andrade	<i>A Dona Ausente</i> (p. 09-14)	Artigo
Murilo Mendes	<i>Estudo</i> (p.83)	Poema
Ottho Maria Carpeaux	<i>Antero de Quental e o Pensamento Alemão</i> (p. 38-41)	Estudo
Rodrigues Cavalheiro	<i>Nuno Gonçalves, Pintor do Mar e da Expansão</i> (p. 172-173)	Estudo
Tasso da Silveira	<i>Antero e Cruz e Souza</i> (p. 42-55)	Estudo
Vinicius de Moraes	<i>Allegro</i> (p. 84)	

ANEXO 9

Tabela dos colaboradores do quarto número da revista *Atlântico* (Novembro/ 1943)

COLABORADORES/ Nº 4, NOVEMBRO/ 1943	INFORMAÇÕES SOBRE O MATERIAL	NATUREZA DA PUBLICAÇÃO
Abgar Renault	<i>Infinitamente Ausente</i> (p. 83-84)	Poema
Afonso Duarte	<i>Pequeno Poema</i> (p. 72)	Poema
Aleixo Ribeiro	<i>O Desterrado</i> (p. 117-125)	Texto literário
Álvaro Ribeiro	<i>Programa de um Estudo Nacional</i> (p. 01-10)	Artigo
Amando Fontes	<i>Deputado Santos Lima</i> (p. 95-102)	Texto literário (romance)
Antonio Condeça	<i>Inconfidência</i> (p. 88-89)	Poema
Carlos Parreira	<i>A Paz de Família</i> (p. 103-106)	Texto literário
Diogo de Macedo	<i>O Mistério da Arte dos Negros</i> (p. 163-165)	Artigo
Edmundo Correia Lopes	<i>A Música no Folclore Brasileiro</i> (p. 157-162)	Estudo
Fidelino de Figueiredo	<i>A Doença do Criticismo</i> (p. 51-54)	Artigo
Francisco Fernandes Lopes	<i>Do Germanismo em Antero</i> (p. 43-50)	Estudo
Gastão Bettencourt	<i>Retratos de Músicos Brasileiros</i> (p. 154-156)	Estudo
Gastão Cruls	<i>Orquídeas</i> (p. 58-64)	Estudo
Graciliano Ramos	<i>O Barão de Macahubas</i> (p. 131-134)	Texto literário
Hélio Vianna	<i>D. Pedro II e os Escritores Portugueses</i> (p. 35-42)	Estudo
João Saraiva	<i>A Caravela</i> (p. 71)	Poema
Jorge Barbosa	<i>A Velha Pasta do Poeta</i> (p. 87)	Poema
José de Lemos	<i>César 1, César 2, César 3</i> (p. 135-142)	Texto literário
José Osório de Oliveira	<i>O Mito do Brasil. Prólogo de uma Conferência</i> (p. 14-17)	Artigo
Luís Jardim	<i>A Negra Cordolina</i> (p. 107-112)	Texto literário
Luís Silveira	<i>A Literatura Brasileira nas Universidades da Europa</i> (p. 149-150)	Artigo
Manuel Bandeira	<i>Eu Vi uma Rosa</i> (p. 73-74)	Poema
Manuel de Figueiredo	<i>O Pintor Henrique Pousão (1859-1884)</i> (p. 146)	Estudo

Mário de Albuquerque	<i>O Papel das Universidades na Política Atlântica (p. 147-148)</i>	Artigo
Marques Gastão	<i>A Sinceridade no Romance Brasileiro (p. 151-153)</i>	Artigo
Marques Rebello	<i>Páginas de um Diário (p. 113-116)</i>	Texto literário
Natércia Freire	<i>Minha Irmã (p. 65-70)</i>	Texto literário
Rachel de Queiroz	<i>Não Jures pela Lua Inconstante (p. 91-94)</i>	Texto literário
Ribeiro Couto	<i>Roteiro do Atlântico (p. 75-82)</i>	Poema
Santa Rosa	<i>Esquemas das Artes do Brasil (p. 143-145)</i>	Artigo
Saul Dias	<i>Poeta (p. 85-86)</i>	Poema
Teresa Leitão de Barros	<i>Presença Feminina na Épica Brasileira (p. 18-34)</i>	Estudo
Tristão de Athayde	<i>A Morte do Jacaré (p. 55-57)</i>	Texto literário
Viana Moog	<i>Brasil: Arquipélago Cultural (p. 11-13)</i>	Artigo
Vinicius de Moraes	<i>Capítulo Onze. Da No vela Inédita: “Episódio” (p. 126-130)</i>	Texto literário (novela)

ANEXO 10

Tabela dos colaboradores do quinto número da revista *Atlântico* (Julho/ 1944)

COLABORADORES/ Nº 5, JULHO/ 1944	INFORMAÇÕES SOBRE O MATERIAL	NATUREZA DA PUBLICAÇÃO
A da Silva Mello	<i>Instintos Fundamentais da Vida e sua Significação</i> (p. 06-11)	Artigo
Adelaide Felix	<i>O Calhandriz</i> (p. 122-135)	Texto literário
Ademar Vidal	<i>A Tradição do Maracatu</i> (p. 41-48)	Estudo
Afrânio Peixoto	<i>Outras “Viagens na Minha Terra”</i> (p.53-61)	Texto literário
Alberto Osório de Castro	<i>Díptico</i> (p. 62-64)	Poema
Alphonsus de Guimaraens Filho	<i>A Face Pura</i> (p. 85)	Poema
Alvaro Lins	<i>Biografia de Gonçalves Dias</i> (p. 183-185)	Artigo
Américo Cortêz-Pinto	<i>Anti-Sonho</i> (p.71-73)	Poema
Antonio Conte	<i>Jaime e o Fado</i> (p. 158-163)	Texto literário (romance)
Antonio Ferreira Monteiro	<i>Sete Contas para um Rosário</i> (p. 67-70)	Poema
Antonio Lopes Ribeiro	<i>O Gerifalte Sáfar</i> (p. 87)	Poema
Augusto Cunha	<i>No Tempo do Paulismo e do “Orfeu”</i> (Páginas de Memórias) (p. 33-40)	Artigo
Augusto Ferreira Gomes	<i>Omega e Alfa</i> (p. 65-66)	Poema
Augusto Frederico Schmidt	<i>Suma</i> (p. 78-84)	Poema
Dinah Silveira de Queiroz	<i>A Luz Cinzenta</i> (p. 117-121)	Texto literário
Enêas Ferraz	<i>Beco sem Saída da Lua</i> (p. 144-148)	Texto literário
Eudouro de Sousa	<i>O Problema da Filosofia Portuguesa</i> (p. 189-190)	Artigo
Fernanda de Castro	<i>Capítulo do Romance “Maria da Lua”</i> (p. 139-143)	Texto literário (romance)
Fernando Garcia	<i>Um Filme-Índice</i> (p. 202-204)	Artigo
Gastão de Bettencourt	<i>Retratos de Músicos Brasileiros</i> (p. 197-201)	Estudo
Getúlio Vargas	<i>Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras</i>	Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras
Graciliano Ramos	<i>Insônia</i> (p. 153-157)	Texto literário
João de Castro Osório	<i>Dom Quixote. Tragicomédia</i> (p. 93-116)	Texto literário

José Osório de Oliveira	<i>A Literatura Brasileira em Portugal (p. 191-193)</i>	Artigo
Luis Chaves	<i>Os “Bonecos” Populares de Barro de Estremoz (p. 49-52)</i>	Estudo
Luis Silveira	<i>Índices da Cultura Portuguesa Contemporânea (p. 186-188)</i>	Artigo
Maria Carmo	<i>Um Dia (p. 90)</i>	Poema
Marcelo Matias	<i>Flor Tropical (p. 86)</i>	Poema
Neves e Sousa	<i>Paisagens de Angola (p. 181-182)</i>	Artigo
Octavio de Faria	<i>Reni (p. 136-138)</i>	Texto literário
Octávio Tarquínio de Sousa	<i>Biografia e Romance (p. 23-25)</i>	Artigo
Otho Maria Carpeaux	<i>Ensaio de Exegese de um Poema de Manuel Bandeira (p. 26-32)</i>	Artigo
Paulo Silveira	<i>Franciscana (p. 74-77)</i>	Poema
Rachel Bastos	<i>O Romance do Largo (p. 149-152)</i>	Texto literário (romance)
Ruy Cinatti	<i>Conversa com Nossa Senhora (p. 88-89)</i>	Poema
Soroa Filho	<i>A “Santa Catarina” de Domingos Carvalho (p. 195-196)</i>	Estudo
Tomaz Kim	<i>Passos de Menino (p. 164-178)</i>	Texto literário
Vieira de Almeida	<i>Do Pensamento Português (p. 12-22)</i>	Artigo

ANEXO 11

Tabela dos colaboradores do sexto número da revista *Atlântico* (Abril/ 1945)

COLABORADORES/ Nº 6, ABRIL/ 1945	INFORMAÇÕES SOBRE O MATERIAL	NATUREZA DA PUBLICAÇÃO
Álvaro Lins	<i>Sobre Casa Grande e Senzala</i> (p. 187-189)	Artigo
Anrique Paço D'Arcos	<i>Poemas do Ausente</i> (p. 90-91)	Poema
Antonio Lopes Ribeiro	<i>As Quatro Idades (das Metamorfoses de Ovídio)</i> (p. 73-76)	Poema
Antonio Mendes Viana	<i>Mormaço</i> (p. 94-95)	Poema
Antonio Quadros	<i>Por que choras? Porque ris?</i> (p. 109-111)	Poema
Antunes da Silva	<i>Último Dia</i> (p. 172-174)	Texto literário
Cabral do Nascimento	<i>Criação</i> (p. 89)	Poema
Caio Prado Júnior	<i>Formação dos Limites Meridionais do Brasil</i> (p. 36-44)	Estudo (histórico)
Carlos Parreira	<i>A Boneca de Pasta</i> (p. 161-163)	Texto literário
Clarice Linspector	<i>Os Bonecos de Barro</i> (p. 147-149)	Texto literário
Dinah Silveira de Queioz	<i>Nosso Amor</i> (p. 127-139)	Texto literário
Edmundo Correia Lopes	<i>Segundo Capítulo de Música Negra</i> (p. 191-193)	Estudo
Enéas Ferraz	<i>Anunciação</i> (p. 154-160)	Texto literário
Eudoro de Sousa	<i>As Núpcias do Céu e da Terra</i> (p. 05-14)	Artigo
Eugênio Gomes	<i>Castro Alves e o Sertão</i> (p. 61-71)	Estudo
Fernando Garcia	<i>Balada do Alentejo</i> (p. 103-105)	Poema
Fernando de Paços	<i>Desespero</i> (p. 108)	Poema
Fernando de Pamplona	<i>A Originalidade do Manuelino</i> (p. 30-35)	Artigo
Frederico Alves	<i>Homo</i> (p. 164-171)	Texto literário
Gastão de Bettencourt	<i>Retratos de Músicos Brasileiros: -- IV – Leopoldo Miguez</i> (p. 195-197)	Estudo
Genolino Amado	<i>O Prestígio dos Vulgarizadores</i> (p. 175-176)	Artigo
Guilherme de Almeida	<i>Sonetos a Dinamene</i> (p. 81-84)	Poema
Heitor Lira	<i>O fator Português na</i>	Estudo (histórico)

	<i>Independência do Brasil (p. 45-48)</i>	
João de Castro Osório	<i>Defesa do Gênio Poético Português (p. 49-60)</i>	Artigo
João Manuel de Mascarenhas	<i>Poema da Felicidade (p. 112-114)</i>	Poema
Jorge de Lima	<i>Dois Poemas: Janaína e Pela Fé de Zambi (p. 85-88)</i>	Poema
Jorge de Sena	<i>Exorcismo (p. 92-93)</i>	Poema
José Augusto Cesário Alvim	<i>O Professor Jonathas Serrano (p. 181-182)</i>	Artigo
José Osório de Oliveira	<i>Bernardo Guimarães (Prefácio Recusado) (p. 177-178)</i>	Artigo
José Osório de Oliveira	<i>Mário de Andrade (p. 183-186)</i>	Artigo
Lúcio Cardoso	<i>A professora Hilda (p. 150-153)</i>	Texto literário
Luís Amaro	<i>Diário de Infância (p. 106-107)</i>	Poema
Luís da Câmara Cascudo	<i>Relação Étnica dos Mitos Brasileiros (p. 15-19)</i>	Artigo
Luís Ribeiro Soares	<i>Ofício da Floração da Santa Cruz (p. 115-126)</i>	Poema
Luís Silveira	<i>Evocação de Manuel de Sousa Pinto (p. 179-180)</i>	Artigo
Lygia	<i>Transfiguração (p. 98)</i>	Poema
Maria Elvira de Castro Barroso	<i>Despertar (p. 99-102)</i>	Poema
Maria Eugênia Celso	<i>Irrealizada Evasão (p. 77-80)</i>	Poema
Maria da Graça Azambuja	<i>As Estrelas Moram Longe (p. 140-146)</i>	Texto literário
Natércia Freire	<i>E agora é Primavera (p. 96-97)</i>	Poema
Orlando Ribeiro	<i>Expressão da Terra Portuguesa (p. 20-29)</i>	Artigo
Rosário Fusco	<i>O Esforço Intelectual na Criação (p. 01-04)</i>	Artigo

ANEXO 12

Tabela geral do número total de colaboradores da revista *Atlântico* entre o primeiro e o sexto número da primeira fase (1942-1945).

COLABORADORES	Nº 1, Maio/ 1942	Nº 2, Outubro /1942	Nº 3, Março/ 1943	Nº 4, Novembro /1943	Nº 5, Julho/ 1944	Nº 6, Abril/ 1945
A. A. Mendes Corrêa		X				
A da Silva Mello					X	
Abgar Renault			X	X		
Adalgisa Nery	X					
Adelaide Félix					X	
Ademar Vidal					X	
Adolfo Simões Muller			X			
Afonso Duarte				X		
Afrânio Peixoto	X				X	
Alberto Osório de Castro		X			X	
Aleixo Ribeiro				X		
Alphonsus de Guimaraens Filho					X	
Álvaro Lins	X	X	X		X	X
Álvaro Ribeiro				X		
Amando Fontes				X		
Américo Cortêz-Pinto					X	
Américo Durão		X				
Ana de Castro Osório			X			
Anrique Paço D'Arcos						X
Antonio Condeça				X		
Antonio Conte					X	
Antonio Ferreira Monteiro					X	
António Ferro			X			

Antonio Lopes Ribeiro	X		X		X	X
Antonio Mendes Viana						X
Antonio Pedro			X			
Antonio Quadros						X
Antunes da Silva						X
Aquilino Ribeiro	X					
Armando Cortês Rodrigues			X			
Artur Maciel			X			
Augusto de Castro		X				
Augusto Cunha					X	
Augusto Ferreira Gomes					X	
Augusto Frederico Schmidt	X				X	
Baltasar Lopes	X					
Bourbon e Meneses			X			
Cabral do Nascimento		X				X
Caio Prado Júnior						X
Campos de Figueiredo		X				
Carlos Drumond de Andrade	X	X				
Carlos Parreira		X		X		X
Carlos Queiroz	X	X				
Castro Soromenho			X			
Cecília Meireles	X					
Cícero Dias			X			
Clarice Linspector						X
Correia de Melo		X	X			
Delfim Santos			X			
Dinah Silveira de Queiroz					X	X
Diogo de Macedo			X	X		
Dutra Faria			X			

Edgar cavaleiro			X			
Edmundo Correia Lopes				X		X
Eduardo Freitas da Costa		X				
Eduardo Libório	X					
Enêas Ferraz					X	X
Érico Veríssimo		X				
Eudouro de Sousa					X	X
Eugênio de Castro	X					
Eugênio Gomes						X
Fernanda de Castro	X				X	
Fernando Garcia	X		X		X	X
Fernando de Paços						X
Fernando de Pamplona						X
Fidelino de Figueiredo				X		
Francisco Fernandes Lopes				X		
Frederico Alves			X			X
Gastão Bettencourt	X		X	X	X	X
Gastão Cruls				X		
Genolino Amado						X
Getúlio Vargas					X	
Graciliano Ramos		X	X	X	X	
Guilherme de Almeida						X
Guilherme de Castilho	X					
Guilhermina de Azeredo	X					
Gustavo de Freitas		X				
Heitor Lira						X
Hélio Vianna				X		
Hernani Cidade		X				
J A Cesário Alvim		X	X			
João de Castro Osório	X		X		X	X

João Manuel de Mascarenhas						X
João Neves da Fontoura						
João Saraiva				X		
Joaquim Leitão			X			
Jorge Barbosa				X		
Jorge de Lima		X	X			X
Jorge de Sena		X				X
José de Almada Negreiros		X				
José Augusto Cesário Alvim						X
José Blanc de Portugal		X	X			
José de Lemos				X		
José Lins do Rego		X				
José Loureiro Botas		X				
José Osório de Oliveira	X	X		X	X	X (neste número, o escritor participa com duas publicações)
José Régio			X			
Júlio Dantas		X				
Lourival Fontes	X					
Luis Amaro			X			X
Luis Chaves	X				X	
Luís Forjas Trigueiros	X					
Lúcio Cardoso						X
Luís Amaro						X
Luís da Câmara Cascudo						X
Luis Jardim				X		
Luís Ribeiro Soares						X
Luis Silveira				X	X	X

Luzia (pseudônimo de Luiza Grande)	X					
Lygia						X
Manuel Bandeira		X		X		
Manuel da Fonseca	X					
Manuel de Figueiredo			X	X		
Manuel Lopes			X			
Marcelo Caetano	X					
Marcelo Matias					X	
Maria Archer	X					
Maria Carmo					X	
Maria Elvira de Castro Barroso						X
Maria Eugênia Celso						X
Maria Franco			X			
Maria da Graça Azambuja			X			X
Maria Manuela Couto Viana			X			
Mário de Albuquerque				X		
Mário de Andrade	X		X			
Mário Beirão	X					
Marques Gastão				X		
Marques Rebello				X		
Merícia de Lemos		X				
Murilo Mendes		X	X			
Natércia Freire	X			X		X
Neves e Sousa					X	
Octavio de Faria					X	
Olavo D'Éça Leal		X				
Orlando Ribeiro						X
Otávio Tarquínio de Sousa					X	

Otto Maria Carpeaux			X		X	
Paulo Silveira		X			X	
Pedro Calmon		X				
Pedro de Moura e Sá	X					
Rachel Bastos		X			X	
Rachel de Queiroz				X		
Reynaldo dos Santos		X				
Ribeiro Couto				X		
Rodrigues Cavalheiro			X			
Rosário Fusco						X
Ruy Cinatti	X				X	
San Thiago Dantas	X					
Santa Rosa				X		
Santiago Kastner		X				
Saul Dias				X		
Sofia de Mello Breyner Andersen		X				
Soróa Filho					X	
Tasso da Silveira			X			
Teresa Leitão de Barros				X		
Tomaz Kim	X				X	
Tristão de Athayde	X	X		X		
Viana Moog				X		
Vieira de Almeida					X	
Vinícius de Moraes		X	X			
Vitorino Nemésio	X					